UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ADAUTO GUEDES NETO

**POR UM NOVO JEITO DE SER IGREJA:
A TRAJETÓRIA DO PADRE JOSÉ COMBLIN NA AMÉRICA LATINA EM
TEMPOS DE DITADURAS (1964-1985)**

Recife
2021

ADAUTO GUEDES NETO

**POR UM NOVO JEITO DE SER IGREJA:
A TRAJETÓRIA DO PADRE JOSÉ COMBLIN NA AMÉRICA LATINA EM
TEMPOS DE DITADURAS (1964-1985)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: Sociedades, Culturas, Poderes. Linha de Pesquisa Relações de Poder, Sociedade e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Luis Christilino.
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro de Abreu e Lima.

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

G924p Guedes Neto, Aduino.
Por um novo jeito de ser Igreja : a trajetória do padre José Comblin na América Latina em tempos de ditaduras (1964-1985) / Aduino Guedes Neto. – 2021.
264 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Luis Christilino.
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro de Abreu e Lima.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021.
Inclui referências.

1. América Latina - História. 2. Igreja Católica. 3. Comblin, José, 1923-2011. 4. Ditadura. I. Christilino, Cristiano Luis (Orientador). II. Lima, Maria do Socorro de Abreu e (Coorientadora). III. Título.

980 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-205)

Adauto Guedes Neto

**POR UM NOVO JEITO DE SER IGREJA: A TRAJETÓRIA DO PADRE JOSÉ COMBLIN NA
AMÉRICA LATINA EM TEMPOS DE DITADURAS (1964-1985)**

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Aprovada em: **30/11/2021**

BANCA EXAMINADORA

[Participação por videoconferência](#)

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro de Abreu e Lima

Coorientadora (Professora aposentada da Universidade Federal de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda

Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. José Adilson Filho

Membro Titular Externo (Universidade Estadual da Paraíba)

[Participação por videoconferência](#)

Prof^ª. Dr^ª. Alzirinha Rocha de Souza

Membro Titular Externo (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

[Participação por videoconferência](#)

Prof.^ª Dr.^ª Marluza Marques Harres

Membro Titular Externo (Universidade Vale do Rio dos Sinos)

*Ao meu pai, Airton Guedes (in memoriam), assíduo
leitor de trajetórias de vidas.*

*Minha mãe, Maria Darci, grande incentivadora e
quem me influenciou nos caminhos de Clio.*

*Meus irmãos, Ana Paula e Pedro Paulo, pelo apoio
e cumplicidade de sempre.*

*À minha esposa Aline, pela paciência e apoio
constantemente, e minhas amadas filhas, Anita e Ana.*

*A todas as vítimas de regimes repressivos e
injustiçados.*

A vocês, dedico.

AGRADECIMENTOS

Durante os quatro anos do doutorado foram muitos os desafios que atravessamos, sobretudo no caso excepcional do momento do qual tivemos que lidar com os riscos e prejuízos oriundos da pandemia da covid-19. Se não bastasse a pandemia, antes do seu início, eu e minha família sofremos o trauma do falecimento precoce do meu pai.

Sendo assim, começo os agradecimentos pelo meu pai, Airton Guedes. Assíduo leitor, especialmente de obras biográficas e trajetórias de vida. Quando faleceu estava lendo a biografia de Angela Maria. Lembro que quando publiquei minha dissertação de mestrado e lhe presentiei com o livro, meu pai o leu no mesmo dia. Dentre outros fatores, a escolha por fazer uma pesquisa sobre a trajetória do padre José Comblin tem relação direta com as conversas que tínhamos sobre a trajetória de Prestes, Lamarca, padre Cícero e outros. Pensei o quanto iríamos conversar sobre a trajetória de Comblin e isto em muito fortaleceu a construção do presente trabalho.

Estendo os agradecimentos à toda minha família em nome da minha mãe Maria Darci, principal incentivadora dos meus sonhos e projetos, dos meus irmãos, Ana Paula e Pedro Paulo, parceiros de muitas jornadas, minhas sobrinhas Helena e Elis, e minha cunhada Eunice. Também, Seu Pedro e dona Arlinda, Paulinho e Petrúcio que, por muitas vezes na minha ausência estiveram acompanhando Aline e Ana.

Aos mais sacrificados com a minha ausência durante as aulas, as pesquisas e a escrita da tese. Minha Esposa Aline que, além da sua compreensão, também sua dedicação constante e o cuidado com a nossa pequena Ana, garantiram que eu tivesse o tempo e a condição necessária para pesquisar e escrever. Acrescento meus agradecimentos às minhas filhas, Anita e Ana, pois, sem que soubessem foram determinantes nesta trajetória.

Aos professores e professoras do doutorado em História da UFPE, especialmente prof^o. Dr^o Marcus de Carvalho, prof^a Dr^a Bartira Ferraz, prof^o Dr^o Carlos Miranda, Prof^a Dr^a Cristine Dabat, prof^a Dr^a Socorro Abreu e prof^o Dr^o Cristiano Cristhilino por contribuírem com seus ensinamentos em conversas e nas disciplinas que cursei para a realização desta tese. Em nome dos quais também agradeço ao Programa de Pós-graduação em História da UFPE.

Se uma tese normalmente é construída a quatro mãos – orientando e orientador, tive a felicidade de construir um trabalho a seis mãos, pois, além da orientação da professora Socorro Abreu, contamos com o apoio e orientações do professor Cristiano Cristhilino. A vocês dois minha eterna gratidão pelo apoio e o aprendizado, especialmente à professora Socorro que vem

contribuindo para minha formação e me acompanhando desde o mestrado. Meu carinho e admiração pela senhora são eternos, professora Socorro Abreu.

Agradeço a amizade construída nas aulas em nome daqueles que eram companhias constantes nos almoços nas barracas ao lado de fora da UFPE, Airton, Moisés e Janaiara.

Aos amigos-irmãos que a vida me deu e dos quais compartilhamos os sonhos diurnos de um mundo melhor que, não os nominarei, pois são muitos, mas definirei por lugares, encontros e projetos, tais como: os(as) amigos(as) e companheiros(as) de militância do PT de Tacaimbó, os(as) amigos(as) de Caruaru e região da Confraria de seu Gé, os(as) amigos(as) de Belo Jardim, os irmãos e irmãs queridos(as) do Sítio Cruz e da Escola Fé e Política Ir. Juvenal Bomfim e Gabriel Hofstede e – Garanhuns, a turma das viagens de janeiro, do Grupo de Pesquisa José Comblin da UNICAP e da Comissão Sociotransformadora da Diocese de Pesqueira.

Às instituições pesquisadas e que nos atendeu tão bem, como o Centro de Documentação e Pesquisa José Comblin e Biblioteca da UNICAP, nas pessoas de Alzirinha Rocha e Pedro Manoel da Silva. Ao Memorial Raimundo Nonato, nas pessoas de Cida de Nonato e Fátima. À Biblioteca Nacional Digital do Chile na pessoa de Felipe Solís Poblete.

Aos que conviveram diretamente com José Comblin e que me ajudaram na construção deste trabalho, seja através de entrevistas, conversas e até mesmo cedendo documentos pessoais, tais como, os primeiros seminaristas da Teologia da Enxada: João Batista, Frei Enoque, Raimundo Nonato (in memoriam), bem como, Mônica Muggler, professor Eduardo Hoornaert, professor Álder Julio, Glaudemir e Luiz Barros.

Aos companheiros de trabalho ao longo dos últimos quatro anos por suas contribuições diretas ou indiretamente, dos quais sintam-se representados nos nomes de Galba da EREM de Belo Jardim, Nadjane e Eduardo Max da ETE Edson Mororó Moura e do professor Me. Roberto Souza, amigo dos tempos da Faculdade do Belo Jardim.

Ao amigo e professor Heleno Lima pelo apoio no processo de correção ortográfica. Seu olhar primoroso sobre a presente redação em muito qualificou nosso texto.

Em nome de Sandra Regina, nossos agradecimentos ao pessoal da Secretaria da Pós-graduação em História da UFPE pelo apoio e disponibilidade constantes.

Nossos agradecimentos especiais a todos e todas que de maneira direta e/ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

"Os gregos contam que Teseu recebeu de presente de Ariadne um fio. Com esse fio Teseu se orientou no labirinto, encontrou o minotauro e o matou. Dos rastros que Teseu deixou ao vagar pelo labirinto, o mito não fala".

(GINZBURG, 2007, p. 07)

RESUMO

Este trabalho de tese analisa a trajetória do padre e teólogo José Comblin na América Latina a partir da sua atuação por um novo jeito de ser Igreja, especialmente entre o Brasil e o Chile em tempos de ditadura militar. Tendo como perspectiva teórica e metodológica os estudos que através do sujeito compreende o contexto histórico ao qual este está inserido e que por ele transita, o objetivo do trabalho em tela é identificar as propostas lançadas por José Comblin para a Igreja Católica latino-americana, mas sobretudo os impactos de tais ideias, a reação conservadora Católica e dos governos ditatoriais responsáveis pelo processo da sua expulsão que culminou com o impedimento da sua entrada no Brasil em 1972 e também analisar seu impedimento de continuar no Chile a partir de 1980. Neste sentido, a referida tese oferece contribuições para a discussão de dimensão político-religiosa, no sentido de apontar a perspectiva de atuação do clero progressista na América Latina, sobretudo no âmbito do Nordeste brasileiro e no Chile, ao passo que, ainda existam lacunas a preencher para compreender o processo que culminou com as suas expulsões do Brasil e do Chile. Para tanto, apoiamos-nos num amplo corpus documental, dentre os quais, destacamos suas correspondências, os arquivos da repressão brasileira: prontuários, informações, pedidos de buscas, relatórios, telegramas e históricos da sua trajetória que, compõem o acervo do Arquivo Nacional do Brasil, bem como as fontes disponíveis no DOPS-PE, no Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin – UNICAP, Memorial Raimundo Nonato e no Centro de Formação Missionária-PB. Desse modo, tendo em vista a plausibilidade que as fontes e o método histórico-crítico nos forecem, bem como a originalidade que a presente pesquisa oferece, buscamos traçar as diferentes nuances que envolveram a trajetória do padre belga erradicado na América Latina, por um novo jeito de ser Igreja em tempos de ditaduras.

Palavras-Chave: José Comblin; Trajetória; Ditadura Militar; Igreja Católica; América Latina.

RÉSUMÉ

Ce travail de thèse analyse la trajectoire du prêtre et théologien José Comblin en Amérique Latine à partir de son rôle dans une nouvelle manière d'être l'Église, notamment entre le Brésil et le Chili en temps de dictature militaire. Ayant comme perspective théorique et méthodologique les études qui à travers le sujet comprennent le contexte historique dans lequel il s'insère et qu'il traverse, l'objectif du travail à l'écran est d'identifier les propositions lancées par José Comblin pour l'Église catholique latino-américaine, mais surtout les impacts de telles idées, la réaction catholique conservatrice et les gouvernements dictatoriaux responsables de leur expulsion du Brésil en 1972 et du Chili en 1980. La perspective du rôle du clergé progressiste en Amérique Latine, en particulier dans le nord-est brésilien et au Chili, alors qu'il reste encore des lacunes à combler pour comprendre le processus qui a abouti à leurs expulsions du Brésil et du Chili. Pour cela, nous nous appuyons sur un large corpus documentaire, parmi lesquels, nous soulignons sa correspondance, les archives de la répression brésilienne : dossiers, informations, demandes de recherche, rapports, télégrammes et histoires de sa trajectoire qui composent la collection de l'Archive Nationale de Brésil, ainsi que les sources disponibles au DOPS-PE, au Centre de Recherche et de Documentation José Comblin – UNICAP, Memorial Raimundo Nonato et au Centre de Formation Missionnaire-PB. Ainsi, au vu de la plausibilité que nous fournissent les sources et la méthode historico-critique, ainsi que l'originalité qu'offre cette recherche, nous cherchons à retracer les différentes nuances qui ont impliqué la trajectoire du prêtre belge enraciné en Amérique Latine, par une nouvelle manière d'être Église en temps de dictature.

Mots-clés: José Comblin; Trajectoire; Dictature Militaire; Église Catholique; Amérique Latine.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 –	Vista panorâmica do SERENE II	78
Fotografia 2 –	Vista parcial do SERENE II	78
Figura 1 –	Reportagem sobre pedido de expulsão de José Comblin	88
Figura 2 –	Reportagem sobre carta da TFP contra estudo de José Comblin	89
Figura 3 –	Reportagem sobre o apoio dos padres do Nordeste à José Comblin	99
Organograma 1 –	Rede de Informações da ditadura brasileira	121
Figura 4 –	Ficha individual de Joseph Jules Comblin no DPF/MJ	127
Figura 5 –	Ficha individual de Joseph Jules Comblin no SNI	128
Figura 6 –	Ofício da PF encaminhando ao MRE, o prontuário nº 33 de José Comblin	129
Figura 7 –	Cartaz das eleições de 1982	178
Figura 8 –	Chapa das comunidades de Tacaimbó nas eleições de 1982	178
Fotografia 3 –	Paulo Freire em visita ao CFM no ano de 1985	180
Figura 9 –	Reportagem sobre as notas elaboradas por José Comblin	197
Figura 10 –	Reportagem do Jornal do Comércio reproduzindo notícias da Colômbia José Comblin à Camilo Torres	211
Quadro 1 -	elaborado pelo autor com artigos de José Comblin sobre o tema Liberdade/Libertação	231
Organograma 2 –	Publicações em revistas de José Comblin	235

LISTA DE ABREVIATURAS

ACB	Ação Católica Brasileira
ACO	Ação Católica Operária
ACR	Animação dos Cristãos no Meio Rural
AI-5	Ato Institucional nº 5
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AP	Ação Popular
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CEBs	Comunidades Eclesiais de Bases
CEHILA	Centro de Estudos da Igreja na América Latina
II CELAM	II Conselho Episcopal Latino-Americano
III CELAM	III Conselho Episcopal Latino-Americano
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CI/DPF	Centro de Informações do Departamento da Polícia Federal
CIE	Centro de Informações do Exército
CIEX	Centro de Informações do Exterior
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
COPAL	Colégio Pró-América Latina
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DSI	Divisão de Segurança e Informações
DPF	Departamento da Polícia Federal
ESG	Escola Superior de Guerra
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas Sociais
ITER	Instituto de Teologia do Recife
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica

MAPU	Movimento de Ação Popular Unificado
MEB	Movimento de Educação de Base
MEDELLÍN	Conferência Episcopal Latino-Americana, Colômbia - 1968.
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MJ	Ministério da Justiça
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NORDESTE II	Regional Nordeste II (da CNBB e da CRB, compreende as arquidioceses e dioceses de dos Estados de AL, PE, PB e RN)
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PUEBLA	Conferência Episcopal Latino-Americana, México - 1979
SORPE	Serviço de orientação Rural de Pernambuco
SERENE II	Seminário Regional do Nordeste II
SNI	Serviço Nacional de Informações
SORPE	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
TdE	Teologia da Enxada
TdL	Teologia da Libertação
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UDN	União Democrática Nacional
UP	Unidade Popular
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VATICANO II	Concílio Ecumênico Vaticano II

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	PADRE, TEÓLOGO E PROFESSOR: AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE JOSÉ COMBLIN ENTRE O BRASIL E CHILE (1958-1971)	51
2.1	Da Bélgica ao Brasil: os primeiros momentos na América (1958-1962)	53
2.2	O primeiro período em terras chilenas (1962-1965)	60
2.3	O Brasil no retorno de José Comblin: o catolicismo e seu contexto nos primeiros golpe de 1964	66
2.4	José Comblin e as experiências de formação teológica no contexto do Seminário do Nordeste II	75
2.5	O teólogo José Comblin: a análise da realidade histórica da Igreja Católica na Latina	79
2.6	A Teologia da Enxada (1969-1971): contexto e características da primeira experiência	101
3	COMBLIN, “PERSONA NON GRATA”: A TRAJETÓRIA ENTRE AS DITADURAS BRASILEIRA E CHILENA (1972-1985)	116
3.1	A sombra expulsa a verdade: a rede de informações no encalço de Comblin	117
3.2	“Se eles me perseguiram, também vos hão de perseguir a vós”: o processo de expulsão e impedimento da entrada de José Comblin no Brasil e suas repercussões	130
3.3	Secreto: Comblin no Chile	143
3.4	Entre cartas, (des)continuidades e a organização das esperanças	158
3.5	Novamente no Brasil: a ditadura não esqueceu o padre José Comblin	170
4	CRISTIANISMO E REVOLUÇÃO: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA TEOLÓGICA DE JOSÉ COMBLIN	191
4.1	Liberdade: a alma da revolução	192

4.2	José Comblin e a análise da prática revolucionária	209
4.3	A perspectiva teológica da liberdade em José Comblin	229
4.4	José Comblin: reafirmação de uma perspectiva teológica da ação	236
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	246
	REFERÊNCIAS	250

1 INTRODUÇÃO

Certa vez em contato com Edward Hoornaert¹, o mesmo alertou para os cuidados metodológicos com o uso de fontes do DOPS no estudo sobre José Comblin ao indicar que não funcionariam sem confrontá-las com outras informações e fontes. Fora do contexto ou sem a compreensão da produção documental de regimes repressivos, poderia encaminhar a resultados equivocados, falsos, talvez.

De tal maneira, lembrei-me de Ginzburg, “os historiadores têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é trama do nosso estar no mundo”. (2007, p. 14). Sendo assim, ao compreendermos o contexto e interesses que configuram a produção de documentos dos regimes repressivos, estejamos atentos para os falseamentos ali existentes que produzem narrativas distorcidas conforme nos chamava a atenção, Hoornaert. Observamos à produção historiográfica e o papel do historiador no sentido de contribuirmos para melhorar a transparência de uma realidade opaca que, “nem sempre foi dessa forma, pois a profissão de historiador em grande parte se desenvolveu como um agrupamento de pessoas para servir e justificar os regimes”. (HOBSBAWM, 1998, p. 48).

Na Revista Concilium nº 333, que apresentou como tema de chamada: *Padres de la Iglesia en América Latina*. (SCATENA, SOBRINO e SUSIN, 2009), o primeiro texto foi escrito pelo padre José Comblin com o seguinte tema: *Los Santos Padres de la América Latina*. A discussão deste artigo gira em torno das figuras que, segundo o padre José Comblin, viveram de fato o evangelho, atrevendo-se a sair dos edifícios “sagrados” de onde administravam suas dioceses para dirigirem suas palavras aos pobres e injustiçados do campo e da periferia.

Dentre alguns dos padres da América Latina citados por José Comblin, ali estão: Manuel Larraín (bispo de Talca, Chile), Hélder Câmara (arcebispo de Olinda e Recife), Leonidas Proaño (bispo de Riobamba, Equador), Samuel Ruiz (bispo de San Cristóbal de Las Casas,

¹ Nascido em Bruges, na Bélgica, no ano de 1930. Estudou línguas clássicas na universidade de Lovaina e teologia em preparação ao sacerdócio católico, entre 1951 e 1955. Em 1958, viajou ao Brasil (João Pessoa). Foi professor catedrático em História da Igreja, sucessivamente nos institutos de teologia de João Pessoa (1958-1964), Recife (1964-1982), e Fortaleza (1982- 1991). É membro fundador da Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina (CEHILA), coordenador para o Brasil entre 1973 e 1978, responsável pelo projeto de edições populares entre 1978 e 1992, e, entre 1993 e 2002, responsável pelo projeto "História do Cristianismo". Entre 1994 e 1997, foi pesquisador visitante no Mestrado de História da Universidade Federal da Bahia. Durante esses anos todos, administrou cursos e proferiu conferências em torno de temas como: história do cristianismo; história da igreja na América Latina e no Brasil; religião do povo. Atualmente, estuda a formação do cristianismo nas suas origens, especificamente os dois primeiros séculos. Fonte: <http://eduardohoornaert.blogspot.com>. Acesso em, 04/05/2020.

México), Gerardo Valencia Cano (Buenaventura, Colômbia); José Dammert (Cajamarca, Perú), dentre tantos outros citados bispos e padres, leigos e leigas, que compõem a geração de formação do Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM.

Nascido no Distrito de Saint Gilles, Bruxelas, em 22 de março de 1923, foi essa e outras gerações de padres latino-americanos que Joseph Jules Brasseur Comblin conviveu e que compartilhou a luta por um novo jeito de ser Igreja. Comblin faz parte deste seleto grupo, por isso, tornou-se também um padre da América Latina. Isso ocorreu depois da sua formação sacerdotal em 1947, ter feito doutorado em Teologia na Universidade de Lovaina em 1952, então aos 29 anos e de ter sido pároco em Bruxelas entre 1950 e 1958.

Filho de Firmin Comblin e Alice Brasseur, foi o primogênito dos cinco filhos do casal (André, Colette, Jacques e Monique). Seu pai era funcionário público do Ministério das Colônias, “encarregado de comprar e mandar todo o material de que a administração precisava no Congo”. (MONTENEGRO, 2019, p. 111). Sua mãe exercia a administração da casa e dos cinco filhos, composta por uma família de raízes camponesas e católica tradicional. A tarefa da sua mãe não era fácil, como destacou Muggler: “acender e manter o fogo (de carvão) o dia todo e cuidar da comida, lavar toda a roupa da família e limpar a casa, cuidar das crianças. No início do século XX, a vida num país frio trazia muitas necessidades e dificuldades”. (2012, p. 25).

Da infância à juventude, José Comblin teve pelo menos duas experiências marcantes, a formação católica e o período entre guerras - uma vez que, nasceu cinco anos depois da Primeira Guerra Mundial e conviveu com os traumas consequentes da mesma na Europa, bem como a presença da Segunda Guerra Mundial perto de casa. Sobre a formação, estudou em colégios católicos antes mesmo de decidir pelo sacerdócio e cresceu com a perspectiva religiosa tradicional do campo que, “evitava cuidadosamente qualquer contato com os liberais ou socialistas, porque qualquer contato podia contaminar a fé ou a moral”. (MONTENEGRO, 2019, p. 116). Das experiências com a guerra mencionou:

Quando tinha 15 anos, um dia um dos meus professores nos disse: ‘você são uma geração sacrificada’. Pensava: vão todos perecer na guerra. E a guerra caiu sobre nós como um furacão. Em 18 dias, o Exército belga foi aniquilado. Em 50 dias, o Exército francês capitulou e a Inglaterra ficou sozinha para enfrentar a arrogância do monstro. (MONTENEGRO, 2019, p. 114).

Sobre a experiência com a guerra, Muggler (2012, p. 29), narrou outro momento em que viajou de bicicleta para o sul da França com o seu irmão André, por orientação do governo belga para que os jovens que ainda não tinha idade militar pudesse se refugiar. Encontrou-se em Bordeaux com o seu pai, mas logo depois a região foi ocupada pelos alemães e ambos foram repatriados para a Bélgica. Conseguiu dar prosseguimento à formação sacerdotal, chegou a ter

rápida experiência como padre na Paróquia do Sagrado Coração em Bruxelas, antes de desembarcar no Brasil.

O mencionado padre chegou ao Brasil, na cidade Campinas – SP, em junho de 1958. Inicialmente foi Capelão do Colégio do Sagrado Coração de Jesus e professor no Seminário Menor de Campinas, lecionando Química e Física, já que tinha formação em Ciências da Natureza. A partir de então, não deixou mais a América Latina, com a exceção das aulas concentradas entre Janeiro e Fevereiro que ministrava em Lovaina, ou cursos, seminários e formações que participava na Europa.

Manteve sua atuação nos países latino-americanos, o que lhe custou todo um processo de tentativa para a sua expulsão do Brasil², culminando em 1972 no impedimento de entrar no país, sendo então deportado pela ditadura brasileira, a prisão no Equador em 1976 pelo governo ditatorial deste país junto com bispos que participavam de uma formação e a não permissão de continuar trabalhando e residindo no Chile a partir de 1980, pela ditadura Pinochet. Daí por que no título do nosso trabalho a palavra ditadura aparece no plural, pois, explicitamos assim, a experiência do padre José Comblin e sua atuação em tempos de ditaduras nos vários países latino-americanos dos quais percorreu.

No mestrado³, pesquisamos a experiência de formação para padres que ficou conhecida por Teologia da Enxada e suas reverberações no agreste pernambucano entre 1964-1985. Esta experiência foi coordenada pelo padre José Comblin entre 1969-1972, dividida em duas equipes, uma na cidade de Tacaimbó-PE e a outra em Salgado de São Félix-PB. Nossa dissertação de mestrado versou apenas sobre a experiência na cidade pernambucana e como a mesma impactou tal cidade e região. A partir da formação que se estabeleceu no interior pernambucano, pudemos investigar os fatores subsequentes, pois, um dos seminaristas que vivenciou tal experiência continuou morando na cidade onde a referida formação se desenvolveu, e assim, através da sua atuação na comunidade local e região, tivemos uma compreensão dos impactos para além dos anos de estudos proporcionado pela Teologia da Enxada.

² Onde aparecer ao longo do trabalho a expressão expulsão, refere-se ao processo de expulsão que se iniciou contra José Comblin desde 1968, não necessitando ser concretizado, uma vez que, foi possível impedir sua entrada no Brasil num dos seus retornos ao país das aulas que ministrava na Bélgica. Entenda-se, portanto, processo de expulsão que culminou com o impedimento de desembarcar, trabalhar, residir e continuar as atividades que desenvolviam no Brasil.

³ GUEDES NETO, Adauto. Com o mesmo calor do sol, com o mesmo peso da enxada: a experiência da Teologia da Enxada no agreste central pernambucano entre 1964 e 1985. Dissertação. Curso de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 203p., 2013. A mesma foi publicada, ver: GUEDES NETO, Adauto. **Teologia da Enxada e Ditadura Militar**: relações de poder e fé no agreste pernambucanos entre 1964-1985. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

Em continuidade ao que analisamos no mestrado, buscávamos no doutoramento, inicialmente, pesquisar as formações similares à Teologia da Enxada ou que dialogavam com uma perspectiva de formação para sacerdotes que rompiam com os modelos tradicionais. Por ser um universo muito amplo, optamos por analisar tais perspectivas de formação a partir dos projetos coordenados pelo padre José Comblin ou que tinham relação com ele, mas, ao nos depararmos com uma série de documentos sobre o padre belga, nossa pesquisa foi mais uma vez redirecionada, desta vez, para analisar a trajetória do padre Comblin durante décadas de ditadura na América Latina. Dessa maneira, a presente tese ampliou as contribuições historiográficas a partir das lacunas existentes nas pesquisas sobre o clero progressista na América Latina, especialmente por analisar tal processo no Brasil e no Chile, tendo como perspectiva a trajetória do padre José Comblin entre meados dos anos 1960 e 1980.

Para tanto, as aulas do doutorado contribuíram para fortalecer o redirecionamento da pesquisa, sobretudo ao estudarmos a temática da trajetória de vida na disciplina: Introdução ao estudo da escravidão e comércio atlântico de escravos⁴. Muito embora a temática da disciplina estivesse distante do locus temporal da nossa abordagem, os estudos que realizamos sobre Rosalie Nação Poulard⁵, contribuíram para apontar caminhos e acentuar as possibilidades da realização de pesquisas pautadas em trajetórias.

Pelo menos, duas questões se tornam atemporais nos estudos históricos: a existência das relações sociais e políticas ao qual o mesmo se desenvolve e o método utilizado que delimita e confere status científico ao ofício do historiador. São esses aspectos que utilizamos para relacionar o texto em questão à pesquisa que desenvolvemos sobre a trajetória do padre José Comblin, tendo em vista que, as lutas empreendidas por Rosalie e até mesmo por seu neto Edouard Tinchant, primeiro pela garantia legal da sua liberdade (caso de Rosalie) e depois por direitos de cidadania e em defesa da igualdade entre homens e mulheres (caso de Edouard), foram objetos de lutas do mundo vivido por Comblin e ainda fazem parte do horizonte a ser alcançado pela sociedade contemporânea.

Para explicar a trajetória de Rosalie Nação Poulard, Rebecca Scott e Jean Hébrard, inicia seu trabalho pela 3ª geração da família, representada por Edouard Tinchant e sua luta por direitos

⁴ Durante o semestre 2018.2, tivemos a oportunidade de discutir a escravidão e o comércio atlântico de escravos na disciplina ministrada pelo professor Marcus de Carvalho, sobre diferentes aspectos e organizada didaticamente pelos seguintes eixos-temáticos: Comércio atlântico de escravos e mundo atlântico; Identidades; Trajetórias de vida; Demografia e História Social.

⁵ SCOTT, Rebecca e HÉBRAD, Jean. Rosalie Nação Poulard: liberdade, direito e dignidade na era da Revolução Haitiana. *Afro-Ásia*, 46 (2012), 61-95. E também o livro: SCOTT, Rebecca e HÉBRAD, Jean. *Provas de Liberdade: uma Odisseia Atlântica na era da Emancipação*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

na constituinte do estado da Lousiana. Este é o fio que nos conduz às origens do pensamento e defesa política assumida na vida entre ambos, avó e neto. A luta pela liberdade é somada aos esforços de Rosalie na defesa da palavra escrita, entendendo a importância do documento escrito como prova da sua condição de liberta, sobretudo num momento político conturbado, caracterizado pelos conflitos externos como A Revolução Francesa e o pós-revolução no período do consulado e domínio de Napoleão, além da situação revolucionária interna vivida pelo Haiti, onde tais garantias se fragilizam pelos diferentes interesses entre os polos em disputa.

Como nos explica Ginzburg (1989), o historiador é tal qual um detetive em busca de indícios, rastros, pistas deixadas pelo objeto de pesquisa. De tal forma como fizera Scott e Hébrard, ao perseguir em documentos a trajetória de Rosalie desde o Senegal e sua peleja entre São Domingos e Santiago de Cuba, ao reencontro com a sua filha Elisabeth em Nova Orleans por duas vezes, primeiro para lhe entregar cópia da sua certidão de batismo e depois no batizado do seu neto. Ambos momentos foram confirmados pelo trabalho detetivesco dos autores que, encontraram em listas de tripulantes de um navio e na certidão de batizado do filho de Elisabeth, a presença de Rosalie. Somamos a tal perspectiva a necessidade da problematização.

Segundo Barros, “problematizar é levantar uma questão sobre algo que se constatou empiricamente ou sobre uma realidade que se impôs ao pesquisador”. (2017, p. 19). Sendo assim, conforme descrevemos na introdução desta tese, ao estudarmos no mestrado a experiência da Teologia da Enxada, tomamos conhecimento do padre José Comblin, e portanto, algumas indagações posteriores foram se estabelecendo, sobretudo os motivos que levaram o padre belga a ser expulso do Brasil em 1972 e do Chile em 1980, países que viviam sob ditaduras militares. Desta realidade que se impõe, fomos buscando as respostas na sua trajetória entre ambos os países.

Diferentes estudos de trajetórias de vida têm nos demonstrado a capacidade de análise do contexto a partir do sujeito. Para tanto, ressaltamos o conceito de biografia modal e/ou social do historiador francês François Dosse (2009). Entendemos tal perspectiva como primordial para a compreensão de uma das questões centrais que problematizamos. Qual seja: a relação teórico-prática presente na atuação do padre José Comblin por um novo jeito de ser Igreja e as implicações que isso lhe trouxe em tempos de ditaduras na América Latina. É por intermédio da atuação do padre Comblin e sua rede de sociabilidade que buscamos tal compreensão.

Aliás, seja na expressão *através* ou *por intermédio*, que Benito Schmidt (2000) nos orienta, nas quais objetivamos estabelecer a relação indivíduo-grupo-contexto.

A partir da perspectiva central descrita, onde buscamos compreender na relação teórico-prática da atuação do padre José Comblin, sua busca por um novo jeito de ser Igreja, estabelecemos os seguintes problemas: Quais foram as primeiras experiências vivenciadas pelo padre José Comblin em sua trajetória na América Latina até ser expulso do Brasil em 1972? Como podemos através da trajetória do padre Comblin identificamos um novo jeito de ser Igreja? Conhecer através da sua atuação o contexto das ditaduras do Brasil e do Chile? Como se caracterizou o trabalho desenvolvido por Comblin e a sua relação com a atuação de movimentos católicos na América Latina, especialmente no Nordeste brasileiro? Qual era a ideia de catolicismo defendida pelo teólogo e intelectual José Comblin e como as mesmas se articulavam no contexto da América Latina na defesa de um novo projeto para a Igreja Católica latino-americana? No processo de investigação científica, a formulação de hipóteses é o passo seguinte aos problemas levantados. De acordo com Barros, “antes de tudo, a hipótese corresponde a uma resposta possível ao problema formulado”. (2017, p. 19). Sendo assim, para a problematização proposta, formulamos as seguintes hipóteses:

Interligada às conclusões do Concílio Vaticano II (1962-1965)⁶, existiram ali representadas diferentes correntes que refletiam sobre a atualização das ações da Igreja Católica em relação aos desafios do momento presente. Entre as correntes que desejavam mudanças mais significativas e àqueles que defendiam a permanência na maneira da Igreja proceder, o padre Comblin estava entre os que impulsionaram as modificações que se realizaram, mas que não se contentaram com as mesmas, uma vez que pretendeu um catolicismo dos pobres, para os pobres – uma Igreja Povo de Deus. Daí porque o identificamos com o grupo que foi além do Concílio através das orientações definidas pelo pacto das catacumbas. O mesmo, que teve como um dos principais articuladores e signatário, dom Hélder Câmara (arcebispo de Olinda e Recife, 1964-1985), definiu um estilo de vida para bispos e padres em consonância com o estilo de vida da maioria pobre. Além disso, o padre Comblin se identificava com uma tradição do pensamento católico identificada com os movimentos de liberdade e contestação à hierarquia do poder católico, dentre os quais alguns foram denominadas de heresias pela cúpula eclesial. Estes, tem relação com o cristianismo primitivo e que, segundo a perspectiva defendida pelo sacerdote, foi

⁶ O Concílio Vaticano II foi o Concílio Ecumênico da Igreja Católica, convocado no dia 25 de Dezembro de 1961, através da bula papal "Humanae salutis", pelo Papa João XXIII. Ele foi realizado em 4 sessões em que mais de 2 000 Prelados, convocados de todo o planeta, discutiram e regulamentaram vários temas da Igreja Católica. As suas decisões estão expressas nas 4 constituições, 9 decretos e 3 declarações, elaboradas e aprovadas pelo Concílio, tendo sido concluído em dezembro de 1965, sob o papado de Paulo VI.

base para as revoluções da modernidade, tais como: as guerras camponesas no bojo da cisão cristã promovida pela reforma protestante e de grupos ligados à revolução inglesa.

Desta maneira, os primeiros passos do Comblin na América Latina, esteve associado às ebulições provocadas com as discussões e resoluções que foram surgindo ao longo do Concílio II e imediatamente posterior a ele. Tal processo, contribuiu para a reivindicação por parte de seminaristas, por exemplo, de novos modelos de formação para padres, dos quais José Comblin participou no Brasil como formador.

Essa perspectiva de pensamento aponta para a identificação do padre Comblin com o que se convencionou denominar clero progressista no Brasil e toda América Latina, na busca por um novo jeito de ser Igreja e que, portanto, estava em lado oposto ao grupo divergente, os conservadores. Ambos os grupos católicos, tanto no contexto interno, quanto externamente estiveram em oposição. Fosse a respeito, por exemplo, de transformações da sua estrutura interna ou das posições que publicamente tomavam, tais como o apoio ou não a golpes militares, às ditaduras e a prática de torturas por esses regimes.

A prática intelectual do padre José Comblin, caracterizada por vasta publicação de artigos e livros, além de contribuir para expor suas ideias, formar e informar grupos, geraram em contrapartida o fundamento das suas expulsões pela ditadura brasileira em 1972 e chilena em 1980. Defendemos a hipótese da relação entre as publicações na imprensa escrita do estudo coordenado por Comblin sobre o documento base da II CELAM em 1968⁷ com a sua posterior expulsão do Brasil, bem como, a publicação da Ideologia da Segurança Nacional e a sua expulsão do Chile, ambas associadas ao contexto de ditadura vivido nestes países. Muito embora houveram momentos em que se intensificaram os conflitos entre membros do clero católico e a ditadura, o que ocasionou na expulsão de padres, sobretudo os estrangeiros, vislumbramos a possibilidade de no caso Comblin sua situação também se associar à sua produção intelectual.

Através da documentação produzida pela rede de informações da ditadura brasileira, podemos compreender como se processou a expulsão do padre, além de adquirirmos um olhar por dentro – de como funcionava a tal cadeia de informações a partir dos Centros de Informações do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e do Ministério das Relações

⁷ A II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada na cidade de Medellín (Colômbia), entre os dias 24 de agosto e 06 de setembro de 1968, produziu um importante e significativo documento – As Conclusões de Medellín – que registraram as posições da Igreja da América Latina, que assumiu uma posição libertadora frente à opressão no continente. O objetivo do Papa Paulo VI, como diz o próprio título da proposta da Conferência, era ler a realidade latino-americana à luz do Concílio Vaticano II. Os bispos fizeram mais do que isso: leram o Concílio à luz da realidade latino-americana. Fonte: <http://periodicos.pucminas.br>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

Exteriores. Tal perspectiva nos trará dupla resposta, seja em relação à vinculação da expulsão do sacerdote do Brasil à análise produzida e divulgada na imprensa, seja a compreensão do *modus operandi* da ditadura contra seus opositores.

De tal forma, deparamo-nos aos conflitos que envolveram Igreja e Estado. Se em 1964 houve apoio católico ao golpe de 1964, seja pelas marchas da família com Deus pela liberdade ou por declaração oficial da CNBB, a partir de 1968 com a promulgação do AI-5, o aumento da violência e perseguição ao clero, observaremos uma ala do catolicismo se posicionando cada vez mais veemente e publicamente contra a ditadura. Além da defesa dos direitos humanos, associamos como justificativa para os embates entre representantes da Igreja e do Governo a posição anticapitalista do seguimento católico progressista, corrente esta que a identificamos com muitas das posições em destaque por Comblin.

Se por um lado a sua atuação intelectual é destacada, por outro sua participação em atividades práticas de formação é possível de ser percebida desde a sua chegada ao Brasil em 1958, quando foi professor no Seminário Menor de Campinas e depois no início dos anos 1960, como professor de Filosofia na Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica Campinas. Mas, foi atuando junto às formações que rompiam com a perspectiva tradicional que Comblin vivenciou projetos mais identificados com o que defendia. Entre 1969 e 1971, coordenou a formação denominada de Teologia da Enxada⁸ no interior pernambucano e paraibano, e quando esteve no Chile, tal realidade foi posta em prática com algumas adaptações e mais densidade na criação do Seminário Rural de Talca⁹. Se a primeira, teve como objetivo formar padres que melhor compreendessem a realidade de onde atuariam, especialmente o campo, a segunda não foi diferente, acrescentando-se o respeito às características locais.

A formação que caracterizou a Teologia da Enxada e o Seminário Rural de Talca, continuou com a volta de Comblin para o Brasil no início dos anos 1980, quando da criação do Seminário Rural no sítio Avarzeado, em Pilões-PB, que logo mudou-se para Serra Redonda-PB onde existiu por mais tempo como Centro de Formação Missionária. Esta foi a base do projeto de formação de padres, leigos e leigas, missionários e missionárias do campo que, fundamentou a atuação de diversos grupos católicos e movimentos sociais no nordeste

⁸ A Teologia da Enxada foi uma experiência de formação para padres que, parte do processo de formação se deu fora do seminário com os seminaristas vivendo nas comunidades e vivenciando as experiências da vida cotidiana dos agricultores e agricultoras. Esta primeira experiência vivida entre 1969-1971, foi experimentada por dois grupos coordenados por José Comblin, um grupo em Salgado de São Félix-PB o outro em Tacaimbó-PE, e tinham o acompanhamento dos professores do II SERENE.

⁹ Talca, à cerca de 255km de Santiago, é a cidade capital da região de Maule, onde José Comblin tinha residência fixa quando morou no Chile por oito anos. Ali perto, em Alto de las Cruces, foi fundado em 1979, o Seminário Rural que, contou com a participação efetiva de José Comblin em sua implementação.

brasileiro. As mudanças que propunha, passava também, por novos modelos de formação, e isso, vamos verificamos que esteve presente constantemente na sua trajetória pela América Latina.

A perspectiva do pensamento teológico do padre Comblin, vem das influências de sua formação ainda no Seminário de Malinas¹⁰ - Bélgica, sobretudo na ideia de Teologia das realidades terrestres¹¹ que, problematiza as práticas cristãs no mundo real e que foi ratificada pelo Vaticano II através da *Lumen Gentium*¹², derivando, inclusive, as chamadas Teologias do Genitivo ou setoriais. Isto, decerto, contribuiu para as análises de conjuntura que elaborou sobre a prática cristã ou a ação da Igreja Católica no mundo. Daí, portanto, derivam algumas das questões que teve de enfrentar em momentos de ditaduras na América Latina devido sua perspectiva teológica social.

São os elementos que elencamos até aqui a partir das hipóteses em destaque que permitem-nos construir como foi se configurando no recorte da trajetória de José Comblin, um novo jeito de ser Igreja e suas implicações em tempos de ditadura, tendo como uma das referências a relação constante de teoria e prática na atuação do padre belga.

Uma vez expostas as problematizações e hipóteses, trataremos das questões teórico-metodológicas que as fundamentam. Sendo assim, estando delimitado nosso objeto de pesquisa na perspectiva da História Política enquanto enfoque, sobretudo, no que concerne ao contexto das ditaduras na América Latina, especialmente no Brasil, abordaremos com relação ao tratamento de fontes a análise qualitativa e leitura crítica do documento, bem como o método das redes sociais. Esta última, definida metodologicamente como “um conjunto de relações específicas (por exemplo, colaboração, apoio, aconselhamento, controle ou ainda influência) entre um conjunto finito de atores”. (LAZEGA e HIGGINS, 2014, p.07-08). Fundamental para compreendermos como se deu a relação do padre Comblin com o universo intelectual e católico na busca pelas transformações das quais defendia.

¹⁰ Município belga, pertencente ao distrito de Mechelen – província de Antuérpia, região de Flandres. Está a cerca de 30km da capital, Bruxelas.

¹¹ A Teologia das realidades terrestres, assim como a teologia do trabalho, da esperança, da libertação, são alguns exemplos das chamadas teologias do genitivo, no sentido de que o genitivo, é o objeto da realidade sobre o qual se aplica a reflexão teológica. Neste sentido, Comblin publicou Teologia da Paz, Teologia da Cidade e Teologia da Revolução, por exemplo. Sua aproximação com a perspectiva da Teologia das Realidades Terrestres se devem às influências de seu professor do Seminário de Malinas, Gustave Thils.

¹² Na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, um dos textos mais importantes do Concílio, foram reafirmadas várias verdades eclesiológicas. Ele trata da natureza e da constituição da Igreja, não só enquanto instituição, mas também como Corpo Místico de Cristo. A partir daí, a Igreja passou a ser vista não apenas como uma instituição hierarquizada, mas também como uma comunidade de cristãos espalhados por todo o mundo e constituintes do Corpo Místico de Cristo. Fonte: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2021-03/eclesiologia-lumen-gentium-padre-geron-schmidt.html>. Acesso, em: 04 jun. 2021.

Do ponto de vista da abordagem com relação ao campo de observação, trataremos da sua trajetória tendo como pressuposto a perspectiva da biografia-problematizada, a qual, analisa a trajetória de indivíduos que:

Ofereceram suas vidas não para o enaltecimento de sua memória ou para o deleite de leitores interessados em curiosidades históricas e na vida de grandes homens. Suas vidas serão matéria-prima para uma biografia-problema”. (BARROS, 2009, p. 195).

Nesta, o agente histórico estudado ultrapassa a individualidade para alcançar o contexto ou o ambiente social que caracteriza as dimensões da sua época ou de parte dela.

Com isso, tendo em vista a perspectiva metodológica apresentada, analisaremos as mais variadas fontes que embasam essa pesquisa histórica, muito embora salientamos as dificuldades de pesquisar conforme planejamos, tendo em vista os problemas em decorrência da pandemia da covid-19, pois, se tínhamos começado a pesquisa antes do fechamento dos arquivos e instituições, esta ficou inconclusa e buscamos contemplar através da busca em acervos digitalizados, como no caso do Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin da UNICAP, o Serviço de Informações do Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional de Chile.

Dito isto, utilizamos fontes como: cartas escritas e recebidas pelo padre José Comblin, outros documentos pessoais (artigos, textos de estudos, panfletos, recortes de jornais) disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin – UNICAP. A entrevista que concedeu e foi publicada por Antônio Montenegro¹³ e o livro de memórias publicado por Monica Muggler¹⁴. Seu prontuário no DOPS, histórico e grande parte da documentação produzida pela rede de informações da ditadura militar brasileira, disponíveis no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Recife-PE e no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN. Dentre elas, **Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica – CISA:** - Dados sobre o Padre Joseph Comblin; Encontro de Comunidades Eclesiais de Base (1980). **Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça – DSI/MJ:** - Processo DICOM nº 75.070 (1976); Dossiê sobre o padre Joseph Jules Comblin (1981). **Fundo Serviço Nacional de Informações – SNI:** Informações confidenciais produzidas pelo Estado brasileiro sobre: Atividades do padre Joseph Jules Comblin no Brasil, conforme descrição que segue: o padre Joseph Comblin entrou no Brasil em 1958 permanecendo até 1962, em 1965

¹³ Ver em: MONTENEGRO, Antônio Torres. Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990). Recife: CEPE, 2019. As entrevistas que compõem este livro, dentre elas a do padre José Comblin, foram realizadas entre 1997-1999 através do projeto de pesquisa Guerreiros do Além-Mar sob a liderança do autor com apoio do CNPq.

¹⁴ Ver em: MUGGLER, Monica Maria. Padre José Comblin: uma vida guiada pelo Espírito. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012.

retornou ao país tendo permanecido até 1972, período em que trabalhou junto a Hélder Câmara e divulgou ideias marxistas. Em maio de 72 tentou retornar ao Brasil, sendo impedido de desembarcar, fato que serviu para uma campanha de críticas às autoridades brasileiras. Em 1980 Joseph Comblin retornou ao Brasil e tem desenvolvido atividades principalmente na área rural.

Também faz parte deste acervo: a atuação de missionários estrangeiros no Brasil: o conselho permanente da CNBB, reunido no período de 22 a 25 nov 83, decidiu realizar minucioso levantamento sobre as concessões de vistos para missionários estrangeiros, a fim de apurar se existe discriminação contra a igreja católica e outras igrejas cristãs, por parte do governo. Segundo os religiosos, enquanto existe discriminação contra as igrejas cristãs, certos tipos de missionários vindo dos Estados Unidos com teorias fundamentalistas, não ligados as problemáticas sociais, tem entrada facilitada. Utilização do problema pela esquerda clerical para caracterizar perseguições. Em despacho do Ministro da Justiça, o mesmo esclarece que não existe discriminação ou má vontade com a igreja. - Atividades de grupos religiosos; Religiosos estrangeiros envolvidos nas questões fundiárias; Publicações esquerdistas; Atuação da Igreja Católica no Brasil; Cartas possivelmente escritas pelo padre José Comblin; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Padre Joseph Pierre Auguste Servat: de nacionalidade francesa, elemento comunista, revolucionário e pertencente a ala renovadora da igreja. Seu trabalho se caracteriza pela conscientização e organização de comunidade de base, pregando a revolução libertadora. Animação dos Cristãos no Meio Rural – ACR; Dados sobre o Clero Católico de 1976: mapas com registros da divisão eclesiástica na PB, PE, AL e RN; Dossiê sobre a orientação política da CNBB;

Parte da obra que escreveu também foram incluídas como fonte, dando ênfase aos temas relacionados à revolução, ação e liberdade. Arquivos pessoais, como os do próprio José Comblin e também dos seminaristas da Teologia da Enxada: Raimundo Nonato e João Batista. Documentação da imprensa escrita que veicularam matérias sobre o padre Comblin entre 1969 e 1972, sobretudo Jornal do Comércio, Jornal da Noite, Diário de Pernambuco e a Revista Cruzeiro. Revistas onde Comblin publicou artigos, como a Concilium, Estudos Bíblicos, Vida Pastoral, para citar algumas. Também, o documento oriundo das caravanas da anistia e da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, uma vez que o consideramos capítulo final das perseguições sofridas pela ditadura brasileira.

Sendo assim, no que concerne ao uso de cartas como fonte, segundo Teresa Malatian, “trata-se de documentos escritos com a preocupação de alcançar um destinatário. Tal preocupação os torna testemunhos de redes de comunicações entre indivíduos e grupos”. (2012, p. 203). Percebendo o uso das correspondências a partir dessa perspectiva, para além da

individualidade que caracterizam esse documento, teremos a noção de relação de vínculos dos quais indivíduos se inserem em dado contexto, bem como as articulações e o alcance social proveniente de tal rede de comunicação e relação. No entanto, nunca é demais reforçar que “nenhum documento pode iluminar por si só um tema. A confrontação com outros documentos se impõe, abrindo ao historiador novas perspectivas e novos ângulos de compreensão”. (MALATIAN, 2012, p. 205).

Por isso, a multiplicidade de fontes em confrontação que embasa a pesquisa em tela, presentes em diferentes arquivos que analisamos. Pensando aqui o arquivo como lugar social (RICOUER, 2007, p. 177), sem obediência cega a seu poder absoluto, mas o admitindo como condição da história (ROUDINESCO, 2006, p. 09). E, para que não façamos do documento, monumento, como nos ensina Le Goff (2013), daí o porquê da necessidade de uma análise qualitativa do texto e crítica das fontes, onde:

Identificar com precisão a simbologia contida em um texto escrito implica, em um primeiro momento, estabelecer o contexto histórico do documento, não apenas definindo as relações entre seus conteúdos e a época em que o mesmo foi produzido, como também reconhecendo o(s) seu(s) autor(es). (SAMARA e TUPY, 2010, p. 121-122).

Também nessa perspectiva, Barros assinala que “a riqueza de qualquer texto está no fato de que ele é simultaneamente um objeto de significação e um objeto de comunicação cultural entre sujeitos”. (2009, p. 136). O mesmo está se referindo à tríplice abordagem do documento, ou seja, em si na sua dimensão interna (intratexto), da relação entre fontes (intertexto) e da relação do documento com a realidade que o produziu (contexto). Portanto, é imprescindível inquirir e questionar as fontes, pois “para o historiador, o documento não está simplesmente dado, como a ideia de rastro deixado para sugerir. Ele é procurado e encontrado. Bem mais que isso, ele é circunscrito, e nesse sentido constituído, instituído documento, pelo questionamento”. (RICOUER, 2007, p. 189). Este autor, indica a necessidade de ir além dos rastros, problematizando-os, interrogando sobre a sua existência e preservação, tal qual também nos alerta, Le Goff (2013).

Ao trabalharmos com fontes de regimes repressivos, questionar os documentos e estabelecer a análise tríade: intratexto-intertexto-contexto, é condição essencial para o bom desempenho da pesquisa e seus resultados. Conforme Bauer e Gertz, “tornar-se imprescindível estar atento às sutilezas que essas fontes possuem, e às evidências que trazem subentendidas”. (2012, p. 190). Mas, se por um lado, o nível de exigência em problematizar tais fontes que compreendem o nosso recorte temporal é alto, analisar os anos 1964-1985, garante-nos outras possibilidades, porém, não menos exigentes, tal qual revistas e jornais.

Tendo em vista também a necessidade de analisarmos as fontes impressas das quais dispomos, estabelecemos como objetivo analisar os jornais para além da categoria de fontes históricas, e, conforme Maria Helena Capelato (1980, 2014), dar-lhes a observância de objeto de estudo.

Para Capelato,

Nos balanços realizados com o intuito de verificar os resultados das renovações historiográficas, observa-se que os historiadores têm incorporado a imprensa, não só como fonte, mas também como objeto de pesquisa em relação a diferentes períodos da história do Brasil. (2014, p. 300).

Nesta perspectiva, buscamos compreender como os jornais que serviram de canais de irradiação das notícias sobre o padre Comblin e grupos pertencentes ao catolicismo progressista, atuaram como atores políticos e se relacionaram com os poderes políticos constituídos de então. Para tanto, Maria Helena Capelato orienta para a dimensão imprensa/empresa dos jornais, onde “é possível concluir que seus representantes atuaram, não apenas como proprietários e funcionários de empresas jornalísticas, mas também como atores políticos de destaque”. (2014, p. 314), tendo, inclusive, preponderância na formação da opinião pública.

Entendendo os jornais/empresas como atores e formadores de opiniões, especialmente durante governos ditatoriais, recorte desta tese, pode-se justificar o uso pelo Estado repressor de matérias veiculadas na imprensa escrita como o suporte necessário que endossavam a violência e engordavam os dossiês e prontuários de perseguidos políticos. Daí, portanto, a necessidade de tal instrumentalização a respeito dos impressos.

Sobre outro tipo de impresso – os livros, o historiador estadunidense Robert Darnton, tornou-se profundo estudioso e grande referência. Tal feito se deve ao fato do seu estudo biográfico sobre o líder dos girondinos durante a Revolução Francesa, Jacques-Pierre Brissot. Na verdade, seu projeto inicial de escrever a biografia do líder girondino não foi adiante, e parte dessa causa nos serve como perspectiva teórico-metodológica para o nosso desafio sobre a trajetória do padre belga na América Latina.

Não tem como não associar o método acima mencionado a quaisquer trabalho de pesquisa em História. Daí porque não tive como ler o mencionado texto sem contudo não relacioná-lo à pesquisa que desenvolvíamos.

No entanto, é importante salientar a partir do processo revisão bibliográfica, os estudos já desenvolvidos sobre o tema em tela, bem como as contribuições da nossa pesquisa às lacunas existentes.

A partir do Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin da UNICAP¹⁵, é possível acessar a rede de produção sobre o padre, tanto através dos grupos de estudos que interligam a UNICAP, PUC-SP e UFPB, quanto através das pesquisas concluídas e em andamento, disponíveis.

São seis trabalhos de doutoramento e treze de mestrado concluídos¹⁶. Em andamento, são três de doutorado e dois de mestrado. Na sua maioria, as abordagens são do campo da Ciência da Religião, destacando, sobretudo, a Teologia em José Comblin. São pesquisas realizadas em diversas instituições, Como: PUC-RIO, PUC-PR, PUC-RS, UCLouvain – Bélgica, UFBA, FAJE-BH, dentre outras, o que demonstra a disseminação e interesse no país e no exterior, sobre Comblin e sua obra.

Discorreremos sobre as teses concluídas para de tal forma apresentar brevemente o que foi produzido tendo como referência o sacerdote belga, e assim, delimitar em meio as pesquisas já concluídas a originalidade que justifica nosso trabalho.

Em 2013 foi concluída a tese intitulada: *Le Collège pour l'Amérique latine de Louvain et son ancrage au Brésil: outil d'un projet d'Église, 1953-1983*¹⁷. A mesma trata de analisar a criação do Colégio Pró-América Latina de Louvain - COPAL, fundado em 1953 a pedido da Santa Sé para atuar na formação de missionários a serem enviados à América Latina. A relação com José Comblin está no fato de o padre ter sido formado pelo COPAL antes da sua ida para o Brasil.

A relação entre a criação do COPAL e o padre Comblin, também foi analisada por Ottaviani e Frezzato (2018), num trabalho que destaca o processo e contexto histórico de surgimento do mencionado Colégio e das notas escritas por Comblin sobre sua compreensão a respeito da missão do COPAL. Quando analisou o papel do Colégio ao atender a demanda pautada pela Encíclica *Fidei Donum*¹⁸, especialmente sobre preencher a necessidade de padres

¹⁵ A constituição do Centro Comblin justifica-se por sua importância acadêmica, pelas perspectivas histórica e teológica, e sobretudo pela continuidade de desenvolvimento das pesquisas concentradas especialmente na reflexão teológica latino-americana. Após a morte de José Comblin em março de 2011, foi criado na UNICAP o Núcleo de Estudos José Comblin, visando a reunir os pesquisadores e interessados na reflexão crítica sobre seu pensamento comprometido com uma espiritualidade libertária e com a realidade dos pobres e da Igreja. Esse núcleo destina-se à conservação e disponibilização de seu acervo. Visando a preservar essa memória histórica, transformamos o Núcleo de Estudos José Comblin para o Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin que se dispõe a reunir, custodiar, catalogar e digitalizar o acervo de documentos pessoais de José Comblin. O objetivo maior é que, após sua organização, estes possam ser disponibilizados à pesquisa.

¹⁶ Para verificar os títulos de dissertações e teses, em desenvolvimento ou concluídas, ver em: <http://www.unicap.br/comblin/pesquisa>. Acesso em: 04 jun. 2021.

¹⁷ Ver: SAPPJA, Caroline. *Le Collège pour l'Amérique latine de Louvain et son ancrage au Brésil: outil d'un projet d'Église, 1953-1983*. Tese. UCLouvain, Louvain, 2013. A mesma pode ser acessada no site: <https://dial.uclouvain.be>. Acesso em: 31 maio 2021.

¹⁸ *Fidei Donum* significa Dom da Fé, foi uma encíclica do Papa Pio XII, escrita em abril de 1957, com o fim de estimular as missões católicas. Nela, Pio XII exorta os bispos, principalmente europeus, a cederem padres

em regiões periféricas mundiais, mas também ao se colocar no combate contra o crescimento do comunismo na América, devido a revolução cubana de 1959, assim, Ottaviani e Frezzato se referem,

Comblin desconstrói as premissas da carta Encíclica *Fidei Donum*, de Pio XII, afirmando que a presença de comunistas no Brasil é irrelevante e que o comunismo e sua crítica da religião não poderão atingir o sentimento religioso do povo brasileiro e latino-americano, tal como foi ocorrido na Europa. Por meio dessas “Notas”, o autor mostra que o problema do Brasil não está na quantidade de missionários a receber, seja da Bélgica ou de outros países europeus, mas na qualidade de um projeto de evangelização que eles e o clero local venham a desenvolver em conjunto. (2018, p. 599).

Há duas questões a considerar, uma diz respeito ao comunismo na América Latina que, para o padre, não atingiria o sentimento religioso latino-americano tal qual ocorreu na Europa. E, chama atenção para a necessidade de construção de um plano conjunto de evangelização entre o COPAL e as dioceses locais da América Latina. O que nossa pesquisa acrescenta em relação a este trabalho, são as experiências de formação que estão associadas à trajetória do padre Comblin na América Latina, tais como, as que se desenvolveram a partir do Seminário Regional Nordeste II e sua atuação no Chile.

Entre as pesquisas até então concluídas e citadas no Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, uma no campo da História que dialoga diretamente com o nosso trabalho, é a tese de Marcos Roberto Brito dos Santos (2014), *Padre José Comblin e a ditadura militar: religião, discurso e práticas cristãs nos anos de chumbo*. Nela, é analisado o estudo elaborado por Comblin a partir do documento base da II Conferência Episcopal Latino-americana, tendo como viés a análise de discurso a partir da repercussão de tal documento no recorte entre 1968 e 1972. O autor trabalha para demonstrar os “discursos produzidos pelos diversos agentes religiosos, em especial, as formas como, através destes, legitimaram suas posições, suas propostas de ação e seus projetos sócio-políticos”. (2014, p. 05). Nisso, há uma clara diferença em relação a nossa abordagem, pois, tratamos da trajetória do padre belga no período de governos ditatoriais na América Latina, e como o modelo de catolicismo por ele defendido não foi tolerado por tais ditaduras que, em resposta, o perseguiu.

Outros fatores de distinção, dizem respeito ao recorte estabelecido, o nosso mais amplo, bem como as fontes que dispomos, tais como, para citar algumas não utilizadas por Santos (2014), as correspondências de José Comblin e algumas das comunicações internas dos centros

diocesanos para dioceses com carência de sacerdotes. Padres *Fidei Donum* foram atuar na África e América. Na América, está associada além da necessidade de padres, ao combate contra o avanço do comunismo em detrimento da Revolução Cubana de 1959.

de informações da ditadura brasileira, sobretudo os telegramas do Ministério do Exterior que tratam da sua expulsão do Brasil e repercussão no exterior.

Em 2014, foi realizada a defesa da tese: *El análisis de la desconexión de sentido entre la esperanza y la acción humana a partir de la obra de José Comblin*, na Universidade belga UCLouvain. Não tivemos acesso ao texto integral, mas a autora, Alzirinha Souza, publicou parte do resultado da sua pesquisa em artigo no ano seguinte: *Análise da ação humana a partir do pensamento de José Comblin (2015)*¹⁹. A partir do artigo, temos uma ideia dos resultados da sua pesquisa de doutoramento, da qual afirmou ter chegado ao seguinte resultado final: “há uma desconexão de sentido entre a Esperança e a realização da ação humana”. (SOUZA, 2015, p. 10). Sobre a questão que envolve a desconexão entre esperança e ação humana a autora buscou em sua tese com a seguinte perspectiva central, trabalhar “a partir da obra e do pensamento de José Comblin, uma vez que em sua visão Esperança e Ação humana não são jamais desconectadas”. (SOUZA, 2015, p. 10).

Desta feita, tendo como referência a Teologia Prática, Alzirinha Souza elencou como questões centrais a responder:

- a) A Teologia de José Comblin pode ser considerada como Teologia Prática?
- b) Qual é a compreensão de Esperança e Ação humana em seu pensamento e como essas se vinculam?
- c) De uma maneira mais ampla, qual é a contribuição de seu pensamento à Teologia da ação e à Teologia Prática? (2015, p. 10).

Contudo, sua pesquisa é voltada, como podemos perceber na problematização exposta, para o âmbito da Teologia, especialmente numa perspectiva da relação entre Teologia, ação e prática. Dessa maneira, contribui para nossa pesquisa ao colocar a perspectiva de atuação do padre belga, vinculada a um campo próprio que está associado à Teologia e realidades terrestres. Ou seja, na reflexão de um mundo espiritual que também se faz presente na ação contra as injustiças do mundo real. No entanto, partimos de José Comblin para compreendermos aspectos do contexto histórico que caracterizam sua trajetória nos recortes que estabelecemos, sendo então, uma pesquisa de História que, analisa os aspectos políticos e sociais de então.

Outra pesquisa do campo da Teologia, foi a pesquisa desenvolvida por Carlos Roberto de Oliveira Charles, na PUC-RIO, defendida em 2015. A mesma: *Comunidade segundo o Espírito: fraternidade e libertação. Uma aproximação pneumatológica entre Francisco de Assis e José Comblin*, parte do conceito de comunidade, pretendendo abordar a questão da

¹⁹ Ver: SOUZA, Alzirinha Rocha de. Análise da ação humana a partir do pensamento de José Comblin. *Paralellus*, Recife, v. 6, n. 11, Especial José Comblin, p. 9-18, 2015. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/529/pdf>. Acesso em: 31 maio 2021.

fraternidade e libertação, isto, através da articulação entre a experiência espiritual de Francisco de Assis e a Pneumatologia²⁰ da libertação em José Comblin.

Segundo o autor desta tese,

As obras de Francisco e as de Comblin, das quais partimos, fornecem-nos elementos claros, para que possamos dizer que a experiências de “comunidade”, tão distintas e ao mesmo tempo tão próximas, vividas pelo movimento franciscano e pelas CEBs é uma experiência do Espírito Santo. É esta a ideia que pretendemos sustentar ao longo de toda a pesquisa. (CHARLES, 2015, p. 15).

Esta pesquisa, até nos permite um diálogo sobre a perspectiva que analisa aspectos do pensamento combliniano e como relaciona os aspectos da fé a ação no mundo real. Inclusive, também podemos associar ao estudo desenvolvido por Alzirinha Souza (2015), no que concerne a sua análise sobre a Teologia Prática em Comblin. Mas, no trabalho que aqui desenvolvemos, tratamos as ideias de Comblin a partir de outra questão central, que não é especificamente Pneumatologia ou outra vertente de análise do campo da Teologia.

Nesta mesma perspectiva, ressaltamos o seguinte trabalho: *O discípulo missionário na perspectiva de José Comblin: implicações para uma paróquia missionária*, de Gelson Luiz Mikuszka (2016). Nele, é feita uma análise a partir do discípulo missionário de Jesus e de que maneira pode-se compreender suas implicações na paróquia. Para tanto, o autor analisa a ação evangelizadora do discípulo de Jesus, associando sua análise ao ambiente da ideia de comunidade cristã e a paróquia.

O autor apoia-se em Comblin, sobretudo no seu estudo intitulado *Teologia da Missão*²¹, para discutir a ação missionária ao mencionar que:

Os apóstolos são missionários porque são enviados como servidores ou embaixadores para entrarem no mundo do outro não com seus próprios critérios, mas sim com a proposta do Evangelho. Portanto, no centro do termo missão está o envio ao mundo para evangelizar. (COMBLIN *apud* MIKUSZKA, 2016, p. 12).

Tal perspectiva da missão se relaciona com o nosso objetivo que busca discutir a trajetória de José Comblin na América Latina, pois a mesma é marcada por sua atitude missionária, mas, na perspectiva de abordagem utilizada por Mikuszka (2016), Comblin é referência teórica e não sujeito de análise, daí a diferença em relação ao que propomos.

²⁰ Pneumatologia se refere ao estudo do Espírito Santo. Na doutrina Cristã popular, o Espírito Santo é a terceira pessoa de Deus na Trindade. Algumas formas de Cristianismo negam que o Espírito Santo seja pessoal, embora assegurando que pode, em algumas ocasiões, influenciar as pessoas. Segundo o dicionário Michaelis é a Doutrina ou teoria dos seres espirituais (como o Espírito Santo e os espíritos) que ficam entre o homem e Deus.

²¹ Publicado com a seguinte referência: COMBLIN, José. *Teologia da Missão*. Petrópolis: Vozes, 1983.

Outra tese que consta como concluída no site do Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, tem como título: *Pedagogia de Evangelização para a cidade hoje*, defendida na PUC-PR em 2018 por Flávio Fernando de Souza. Não conseguimos ter acesso a mesma, mas localizamos um artigo do mesmo autor em que relata tratar-se de seu trabalho de tese, ainda em desenvolvimento. Tendo em vista as imprecisões que podem ocorrer entre o artigo que, diz respeito à sua pesquisa ainda em desenvolvimento e o trabalho concluído, ou seja, a tese, apenas mencionaremos do que trata o artigo.

Intitulado: *Articulações entre o mundo urbano e a evangelização hoje*, neste artigo, Souza (2016) discute a pastoral urbana propondo em sua análise as articulações entre o mundo urbano e os desafios da evangelização. Para isso, apoia-se como um dos teóricos em José Comblin no seu estudo sobre os desafios da cidade no século XXI²².

Como já salientamos, a maioria das pesquisas citadas partem da perspectiva teológica. Dentre elas, podemos descrever alguns temas que dialogam com a nossa pesquisa, como já o fizemos, e acrescentar outros, tais como: liberdade cristã, justiça social, educação popular, fé cristã e compromisso social, missionários do campo e caminhada dos pobres no Nordeste.

A revisão bibliográfica que realizamos e visitas aos mais diversos repositórios das universidades do país, permite-nos constatar a originalidade e plausibilidade do trabalho em tela, uma vez que, a partir dos estudos publicados, ainda restam muitas lacunas a serem preenchidas sobre o objeto de análise em questão. Mais, nenhuma delas contemplam a atuação e trajetória do padre Comblin na América Latina entre 1964 e 1985 e o fato de ter sido perseguido por diferentes ditaduras nesta região ou analisam a sua atuação, produção intelectual e teológica, ou seja, relacionando suas atividades teóricas e práticas, objetos das nossas análises.

Além da originalidade do nosso trabalho, este posto, a partir das contribuições em preencher algumas lacunas ainda não preenchidas por outros trabalhos, os autores dos quais nos fundamentamos teoricamente reforça a plausibilidade da presente tese. Se não, vejamos.

O último capítulo do seu livro, *Os dentes falsos de George Washington*, do qual tem como título: *Os esqueletos no armário: como os historiadores brincam de ser Deus*, Darnton, inicia-o com a seguinte reflexão:

Os biógrafos podem ainda gostar de metáforas como escavar nos arquivos, mas quem acredita na descoberta e extração de pepitas de realidade? Palavras como ‘fatos’ e ‘verdade’ criam constrangimento e dão vontade de correr em busca de abrigo. Se você está escrevendo uma biografia, comece-a com um pedido de desculpas. (2005, p.179).

²² Ver: COMBLIN, José. *Os desafios da cidade no século XXI*. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

Pelo menos duas questões nos levam às seguintes indagações: Por que palavras como fatos e verdade, criam constrangimento? Por que começar uma biografia com pedido de desculpas? A primeira pergunta pode estar associada a onda de relativismo que inundou à historiografia há décadas. Já o segundo questionamento, leva-nos a pensar os estudos biográficos como relação trajetória de vida – coerência – verdade. Uma vez que, tendo nas biografias tradicionais a busca pela verdade elogiosa, nada mais justificável do que um pedido de desculpas por contadas impossibilidades de se alcançar a verdade.

Mas, para além da dualidade verdadeiro-falso, os estudos biográficos ou de trajetórias de vida, podem proporcionar diferentes possibilidades de abordagens que não se prendam a quaisquer formas de dualismos, tal qual Darnton quis impor a Brissot: revolucionário dedicado ou reles espião de polícia? Como o próprio nos explica, “talvez, porém, a abordagem ‘isto ou aquilo’ não seja válida para biografias. Talvez a vida seja um feixe de contradições, e a tentativa de impor coerência a ela seja um equívoco”. (DARNTON, 2005, p. 200). Assim, o historiador estadunidense, ajuda-nos a pensar trajetórias de vida numa perspectiva que rompe com os modelos tradicionais - da coerência e dos “isto ou aquilo”.

Pierre Bourdieu trata dessa questão denominando-a de ilusão biográfica, acrescentando que, “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica”. (2006, p. 185). Sendo assim, esta perspectiva contribui para nosso trabalho ao fazer-nos pensar nas descontinuidades, incoerências da vida e rupturas que marcaram a trajetória multiforme do padre José Comblin no recorte que esta pesquisa propõe, até porque, sua trajetória na América Latina vai sendo redefinida a todo instante, seja pelos novos projetos que vão se impondo, seja pelas rupturas causadas em detrimento das suas expulsões do Brasil e do Chile.

Isto é possível, tendo em vista que, nosso objeto não se fixa em si, mas vai além e ajuda a compreender o contexto, articulando o tempo da singularidade ao geral, sendo amplificador para a compreensão das categorias sociais do momento.

Segundo François Dosse,

Este segundo tempo da escrita biográfica, que corresponde tanto a um momento histórico quanto a uma forma de abordagem sempre atual de gênero, consiste em descentralizar o interesse pela singularidade do percurso recuperado a fim de visualizá-lo como representativo de uma perspectiva mais ampla. (2009, p. 195).

Sendo assim, os estudos biográficos e de trajetórias caminham por outras trilhas dentro do campo historiográfico, uma vez que, outrora, estivera tradicionalmente associado à construção de mitos e heróis, valorizando os grandes personagens em si e por eles mesmos.

Entra em cena o trabalho de historiadores que rumaram para o que Giovanni Levi denominou de biografias modais (DOSSE, 2009, p. 215). De acordo com Dosse, “geralmente, as tentativas biográficas desses historiadores ilustram um contexto, um momento, uma categoria social”. (2009, p. 215). Tal qual o propósito do presente trabalho, que busca analisar em tempos de ditadura na América Latina (contexto), a atuação de um padre identificado com o cristianismo progressista (categoria social).

Apoiados na perspectiva da biografia modal apresentada por Dosse (2009), para a análise da trajetória de José Comblin, teremos condição de compreender aspectos do aparelhamento mental de um período, a partir das maneiras de pensar do catolicismo progressista no Brasil e por alguns momentos no Chile, bem como os motivos que fizeram o uso de palavras como: comunista, marxista, subversivo, ter tanta força contra aqueles, cujos termos eram utilizados.

Quando nos deparamos com a experiência da Teologia da Enxada, percebemos a confluência entre as aspirações individuais e coletivas, por exemplo, da qual a biografia modal contribui para a compreensão. Ou seja, não é necessariamente o desejo individual de um dos seminaristas, ou do padre Comblin que coordenou tal formação, mas do universo mental daquele momento que convergia para tais tipos de experiências, sobretudo após todo o trabalho de abertura da Igreja Católica oriundo do Concílio II e suas reverberações na América Latina com os II e III CELAM²³. Se o indivíduo não é mero reflexo do contexto, muito menos o contexto é estático – ambos se articulam.

Nesta perspectiva, também nos apoiamos no eleito de Deus, de Christopher Hill (1988) onde, a partir do seu estudo sobre Oliver Cromwell, para além de uma análise exclusivamente sobre o indivíduo, destaca-se por compreender a relação entre o indivíduo e a sociedade inglesa do século XVII.

Segundo Hill, “a figura preponderante é Oliver Cromwell. Qualquer estudo sobre sua pessoa, por consequência, não será apenas a biografia de um grande homem. Deverá incorporar os acontecimentos da época em que ele viveu”. (1988, p. 14). Sendo assim, o indivíduo é dimensionado para uma significação histórica ampliada.

²³ Trata-se das Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979), das quais buscaram dar um novo caminho para o catolicismo na América Latina, a partir das orientações do Concílio Vaticano II.

Buscar compreender questões mais amplas a partir do sujeito, não é algo fora da realidade dos estudos no campo da História. Segundo François Dosse, Georges Duby, em 1995, recorre à perspectiva biográfica para fazer justiça a algumas do período medieval, mas afirma, “entretanto, por trás desses percursos singulares, o verdadeiro objeto da pesquisa é ainda o olhar do século XII sobre a mulher”. (2009, p. 220).

Porém, devemos acrescentar para não sacralizar as biografias modais, do cuidado que se deve ter para que o contexto não se torne estático, imutável ou que sirva de mero pano de fundo por onde transita a personagem e/ou as individualidades em análise.

Sendo José Comblin, além de padre e teólogo, intelectual de extensa produção, percorremos de maneira delimitada alguns aspectos que fazem parte das suas reflexões, a partir de algumas das suas obras específicas, mas como diria Dosse, “o que pode captar o biógrafo, de um filósofo ou intelectual, que já não esteja em suas obras?”. (2009, p. 361). A resposta para tal questionamento é apresentada em seguida, “por definição, o homem de ideias se deixa ler por suas publicações, não por seu cotidiano”. (DOSSE, 2009, p. 361). De tal maneira, a resposta de Dosse serve aqui para antecipamos que, este trabalho não trata do indivíduo e seu cotidiano. E que sim, buscaremos ler Comblin através das suas obras para percebermos as articulações existentes entre si, sua rede de atuação num determinado momento, pois, “o significado de uma vida nunca unívoco, só pode declinar-se no plural”. (DOSSE, 2009, p. 375).

Tal qual François Dosse (2009, p. 376), que biografou Paul Ricoeur, pretendemos reviver os múltiplos itinerários daqueles que cruzaram em momentos e em redes diferentes com o de José Comblin, sem deixar de levar em conta alguns debates característicos da segunda metade do século XX, dos quais, estudar parte do universo intelectual combliniano, é reavivar tais questões.

Este é um dos caminhos ao pensar o padre Comblin como intelectual²⁴ e sua rede de comunicação, no entanto, Dosse orienta que, “o problema delicado de qualquer biografia intelectual é a relação a instituir entre a atividade principal do sujeito biografado e seus engajamentos políticos”. (2009, p. 384). Não percebemos incompatibilidades entre o que Comblin pensava, escrevia, defendia e como agia, mas é notório que o seu engajamento por um

²⁴ Situamos tal perspectiva ao analisar o padre e intelectual José Comblin, a partir do campo da História dos intelectuais que, segundo Sirinelli (2003), “foi, de fato, a partir da segunda metade da década de 1970 que a história dos intelectuais começou a superar sua indignidade e que pesquisas em andamento ou já publicadas adquiriram legitimidade científica e, aos poucos, mereceram os interesses da corporação dos historiadores (2003, p. 237). Sobre a história dos intelectuais, ver também: SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações historiográficas. IN: AZEVEDO, Cecília [et al] Orgs. Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. CHARLE, Christophe. 2003. Nascimento dos intelectuais contemporâneos; in História da Educação, ASPEH/FaE/EFPEL, nº 14. ALTAMIRANO, Carlos. 2008. Historia de los intelectuales em America Latina. Vol. II, Buenos Aires: Katz.

cristianismo afinado com o evangelho – que via a figura de Jesus Cristo como socialmente pobre, politicamente perseguido e lutador incansável contra toda forma de injustiça, que no pobre seu ponto central de defesa e atuação, colocou-o em conflito por diversas vezes com membros da hierarquia católica e o segmento católico conservador.

Para Jorge Roberto Aguiar,

José Comblin, como intelectual não poderia se limitar ao mundo das ideias. Lança suas críticas ao idealismo abstrato. Pretende entender o funcionamento da sociedade, descobrir os mecanismos de dominação encoberto pela ideologia dominante. Por isso, não poderia se esconder atrás de uma neutralidade, e ficar alheio às contradições do seu tempo. (2015, p. 21).

Com ele e sua rede de atuação, não é o constrangimento de divergir na ação em relação ao que pensa, mas é a afirmação na prática de exercer em qualquer lugar ou espaço, tal qual como pensa. Daí por que suas expulsões tanto do Brasil, quanto do Chile, estarem também associadas à sua produção intelectual.

Segundo Sabina Loriga, citando Virginia Woolf, “uma biografia é vista como completa quando dá conta simplesmente de cinco ou seis eus”. (LORIGA, 2011, p. 31). Discutir o ambiente intelectual que se relacionou, bem como sua produção a partir do tema: Revolução, pretende apresentar mais um desses “eus” que o compõe - o José Comblin intelectual.

Isto não significa um trabalho em partes da qual buscamos compreender singularmente este ou aquele aspecto, mas a articulação entre ambos e seu contexto, pois conforme nos explica Loriga, a partir de Dilthey “na história não reina nem o individual nem o geral, mas a combinação do geral e do individual”. (LORIGA, 2011, p. 152).

Vale ressaltar que, na esteira dos estudos biográficos, o trabalho de Loriga (2011), contribuiu por apresentar a dimensão do indivíduo a partir de diferentes historiadores (Carlyle, Humboldt, Meinecke e Burckardt), de um filósofo (Dilthey) e um romancista (Tolstoi). De tal maneira, serve-nos a reflexão com base na afirmação de Droysen:

Se chamamos A o gênio individual, a saber, tudo o que um homem é, possui e faz, então este A é formado por $a + x$, em que a contém tudo o que lhe vem das circunstâncias externas, de seu país, de seu povo, de sua época etc., e em que x representa sua contribuição pessoal, a obra de sua livre vontade. (LORIGA, 2011, p. 14).

Visto assim, os estudos biográficos distanciam-se da análise tradicional, da qual sempre foi duramente criticada, seja por promover o culto aos grandes personagens, seja por seu caráter individual.

Por isso, críticas, receios, desconfianças, não são poucas ao gênero biográfico, tais como, “gênero inferior e desprezado, a escrita biográfica fica relegada aos amadores. No início

do século XX, a situação continua a mesma”. (DOSSE, 2009, p. 195), “gênero compósito, híbrido, controverso, problemático, confuso, duvidoso, ou seja, um gênero menor”. (BORGES, 2011, p. 203), “atestada desde a Antiguidade, a biografia é, desde a origem, um gênero híbrido e compósito”. (AARON apud LORIGA, 2011, p. 18).

Contudo, para nos distanciar desse perfil criticado e pensando na relação a + x que citamos anteriormente, atestamos ser impraticável estudar a atuação do padre José Comblin, sem relacionar com a rede constituída que deu vazão às suas ideias, ambos articulados com as transformações que a Igreja Católica vivenciava naquele período, a partir do Concílio Vaticano II. Ou seja, suas atividades não se limita ao que permite o contexto, mas se associa a ele também.

Na relação de análise que se estabelece entre indivíduo-sociedade, Benito Schmidt alerta para o fato de que “a importância da atuação do indivíduo biografado em determinado contexto parece legitimar a investigação sobre sua vida, já que, sem a compreensão de suas experiências, seria impossível compreender/explicar certos processos e acontecimentos”. (2012, p. 195). De fato, estudar o contexto político de ditaduras no Brasil e no Chile através do padre Comblin, coloca-nos numa dimensão de compreensão, que talvez, não o tendo como perspectiva de análise, muito do que se trata sobre a experiência de movimentos populares ou as entranhas da burocracia repressora de um estado policial, continuariam invisíveis.

Sendo assim, “as expressões ‘através’ ou ‘por intermédio de’ mostram a preocupação dos autores em fugir do voluntarismo individualista e estabelecer uma articulação entre as trajetórias estudadas e os contextos onde elas se realizaram”. (SCHMIDT, 2000, p. 56).

O recorte temporal deste trabalho compreende os anos 1964-1985, e conforme Burckhardt, “longe de querer privilegiar os monumentos individuais, para ele a tela de fundo permanece a parte principal da composição”. (BURCKARDT apud LORIGA, 2011, p. 179), sendo assim, trataremos da tela de fundo – a relação: ditadura militar²⁵ - Igreja Católica - sociedade.

²⁵ Há divergências historiográficas em relação aos conceitos: golpe militar ou golpe civil-militar e ditadura militar ou ditadura civil-militar ao tratar de tal questão no Brasil. Muito embora utilizamos o termo golpe militar e ditadura militar por entender a preponderância das Forças Armadas no golpe de 1964 e durante a ditadura militar, ressaltamos a necessidade de aprofundar o debate a partir das seguintes obras: SOARES, Gláucio Ary Dillon, D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. DREIFUSS, René A. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981. No entanto, o referido debate não compõe tema central na nossa análise.

Para o brasilianista Scott Mainwaring, a CNBB²⁶ apoiou o golpe de 1964²⁷ no Brasil e dessa maneira “agiu de uma maneira similar aos setores moderados da sociedade que, temendo a desordem social ou uma insurreição comunista, inicialmente deram apoio ao regime, mas que, posteriormente, opuseram-se aos militares”. (2004, p. 103). A posição da CNBB não significava necessariamente a posição da Igreja Católica, mas, dizer que o principal grupo de representantes da cúpula católica no Brasil apoiava o golpe, diz muito, porém com alguma vozes dissonantes que se tornaram mais fortes após o AI-5²⁸.

A questão central tratada por Mainwaring diz respeito ao quanto a Igreja foi influenciada pelas mudanças da sociedade, e quando ela se abriu para as questões sociais o impacto interno foi maior. Quando a ditadura recrudesciu após 1968, o movimento de grupos católicos foi se direcionando cada vez mais contrário ao regime. Para tanto, o autor acrescenta a importância dos movimentos de base que já vinham surgindo internamente desde o início dos anos 1960, ao mencionar que “as comunidades de base, em particular, têm encorajado uma percepção de fé que enfatiza a opção preferencial pelos pobres por parte da instituição, estimulando a conscientização política”. (MAINWARING, 2014, p. 30). Pois bem, tal contextualização serve para articularmos indivíduo-contexto, no sentido que perceberemos neste trabalho as contribuições da atuação em rede do padre José Comblin em processos de formação das comunidades de base no Brasil e no Chile.

Pensando o papel político da Igreja Católica na América Latina, Mainwaring acrescenta que, “o catolicismo caminhou na direção de uma instituição mais orientada para o leigo, particularmente em vários países latino-americanos, onde os grupos chamados de comunidades cristãs, ou de comunidades eclesiais de base, proliferaram e se tornaram politicamente ativos”. (2004, p. 28). Comblin, junto com o grupo que se articulam entre si, estão intrinsecamente

²⁶ Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, Associação civil católica criada em 16 de outubro de 1952 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, por iniciativa de dom Hélder Câmara, bispo auxiliar do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara, com o objetivo de “coordenar e subsidiar as atividades de orientação religiosa, de beneficência, de filantropia e assistência social” em todo o território nacional. Representando uma tentativa de centralizar o poder da Igreja, que se encontrava fracionado em dezenas de dioceses espalhadas pelo país, a CNBB se caracterizou no decorrer dos anos menos por uma atividade assistencialista do que por uma presença ativa no campo social. A sede da CNBB foi transferida para Brasília em outubro de 1977, sendo oficialmente inaugurada na nova capital federal no mês de novembro seguinte. Fonte: <http://www.fgv.br>.

²⁷ Sobre o golpe de 1964 no Brasil, ver: DREIFUSS, René A. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981. TOLEDO, Caio Navarro (Org.). 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014. GORENDER, Jacob. Combate na trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

²⁸ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Fonte: cpdoc.fgv.br.

ligados a tais transformações que geraram as contribuições para que os leigos tivessem uma inserção cada vez maior da Igreja para a comunidade. Em contrapartida, o ambiente externo muitas vezes não determinados por laços com a Igreja Católica, também serão espaços de orientação política.

Não podemos compreender a conjuntura política de lutas travadas por camponeses, sindicatos rurais, articulação de comunidades em cooperativas ou associação de bairros para reivindicar direitos ou até mesmo as lutas contra a ditadura no Brasil e Chile, sem antes percebermos a relação existente com a formação de base por seguimentos católicos.

Dentre as diferenças internas na Igreja Católica por seguimentos no período que analisamos, existem algumas divergências na produção historiográfica. E, tal esclarecimento é importante para que possamos entender o lugar de atuação do padre José Comblin.

Para Thomas Skidmore (1988), a Igreja brasileira representada por seus bispos estava dividida em três alas distintas:

Uma era a ala progressista, cuja figura mais destacada era Dom Hélder Câmara [...] a ala conservadora, da qual Dom Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, era o nome mais conhecido. Eles eram o contrapeso à ação dos progressistas. [...] O terceiro grupo pertencia à ala moderada, formada por bispos que procuravam evitar a tomada de qualquer posição pública sobre justiça sócio-econômica ou política. (1988, p. 271-272).

Sendo assim, Skidmore define as divisões na Igreja Católica a partir dos bispos entre progressistas, conservadores e moderados. Ressaltamos que o primeiro grupo são os que se colocam contra a ditadura brasileira, o segundo apoia e o terceiro oscilava entre o apoio a uma ou a outra ala de acordo com a conveniência do momento.

Severino Vicente da Silva (2006) descreve os grupos de divergência entre os católicos também como conservadores e progressistas, mas enfatiza o fato de o progressismo católico ter sido uma fase que compreende o período que se inicia com a presidência da CNBB por Dom Aloísio Lorscheider a partir de 1972, e que vai até 1994, quando chegou ao fim o mandato de Dom Luciano Mendes. Para ele, “esta foi uma fase de luta pelos direitos humanos, e então ela é progressista porque se opõe aos excessos totalitários e admite as reformas indispensáveis”. (2006, p. 208).

Reafirma o progressismo católico com uma fase ao afirmar que:

Nos anos progressistas, a Igreja, no Brasil e na América Latina, ensaiava passos de um pensamento original. [...] Frei Leonardo Boff seria um desses peritos que ele menciona, mas pode-se citar Carlos Mesters, Sebastião Armando, José Comblin, Clodovis Boff, Ivone Gebara, entre outros. (SILVA, 2006, p. 221).

Além de mencionar a importância dos anos progressistas em promover os primeiros caminhos para um pensamento original, Severino Vicente destaca Comblin como um dos quadros do progressismo católico que prestou tal contribuição.

Segundo Michael Löwy (2000), o catolicismo latino-americano estava dividido em quatro tendências:

Um grupo muito pequeno de fundamentalistas, que defendem ideias ultra-reacionárias e às vezes até semifascistas: por exemplo, o grupo ‘Tradição, Família e Propriedade’. Uma poderosa corrente conservadora e tradicionalista, hostil à teologia da libertação [...]. Uma corrente reformista e moderada [...], pronta para defender os direitos humanos e apoiar certas demandas sociais dos pobres [...]. Uma minoria pequena mas influente de radicais, simpáticos à teologia da libertação e capazes de uma solidariedade ativa com os movimentos populares, de trabalhadores e camponeses. (2000, p. 66).

A partir destas características apresentadas por Löwy, acreditamos que Comblin e seu grupo oscilou entre a terceira e quarta tendência, uma vez que a tais características não são necessariamente cristalizadas, e até podem ser, quando se tratam de tendências muito díspares.

Aliás, é justamente a TFP, integrante da primeira tendência na descrição de Löwy que, incansavelmente, promoveu toda uma série de ataques contra os progressistas, sobretudo contra o padre José Comblin, por ocasião da divulgação de sua análise sobre o documento base da II CELAM.

Em Scott Mainwaring (2004), para a compreensão dos diferentes seguimentos católicos, é feita uma construção histórica das transformações vivenciadas pela Igreja Católica desde o início do século XX. Dessa maneira, ele descreve a Igreja da neocristandade (1916-1955), a Igreja reformista (1955-1964), a esquerda católica (1958-1964) e a Igreja Popular (1964-1985).

Tendo como uma das perspectivas centrais o combate à secularização e a dependência do estado para promover sua influência religiosa na sociedade, em meados dos anos 1950 a corrente da neocristandade estava dividida em três grupos:

Aqueles que continuavam a endossar a estratégia da neocristandade passaram a ser os tradicionalista [...]. Esse grupo acreditava que a Igreja deveria seguir no combate à secularização e no fortalecimento da presença da instituição na sociedade. [...] Os modernizadores conservadores [...] também se preocupavam com a secularização, com a expansão do protestantismo, com a ameaça comunista, mas respondia com maior abertura ao mundo. [...] Havia um núcleo de reformistas. [...] suas posições sociais eram mais progressistas. (2004, p. 56-57).

São dessas três correntes que irão surgir os principais grupos divergentes do catolicismo brasileiro, conservadores e progressistas. Como veremos, é no seguimento identificado por Mainwaring como Igreja Popular, que encontraremos o clero progressista.

Sobre a esquerda católica, Mainwaring destaca a atuação nos anos 1960 da Juventude Universitária Católica – JUC, na sua inserção juntos ao movimento estudantil, na organização de camponeses, concorrendo, inclusive, com partidos de esquerda como o PCB e PC do B. Mas, ressalta com mais ênfase a atuação da Ação Popular – AP, sobretudo por esta ter assumido posições mais à esquerda em relação à JUC. Num momento em que a hierarquia fechava cada vez mais as possibilidades de reflexões internas e sociais mais contundentes, foi na AP que se encontraram as posições cada vez mais independentes. Ainda segundo o historiador Scott Mainwaring, “o humanismo da AP, sua ênfase na liberdade e na participação e suas críticas duras ao socialismo burocrático são precursores de atitudes que posteriormente se manifestam na Igreja popular dos anos 70”. (2004, p. 87). Não por acaso, encontraremos tais críticas ao socialismo burocrático nas análises desenvolvidas por Comblin sobre o tema.

Mesmo que não haja uma relação direta de influência entre a esquerda católica e a Igreja popular mencionada por Mainwaring, é possível identificar algumas contribuições do catolicismo de esquerda, pois “muitos líderes leigos e padres que ajudavam a dar forma à Igreja popular também eram oriundos da esquerda católica”. (2004, p. 94). Isso não significa dizer que, não houvessem diferenças significativas entre ambas.

Sendo assim, podemos apontar que a Igreja popular, mesmo com as ressalvas das diferenças, herdou elementos diretos da Igreja reformista e indiretos da esquerda católica.

Para tanto, explica Scott Mainwaring:

A Igreja popular difere da reformista em vários pontos. Como a Igreja reformista, a popular se preocupa com justiça social e com a comunidade, mas postula que a verdadeira justiça exige uma mudança política radical. A Igreja popular também leva a co-responsabilidade mais longe do que a reformista. O laicato tem uma participação mais efetiva e significativa, tanto nas cerimônias religiosas quanto nas tomadas de decisão da diocese. Da mesma forma a Igreja popular e a reformista usam a imagem da Igreja como ‘o povo de Deus’, mas a popular acentua o conceito da Igreja como um sacramento da salvação do mundo. Reformistas e progressistas dão apoio verba à opção preferencial pelos pobres, mas os progressistas estão mais aptos a criar estruturas eclesiais que deem apoio aos movimentos populares. Os setores populares são os mais responsáveis pela criação das CEBs e apoiam a chamada teologia da libertação. (2004, p. 169-170).

Esta citação é importante para observarmos alguns aspectos que consideramos relevantes para nossa análise. Dentre elas, o fato de situar a Igreja popular ao lado da justiça social a partir de mudanças radicais na política, fato este que José Comblin dentre outros fatores abordou em suas obras: *Teologia de la Revolucion* (1973) e *Teologia de la Practica de la Revolucion* (1979).

Outros fatores a perceber, seriam: como a Igreja popular ver o importante papel do leigo – dentro da perspectiva que se distancia do poder da hierarquia e aponta a Igreja como Povo de

Deus, além da sua relação com a teologia da libertação, bem como a denominação da Igreja popular como progressistas. Neste último ponto, Mainwaring situa o que chama de Igreja popular, de progressista.

Se, para Severino Vicente, o progressismo católico foi um período em que esteve atrelado à presidência da CNBB por integrantes de tal seguimento, para Mainwaring, foi um processo que se inicia nos anos 1960, com algumas heranças de grupos anteriores e que declina em meados dos anos 1980.

Dessa forma, na perspectiva apresentada por Mainwaring, é possível situar o padre José Comblin mais próximo ao grupo da Igreja popular, ou seja, entre os progressistas.

No entanto, Comblin fazia algumas ressalvas a respeito da Igreja popular ou progressista, sobretudo em relação a uma certa rejeição que tal segmento tinha ao catolicismo popular. Inclusive, Mainwaring afirma que, “a figura de maior renome dos esforços iniciais para sistematizar as novas reflexões acerca da religiosidade popular foi Joseph Comblin, sacerdote e teólogo belga que trabalhava em Recife”. (2004, p. 197). Para Comblin, a religiosidade popular era também uma forma de autonomia popular e contestação a uma religião importada.

Tendo em vista que conseguimos identificar o padre José Comblin, e portanto, sua rede de atuação, com a corrente católica progressista, não será difícil compreender como os conflitos que se estabeleceram da ditadura para com o padre, foram resultados em certa medida de tal posição.

Mas, os momentos de conflito entre a Igreja Católica e a ditadura estiverem restritos ao segmento progressista, e por outro lado, os momentos de apoios ou diálogos do clero católico com os militares não estiveram restritos aos conservadores.

Entre os anos 1970 e 1974, período crítico das tensões entre membros da Igreja Católica e da ditadura, bispos e generais criaram um ambiente de encontros secretos e informais para estabelecer negociações entre os dois grupos. Segundo Kenneth P. Serbin (2001), tais encontros ficaram conhecidos por comissão Bipartite, e “no momento mais glorioso da história do catolicismo, quando a Igreja defendia os pobres e denunciava vigorosamente as violações aos direitos humanos, aqui estavam os bispos, fazendo política de bastidores com os generais”. (SERBIN, 2001, p. 51).

O estudo realizado por Kenneth Serbin é importante para ao contextualizarmos o período, não o cristalizarmos na dicotomia ou polarização Igreja x Estado, progressistas x conservadores, pois, a Comissão Bipartite entre os integrantes da Igreja era formada pelos diferentes segmentos. Como afirma Serbin,

A delegação da Igreja incluía os bispos mais influentes em todo o espectro político. Alguns tinham laços fortes com os militares, mas outros mantinham posições moderadas e até progressistas, como dom Aloísio e seu primo dom Ivo Lorscheiter, eleito secretário-geral da CNBB quando aquele foi escolhido presidente. (SERBIN, 2011, p. 52).

É bem verdade que havia um histórico de relações próximas entre membros influentes da Igreja Católica com o governo. A própria CNBB em documento, apoiou o que chamou o ato dos militares que livrou o Brasil do perigo comunista, referindo-se ao golpe de 1964. Mas, até na execução de tal documento houveram divergências sobre o apoio ao golpe – venceu a tese de apoio. (GOMES, 2014, p. 43).

Com isso, conforme aponta Mainwaring, “a CNBB manteve-se praticamente muda sobre a repressão entre o documento de junho de 1964, da Comissão Central, e 1968”. (2004, p. 129). A partir de então, é que veremos uma atuação mais contundente de grupos ligados ao clero progressista contra a ditadura, sobretudo, após o aumento de casos de prisões, torturas, e o assassinato do padre Antônio Henrique, assessor de dom Hélder Câmara. É justamente em tal contexto de efervescência, que a Comissão Bipartite foi criada, porém, conforme atesta Kenneth Serbin, “o assassinato do padre Henrique no Recife e a expulsão do Brasil do padre Joseph Comblin, assessor de dom Hélder – não foram assunto da comissão”. (SERBIN, 2001, p. 268).

Portanto, o que podemos perceber é que, embora tenha apoiado o golpe de 1964, isso não foi consenso, mas até 1968, buscou-se respeitar tal decisão e a Igreja silenciou. Após 1968, tal conjuntura foi modificando e veremos posições mais firmes contra a ditadura, inclusive, Dom Hélder denunciou no exterior, a prática de tortura no Brasil, conforme destaca Michael Löwy, “em maio de 1970, em uma visita a Paris, Dom Hélder Câmara denunciou, pela primeira vez, o uso de tortura no Brasil, abertamente, e tornou-se imediatamente objeto de uma campanha violenta por parte das autoridades brasileiras e da imprensa conformista”. (2000, p. 143).

Esta dinâmica de conflito e negociação entre Igreja e ditadura militar no Brasil, é apontada por diversos estudiosos do tema, além dos já citados, (SERBIN, 2001), (MAINWARING, 2004), (LÖWY, 2000), (GOMES, 2014), também verificamos em, (BRUNEAU, 1979), (CASTRO, 1984), e (DELGADO e PASSOS, 2003).

No presente trabalho, ao analisarmos a conjuntura política encontrada pelo padre José Comblin quando desembarcou no Chile em 1972, buscamos a partir do conceito de experiência chilena apresentado por Alberto Aggio (1993), que destaca a Unidade Popular como principal ator político desta, compreender a configuração política de então, e como a mesma se

relacionava com os fatores que envolviam o clero chileno antes e após o golpe sofrido por Salvador Allende na instauração da ditadura Pinochet.

Segundo Alberto Aggio,

Na realidade, a experiência chilena viveu, por todo tempo, o desacerto entre um programa de transformações implementado pelo governo que, a rigor, não configurava uma ‘revolução’, e o ‘maximalismo’ da sua esquerda, inclinada a ver o período como a ante-sala do socialismo, quando não o próprio socialismo. (1993, p. 26).

Sendo assim, foram estas e outras contradições internas, que culminaram segundo o autor, no fracasso da experiência chilena, além, é claro, da conjuntura nacional de forte oposição atrelada aos interesses estrangeiros.

A análise desenvolvida por Aggio caracteriza as diferentes posições políticas chilenas, e serve-nos para identificarmos as diferenças entre os grupos políticos que se relacionavam com a Igreja Católica no Chile, como por exemplo os Democratas cristãos, o MAPU e seus dissidentes que formaram a esquerda cristã.

Outro movimento que dialogou no Chile com os católicos, foi o Cristãos pelo Socialismo, do qual analisaremos também a relação de Comblin com o mesmo. Para tanto, utilizaremos o estudo de Teresa Donoso Loero (1975), em que constrói a perspectiva histórica dos Cristão pelo Socialismo, a partir do movimento dos oitenta – sacerdotes, e representantes do clero que declararam apoio a Salvador Allende e a experiência socialista.

Estes, definiam-se por um sistema social que permitissem viver sob justiça, igualdade, fraternidade, valores que estão no evangelho, e que para tal movimento, melhor se realizava no Socialismo. Ao destacar a posição do movimento através da mensagem do padre Arroyo, Teresa Loero, oferece-nos uma ideia da dimensão do mesmo: “a fé não pode ser abstrata, mas comprometida, engajada, é claro, na ação revolucionária ao lado dos marxistas”. (ARROYO *apud* LOERO, 1975, p. 85, tradução nossa).

Quando estudamos as análises desenvolvidas por Comblin a partir do tema da revolução, ele é direto tal qual o padre Arroyo, sobre a necessidade estratégica de união entre cristãos e marxistas.

Para a compreensão das discussões que partem de tal relação, apoiemo-nos nas construções de debates sobre a perspectiva de revolução e sua relação com movimentos cristãos em, (BLOCH, 1973), (ENGELS, 1977) e (COTTIER, 1968). Os dois primeiros pela relação que Engels estabeleceu com Thomas Münzer, objeto de análise do segundo que, trata das diferenças entre as reformas protestantes – uma de baixo para cima, liderada por Münzer, a outra foi a dos príncipes, liderada por Lutero. Ou seja, podemos perceber em ambos, a relação

entre cristãos e movimentos revolucionários. Já em Cottier, refletindo sobre as análises de Roger Garaudy, levantam-se as possibilidades de diálogo entre cristãos e marxistas.

No que concerne ao debate sobre as características da ditadura chilena, partimos das análises propostas por Peter Winn (2010) e Emir Sader (1984), em que convergem ao apontar o alto nível de violência instaurada após o golpe que depôs Allende.

Numa das passagens descritas por Peter Winn, o mesmo afirma que, “no início da ditadura, listas de ‘subversivos’ que deveriam se entregar eram lidas no rádio e os chilenos eram estimulados a denunciar anonimamente os suspeitos de serem subversivos”. (2010, p. 183). Esta passagem serve-nos para contextualizarmos em determinado momento da nossa análise, situação vivida por Comblin, que teve seu nome veiculado e por tal situação acabou tendo que deixar suas aulas na Universidade Católica do Chile.

A presente tese, também se insere no campo da denominada História Política, especialmente na relação entre religião e política.

Para Aline Coutrot, “em que o religioso, particularmente o cristianismo, pode interessar à história do político? O que há de comum entre a religião, que propõe a salvação no além, e a política, que rege a sorte dos homens na terra?”. (2003, p. 334). As interrogações levantadas por Coutrot fazem-nos pensar justamente em como se constituiu as relações de católicos com a política. O cristianismo da libertação²⁹ tem como uma das suas características a luta por um reino de justiça e igualdade na terra. A luta é política. Dessa maneira, política e religião são indissociáveis quando o entendemos especialmente através do padre Comblin durante as ditaduras do Brasil e do Chile.

Outra perspectiva da qual podemos relacionar religião e política, trata-se das comunicações oriundas da hierarquia através das constituições pastorais ou até mesmo da Doutrina Social da Igreja. Através desta, buscou homogeneizar a forma de atuação social dos católicos, vetando a autonomia dos movimentos. Para tanto, serve-nos a importante pesquisa desenvolvida por Álder Júlio Ferreira Calado em sua tese de doutoramento: *Eglise et Politique au Bresil: le role social et politique des Communautés Ecclesiales de Base bresiliennes (notamment dans Nord-Est), au cours des années 80*. Neste trabalho, além da discussão teórica que contribuiu a nossa compreensão sobre a relação entre o marxismo e os estudos sobre o cristianismo, está presente também uma significativa contribuição para a compreensão sobre os movimentos sociais no Nordeste brasileiro, sobretudo a partir das CEBs.

²⁹ Conceito de Michael Löwy, que amplia o termo Teologia da Libertação para Cristianismo da Libertação, por entender que o mesmo compõe católicos, protestantes, leigos, e não apenas teólogos como poderia sugerir o termo anterior.

Segundo Coutrot, “enquanto as declarações episcopais são uma constante da história da Igreja, uma nova forma de expressão organizada dos cristãos apareceu no século XX: os movimentos leigos”. (2003, p. 344). Na pesquisa que desenvolvemos, analisar a atuação do padre Comblin, passa, sobretudo, pela compreensão dos movimentos leigos que organizou e assessorou. De tal maneira que, seja a perspectiva política presente no universo católico aqui analisado, seja a compreensão da inserção de membros do clero ou leigo em movimentos sociais e políticos, têm nas análises de Aline Coutrot – em relação às especificidades citadas, a fundamentação teórica necessária para o estudo que desenvolvemos.

Ainda sobre a relação religião e política, estudamos a partir do que Michael Löwy denomina de sociologia marxista da religião, as contribuições de (KAUTSKY, 2010), (ENGELS, 1977), (BLOCH, 1973) e o próprio (LÖWY, 2000).

Engels pensou nas formas revolucionárias da religião, tendo como base o cristianismo primitivo e o movimento anabatista na sua relação com Thomas Munzer. Este último, é tema da análise desenvolvida por Ernst Bloch que, apoiado em Engels destaca a força utópica da religião numa perspectiva realista, ou como o mesmo afirma na expressão sonhos diurnos, enfatizando, sobretudo, o movimento milenarista cristão e percebendo o caráter duplo do fenômeno religioso – opressivo e seu potencial de protesto e de rebelião.

Em Kautsky (2010), no seu *A origem do cristianismo*, percebemos a análise do fenômeno religioso a partir da luta de classes e o cristianismo como um fenômeno político e social que, dentre outros fatores, busca compreender o cristianismo primitivo como precursor do socialismo moderno. Ambos, assim como Löwy, oferecem-nos uma chave de interpretação para além das que são feitas sobre a tão conhecida frase do jovem Marx, “a religião é o ópio do povo”.

Para Michael Löwy, “a visão de Marx e Engels se aplica muito bem às correntes fundamentalistas das principais religiões (cristã, judaica, muçulmana), ao conservadorismo católico, à maioria dos grupos evangélicos e a maioria das novas seitas religiosas”. (2000, p. 11), mas seria diferente quando se analisa movimentos na América Latina da Teologia da Libertação ou o que chama de cristianismo revolucionário – no caso da Nicarágua.

Ainda segundo Löwy, a frase dita por Marx em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, tratar-se-ia de um Marx ainda não marxista, mas neo-hegeliano, “sua análise de religião é, portanto, pré-marxista, sem qualquer referência às classes sociais e bastante a-histórica. Mas tinha, sim, uma qualidade dialética, captando a natureza contraditória da angústia religiosa”. (2000, p. 14). De tal forma, a religião não era o problema central, mas sintoma de uma condição real da sociedade, uma lente invertida para a compreensão do sofrimento dos grupos sociais.

O ópio, neste sentido, é bálsamo para sobreviver num mundo desigual, a religião é coração de um mundo sem coração, além de não permitir enxergar a realidade.

Löwy desta que, “foi só mais tarde, sobretudo em *Ideologia Alemã* (1846), que teve início o verdadeiro estudo marxista da religião como uma realidade social e histórica”. (2000, p. 14). E em Engels, a perspectiva da religião como potencial revolucionário, pois, conforme o descreve, “um inimigo irreconciliável da religião, Engels conseguiu, apesar disso, captar, como o jovem Marx, o caráter duplo do fenômeno: seu papel como legitimadora estabelecida mas também, dependendo das circunstâncias sociais, seu papel crítico, de protesto e até revolucionário”. (2000, p. 17-18). Desta feita, é a partir deste viés que buscamos compreender a atuação do clero progressista tanto no Brasil, especificamente no Nordeste brasileiro, quanto no Chile, através do padre José Comblin, pois percebemos a trajetória deste religioso na América Latina a partir das posições que tomou como protesto das circunstâncias políticas e sociais daquele momento, bem como em sua maneira de pensar-fazer um novo jeito de ser Igreja, o protesto da verdadeira angústia.

Sendo assim, o objetivo da pesquisa em tela consiste em analisar e compreender a proposta de um novo jeito de ser Igreja, através do trabalho desenvolvido pelo padre José Comblin em sua trajetória na América Latina entre os anos 1964 e 1985, seja no Nordeste brasileiro, seja nos diferentes países da América Latina, sobretudo no Chile, onde pensou, articulou e coordenou projetos de formação para padres, leigos e leigas, bem como as dificuldades por ele enfrentadas em decorrência da sua atuação teórico-prática na defesa de tais propostas em tempos de ditaduras. Entendemos por *Um Novo Jeito de Ser Igreja*, as atividades práticas e a perspectiva teológica histórico-crítica desenvolvida por José Comblin na América Latina no contexto posterior ao Concílio Vaticano II, reforçado pelas Conferências Episcopais de Medellín e Puebla, das quais buscaram se distanciar do modelo institucional e clerical católico e aproximar-se dos pobres não como objeto de caridade, mas como sujeitos de transformação, especialmente a partir da promoção de leigos e leigas. Como destacou Edward Hoornaert:

Para nós, em 1973, o sistema clerical se parecia com um navio encalhado nas areias do ritualismo (missas, sacramentos, bênçãos, gestos, palavras). O velho organismo tinha as veias entupidas. Mal deixavam passar algumas das mensagens evangélicas fundamentais, como a liberdade, o universalismo e o distanciamento crítico diante dos poderes constituídos. Era preciso criar um novo modelo de igreja e libertar as energias leigas latentes no cristianismo brasileiro. (HOORNAERT, 2014).

Neste sentido, foram muitos os percalços ao longo da pesquisa na busca deste novo jeito de ser Igreja dentre os rastros deixados pelo padre belga na América Latina. Planejamos

algumas viagens para o Chile, São Paulo e Rio de Janeiro para visitar arquivos ou ter contato com espaços e pessoas que conviveram com o padre Comblin, mas a falta de apoio financeiro que a academia vivenciou depois de 2017, piorando a cada ano, somado à pandemia da covid-19 depois de 2020, fizeram-nos recalcularmos as rotas. Sendo assim, destacamos a importância de algumas instituições que disponibilizaram parte de seus acervos para consulta pública por meio digital, como o Arquivo Nacional do Brasil, o Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin da UNICAP, a Biblioteca Nacional do Chile e o Site Memória Chilena.

Entre 2018 e 2019, percorremos diferentes lugares e buscamos contato entre as pessoas que conviveram com o padre Comblin no Nordeste brasileiro. Fomos à Solânea-PB, no Santuário do Padre Ibiapina nos encontrarmos com Monica Muggler, colaboradora direta do padre desde os 1980 até o seu falecimento. Participamos em Carnaíba do Sertão - Juazeiro da Bahia, do Seminário de 30 anos das Escolas de Formação Missionárias Padre José Comblin. Estivemos em Serra Redonda-PB, onde existiu o Centro de Formação Missionária que Comblin coordenou nos anos 1980, em Poço Redondo-SE para estabelecer contato com Frei Enoque e no Mosteiro do Discípulo Amado, Abreu e Lima-PE, para obter das próprias mãos de João Batista, alguns documentos pessoais e outros que compõem o acervo da primeira experiência da Teologia da Enxada (1969-1971). Os resultados de tais andanças entre a Paraíba, Pernambuco e Sergipe, como as fontes e os documentos encontrados, veremos ao longo do trabalho em tela, bem como, as condições teórico-metodológicas que os norteiam a presente pesquisa.

Desta maneira, no primeiro capítulo – *introdução*, apresentamos o objeto da nossa pesquisa, o problema e as hipóteses. Além disso, discorreremos sobre as pesquisas que dialogam com a nossa proposta, para assim, destacarmos as contribuições que propomos e a originalidade do nosso trabalho. Isso foi possível a partir de ampla revisão bibliográfica e pesquisa em bancos de teses e dissertações de universidades brasileiras e estrangeiras. Além disso, está presente o escopo teórico e metodológico que fundamentam a presente pesquisa e o tratamento das fontes.

No segundo capítulo: *Padre, Teólogo e Professor: as primeiras experiências de formação entre o Brasil e Chile*, analisamos os primeiros momentos do padre José Comblin na América (Brasil e Chile), as experiências de formação em seminários que vivenciou desde as primeiras aulas que ministrou em Campinas (1958-1961), sua primeira passagem pelo Chile (1962-1964) e seu segundo momento no Brasil (1965-1972), a partir das suas atividades no Seminário Regional Nordeste II, este, bastante estimulado pelo contexto do Concílio Vaticano II. Outro ponto de destaque deste capítulo é a repercussão na imprensa brasileira e no meio

católico sobre o estudo que desenvolveu a pedido de dom Hélder Câmara sobre o texto base da II Conferência Episcopal Latino-americana.

O terceiro capítulo: *Comblin, “persona non grata”: a trajetória entre as ditaduras brasileira e (1972-1985)*, discutiremos a expulsão do padre Comblin do Brasil e sua experiência no Chile. As fontes oriundas da rede de informações da ditadura militar contribuirão para a nossa percepção a partir de dentro do regime, e assim, compreendermos os métodos utilizados pela ditadura contra seus opositores. Neste capítulo, também contemplamos os fatores que se relacionam com a expulsão do padre José Comblin do Chile, a articulação para o seu retorno ao Brasil em 1980 e o finalizamos destacando os projetos que fizeram parte inicialmente do seu terceiro momento em terras brasileiras.

Por fim, no quarto capítulo: *Cristianismo e Revolução: uma análise da perspectiva teológica de José Comblin*, buscamos compreender os conceitos desenvolvidos pelo padre José Comblin sobre a questão da revolução. A escolha do tema, deveu-se em função do recorte metodológico, tendo em vista a vastidão da sua obra, uma vez que é também nosso interesse entender o intelectual que se soma ao padre, sobretudo devido o mesmo ter sido denominado de revolucionário pela imprensa brasileira, mas também compreender como está articulada no padre a relação teoria e prática.

Quando se trata de perceber sua produção intelectual e o poder da sua inserção na América Latina, desenvolvemos através do método das redes de relações sociais, a percepção da sua rede de produção e comunicação. Fizemos isso, articulados aos temas da liberdade e ação, eixos norteadores da sua produção teológica e intelectual.

Para tanto, as obras que escreveu diretamente sobre ambos os temas, sejam livros ou artigos publicados nas mais diferentes revistas nacionais e internacionais, compreendem também nossa fonte de análise.

Portanto, este trabalho também é fruto dos constantes debates e diálogos decorridos nos últimos anos entre eventos nacionais, internacionais e regionais, dentre eles, os que são

organizados pela ANPUH³⁰, o ALAS³¹, o SOTER³², o Grupo de Pesquisa José Comblin³³, a ABRH³⁴, para citar alguns. De tal maneira, acrescentamos que, sendo uma pesquisa sobre um contexto de ditaduras na América Latina através da trajetória do padre José Comblin, pode também lançar luz aos desafios do presente, uma vez que, temos observado atualmente a escalada do autoritarismo por um governante que elogia a tortura e torturadores da ditadura brasileira, tem na composição deste mesmo governo crescente militarização, pois, são mais de sete mil militares ocupando postos de trabalho na administração pública federal – infinitamente um número maior do que ocorreu na ditadura e recentemente ressuscitou a Lei de Segurança Nacional para prender quem protesta contra seu governo, fazendo ressurgir as prisões políticas.

Mas, assim como demonstrou o padre José Comblin, nunca percamos o espírito de luta e a mística que impulsiona para travar o bom combate, pois, conforme escreveu Walter Benjamin: “O espírito revolucionário paira sobre a civilização, à espera de quem o resgate. Onde a revolução não acontece, ela fica pendente. O trabalho de seu resgate não é só um compromisso com o presente, mas também com um passado não redimido”. (1987, p. 222-232).

³⁰ Temos sempre participados dos eventos nacionais e estaduais promovidos pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH. Apresentamos as comunicações e artigos: A Defesa: O contexto da ditadura civil-militar (1964-1985) em Caruaru-PE sob a ótica da imprensa Católica, no XI Encontro Estadual de História (ANPUH/PE) – Democracia e Diversidade: Produção e Socialização do Conhecimento Histórico, 2016. 1968: Os impactos políticos da II CELAM de Medellín na atuação da Igreja Católica brasileira 50 anos depois, no XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PE, 2018. No GT - Catolicismos e Política: entre conservadores e progressistas, apresentamos a comunicação: Revolução na América Latina? a repercussão no Brasil do documento de Comblin para a II Celam em Medellín – 1968, no 30º Simpósio Nacional de História – História e o futuro da educação no Brasil, 2019. No 31º Simpósio Nacional de História da ANPUH em 2021, apresentamos a comunicação: Padre José Comblin em tempos de ditadura militar no Brasil (1968-1972), no GT - Trajetórias e (auto)biografias: modelos, limites, desafios e possibilidades.

³¹ Temos participado dos eventos promovidos pela Asociación Latinoamericana de Sociología – ALAS. O primeiro foi o XXIX Congresso Latino-americano de Sociologia, em 2013 no Chile. Recentemente, participamos de maneira remota do XXXII Congreso Internacional ALAS Perú 2019, onde apresentamos a comunicação: Por uma outra democracia: o golpe de 2016 no Brasil e as raízes de uma tragédia anunciada, no GT 04 - Estado, Legitimidad, Gobernabilidad y Democracia.

³² Em 2021, participamos do 33º Congresso Internacional da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião – SOTER, de forma remota, apresentando a comunicação: Teologia da Enxada: 50 anos da primeira experiência (1969-1971), no GT 04 – Teologias da Libertação.

³³ O Grupo de Pesquisa José Comblin, organizado por professores da UNICAP e PUC-SP, promoveu em 2020, o 1º Encontro de Pesquisadores José Comblin com o tema: Comblin em Pesquisa: olhares cruzados, onde apresentei a comunicação: “Se eles me perseguiram, também vos hão de perseguir a vós”: a ditadura brasileira no encaço do padre José Comblin (1968-1972). Em 2021, participei da II Jornada José Comblin organizada pelo Grupo de Pesquisadores José Comblin que, tinha a seguinte temática: II Jornada José Comblin: Missão, Ação e Liberdade: aproximações entre Comblin e o Papa Francisco. Neste evento, fui convidado para compor como palestrante a II Mesa de Debates: Comblin: Missão e Formação no Nordeste.

³⁴ Participei do 3º Simpósio Regional da ABHR Nordeste: Religião, Direitos Humanos e Laicidade: Resistências, Diversidades e Sensibilidades no ano de 2019, em João Pessoa, onde apresentei a comunicação: Raimundo Nonato de Queiroz: a Teologia da Enxada e seus desdobramentos na cidade de Tacaimbó-PE entre 1969 e 1984, no GT - Profetismo e lideranças católicas no Brasil: histórias e memórias que movimentam este campo religioso.

2 PADRE, TEÓLOGO E PROFESSOR: AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE JOSÉ COMBLIN ENTRE BRASIL E CHILE (1958-1971)

Em final de junho de 1958, depois de fazer escalas no Recife-PE e Rio de Janeiro-RJ, o padre José Comblin chegou a capital paulista e foi recebido pelo cónego Thiers, secretário do bispo de Campinas que o levou primeiro ao Colégio des Oisseaux³⁵ e depois viajaram de ônibus a Campinas-SP, onde foi recebido pelo bispo local. Assim, o padre Comblin descreveu seus primeiros momentos no Brasil:

Tomei o avião KLM em Amsterdã, no dia 29 de junho de 1958. Depois de uma escala em Lisboa, o meu primeiro contato com a terra americana foi no Recife. A primeira impressão foi de pessoas dormindo no chão, um grande número. Era de madrugada. Também fazia um calor úmido. Numa hora de escala não dá pra ver nada. Depois disso outra escala no Rio. Finalmente, chegava em Congonhas, São Paulo, no início da tarde. (MONTENEGRO, 2019, p. 129).

Campinas foi a cidade onde o sacerdote ficou até o início de 1962, quando então, seguiu para o Chile depois de ter sido convidado para ministrar aulas na Pontifícia Universidade Católica do Chile em Santiago. Permaneceu por terras chilenas até início de 1965, pois, retornou para o Brasil à cidade onde descreveu ter pisado pela primeira vez em terras americanas e que tinha ficado com a má impressão por ter visto pessoas dormindo no chão, ou seja, Recife-PE.

Foi para Recife à convite de Dom Hélder Câmara – arcebispo de Olinda e Recife de então, em reforço ao mesmo convite que já tivera sido feito antes por Marcelo Carvalheira³⁶ – Reitor do Seminário Regional do Nordeste II. Vindo de Santiago do Chile, onde havia trabalhado como professor na Faculdade de Teologia, integrou a nova equipe que dirigiu o Seminário e depois se responsabilizou pelo programa do Curso de Teologia do Instituto de Teologia do Recife - ITER.

³⁵ Localizado na esquina da Rua Augusta, em São Paulo, o Colégio des Oisseaux foi fundado em 1907 pelas Cónegas de Santo Agostinho. Tradicional colégio feminino, onde estudou, por exemplo, Ruth Cardoso e Marta Suplicy, o colégio foi também um espaço belga, pois ali foram enviadas pelas Cónegas de Santo Agostinho, Cónegas belgas num momento em que a cultura francesa influenciava as elites brasileiras. As Cónegas belgas falavam francês. Talvez, por isso, o primeiro lugar que o Cónego Thiers tenha levado o padre Comblin para conhecer e assim, sentir-se em casa.

³⁶ Em janeiro de 1964, Comblin esteve de férias no Nordeste brasileiro e portanto, em Recife. Na ocasião conheceu o Seminário de Camaragibe e foi convidado pelo Reitor Marcelo Carvalheira para vir a fazer parte da equipe de direção do Seminário. Tendo sido ordenado sacerdote em Roma, em 1953, Marcelo Carvalheira foi depois nomeado bispo auxiliar da Paraíba em outubro de 1975, e ordenado bispo aos 47 anos em dezembro de 1975 pelas mãos de Dom Helder Câmara, Dom Aloísio Lorscheider e Dom José Maria Pires. Em novembro de 1981, aos 53 anos, foi designado bispo da recém criada Diocese de Guarabira. Em 29 de novembro de 1995 foi designado para ser Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba.

Um ano antes, Dom Hélder Câmara havia assumido o arcebispado de Olinda e Recife, mais precisamente, em abril de 1964. Vale salientar que, desde os anos 1950, Pernambuco era o ambiente em que se constituiu um importante movimento camponês, as Ligas Camponesas, o que fez as autoridades brasileiras acompanhar de perto as movimentações na área rural pernambucana e suas questões políticas. Internamente, no início dos anos 1960, as Ligas viviam um clima de divisão, “influenciada, inclusive, pela Revolução Cubana e tendo como pano de fundo a análise da sociedade brasileira e o caráter da revolução a ser organizada no país, o que os levou a um racha com o PCB que, até então, apoiava e atuava nas Ligas”. (LIMA, 2012, p. 45). Isto, portanto, contribuiu para o enfraquecimento das Ligas Camponesas que, aos poucos, foi perdendo espaço para a Igreja Católica na organização de tais trabalhadores.

A partir de 1964, o país viveu as ebulições provocadas pelo golpe militar. Houve forte apoio do catolicismo à derrubada de João Goulart³⁷, especialmente, através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade³⁸. A Igreja Católica de aliada ao Governo Jango, dos quais estavam próximos através do MEB, por exemplo, viu crescer a oposição ao seu governo com a força da propaganda anticomunista e as conveniências de então. Some-se a este cenário, o início das discussões pautadas nas necessárias mudanças que a Igreja Católica deveria assumir no contexto do Concílio Vaticano II que, iniciaram-se em 1962 e foram concluídas em 1965.

Na sua primeira mensagem ao chegar a Recife, Dom Hélder parecia já anunciar sua tomada de posição em meio ao tumultuado momento:

No julgamento final, nós todos seremos julgados pelo tratamento que tivermos dado a Cristo, a Cristo, na pessoa dos que têm fome, têm sede, andam sujos, machucados e oprimidos...Continuando atividades a que já se entrega nossa Arquidiocese, cuidaremos dos pobres, velando, sobretudo, pela pobreza envergonhada e tentando evitar que da pobreza se resvale para a miséria. A pobreza pode e, às vezes, deve ser um dom generosamente aceito ou até espontaneamente oferecido ao Pai. A miséria é revoltante ou aviltante: fere a imagem de Deus em cada homem; viola o direito e o dever do ser humano ao aperfeiçoamento integral. (Diário de Pernambuco, 12 abr. 1964).

³⁷ Foi eleito vice-presidente nas eleições de 1960. No ano posterior, depois da renúncia do Presidente eleito, Jânio Quadros, assumiu a presidência do Brasil, depois de uma crise política gerada por setores que não aceitavam o cumprimento da Constituição, ou seja, a sua posse. Como solução para a crise, optou-se pela criação do sistema parlamentarista. Assim, com poderes enfraquecidos pelo Congresso, tornou-se Presidente em 1961, com poderes compartilhados com o Primeiro Ministro, Tancredo Neves. Em 1963, depois de consulta popular, via plebiscito, extinguiu-se o parlamentarismo e João Goulart continuou Presidente, dessa vez, no regime presidencialista. A partir de então, tentou implementar um programa de reformas, denominado *Reformas de Base*, o que não foi bem aceito por setores conservadores da sociedade, políticos, Igreja Católica, elite nacional, militares. Isso desencadeou uma forte propaganda contrária ao seu governo, que, associado ao apoio de empresários e governos do exterior, culminou com o golpe militar, que o destituiu da presidência do Brasil em 01 de abril de 1964.

³⁸ Movimento surgido em março de 1964 e que consistiu numa série de manifestações, ou "marchas", organizadas principalmente por setores do clero e por entidades femininas em resposta ao comício realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, durante o qual o presidente João Goulart anunciou seu programa de reformas de base. Congregou segmentos da classe média, temerosos do "perigo comunista" e favoráveis à deposição do presidente da República. Fonte: <https://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 16 jun. 2021.

A luta em defesa dos direitos humanos, dos pobres e oprimidos, que fora por Dom Hélder renunciada, tornou-se mais evidente com as crescentes perseguições da ditadura militar, especialmente, a padres, bispos e leigos católicos.

É nesse contexto de transformações políticas vividas no Brasil e nos novos rumos para a Igreja Católica estabelecidos pelo II Concílio que, daremos destaque aos primeiros momentos do padre José Comblin entre Brasil e Chile, no presente capítulo. Tomaremos como análise seus primeiros anos em Campinas e depois em Santiago, período este caracterizado pelas primeiras demonstrações de contribuição para novos rumos do catolicismo no Brasil e América Latina, para em seguida destacarmos seu segundo momento no Brasil, especialmente no Nordeste.

2.1 Da Bélgica ao Brasil: Os primeiros momentos na América (1958-1962).

Conforme descreveu Álder Júlio sobre José Comblin,

Já doutor em Teologia, aos 35 anos, insatisfeito com os rumos da Igreja na Europa do final dos anos 50, e recusando convite para ocupar cobiçados postos eclesiásticos no Vaticano, decide partir em missão para a América Latina, em 1958. Entre São Paulo e Santiago passa seus primeiros anos como professor. Graças à reconhecida qualidade de seus escritos, esteve prestes a acompanhar mais de perto e assessorar padres conciliares por ocasião das sessões do Concílio Vaticano II, não o fazendo em razão de compromisso prévio assumido na Universidade Católica do Chile. (CALADO, 2003, p. 99).

O relato que citamos caracteriza de maneira sucinta o motivo da vinda do padre Comblin para a América Latina e suas primeiras atividades desenvolvidas entre o Brasil e Chile. Utilizaremos o mesmo como norte para aprofundar algumas questões das quais descreve e acrescentar outras, como por exemplo, sua atuação também como assessor da Juventude Operária Católica em São Paulo e os motivos que lhe fizeram ir para o Chile no início de 1962.

Após ordenar-se padre e concluir os estudos, José Comblin assumiu a paróquia Sacré-Coeur em Bruxelas e depois, entre 1950-1957, também atuou como professor no Centre d'instruction pour brancardiers ecclésiastiques – CIBE, instituição belga que aglutinavam os estudos teológicos com o serviço militar para seminaristas belgas.

Assim descreveu Comblin sobre o momento que lhe foi anunciado a primeira paróquia onde desenvolveu seu trabalho como padre na Bélgica:

Terminei os estudos em 1950. Pedi para fazer uma experiência numa paróquia. Um dia o bispo auxiliar chamou-me para dizer: 'você vai para a Paróquia Sagrado Coração em Bruxelas'. Perguntei: onde fica essa paróquia? Ele me respondeu: 'não sei, mas você encontrará no mapa'. De fato, olhando no mapa

descobri. Nunca tinha visto. Era o terceiro cooperador da paróquia, que contava com 10.000 habitantes e quatro sacerdotes. (MONTENEGRO, 2019, p. 123).

É a partir desta primeira experiência que o padre começou a refletir sobre a possibilidade de não mais continuar na Bélgica, isto, depois do diagnóstico que fez da Igreja Católica na Europa, tendo como referência a Paróquia Sagrado Coração, qual seja:

Pouco a pouco percebi que as nossas reuniões de padres da paróquia sempre giravam em torno do mesmo assunto. No fundo, sempre era problema de poder. Como reforçar o nosso poder? Como ter mais gente? Como aumentar a nossa influência política? O que construir? Onde arranjar dinheiro? Jamais o Evangelho era a nossa preocupação. (MONTENEGRO, 2019, p. 126).

Após relatar a pauta que concentrava as reuniões na paróquia Sagrado Coração em Bruxelas e o que deveria nortear as atividades do clero local, ou seja, tudo voltava-se para o poder clerical, Comblin afirmou: “entendi que jamais uma paróquia poderia evangelizar. Ela pode conquistar fiéis, acumular dinheiro ou poder, organizar grandes manifestações de poder, mas não pode evangelizar”. (MONTENEGRO, 2019, p. 126). Esta reflexão norteou as atividades que Comblin viria a desenvolver ao longo da sua vida e foi crucial para que o sacerdote repensasse sua continuidade na Europa. Portanto, relatou:

Eu comecei a pensar: Não vou dedicar a minha vida a contemplar a decadência da Igreja na Europa e finalmente a sua agonia. Vou tentar encontrar no mundo outra possibilidade. Mas onde? A primeira ideia que vinha na mente de um belga era a África. Porém nenhuma porta se abriu. E o desastre parecia cada vez mais inevitável. (MONTENEGRO, 2019, p. 126).

Naquele momento, haviam colônias belgas na África, como Congo ou Ruanda, talvez seja por isso que tenha citado este continente, ou quem sabe tenha sido alguma referência ao fato da Encíclica *Fidei Donum* do Papa Pio XII que, em 1957 solicitava aos bispos que dispusessem seus sacerdotes para a missão contra a pobreza nas diferentes regiões africanas.

O fato é que, a oportunidade que o padre Comblin tanto esperava surgiu justamente de uma reedição da *Fidei Donum*, onde desta vez o Papa Pio XII apelava aos bispos da América do Norte e Europa para que enviassem seus sacerdotes à América Latina. Segundo Ottaviani e Frezzato,

Sua Encíclica *Fidei Donum*, de 21 de abril de 1957, impulsionou o Catolicismo a se preocupar com a situação da Igreja presente na África e na América Latina ao convidar os bispos, sobretudo europeus, a se empenharem na formação e envio de missionários para as terras latino-americanas e africanas. (2018, p. 06).

E o motivo dessa vez eram pelo menos dois: além da necessidade de padres devido a demanda ser aquém do número de ordenados na região, o combate ao comunismo. Sendo assim,

José Comblin mencionou que, “Pio XII estava angustiado pelo futuro da Igreja na América Latina. Para ele o número reduzido de sacerdotes era um problema terrível. Ele já estava pensando numa possível conquista da América Latina pelo comunismo”. (MONTENEGRO, 2019, p. 127).

O apelo papal foi bem recebido na Bélgica que já desde 1953, começou a desenvolver o Colégio Pró-América Latina – COPAL³⁹ que, surgiu com a intenção de preparar seminaristas belgas para o trabalho missionário na América Latina e também abrigar seminaristas latino-americanos. De acordo com Ottaviani e Frezzato, “De 1955 a 1983, partiram para o Brasil 115 padres, dos quais 67 belgas. Um deles é o Pe. José Comblin”. (STOLS *apud* OTTAVIANI e FREZZATO, 2018, p. 08).

Sendo assim, tendo em vista o apelo do Papa Pio XII para a América Latina, Comblin escreveu ao seu bispo, à época o Cardeal Von Roey, externando o desejo de ir a tal região, e mencionou, “eu não me preocupava em nada pelo comunismo na América Latina, que parecia tão improvável, mesmo de longe, nem pela ofensiva protestante. Mas pensei: pode ser um caminho para escapar desta prisão em que estou morrendo aqui. Não hesitei. Fiz o pedido”. (MONTENEGRO, 2019, p. 127). O sacerdote belga não foi atendido de imediato, e destaca que reforçou o pedido: “depois de três anos de paciência, pensei que já podia escrever de novo. Escrevi. Desta vez ele respondeu dando o consentimento”. (MONTENEGRO, 2019, p. 128). Tendo em vista que, Comblin veio para o Brasil em 1958, isso nos leva a crer que tenha feito o primeiro pedido antes ainda da publicação da Fidei Donum. Portanto, acreditamos que ao citar sua não preocupação com o comunismo, estaria se referindo ao momento do seu segundo pedido para prestar seus serviços na América Latina, aí sim por volta de 1957 no contexto da solicitação de Pio XII através da Fidei Donum.

No entanto, ao se apresentar ao COPAL para fazer o curso que ali dispunha àqueles que iriam atuar na América Latina, teve que mais uma vez contar com o inusitado:

Aconteceu, por acaso, que exatamente nesse momento em que me apresentei chegou um pedido do bispo de Campinas (SP), Dom Paulo de Tarso Campos. [...] Ora, ele pedia três sacerdotes que fossem doutores em qualquer coisa, ele não determinava. Outra coincidência: no mesmo momento apresentaram-se dois colegas igualmente doutores, um doutor em Filosofia, outro doutor em Línguas Clássicas. [...] A carta do bispo era muito lacônica. Não dizia nada da

³⁹ O COPAL foi a concretização de um projeto dos bispos belgas que queriam, já em 1895, abrir, junto à abadia beneditina de Keizersberg, um seminário de formação para futuros padres missionários voltados para a evangelização da América Latina. O projeto não prosperou até 1953. A partir dessa data, a ideia foi retomada e desenvolvida principalmente pelo Cardeal Joseph Ernest van Roey (1874-1961). Este viria a instalar o novo colégio em 1955 num convento em estilo neogótico situado na Tervuursestrasse, 56, na cidade de Lovaina (Löwen). Historicamente, um pouco antes da promulgação da Fidei Donum, o Colégio havia pensado na possibilidade de abrigar não só seminaristas belgas, mas também os latino-americanos. (STOLS *apud* OTTAVIANI e FREZZATO, 2018, p. 07).

missão que seria dada aos doutores. [...] Uma coisa estava clara: havia que aprender português. (MONTENEGRO, 2019, p. 129).

Sendo assim, depois de ingressar no COPAL sem saber para onde poderia ir, já no início a solicitação do bispo de Campinas-SP se adequava à realidade de Comblin pelo fato de ser doutor e contar com a chegada de dois outros sacerdotes também doutores, Carl Laga e Michel Schooyans. Estes, chegariam ao Brasil seis meses depois de Comblin, no final de 1958.

Dessa maneira, em correspondência enviada pelo bispo de Campinas dom Paulo de Tarso à Comblin três meses antes da sua vinda para o Brasil, foi adiantado o que faria e onde moraria, conforme apresentamos um trecho de tal carta:

Eu ficaria contente se, pelo menos nos dois primeiros anos, pudesse residir no nosso Seminário; ali lecionando algumas matérias, - como francês, latim, grego, história universal, matemáticas, de acordo com o seu gosto. Isto não impediria de exercer também o ministério, ou como capelão de algum colégio ou ainda auxiliando os párocos sobretudo nos sábados e domingos. (CAMPOS, 1958).

De fato, ao chegar em terras brasileiras, o que foi proposto ao padre belga não foi muito diferente do que havia sido anunciado por correspondência. Após um mês da sua chegada, morava no Seminário menor, tornou-se capelão do Colégio para freiras das Irmãs Calvarianas, Sagrado Coração de Jesus, passou a lecionar as disciplinas de Física e Química no Seminário menor e pouco tempo depois 2 horas de aulas no Curso de Filosofia da Universidade Católica de Campinas.

Mas, toda essa estrutura que parecia muito bem organizada e que até estava muito relacionada com as primeiras informações em correspondência enviada por Dom Paulo, inquietava o padre belga, uma vez que achava desnecessária a vinda de doutores para atividades que poderiam ser realizadas por quem não os fossem. Tal inquietação o levou para novos rumos e no ano posterior à sua chegada já estava assessorando as atividades da Juventude Operária Católica – JOC de Campinas e região. Em outubro de 1959, recebeu de Santos Dias⁴⁰, do qual era coordenador da pastoral operária, a seguinte tarefa:

A JOC de Pedreira realizará uma assembleia na cidade Amparo. Para isto pedimos a sua honrosa presença. [...] Nesta assembleia, terá duas partes, uma parte seria em que falará o padre Amparo, o padre de Pedreira se for possível, e o senhor se puder estar presente, depois falará o presidente da federação e o secretário da federação. (SANTO, 1959).

⁴⁰ Foi fundador da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo e atuou nas CEBs ao longo dos anos 1960. Em 1979, liderou uma greve que reunia cerca de seis mil metalúrgicos em São Paulo. Em uma panfletagem em frente à fábrica Sylvania, a polícia tentou prender alguns de seus colegas. Num momento de tensão, o PM Herculano Leonel o baleou pelas costas e Santos dias morreu aos 37 anos.

Aos poucos o padre belga foi se desvinculando das amarras da estrutura clerical ao qual estava vinculado no início e foi conhecendo outras maneiras de atuar, o trabalho como assessor da JOC foi uma delas que, assim descreveu: “então me tornei assessor diocesano da JOC, apesar de ser um assessor improvisado. Ali descobri as virtudes do povo simples, ainda não deformado pelo espírito de competição e pelo desejo do dinheiro”. (MONTENEGRO, 2019, p. 134).

Outra atividade ainda no ano de 1959 que também foi retirando o padre José Comblin alguns dias da semana de Campinas-SP, foram as aulas que passou a ministrar no Studium Theologicum, Escola Teológica dos dominicanos em Perdizes, à convite destes. Neste período entre os seus alunos estavam Frei Betto e Frei Tito que, depois ficariam bastante conhecidos nacionalmente junto com outros dominicanos que foram presos e torturados por agentes da ditadura militar brasileira entre 1969-1973. O convento dos dominicanos em Perdizes acabou se tornando o lugar de hospedagem de Comblin em São Paulo nas vezes que por lá esteve. No entanto, no período que precisou ir com mais frequência à São Paulo, seja para ministrar aulas, ou participar de outros cursos e demais atividades, acabou alugando um apartamento junto com seus colegas belgas.

Em 1960, foi participar em Santiago-Chile, das II Jornadas de Teologia realizada pela Universidade Católica. Tal momento foi relevante para a sua saída de Campinas para o Chile no ano de 1962, uma vez que, a partir de então começou uma articulação para que fosse trabalhar na Faculdade de Teologia chilena. Em novembro de 1960, o Mons. Marcos McGrath⁴¹ da referida Faculdade, escreveu para o COPAL em carta endereçada ao seu Reitor Fernand van Steenberghen, solicitando sua liberação das atribuições em Campinas para assumir aulas e colaborar com a Revista Teologia e Vida, conforme destacamos alguns trechos da mesma:

Por ocasião da Conferência de Teologia recentemente realizada nesta Faculdade, tivemos o prazer de encontrar o pe. Sr. José Comblin, formado pelo Seminário Pró América Latina, que o senhor dirige tão acertadamente, que atualmente cumpre um contrato em Campinas, Brasil. O Sr. Comblin se interessou pelo trabalho que desenvolvemos atualmente nesta Faculdade e, ao que parece ele estaria disposto a vir e colaborar nele, [...] Suas obrigações consistiriam em lecionar na Faculdade, colaborar em a Revista Teologia e Vida, que é publicada trimestralmente e eventualmente nos Anais, onde são publicadas obras de natureza mais estritamente científica. (MCGRATH, 1960, tradução nossa).

⁴¹ Decano da Universidade Católica do Chile, foi nomeado bispo auxiliar do Panamá em 1961 pelo Papa João XXIII e em 1964 o primeiro bispo de Santiago de Veraguas no Panamá. Participou do Concílio Vaticano II, sendo um dos redatores da *Gaudium Et Spes*. No ano de 1969, foi designado arcebispo do Panamá pelo Papa Paulo VI, e desenvolveu neste país uma importante trajetória de luta contra a ditadura militar e em defesa dos direitos humanos.

A partir de então, verificamos uma série de solicitações enviadas do Chile ao COPAL e a arquidiocese de Malinas-Bélgica, pedindo permissão da ida de Comblin ao Chile. No ano seguinte o Reitor da Universidade do Chile, arcebispo de Concepción Alfredo Silva Santiago encaminhou a mesma solicitação para Efreem Forni, núncio apostólico da Bélgica e Luxemburgo, e para o monsenhor Adolf Vander Perre, reitor do Colégio Belga para a América Latina.

Comblin não estava satisfeito com as atividades que desenvolvia em Campinas, inclusive, acreditava que era preciso uma melhor formação ofertada pelo COPAL em relação as atividades que os sacerdotes deveriam desenvolver na América Latina. Tais reflexões podemos observar num documento que produziu denominado *Notas sobre a situação dos padres belgas no Brasil (1960)*, e foram enviadas ao diretor do COPAL, onde de maneira geral, discorreu sobre as divergências entre a proposta belga e as expectativas e necessidades da Igreja brasileira.

Sobre a análise que fez e consta nas referidas notas, de acordo com Ottaviani e Frezzato,

Para ele, o problema não estava na quantidade de missionários a serem enviados à América Latina, mas no real aproveitamento da qualidade dos missionários enviados pelo COPAL e de um projeto eficaz de cooperação. (2018, p. 12).

Analisando tal consideração, destacamos que, Comblin refutou um dos pilares da Fidei Donum, ou seja, a necessidade de sacerdotes devido seu número insipiente na América Latina. Segundo ele, o problema não era de quantidade, mas de qualidade, referindo-se ao trabalho que poderia ser desenvolvido pelos padres enviados pelo COPAL. Outra questão da Fidei Donum que também foi desconstruída, diz respeito ao avanço de comunismo, pois, para ele não se tratava de uma ameaça, uma vez que:

O partido comunista tem por finalidade hoje a agitação social. Sobre o plano nacional ele não tem poder algum. Mas, ele pode ser elemento na política internacional soviética [...]. Em resumo, o comunismo não constitui um adversário muito temível, ao menos na forma que conhecemos atualmente. (COMBLIN, 1960, p. 74 *apud* OTTAVIANI e FREZZATO).

De tal forma, Comblin tentou orientar ao escrever para a direção do COPAL descrevendo suas reflexões e destacando como tal instituição de formação belga poderia contribuir de maneira mais significativa ao projeto que dispunha. Porém, sobretudo ao desconsiderar a necessidade de padres missionários para regiões que já haviam sido alvos de missão há quase pelo menos quinhentos anos e de não acreditar no comunismo como ameaça na América Latina, suas notas não foram aceitas com satisfação por setores do catolicismo

belga. Segundo Muggler, “o relatório causou certo mal-estar a princípio, pela clareza com que abordava a realidade”. (2012, p. 58).

O estudo foi elaborado em 92 páginas, separadas por seis temas: O problema da Cooperação dos padres Belgas no Brasil, a estrutura do Catolicismo Brasileiro, Vocações Sacerdotais, dos Problemas Intelectuais, da Catequese e Ensaio de Posição do Problema, as conclusões e uma lista de obras lidas separadas entre os seguinte tópicos: Catolicismo, História das Ideias, Sociologia, Problemas Nacionais e Revistas. Dentre alguns autores que constam na bibliografia, sociólogos como Gilberto Freyre e Maria Isaura Pereira de Queiroz, o cientista político Hélio Jaguaribe e o historiador Sérgio Buarque de Holanda.

Para além dos preceitos teóricos que sustentavam sua análise, tratou de ratificar a falta de sintonia entre o COPAL e as reais necessidades da América Latina, destacando sua experiência pessoal e mencionou sua frustração ao afirmar que, dom Paulo de Tarso Campos, arcebispo de Campinas “não tinha um projeto claro para ele e seus dois companheiros: três doutores vindos de Lovaina sem um projeto preestabelecido lhe parece desperdício de forças fadado à ineficácia”. (OTTAVIANI; FREZZATO, 2018, p. 17).

Sendo assim, em meio as frustrações vivenciadas por Comblin em decorrência das atividades a ele dirigida pelo arcebispado de Campinas, as articulações para sua ida ao Chile caminharam e mais uma vez o reitor da Universidade Católica do Chile, dirigiu-se ao arcebispo de Malinas Leo Josef Suenens e ao reitor do COPAL Adolf Vander Perre, para solicitar o seu encaminhamento ao Chile, mas desta vez, acrescentando que Comblin havia sido liberado do seu compromisso no Brasil e descrevendo detalhes dos valores que receberia, as atividades profissionais que desenvolveria e onde residiria na capital chilena. Em um dos trechos da correspondência, foi descrito o encontro de Comblin com o à época bispo auxiliar do Panamá, decano da Universidade Católica do Chile e maior interessado e articulador da ida de Comblin ao Chile, Mons. Marcos McGrath, conforme descreveu o reitor da Universidade Católica do Chile e também arcebispo de Concepción Alfredo Silva Santiago:

Ultimamente o então Reitor e Hoje Bispo Auxiliar do Panamá, Dom Marcos McGrath, acaba de se reunir com o Sr. Comblin em Campinas e soube disso Sua Excelência. O Arcebispo daquela cidade o dispensou do contrato que o obrigava a servir mais um ano naquela Arquidiocese, com o que estaria em condições de realizar o projeto de vir a Santiago. (SANTIAGO, 1961, tradução nossa).

Comblin manteve contato com o Mons. McGrath e o mesmo foi um dos principais articuladores da sua ida para o Chile. Isso fica claro no trecho da carta em destaque, mas também o quanto foi preponderante além da vontade do padre belga em sair de Campinas, a insistência

dos chilenos junto aos superiores do padre Comblin na Bélgica. Noutra correspondência, enviada pelo reitor da Universidade Católica chilena ao núncio apostólico belga, Efrem Forni, para agradecer a este o apoio para conseguir um professor à mencionada Universidade, solicitou mais uma ajuda, dessa vez, sobre o padre Comblin:

No momento, estamos fazendo acordos com o Exmo. Sr. Arcebispo Administrador de Mechelen, Dom Leo Josef Suenens, e ante o Ilmo. Sr. Reitor do Colégio Belga para a América Latina, Dom Adolf Vander Perre, para trazer o Sr. pe. Josef Comblin, que como soubemos do Bispo Marcos McGrath, está atualmente livre do contrato que tinha com a Arquidiocese de Campinas, Brasil. Conhecedor de sua bondade, atrevo-me a incomodá-lo mais uma vez para pedir seu precioso apoio nesta nova etapa que visa o fortalecimento desta Faculdade de Teologia, tão importante para a Igreja na América Latina, porque nela se formam não só os sacerdotes chilenos, mas também numerosos vindos de exterior. (SANTIAGO, 1961, tradução nossa).

Os pedidos de apoio e solicitações chilenas encaminhadas em várias direções, as diferentes pessoas envolvidas como destacamos no trecho acima do qual o próprio reitor Santiago descreve ao mencionar o arcebispo de Malinas Suenens, o reitor do COPAL e o Mons. McGrath, por exemplo, é uma mostra do empenho dispendido para que Comblin fosse desenvolver suas atividades de professor e intelectual teólogo no Chile.

Portanto, Comblin que tinha contrato para cumprir em Campinas entre 1958 e 1963, solicitou a dom Paulo sua dispensa antes do término do contrato, e obtendo resposta favorável, comunicou a McGrath conforme destacado na correspondência citada. Inclusive, sobre tal pedido ao arcebispo de Campinas, segundo Muggler, Comblin e os outros dois padres belgas, Carl Laga e Michel Schooyans, decidiram solicitar diretamente a dom Paulo de Tarso para saírem de Campinas e irem para outro lugar, recebendo assim, a concordância do arcebispo (2012, p. 58). Com isso, tendo recebido a aprovação e autorização de ambas as partes: Campinas – COPAL – Malinas, o padre José Comblin desembarcou no Chile em março de 1962.

2.2 O Primeiro período em terras chilenas (1962-1965).

Desde os primeiros momentos em que esteve no Brasil ou no Chile, Comblin soube aproveitar seus períodos de férias para viajar e conheceu outras regiões brasileiras e diferentes países latino-americanos. Também, em momentos de estudos teve tal oportunidade, e numa dessas viagens esteve no ano de 1960 na jornada de estudos teológicos organizada pela Universidade Católica do Chile, e a partir de então, começou o processo de articulação da sua transferência de Campinas à Santiago.

Uma vez no Chile para trabalhar como professor na Universidade Católica contratado por um período de três anos (1962-1964), teve que lidar com ausência do Mons. McGrath – um dos principais responsáveis do projeto que o levou a terras chilenas, pois este havia sido nomeado bispo auxiliar do Panamá (1961) e pouco tempo depois (1964), nomeado bispo de Santiago de Veraguas, também no Panamá. Ainda no primeiro ano, enfrentou uma questão pessoal, o falecimento da sua mãe Alice Brasseur e o início do Concílio Vaticano II. Sobre tais últimas questões, Jorge Medina lhe escreveu de Roma: “há poucos dias recebi de D. Carlos González a informação sobre o falecimento de sua mãe. Acredite em mim, realmente sinto muito e suponho que a distância tornará mais dolorosa para você esta perda”. (MEDINA, 1962, tradução nossa). Após a solidariedade em decorrência do falecimento da mãe de Comblin, grande parte da correspondência tratou de descrever suas impressões sobre os primeiros debates ocorridos em Roma no início do Concílio:

O Conselho continua sua marcha, sem pressa. Nesta época, o esquema das fontes do Apocalipse tem sido amplamente debatido e, em minha opinião, de uma forma que faz sentido sua rejeição. Os teólogos presentes em Roma, representantes do pensamento de outros países, são unanimemente adversos. Creio que a votação pode ser verificada hoje, talvez nos momentos em que vos escrevo. As grandes críticas são: a falta de sentido ecumênico, a tendência a favorecer uma determinada escola, o estilo pouco pastoral, a mentalidade negativa que surge aqui e ali e, por fim, a posição sobre o problema de haver uma ou duas fontes da revelação. (MEDINA, 1962, tradução nossa).

Além do destaque ao andamento do Concílio, Medina aponta o que seria as primeiras discussões do momento segundo seu acompanhamento, ou seja, as divergências entre os teólogos dos diferentes países aos pontos que seriam colocados em votação dentre os quais citou, o ecumenismo, a questão pastoral e as fontes em torno do debate sobre a revelação. Tal correspondência que buscou também informar ao padre Comblin sobre o Concílio, reforçava a ideia de que esteve em conexão com as discussões que ocorriam no Vaticano para que dessa maneira, pudesse contribuir com a participação dos bispos chilenos em tal evento, conforme afirmou: “preparei inumeráveis documentos para os bispos chilenos. Na frente deles estava Dom Manuel Larraín, bispo de Talca, presidente do Celam, um homem muito inteligente e corajoso, que teve um papel de destaque no Concílio”. (MONTENEGRO, 2019, p. 137). Dentre os teólogos escolhidos para acompanhar os bispos do Chile, Jorge Medina era um deles, daí porque a correspondência com o padre Comblin para que o mantivesse em contato com o desenvolvimento do Concílio e produzir suas contribuições.

Para Comblin, este é, inclusive, um dos momentos que descreveu uma decisão da qual se arrependeu, substituir as aulas dos teólogos que estariam acompanhando os bispos no Concílio:

Foi então que cometi um erro, talvez a única decisão de que estou arrependido. Eram os anos do Concílio. Foram escolhidos três teólogos pelos bispos chilenos para assisti-los no Concílio. [...] Pediram que os substituísse durante as sessões conciliares dando as aulas deles. Aceitei e assim perdi o Concílio. (MONTENEGRO, 2019, p. 136).

O arrependimento de Comblin diz respeito à oportunidade que perdeu podendo acompanhar de perto, in loco, o Concílio, pois acreditava que certamente poderia assessorar o arcebispo Suenens, da arquidiocese belga da qual estava vinculado, mas também devido a projeção ocorrida com os teólogos chilenos que estiveram no Concílio, uma vez que, por suas posturas conservadoras, Comblin não avaliava como positivo o fortalecimento deste segmento, sobretudo para a Igreja chilena. Um deles foi justamente, Jorge Medina que, assim o descreveu: “o desastre dos desastres, que sucedeu por razões obscuras de política eclesiástica. E para o desespero dos chilenos”. (MONTENEGRO, 2019, 137). Medina também era professor no curso de Teologia da Universidade Católica em Santiago, depois tornou-se bispo nos anos 1980 e cardeal nos anos 1990. Segundo Muggler, “naquele tempo, todos os professores de teologia eram sacerdotes. Quase todos foram promovidos a bispo. Todo um grupo seguiu o episcopado de Dom Manuel Larraín”. (2012, p. 60). Outros seguiram em direção oposta ao grupo alinhado com bispo Manuel Larraín do qual Comblin fazia parte, dentre eles, Muggler destaca, “Jorge Medina, que depois se tornou cardeal e serviu em Roma, e o padre jesuíta Vekemans, que foi mais tarde o grande contestador da Teologia da Libertação”. (2012, p. 60).

No Chile, o contexto político da primeira metade dos anos 1960, desenvolvia-se a partir da política dos três terços, marcada pela divisão de forças entre três grupos que predominaram por cerca de quinze anos: a direita, a esquerda – cuja liderança principal era Salvador Allende e a Democracia Cristã, liderada por Eduardo Frei Montalva. Este contexto também envolveu as ações do padre Comblin na capital chilena, ao participar como palestrante de alguns encontros e debates no meio estudantil. Em 1963 foi convidado por Juan Subercaseaux⁴² para participar do primeiro foro político-doutrinário no Centro de Estudos de Direito da Universidade do Chile, cujo tema foi marxismo e cristianismo diante da propriedade privada. Assim descreveu Subercaseaux:

Meados de 1963. O Centro de Alunos da Faculdade de Direito da Universidade do Chile estava interessado em promover foros político-

⁴² Ex-seminarista, tornou-se advogado e assessor dos movimentos de defesa dos Direitos Humanos no Chile. Também tronou-se um dos grandes amigos que Comblin fez no Chile.

doutrinários. Para 1964, as eleições presidenciais foram anunciadas. Em resumo: Cristianismo e marxismo frente a propriedade. Propôs o Pe. José Comblin e outros propuseram o jovem engenheiro comunista Jorge Insunza (2003, p. 40, tradução nossa).

A participação como palestrante em eventos estudantis junto com o então dirigente da Juventude Comunista Jorge Insunza⁴³, ambos para tratarem sobre o que pensam o marxistas e cristãos sobre a propriedade privada, leva-nos a crer nas promoções ali existentes de aproximação entre tais grupos. Sobretudo num ambiente de disputas políticas acirradas ao qual vivia o Chile dividido entre três forças que iriam além de direita e esquerda, o diálogo com cristãos era estratégico e necessário. Nesta perspectiva, Insunza teria afirmado em sua palestra, “algumas bases do pensamento marxista sobre a propriedade e se esforçou para encontrar pontos de contato com o cristianismo em matéria de propriedade, citando o elogio de Engels ao comunismo cristão primitivo”. (SUBERCASEAUX, 2003, p. 40, tradução nossa). Comblin teria confirmado tal aproximação e refletido sobre um método, ou seja, a maneira de alcançar os objetivos que uniam interesses de marxistas e cristãos. Segundo Subercaseaux, Comblin teria dito neste evento realizado pelos estudantes da Direito da Universidade do Chile:

Os Estatutos do Partido Comunista (PC) da URSS, em seu art. 1º diz o seguinte: O PC da URSS luta por uma sociedade de trabalhadores livre de toda dominação e exploração. Nós, cristãos, concordamos com isso. O problema é como fazê-lo. (SUBERCASEAUX, 2003, p. 40, tradução nossa).

A questão central levantada pelo padre belga, trata-se de um debate que rondou por muito tempo o espectro do engajamento cristão no ambiente político latino-americano em tempos de ditaduras ou de opressão, qual seja, os meios para combatê-las. O próprio Comblin produziu textos sobre tal questão dos quais aprofundaremos no terceiro capítulo. Por enquanto, resta-nos confirmar ao mencionar a participação de Comblin em eventos que uniam marxistas e cristãos chilenos, suas contribuições nas reflexões vivenciadas naquele momento em que esteve no Chile. Daí derivou, inclusive, a aproximação e amizade do padre belga com integrantes do Partido Comunista Chileno, conforme descreveu Monica Muggler no seguinte trecho: “a postura aberta, solidária, integral e realista de Comblin foi a origem do diálogo e de grande amizade com os militantes do Partido Comunista [...] Sobretudo com Gládis Marin, Volodia Teitelboim que foi Senador e era do comitê central do partido”. (2012, p. 65).

⁴³ Com longa trajetória no movimento revolucionário, Insunza foi militante e dirigente das Juventudes Comunistas do Chile (JJCC). Chefe de propaganda da campanha de Salvador Allende, foi eleito deputado em 1969 e 1973 pelo Partido Comunista do Chile (PCC). Com o advento da ditadura militar fez parte da direção clandestina do Partido e foi membro da Comissão Política do Comitê Central do PCC até que os problemas de saúde o obrigaram a se afastar das tarefas que desempenhava com tanta dedicação e competência. Fonte: pcdob.org.br. Acesso em: 07 jul. de 2021.

Sobre o contexto político que vivia o Chile no primeiro momento em que lá esteve, entre 1962 e 1964, Comblin mencionou que,

A década de 1960 foi mais agitada ainda do que nos outros países. [...] Cheguei em plena campanha eleitoral. Havia dois candidatos, Eduardo Frei e Salvador Allende, cada um encarnando um programa. O Padre Roger Vekemans, grande articulador da campanha de Frei, graças ao dinheiro da CIA conseguiu convencer os conservadores de não apresentar candidato para ter mais segurança de vencer Allende. Desta maneira, Frei ganhou sem dificuldade e começou o programa de 'revolução em liberdade'. (MONTENEGRO, 2019, p. 138-139).

Os primeiros anos da década de 1960 no Chile, teve a predominância do contexto das disputas eleitorais para presidente que ocorreram em 1964. Como já destacamos, dentre as três forças existentes, a direita e os democratas-cristãos se uniram para tornar vitoriosa a campanha de Eduardo Frei, conforme citado por Comblin. Seu programa de Governo que teve como tema: revolução em liberdade, oferece-nos um pouco do tom que a sua campanha buscou alcançar junto as forças que almejam transformações sociais.

No entanto, em meio as agitações políticas que o Chile enfrentava e que, de alguma forma, Comblin esteve participando, seu contrato com a Universidade Católica se aproximava do fim e sem perspectiva de renovação. McGrath, conforme citamos e que foi o grande entusiasta da sua ida à Universidade chilena não se encontrava mais lá e no curso de Teologia acabou predominando uma perspectiva conservadora que não satisfazia o padre belga, e sendo assim, começou a articular novos rumos.

Em junho de 1964, através de algumas correspondências recebidas por Comblin do COPAL, na pessoa do seu dirigente Vander Perre, podemos perceber que já estava em curso uma articulação para seu retorno ao Brasil, especificamente para o Recife, cuja Arquidiocese tinha como responsável Dom Hélder Câmara. Em janeiro deste ano, o padre Comblin havia viajado de férias ao Brasil, passou por diferentes cidades do Nordeste, dentre elas o Recife. Ali, conheceu o projeto de construção do Seminário Regional do Nordeste II, e foi convidado por seu reitor, padre Marcelo Carvalheira para fazer parte da nova equipe do Seminário, convite este reforçado posteriormente por dom Hélder Câmara, daí portanto, justifica-se a escolha do Recife para sua volta ao Brasil.

Certamente ao solicitar junto ao COPAL a transferência para Recife, a resposta foi de apoio e plena confiança nas decisões tomadas pelo padre Comblin, conforme descreve em carta de 01 a 03 de junho de 1964, Vander Perre:

[...] Michel, sem dúvida, já lhe disse, tenho plena confiança em você e não me considero capaz de julgar melhor do que você a conveniência de seu retorno ao Brasil ou do destino mais adequado neste país. Portanto, se você acha que

é melhor voltar ao Brasil e mais particularmente ao Recife, apoiarei este conselho com o Cardeal de Mechelen, que concordará perfeitamente. Suponho que o senhor mesmo entrará em contato com o Arcebispo de Recife, porque me pergunto se o desaparecimento de Dom Carlos não representará problemas para o Seminário de Recife. Michel conhece a situação melhor do que eu; Então resolva o assunto com ele, ele sabe muito bem o que eu penso. Ele sabe o que eu disse e repito que confio plenamente em você e que me considero incapaz de lhe dar uma diretriz válida. (PERRE, [Correspondência] 01 e 03 jun. 1964, tradução nossa).

A resposta do COPAL, através de Vander Perre, é de apoiar a decisão de Comblin, inclusive, ao dizer que tem sua inteira confiança nas decisões que lhe diz respeito, sobretudo ao conhecer melhor a oportunidade de retorno ao Brasil. Reforçou também que, apoiaria tal decisão junto ao Cardeal de Malinas e que, certamente o mesmo estaria de acordo. Ao mesmo tempo, a correspondência em questão levantou apenas uma reticência em relação à continuidade do projeto do Seminário, ou seja, seu receio que houvesse algum problema, tendo em vista a mudança em curso após o falecimento de Dom Carlos Gouveia Coelho, antecessor de Dom Hélder Câmara.

Pouco dias depois, em 23 de junho, uma nova carta de Vander Perre, indicou uma certa relutância do Cardeal Suenens em relação à sua transferência para o Recife, porém, logo desfeita ao saber se tratar da Arquidiocese de Dom Hélder: “eu vi o cardeal Suenens. À primeira vista, relutou em sua mudança, até que percebeu que Recife era a Arquidiocese de Dom Helder por quem ele tem uma estima. Então o caso está resolvido”. (PERRE, 1964, tradução nossa). Sendo assim, o dirigente do COPAL praticamente ratificou a ida de Comblin ao Recife ao destacar a situação como resolvida, mas fez um alerta:

Eu creio portanto que você terá que ter cuidado no início, pois as falhas (de que valem elas) que me acontecem me fazem acreditar em um ambiente bastante tenso. O padre Senna e o padre de Mello tiveram que deixar o seminário e o país. (PERRE, 1964, tradução nossa).

Certamente, o cuidado a que Vander Perre se referia para Comblin, sobretudo ao mencionar uma atmosfera muito tensa a ponto de padres deterem deixado o seminário e o país, dizia respeito ao clima vivido no Brasil com golpe de 01 de abril 1964. De tal maneira, este de fato foi uma questão que o padre Comblin vivenciou e sentiu na própria pele. Os efeitos de tal conjuntura política acabaram o atingindo diretamente, como veremos.

O sacerdote teve sua autorização para trabalhar na Arquidiocese de Olinda e Recife, deixando então a cidade de Santiago em fevereiro de 1965, quando chegou à capital pernambucana um mês antes da inauguração do Seminário Regional do Nordeste II. Teve que se dividir entre Recife e Santiago no segundo semestre de 1965, pois, aceitou ministrar algumas

aulas na Universidade Católica do Chile tendo em vista a morte precoce de um dos professores, o padre Florêncio Hoffmann, e assim a Faculdade de Teologia tivesse tempo para se organizar para o próximo ano devido a perda dos dois teólogos doutores.

Depois da inviabilidade do projeto em Campinas pelas razões que já apresentamos, o padre Comblin sentiu mais uma vez as mudanças dos rumos que os haviam levado à Santiago, sobretudo com a nomeação de Marcos McGrath como bispo no Panamá, e isto, redirecionou os planos de tal maneira que, acabou inviabilizando sua continuidade no Chile. O retorno ao Brasil, no Recife-PE, foi mais uma tentativa que marcou a sua trajetória de construção por um novo jeito de ser Igreja.

2.3 O Brasil no Retorno de José Comblin: o catolicismo e seu contexto nos primeiros atos golpe de 1964.

Como Bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara participou do evento que promoveu uma das maiores transformações da Igreja Católica no século XX, o Concílio Vaticano II. Iniciado no ano de 1962 por convocação do Papa João XXIII, teve como objetivo reestruturar os caminhos do catolicismo frente aos desafios de então, os quais significaram mudanças em aspectos tradicionais da liturgia; mas, sobretudo, como nova forma de conceber a relação da Igreja Católica com o mundo externo, frente aos desafios da modernidade.

Durante os anos do Concílio, Dom Hélder Câmara descreveu suas impressões sobre o Concílio em frequentes cartas, que se chamaram cartas conciliares. Entre a primeira e a última carta conciliar, buscamos aqui retratar o ambiente interno do período sob a ótica do ainda Bispo auxiliar.

Inicialmente, ele relatou as dificuldades em perceber o espírito do concílio logo nos primeiros dias, suas tendências e perspectivas. Diz ser mais fácil descrever sobre as solenidades, mas menciona alguns aspectos do concílio, como descrito abaixo:

O concílio vai ser difícilíssimo: as sagradas congregações pensavam que seria fácil passar pelos bispos e decidir por eles [...]. Quando se tentou eleger 16 bispos para cada uma das 10 comissões do concílio, o episcopado deu uma primeira amostra de sua decisão: recusou-se a votar apressadamente ou aceitar listas impostas. Ficou decidido que as diversas conferências episcopais indicariam nomes e, em conjunto, se procuraria chegar a um acordo. Quer dizer que os bispos vão escolher seus representantes. (CÂMARA, 1962).

Esse primeiro aspecto do concílio, levantado por Dom Hélder, demonstrava as dificuldades iniciais decorridas, sobretudo, das disputas internas entre os diferentes grupos, que compõem a estrutura eclesial do catolicismo.

Três anos depois, em dezembro de 1965, percebemos certo entusiasmo com os resultados advindos do Concílio, como, por exemplo, a proclamação solene da declaração sobre a liberdade religiosa, os decretos sobre a atividade missionária da igreja e, especialmente, a constituição pastoral sobre a presença da igreja no mundo. Sobre esta última, acrescentou: “só no céu, a turminha do contra saberá como rezei por ela”. (CÂMARA, 1965), referindo-se nominalmente ao italiano Mons. Carli e ao brasileiro dom Sigaud. O contexto dessa afirmação de Dom Hélder foi a aprovação da *Gaudium Et Spes*⁴⁴, da qual fora um dos redatores titulares.

Certamente, para alcançar os objetivos de mudanças na Igreja, oportunizadas pelo Concílio, Dom Hélder, além de rezar, buscou se articular para obter sucesso nesse ambiente disputado e conflituoso. Ainda na primeira carta conciliar, ele apresentou um plano de ação dentre o que destacou: “mergulho no concílio e articulações com bispos do mundo inteiro – criar amizades e estabelecer laços, de estudo e aprimoramento espiritual”. (CÂMARA, 1962). Dentre as articulações e redes de amizades construídas, citamos a que foi estabelecida com o Arcebispo de Malinas – Bruxelas, Leo-Jozef Suenens, nomeado um dos moderadores do Concílio pelo Papa Paulo VI.

Como já mencionamos, era ao Cardeal Suenens que o padre Comblin estava submetido e se reportava na sua relação hierárquica com a Igreja Católica belga. Inclusive, nutria por ele grande respeito e com quem mantinha uma boa relação.

Aliás, é importante mencionar a relação próxima entre o Concílio e os estudos que já se desenvolviam em Louvain, onde Comblin estudou Teologia e donde, posteriormente, tornar-se-ia professor. Louvain era um lugar de referência e, ali, ocorreu a participação direta e indireta de bispos e teólogos belgas na construção do referido Concílio.

Como já mencionamos, o próprio Cardeal Suenens era um dos quatro moderadores do II Concílio. Mons. Philips, professor de Teologia na Universidade de Louvain, foi secretário-geral da comissão teológica; e Comblin que, mesmo à distância, auxiliou os Bispos chilenos. Mas, talvez, a principal contribuição dele seja oriunda do método, como ele próprio descreveu:

A teologia em Louvain era essencialmente histórico-crítica. As principais matérias eram Exegese Bíblica, Patrologias, História da Igreja. Dogma e Moral eram coisas secundárias. [...] desse método sairia o Concílio Vaticano II. Os nossos professores de teologia tiveram um papel destacado no Concílio. (MONTENEGRO, 2019, p. 121).

⁴⁴ A *Gaudium et Spes* (GS), Constituição Pastoral “sobre a Igreja no mundo de hoje”, um documento do Concílio Ecumênico do Vaticano II, constitui uma das mais importantes referências para uma nova visão de Igreja e um novo relacionamento da Igreja com o mundo contemporâneo. Essa Constituição é considerada uma espécie da carta magna do ensino social da Igreja. Fonte: <https://arquiocesebh.org.br>.

Embora sejam relevantes as contribuições de experiências anteriores para o Concílio, outra questão importante a mencionar são os frutos oriundos daquele período. Por exemplo, as sessões conciliares, as posteriores conferências episcopais, sobretudo, as da América Latina, ocorridas em Medellín – Colômbia, no ano de 1968; e a de Puebla – México, em 1979. Aqui, vale mencionar, sobretudo, o denominado pacto das catacumbas⁴⁵, ocorrido em fins de 1965 - confirmado e oficializado na basílica Catacumbas de Santa Domitila, em cuja área subterrânea existem “17 quilômetros de galeria em quatro andares, mais de 150.000 sepulturas escavadas nas paredes dos corredores”. (BEOZZO, p. 25, 2015), de cristãos, mártires, sepultados no final do século IV.

Por uma Igreja servidora e pobre, assim se referiu Dom Hélder através das suas cartas conciliares sobre o pacto das catacumbas. Numa delas, reproduziu um texto mimeografado e distribuiu-o aos bispos. A seguir, descreveremos, do referido texto, a introdução e os dois primeiros tópicos de um total de 13 destaques:

Nós, bispos, reunidos no Concílio Vaticano II, esclarecidos sobre as deficiências de nossa vida de pobreza segundo o Evangelho, incentivados uns pelos outros, numa iniciativa em que cada um de nós queria evitar a singularidade e a presunção; unidos a todos os nossos irmãos no Episcopado; contando, sobretudo, com a graça e a força de Nosso Senhor Jesus Cristo, com a oração dos fiéis e dos sacerdotes de nossas respectivas dioceses; colocando-nos, pelo pensamento e pela oração, diante da Trindade, diante da Igreja de Cristo e diante dos sacerdotes e dos fiéis de nossas dioceses, na humildade e na consciência de nossa fraqueza, mas também com toda a determinação e toda a força de que Deus nos quer dar a graça, comprometemo-nos ao que se segue: 1. Procuraremos viver segundo o modo ordinário da nossa população, no que concerne à habitação, à alimentação, aos meios de locomoção e a tudo o que se segue (cf. Mt 5,3; 6,33; 8,20). 2. Para sempre renunciaremos à aparência e à realidade da riqueza, especialmente, no traje (fazendas ricas, cores berrantes), nas insígnias de matéria preciosa (devem esses signos ser, com efeito, evangélicos) (Mc 6,9; Mt 10,9s; At 3,6.). Nem ouro nem prata. (CÂMARA, 1965).

Para não descrever todos os pontos, destacamos os dois primeiros, que nos dão uma ideia da dimensão defendida pelo grupo, ou seja, o completo abandono aos benefícios do cargo, da riqueza, do luxo e do conforto, que cercam os palácios e as vidas de muitos Bispos. Ou seja, a renúncia a quaisquer benefícios materiais e completa identificação com a vida dos pobres.

Bispos de todo o globo assinaram e se comprometeram a seguir o pacto das catacumbas. Do Canadá, países africanos, da América Latina e do Caribe, da Europa e do continente asiático. De início, mais de 40 signatários em 25 países, “aos quais se somaram, nos dias seguintes, outros quinhentos”. (BEOZZO, 2015, p. 09). Do Brasil, inicialmente, Dom João Batista da

⁴⁵ Ver: BEOZZO, José Oscar. Pacto das Catacumbas: por uma Igreja servidora e pobre. São Paulo: Paulinas. 2015.

Mota e Albuquerque, Arcebispo de Vitória-ES (1958-1984); Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho, Bispo de Afogados da Ingazeira-PE (1961-2001); Dom José Alberto Lopes de Castro Pinto, Bispo auxiliar de São Sebastião do Rio de Janeiro-RJ (1964-1976); Dom Antônio Batista Fragoso, Bispo de Crateús-CE (1964-1998) e Dom Hélder Pessoa Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife (1964-1985).

O Pacto das Catacumbas simbolizava o retorno ao cristianismo primitivo, que se espelha no evangelho e seguimento de Jesus Cristo. Seus signatários “assumem o Concílio como um caminho de conversão e de compromisso pessoal com os pobres, seus sofrimentos, suas necessidades, suas lutas e esperanças”. (BEOZZO, 2015, p. 09).

Para Dom Fragoso, os bispos não tinham nos pobres a devida centralidade e, por isso, a questão dos pobres não foi percebida como deveria:

O Concílio permitiu-me descobrir que os pobres não estavam no coração e no horizonte dos bispos. Por isso, o Concílio não deu maior atenção ao tema. O Concílio permitiu-me sair daquele pessimismo sobre a natureza e dar-me alegria, mas não o vi reconciliando-se com os pobres. (BEOZZO, 2015, p. 13).

Sendo assim, o pacto das catacumbas preenchiam um certo vazio na questão relacionada aos pobres, que o Concílio não conseguiu corresponder.

Como já mencionamos a primeira fala de Dom Hélder ao desembarcar no Recife para tomar posse como Arcebispo, tem, na problematização da pobreza e defesa dos pobres, forte apelo.

Se o Concílio Vaticano II significou, de modo geral, a renovação da Igreja Católica, abertura e ação no mundo, a ruptura de elementos tradicionais e do ultramontismo papal, bem como o enfraquecimento da sua verticalidade, pautada na força da hierarquia com a transição para uma Igreja povo de Deus, por outro lado, a Igreja dos pobres, oriunda do pacto das catacumbas, foi um passo adiante nessa nova caracterização do catolicismo da segunda metade do século XX.

Nesse contexto, é pouco provável que o segmento oriundo e sujeito das principais mudanças pelas quais a Igreja Católica estava passando seguissem ao lado da ditadura militar (1965-1985), mesmo que oficialmente tenham apoiado o golpe em 1964, através de declaração da CNBB, publicado cerca de 3 meses depois da derrubada de João Goulart. Tal afirmação se sustenta porque havia divergências sobre o formato dessa declaração, ou seja, não havia unanimidade interna na CNBB sobre um apoio que não fosse além do combate ao comunismo. Havia, portanto, um desconforto entre parte da CNBB com o tratamento que os militares davam ao clero e a programas como o MEB, ou às atividades relacionadas à Ação Católica Brasileira. Assim, é possível perceber algumas controvérsias na declaração publicada ainda em 1964.

Serbin, descreveu tal momento caracterizado por divergências entre os conservadores e progressistas da seguinte maneira:

Representantes dos dois lados entraram em confronto quando 33 dos bispos mais importantes se encontraram em uma reunião especial no final de maio de 1964, para escrever uma declaração sobre a Revolução. Os conservadores elogiavam o golpe e condenavam o comunismo, enquanto os progressistas defendiam uma crítica mais dura ao governo. (2001, p. 102).

Esse fato demonstra que não havia consenso a respeito da posição dos Bispos brasileiros sobre o irrestrito apoio ao golpe de 1964. Inclusive, os progressistas haviam elaborado uma contundente declaração que mais partia para a defesa da Igreja contra os ataques militares a seus membros do que propriamente em apoio ao golpe, conforme destacamos a seguir:

Sente-se a Igreja ameaçada em sua legítima liberdade e missão pelas violências contra ela praticadas em quase toda a extensão do território nacional. Com efeito, representantes do poder temporal arvoram-se o direito de julgar autoritariamente a doutrinação da Igreja, reservando-se a competência de decidir se o que ela ensina é o cristianismo ou o marxismo, proíbem a divulgação de documentos episcopais, apreendem livros editados sob sua responsabilidade, proíbem transmissões de seus programas, identificam a Ação católica – colaboração oficial do laicato no apostolado hierárquico da Igreja – com ninhos de comunização, de envoltas com os inocentes – aos quais a Igreja não pode recusar conforto de sua solidariedade humana e cristã -, prendem líderes autenticamente católicos como agentes comunistas, encarceram ou impedem de exercer seu ministério de sacerdotes que cumpriam sua missão sacerdotal por determinação de seus bispos, acusam os próprios bispos de subversivos ou comunistas, não poupam o Vaticano [...]. (SERBIN, 2001, p. 102-103).

Numa perspectiva bastante diferente da oficial, que fora publicada pela CNBB, esse documento, pouco discutido e analisado quando se trata do tema em questão, revela-nos, além de uma posição mais firme em defesa da Igreja, forte postura contra o governo recém-instaurado no Brasil, além de denunciar as perseguições e violações dos direitos nas primeiras horas do golpe de 1964.

No entanto, a declaração aprovada em reunião pela CNBB, resultado das suas disputas internas, parece-nos demonstrar o sentimento da maioria conservadora, muito embora encontremos nela, trechos que acenam ao espírito defendido pela ala progressista o que torna o documento impreciso ou incoerente, conforme apresentamos abaixo:

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra. [...] Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos

concorrerem para libertarem-na do abismo iminente. (LORIDI, 1973, p. 213-214).

Acima, o trecho que se tornou mais conhecido da declaração em que é explícito o apoio ao golpe contra o suposto perigo comunista e de tom elogioso e salvífico ao papel desempenhado pelos militares. Abaixo, referimo-nos ao trecho menos conhecido que nos parece ser o máximo que o setor progressista conseguiu incluir na declaração:

Não aceitamos, nem jamais poderemos aceitar a acusação injuriosa, generalizada ou gratuita, velada ou explícita, de que Bispos, Sacerdotes e fiéis ou organizações, como, por exemplo, a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB), sejam comunistas ou comunizantes. [...] Insistimos na necessidade e na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas. Mas esta restauração não será possível apenas com a condenação teórica e a repressão policial do comunismo. (LORIDI, 1973, p. 215).

No segundo documento, atentamos para o sentimento de oposição às perseguições que grupos da Igreja sofriam como consequência da postura violenta e autoritária da ditadura, perspectiva que caracterizava, como já mencionamos, a posição do segmento progressista. E mais: a contradição que ele representava, tendo em vista que, por se tratar de documento em apoio ao golpe de 1964, há fortes componentes de crítica a tal regime. Esse fato demonstra a declaração como resultado das diferenças internas no catolicismo brasileiro quanto à avaliação do atual momento e às posições divergentes sobre o caminho a seguir pela Igreja católica. Apesar disso, salientamos que o apoio ao golpe de 1964 se estabeleceu configurando a decisão da maioria, seja pelo domínio de conservadores, seja pelo apoio de grupos moderados e até de Bispos, padres e leigos que irão ocupar o espectro denominado progressista.

Denominamos de progressista o grupo favorável às mudanças promovidas pelo Concílio Vaticano II, sobretudo, os que, na América Latina, foram os articuladores, organizadores e defensores das Conferências Episcopais de Medellín e Puebla. Essas conferências simbolizaram a reverberação do Concílio II em tal continente e declararam sua opção preferencial pelos pobres. Mais: com o referido termo cognominamos também aqueles grupos que se posicionaram contra as ditaduras e na defesa dos direitos humanos, bem como aqueles que desenvolveram ou eram adeptos da Teologia da Libertação. Além desses, acrescentamos ao grupo progressista o segmento oriundo das atividades da ACB, como (JAC, JEC, JIC, JOC e JUC) e setores anticapitalistas, bem como o grupo formulador e signatário do pacto das catacumbas, que se mantiveram na defesa de uma Igreja a serviço, sobretudo, dos pobres e excluídos.

Para tanto, apoiamo-nos pelo menos em (BRUNEAU, 1979), (LÖWY, 2000), (MAINWARING, 2004), (KADT, 2003), (SKIDMORE, 2000) e (SERBIN, 2008), que se

utilizam do termo progressista, para se referir aos setores católicos que se opuseram à ditadura, ou que se enquadram nos segmentos que descrevi anteriormente.

Ao fazer isso, não nos apegamos estritamente ao termo, mas ao que, a partir dele, podíamos abstrair reflexões como o fato de que as divisões na Igreja Católica iam além da perspectiva vertical - Hierarquia x Base, mas demonstra também um panorama horizontal das diferentes tendências internas, conforme nos apresenta Michael Löwy, observando o catolicismo latino-americano:

Um grupo muito pequeno de fundamentalistas, que defendem ideias ultrarreacionárias e às vezes até semifascistas: por exemplo, o grupo “Tradição, Família e Propriedade. Uma poderosa corrente conservadora e tradicionalista, hostil à Teologia da Libertação e organicamente associada às classes dominantes [...]. Uma corrente reformista e moderada (com uma certa autonomia intelectual com relação às autoridades romanas), pronta para defender os direitos humanos e apoiar certas demandas sociais dos pobres [...]. Uma minoria mas influente de radicais, simpáticos à Teologia da Libertação e capazes de uma solidariedade ativa com os movimentos populares, de trabalhadores e de camponeses [...]. Nessa corrente, a seção mais progressista é representada pelos cristãos revolucionários: o Movimento Cristãos pelo Socialismo e outras tendências que se identificam com o Sandinismo, com Camilo Torres ou com o Marxismo Cristão. (2000, p. 66).

Esses seguimentos são separados por uma linha tênue. No Brasil, o setor progressista do catolicismo, na percepção destacada por Löwy, talvez estivesse margeando entre os dois últimos grupos citados. Já para Skidmore, a Igreja brasileira estava dividida em três alas:

Uma era a ala progressista, cuja figura mais destacada era Dom Helder Câmara [...]. Os bispos deste grupo pregavam contra a violência do governo e, com igual veemência, contra a injustiça social. Condenando esta, eles assumiam uma posição política mais radical [...]. O segundo grupo de bispos formava a ala conservadora, da qual Dom Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, era o bispo mais conhecido. Eles eram o contrapeso direitista à ação progressista. Denunciavam a ameaça subversiva ao Brasil e imperturbavelmente apoiavam o regime militar. O terceiro grupo pertencia à ala moderada, formada por bispos que procuravam evitar a tomada de qualquer posição pública sobre justiça socioeconômica ou política. (2000, p. 271-272).

Portanto, existia um ambiente de divisão que percebemos, sobretudo, na horizontalidade não cristalizada, fruto do processo de transformação vividas pela Igreja Católica e sua diversidade. Essa visão foi apresentada por Mainwaring (2004), a partir da Igreja da neocristandade, da Igreja reformista, da esquerda católica e do surgimento da Igreja popular.

Como percebemos, esse ambiente de diferenças e diversidade, a que nos referimos em relação à declaração da CNBB em apoio ao golpe e às posições em contrário, acrescentamos o depoimento de Frei Betto sobre a participação de Dom Hélder na reunião que construiu tal documento:

Como membro da direção nacional da Ação Católica, participei, no Rio, no Convento do Cenáculo, na rua Pereira da Silva, em Laranjeiras, da reunião da CNBB na qual os bispos católicos definiram sua posição frente à quartelada. Houve acalorada discussão entre progressistas e conservadores. De um lado, Dom Helder Câmara, bispo auxiliar do Rio, apoiado por Dom Carlos Carmelo Mota, arcebispo de São Paulo e presidente da CNBB, criticaram os militares por desrespeito à Constituição e à ordem democrática. De outro, Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, e Dom Geraldo Sigaud, arcebispo de Diamantina (MG), exigiam Te Deum por ter a Virgem de Aparecida escutado os clamores do povo e livrado o Brasil da ameaça comunista. Venceu esta segunda posição. A CNBB deu seu apoio oficial aos militares golpistas. (2014, [n.p.]).

Pois bem, mesmo sendo voto vencido, Dom Hélder acatou decisão da maioria assinando o documento, mas suas posições, desde então, ora se direcionavam já para a denúncia ao regime e em defesa da democracia, ora para neutralidade, evitando se posicionar estrategicamente em público contra os militares.

Digo estrategicamente apoiando-me nos trabalhos de (CASTRO, 1984) e (SERBIN, 2001), os quais demonstram a construção de diálogos e relações com as forças militares empreendidos por Dom Hélder, sobretudo, no segundo estudo que mencionamos.

Em Castro, quando discute as primeiras ações de segmentos da Igreja na defesa dos perseguidos de primeira hora pelos militares golpistas, descreve-se um certo respeito que Dom Hélder gozava junto ao general Castelo Branco:

Muitos anos depois, em abril de 1979, dando uma entrevista ao Jornal do Brasil, publicada no dia 22, o já então general Hélio Ibiapina confessaria sua raiva com o fato de a Igreja ter escondido “comunistas no seminário de Olinda. Falou também de sua vontade de invadir o seminário para uma batida, que só não consumou porque pediu confirmação a Dom Hélder sobre o possível esconderijo e nunca a obteve. Dom Hélder era recém-chegado à Arquidiocese e sabia-se que o primeiro general presidente o respeitava. Só por isso não houve a invasão. (1984, p. 82).

O destaque à entrevista do General Ibiapina é interessante por vários motivos. Primeiro, uma certa relação entre membros da Igreja e os governantes ditadores de então. Fato que, à primeira hora, poderia denotar apoio por parte de tais segmentos do clero ou da hierarquia católica à ditadura militar. Em alguns momentos, entretanto, também puderam contribuir, para evitar arbitrariedades e violências contra a Igreja e contra aqueles que padres e bispos protegiam. No entanto, verificaremos que, a médio e longo prazo, tal estratégia não evitou o crescimento das perseguições e violação dos direitos humanos, inclusive, contra membros do clero, haja vista o assassinato do padre Antônio Henrique⁴⁶.

⁴⁶ Antônio Henrique Pereira Neto, natural de Recife. Logo após a sua ordenação, ele foi convidado por Dom Helder Câmara a assumir a Pastoral da Juventude, sendo orientador espiritual de jovens universitários e secundaristas.

Segundo, temos no depoimento do General o atestado de que, muito embora houvera o apoio oficial ao golpe, setores da Igreja, já no primeiro momento, elaboraram uma espécie de contraposição sutil à tirania militar.

Entre apoiar e divergir, Serbin (2001) aponta o caminho do diálogo entre militares e Igreja Católica, o qual, em 1970, vai desembocar na comissão bipartide⁴⁷. Sobre os primeiros anos do golpe, ele já relata a existências dessa aproximação, presente, inclusive, na postura de Dom Hélder, “que alimentava a esperança de que a reforma social poderia avançar sob o novo governo”. (SERBIN, 2001, p. 104), e acrescenta que, “embora sem ganhar total confiança deles, dom Hélder manteve a cordialidade com os líderes militares e no começo absteve-se de criticá-los em público”. (SERBIN, 2001, p. 104). Com esse comportamento, foi possível atuar com êxito em muitos pedidos em favor de presos políticos.

Contudo, à medida que o tempo passava foi ficando cada vez mais difícil manter tais relações e a ruptura de uma delas se deu entre Dom Hélder e o General Muricy, único general que, de fato, comandou tropas no golpe de 1964.

À época, o General Antônio Carlos da Silva Muricy era comandante da 7ª Região Militar, sediada em Recife, e conduziu as tropas do Destacamento Tiradentes de Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Ele e Dom Hélder eram amigos desde os anos 1930. O que motivou a ruptura definitiva entre ambos foi a negação de Dom Hélder a rezar uma missa de ação de graças em comemoração aos dois anos da chegada dos militares ao poder, conforme nos descreve Serbin:

A liderança militar, inclusive Muricy, pressionou dom Hélder a rezar uma missa em ação de graças para as tropas. Porém, os amigos e seguidores do bispo o persuadiram a não realizar a cerimônia. Ele alegou motivo de consciência e recusou formalmente o convite, por considerar o evento relacionado à campanha eleitoral e, assim, sobretudo político, não religioso. (O Papa Paulo VI apoiou sua decisão). Muricy ficou perplexo. (2001, p. 155-156).

Aberto aos tempos modernos, não usava batina, salvo em cerimônias de ritual católico. Na noite de 26 de maio de 1969, após sair de reunião com pais e alunos, a qual se realizava na casa de um deles, no largo do Parnamirim, no Recife, o padre Antônio Henrique foi visto vivo pela última vez, quando da reunião se retirava, entrando numa Rural Willys verde e branca, acompanhado por dois homens. O padre Antônio Henrique foi assassinado com requintes de barbárie e sob forte tortura física. Seu corpo foi encontrado de bruços, em meio às altas folhas de capim. Apresentava sinais de estrangulamento, arranhões, cortes e hematomas profundos, uma corda de espessura mediana enlaçada ao pescoço e três disparos de arma de fogo em sua cabeça. O padre Antônio Henrique morreu com apenas vinte e oito anos de idade. Fonte: Site da Comissão da Verdade Dom Hélder Câmara: www.comissaodaverdade.pe.gov.br, acesso em, 29 de julho de 2020.

⁴⁷ Para Serbin, a Comissão Bipartite era formada por membros da alta hierarquia católica (como Dom Eugênio Sales e Dom Paulo Evaristo Arns) e militar (como o General Antônio Carlos da Silva Muricy, chefe do Estado Maior do Exército na época), que, entre 1970 e 1974, manteve encontros secretos, aprovados pelo então presidente Médici e pelo ministro do Exército, Orlando Geisel, visando discutir e resolver os principais conflitos surgidos entre a Igreja Católica e as Forças Armadas. (SERBIN, 2001).

Sobre o motivo eleitoral alegado por Dom Hélder, referia-se ao fato de que Muricy tentava se colocar como candidato a governador de Pernambuco, candidatura essa que não se concretizou.

Sendo assim, percebemos que, mesmo com o apoio que a Igreja Católica dera ao golpe de 1964, isso não impediu movimentações ou posições contrárias a ele, mesmo durante e depois, sobretudo, quando contextualizamos as novidades oriundas do II Concílio e até mesmo as atividades que já floresciam no catolicismo anteriores ao golpe.

Portanto, aí estavam as disputas e divergências que não garantiam olhar a instituição católica como um todo hegemônico. E é nesse clima, a partir da atuação de Dom Hélder Câmara entre o Concílio Vaticano II e as suas atribuições na arquidiocese de Olinda e Recife, em tempos de sérias transformações no catolicismo e nos rumos que a política brasileira tomaria, que podemos traçar o panorama da vinda do padre Comblin ao Recife-PE em 1965 e nos anos posteriores.

2.4 José Comblin e as experiências de formação teológica no contexto do Seminário Regional do Nordeste II.

Para uma melhor compreensão sobre as transformações ocorridas no processo de formação para o Sacerdócio no início dos anos 1960, faz-se necessário inicialmente destacarmos o MEB – Movimento de Educação de Base. Criado em 1961, pelo então Presidente Jânio Quadros em acordo com Dom José Távora, bispo de Aracaju-SE, o MEB trouxe contribuições significativas para a Igreja Católica brasileira.

Segundo Maiwaring,

O MEB enfatizava a conscientização, uma abordagem que encorajasse o povo a enxergar os seus problemas como parte de um sistema social mais amplo. A diretriz da abordagem do MEB sobre a educação popular era que o povo deve ser o agente da sua própria história. (1989, p. 88).

Tal perspectiva de formação que ver no outro o instrumento da sua própria história, esteve depois de alguma forma presentes nas formulações filosóficas da Teologia da Libertação e no método que constituiu a Teologia da Enxada. Ainda de acordo com Maiwaring, “o MEB antecipava as práticas pedagógicas da Igreja popular ao ressaltar a necessidade de se trabalhar a partir de problemas concretos”. (1989, p. 88). Assim, veremos como o MEB influenciou algumas experiências de formação para padres que se deram fora do seminário, seja na periferia da região metropolitana do Recife, ou no interior nordestino. Pois, muitos jovens seminaristas em contato com as experiências de formação do MEB e também acrescentamos, o método Paulo

Freire, defenderam eles próprios que, suas formações também se dessem em contato com a realidade concreta da maioria pobre dos brasileiros.

No campo, o MEB chegou a rivalizar com seguimentos do catolicismo que viam no camponês nordestino, as figuras passivas que deveriam estar sobre a tutela da Igreja. Conforme afirma Maiwarng, “o MEB desempenhou um papel fundamental na luta camponesa do Nordeste, onde mais se relacionava com os comunistas do que as organizações camponesas centristas da Igreja”. (1989, p. 89). Sobretudo no Nordeste brasileiro, para conter a influência ou o avanço comunista sobre o campesinato, o setor mais conservador da Igreja Católica criou como estratégia a aproximação com o campo através da criação de sindicatos, isto, a partir do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco – SORPE que, “tinha como objetivo a organização de trabalhadores rurais em torno de cooperativas e sindicatos, buscando diminuir a influência do PCB”. (LIMA, 2012, p. 55).

Em meio ao projeto que se desenvolvia com o MEB e as ações do SORPE na área rural pernambucana, foram surgindo as primeiras experiências de formação para o sacerdócio que, com a construção do Seminário de Camaragibe, era pouco provável a continuidade de experiências dessa natureza que acontecia no Seminário de Olinda, por exemplo.

O carro de boi⁴⁸ foi, durante muito tempo no interior nordestino, o principal meio de transporte da zona rural. Carroças de madeira, com rodas também de madeira envoltas por ferro e puxadas por bois. Essa é a analogia que João Batista (Monge, seminarista da Teologia da Enxada da equipe de Salgado de São Félix-PB) apresenta-nos, para descrever a ação pioneira de jovens e suas lutas na defesa de um novo modelo de formação: “nós fomos os bois de carro, e puxamos estas novas experiências”. (BATISTA, 2020).

Segundo Serbin, dentre as atividades de formação, desenvolvidas por grupos católicos, “o mais notável experimento rural foi a teologia da enxada”. (2008, p. 276). A afirmação de Kenneth Serbin acrescenta outro elemento ao contexto, o qual situamos no tópico anterior, que se relaciona com o período de atuação do padre Comblin em Recife e o envolveu diretamente, ou seja, as reformulações por que estava passando a formação sacerdotal no Brasil.

Nos meses finais do Concílio Vaticano II, em outubro de 1965, foi apresentado um novo decreto, que tratava da formação eclesial, *Optatum Totius*⁴⁹. Mesmo que não tenha

⁴⁸ O carro de boi, é um dos mais primitivos e simples meios de transporte, utilizados sobretudo no meio rural como transporte de cargas ou pessoas. Possui base e rodas de madeira, em outros momentos substituídas por pneus, puxadas por bois.

⁴⁹ O sagrado Concílio reconhece que a desejada renovação de toda a Igreja depende, em grande parte, do ministério sacerdotal, animado do espírito de Cristo (1); proclama, por isso, a gravíssima importância da formação dos sacerdotes e declara alguns dos seus princípios fundamentais, pelos quais sejam confirmadas as leis já aprovadas pela experiência dos séculos e se introduzam nelas as inovações que correspondam às suas constituições e decretos

abandonado por completo a tradição, a nova orientação, que parte desse decreto, conforme destaca Serbin:

Forneceu uma poderosa justificativa para a revisão do modelo tridentino. Este decreto permitiu a cada país adotar seu próprio método de ensino conforme estabelecido pela conferência nacional dos bispos e de acordo com as circunstâncias locais. (SERBIN, 2008, p. 162).

A abertura para novos métodos de formação estava associada ao novo caminho que o Concílio buscou adotar, pois não seria possível a efetivação das mudanças almeçadas sem que não houvesse alterações na formação do clero. E, nesse contexto, Pernambuco foi palco das relações em disputa dos segmentos divergentes que caracterizou o Concílio II também no que concerne ao modelo de formação clerical e do espaço de estudo, o seminário.

Apoiados por recursos financeiros de bispos estadunidenses, iniciou-se, em 1960, a construção de um grande seminário em Camaragibe-PE, região metropolitana do Recife.

Inaugurado em março de 1965 com nome de Seminário Regional do Nordeste – SERENE II, iniciou suas atividades a partir da transferência do Seminário de Olinda. Já no início, teve que lidar com a discordância de alguns seminaristas que não eram favoráveis à mudança. Tal fato era o prenúncio da sua derrocada, visto que, o referido seminário permaneceu no novo espaço por apenas dois anos.

A criação do Seminário Regional do Nordeste II foi um dos fatores que contribuiu para o retorno de Comblin para o Brasil, a fim de ser professor de Teologia e fazer parte da equipe que contava com os também padres estrangeiros, René Guerre, Joseph Servat e Edward Hoornaert. Mas, foi o padre Comblin o coordenador de uma das experiências de formação de destaque nesse seminário, justamente, devido às circunstâncias que impossibilitaram a permanência do Seminário em Camaragibe, a Teologia da Enxada⁵⁰ que, aprofundaremos no último tópico deste capítulo.

Com ampla estrutura, o novo prédio do Seminário Regional do Nordeste “tinha cinco andares, 408 metros de comprimento e a forma de um enorme S, de seminário. Os projetados

e à evolução dos tempos. Esta formação sacerdotal, por causa da unidade do mesmo sacerdócio, é necessária aos dois cleros e de qualquer rito. Portanto, estas prescrições, que se referem diretamente ao clero diocesano, devem ser acomodadas na devida proporção a todos os sacerdotes. Decreto Optatum Totius. Sobre a Formação Sacerdotal. <http://www.vatican.va/archive>. Acesso, em: 16 de julho de 2020.

⁵⁰ Para mais informações sobre o tema, ver: COMBLIN, José. **Teologia da Enxada**: uma experiência da Igreja no Nordeste. Petrópolis: Vozes. 1977. GUEDES NETO, Adauto. **Com o mesmo calor do sol, com o mesmo peso da enxada**: a experiência da Teologia da Enxada no agreste central pernambucano entre 1964 e 1985. 2013. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, 2013. GUEDES NETO, Adauto. **Teologia da Enxada e Ditadura Militar**: relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985. Jundiá: Paco Editorial. 2014.

30 mil metros quadrados de espaço poderiam abrigar cerca de quinhentas pessoas” (SERBIN, 2008, p. 250).

Em seguida, destacamos, em fotografias recentes, o espaço onde funcionou, por dois anos, o SERENE II em Camaragibe:

Fotografia 1 – Vista panorâmica do SERENE II

Fonte: Página Camaragibe Antigo

Fotografia 2- Vista parcial do SERENE II.

Fonte: JC Imagem

Isso se contrapôs ao desejo de grande parte dos seminaristas, que negavam o estilo de formação tradicional, haja vista conhecerem outras experiências no Seminário de Olinda. Naquele período, impactados pela ebulição vivenciada no contexto dos anos 1960 em decorrência da atuação de movimentos católicos, estudantis e as repercussões do II Concílio, especialmente, pela própria dinâmica política que vivia o país, o Seminário Regional do Nordeste II, em Camaragibe, conforme já salientamos, teve vida curta.

No Seminário de Olinda já ocorriam experiências que rompiam com a perspectiva tradicional: “em 1963, dois estudantes passaram um mês vivendo em um bairro pobre, onde ensinaram o catecismo às crianças e participaram de cultos religiosos afro-brasileiros. Os estudantes podiam ler jornais, ver televisão e filmes, fazer compras e até passear na praia”. (SERBIN, 2008, p. 248). Tudo isso se associou à dinâmica de instrução, articulada por seu Reitor, o Monsenhor Marcelo Carvalheira, a qual “incluía cursos sobre o marxismo, existencialismo, cinema, teoria demográfica, Teilhard de Chardin e o método de alfabetização de Paulo Freire”. (SERBIN, 2008, p. 249). Assim, não era de se estranhar a recusa ao modelo centralizado e imposto que o Seminário em Camaragibe representava.

Aquele modelo centralizado de seminário causava a insatisfação dos seminaristas, a queda constante no número de interessados e vocacionados ao sacerdócio, bem como o aumento nas desistências de continuar ali. Por essa razão, era imperativo que todos da estrutura católica criassem estratégias, a fim de superar realidade tão desfavorável. E elas deveriam passar pelo

apelo ao espírito de reformas, oriundo do desejo dos seminaristas de não continuarem em Camaragibe. Esse apelo resultou num imbróglio envolvendo a Arquidiocese de Olinda e Recife, que passou a defender as solicitações dos seminaristas. Dentre as reivindicações dos jovens, estava a saída deles do Seminário de Camaragibe e o ingresso num novo tipo de formação que se relacionava com atividades de campo. Essa pretensão não recebeu apoio dos representantes do Vaticano que eram contrários às mudanças solicitadas, sobretudo, às atividades externas nas comunidades.

Em linhas gerais, o resultado foi a aceitação de que os seminaristas poderiam vivenciar experiências nas comunidades pobres como parte da formação. Foi, então, que, nesse contexto, surgiu o Instituto de Teologia do Recife – ITER, para dar suporte e acompanhar a vivência formadora nessas comunidades. No surgimento de tal empreendimento, podemos observar o seguinte: “entre os fundadores do instituto estavam Hoornaert, Comblin, Guerre e o padre Reginaldo Veloso” (SERBIN, 2008, p. 264), além, é claro, do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara.

Para além das experiências desenvolvidas nas comunidades periféricas do Recife e estágios realizados em cidades do interior de pernambucano, as quais tinham o acompanhamento do ITER, e, portanto, contava, dentre outros, com o suporte do padre Comblin, Serbin, na citação com que iniciamos esse subtema, enfatizou com destaque outro projeto, que tinha a cobertura do SERENE II, o acompanhamento do ITER e a coordenação de Comblin: a Teologia da Enxada, esta de perspectiva rural.

Portanto, os primeiros anos do padre José Comblin no seu retorno ao Brasil, foram também caracterizados por uma série de transformações na formação para o sacerdócio, inclusive, caminho que o mesmo buscava, tendo em vista seu incômodo com a perspectiva conservadora de formação que vivenciara na Faculdade de Teologia no Chile, fato este, um dos principais motivos para não continuar em Santiago. Soma-se a isto, o bons ventos soprados pelo Concílio Vaticano II e a perspectiva da II Conferência Episcopal latino-americana, que contribuíram, como veremos a seguir, para uma importante reflexão feita pelo padre belga sobre a realidade histórica da Igreja Católica na América Latina.

2.5 O Teólogo José Comblin: a análise da realidade histórica da Igreja Católica na América Latina.

É considerável a quantidade de trabalhos acadêmicos sobre José Comblin. Quando verificamos as produções e estudos que analisam, sobretudo, sua perspectiva teológica, tendo

como referência o que consta no site do Centro de Documentação, que leva seu nome, na Universidade Católica de Recife, a UNICAP, temos uma ideia do seu legado.

Grande parte das teses e dissertações ali dispostas tem como princípio o olhar da Ciência da Religião. Porém, dentre elas, podemos destacar uma do campo da História, a qual trata diretamente do contexto que discutiremos neste subtema. Por essa razão, a referida tese foi importante para a nossa análise sobre o estudo elaborado pelo ITER, coordenado por Comblin e a pedido de Dom Hélder. Ele serviria como subsídio para as suas discussões no II CELAM, cujo vazamento à imprensa, defendemos aqui, foi decisivo para o processo que culminou na expulsão de Comblin do Brasil anos mais tarde.

O trabalho de tese, ao qual me reporto, é o de Marcos Roberto Brito dos Santos, *Padre José Comblin e a ditadura militar: religião, discurso e práticas cristãs nos anos de chumbo*, defendido em 2014, na UFBA. O objetivo principal da tese é analisar os discursos produzidos pelos agentes religiosos no recorte entre a elaboração e divulgação das notas sobre o documento básico do CELAM elaborado por Comblin em 1968 e a sua expulsão do país em 1972. Enquanto sua tese discute os debates em torno do significado ideológico do documento, nossa perspectiva é apresentar o projeto defendido por Comblin para a Igreja latino-americana, como associado ao conteúdo que permeia a sua defesa por uma Igreja identificada com a realidade do seu povo. Mais: aqui buscaremos mostrar como o documento foi utilizado, decisivamente, por setores conservadores da sociedade e da própria Igreja Católica, para que, posteriormente, Comblin fosse expulso do Brasil. Se Santos (SANTOS, 2014), dentre outros aspectos, tem, no discurso de desenvolvimento, a centralidade da sua análise, nós buscamos compreender se ele pode nos auxiliar a compreender o novo jeito de ser Igreja defendido por Comblin no seu engajamento por um cristianismo libertador, bem como se o vazamento à imprensa de seu estudo ofuscou sua busca central.

Outro trabalho, que tomamos como referência, é o artigo de Alzirinha Souza (2018), intitulado: *Do Recife à Medellín: aspectos históricos e pastorais*. O referido escrito se articula a partir de três pontos: a análise sobre a realidade econômica, cultural e eclesial, herdada por Dom Hélder; os aspectos políticos que chocaram a sociedade de então e o que a autora denomina de caso Comblin, referindo-se ao contexto do vazamento do documento elaborado por este.

Ambos, tanto a tese quanto o artigo que citamos, contribuem para a análise que desenvolvemos, bem como tomamo-lo como referência, para dialogar e elaborar reflexões que não permeiem os aspectos já por eles estudados, ou acrescentamos reflexões a partir de outras fontes.

Como dissemos, a posição dos Bispos do Nordeste brasileiro, especificamente do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, estaria subsidiada pelo estudo preparado por professores do ITER, dentre eles José Comblin, a fim de contribuir para as reflexões sobre a II Conferência dos Bispos latino-americanos. Alzirinha Souza, tendo como referência as cartas pós-conciliares de Dom Hélder, descreve-nos que:

Em preparação para a Conferência de Medellín, D. Helder solicita em março aos professores do ITER uma análise social e eclesiológica do momento brasileiro na época. Foram formadas diferentes equipes de trabalho coordenadas por José Comblin, sendo a primeira reunião de avaliação realizada em 25 de março (CC 380, 23-24/03/68) na Igreja das Fronteiras. Após essa reunião, D. Helder registrará em sua Carta Conciliar de 23/24 de março: “Vi o primeiro esboço de comentários do ITER (Pe. Comblin à frente) ao Documento básico do Encontro da Hierarquia Latino-Americana... Forte. Fortíssimo. Mas como está carregado de verdades terríveis sobre a América Latina”. (CC 380, 23-24/03/68) (SOUZA, 2018, p. 40).

A repercussão desse estudo na imprensa escrita e como o caso foi tratado pelo governo ditatorial de então é um dos pontos centrais da nossa análise. Nela, procuraremos perceber se o governo militar acabou por desconfigurá-lo, acentuando questões políticas em detrimento da reflexão interna pelo clero e pela hierarquia católica. Para isso, utilizamos, como referência, a documentação produzida sobre o caso a partir do prontuário de Comblin no DOPS-PE, a documentação dos Centros de Informações do Exército e Aeronáutica, presentes no Arquivo Nacional, cartas disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin – UNICAP, dentre outros.

Sobre os estudos da documentação do DOPS como fonte, ressaltamos que trabalhamos com a perspectiva do arquivo como espaço de disputas e também ambiente da memória seletiva. Longe de monumentalizar o documento, pois como afirmou Le Goff, “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. (2013, p. 495). Relembremos que, boa parte desse universo de documentação foi destruída, conforme destacam Bauer e Gertz, rememorando o contexto da chegada de Luis Inácio Lula da Silva à presidência e os debates ocorridos no ano de 2004. Neles, debatia-se a revogação da ampliação do tempo ao acesso dos documentos da ditadura, estabelecida no apagar das luzes do último mandato de Fernando Henrique Cardoso. A partir de então, o referido acesso passa a ter os prazos anteriores estabelecidos pela MP 228 de 09/12/2004 e Decreto 5.301 do mesmo dia. Sendo assim, cerca de uma semana depois:

No dia 12 de dezembro de 2004, o programa Fantástico, da Rede Globo, exibiu reportagem que denunciava a queima de documentos produzidos pelas Forças Armadas e por outros órgãos de segurança, dentro da Base Aérea de Salvador,

na Bahia. Foram mostrados papéis parcialmente destruídos, em meio a outros arquivos incinerados. Os documentos que puderam ser recuperados datavam desde 1964, estendendo-se por todo o período ditatorial, até 1994, quando já vigia a democracia. (BAUER e GERTZ, 2012, p. 183).

A própria documentação de que dispomos sobre Comblin, especificamente seu prontuário no DOPS, só tivemos acesso depois de 2012, quando:

Buscando adequar-se à realidade dos acervos constantes nos arquivos país afora, o Governo do Estado de Pernambuco estabeleceu alguns decretos em prol de melhorar a acessibilidade dos documentos reconhecidos como relevantes à recuperação de fatos históricos de maior relevância, a saber: Decreto nº 7.724, de 2012, que regulamenta a citada Lei de Acesso a Informações; Decreto Nº 38.787, de 30 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei Nº 14.804, de 29 de outubro de 2012, que dispõe sobre o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. (GUEDES NETO, 2014, p. 08).

É importante ressaltar que, antes de 2012, o pesquisador só teria acesso a um prontuário do DOPS com a anuência daquele que foi registrado. No nosso caso, como Comblin já havia falecido, teria que ser algum parente seu. E, como ele era belga, a dificuldade para nós era ainda maior, ou seja, de localizá-los e estabelecer contato com os mesmos.

Para tanto, como o recorte desse subtema está situado no ano de 1968 – período de recrudescimento da ditadura, com a instauração do Ato Institucional nº 5, contextualizamos os momentos vivenciados pelo catolicismo com o mundo político dominado pela Guerra Fria, e, dessa forma, percebemos como tais questões repercutiram no Brasil e na Igreja Católica, para, a partir de então, responder às questões objetivadas em análise.

Como temos por base a documentação do DOPS e a dos Centros de Informações, trataremos de descrever, brevemente, a trajetória do padre a partir delas, mas relacionando e cruzando com fontes bibliográficas, cartas, fontes impressas, dentre outros materiais disponíveis. Contudo, a partir da análise crítica dos documentos, realizamos um constante e permanente diálogo, para que a imposição de futuro, característico deles, seja atenuada, ou, pelo menos, não destoe do contexto de que surgiu.

Padre Josef Comblin, com esta inscrição, foi registrado o padre Comblin pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco em 28 de junho de 1968. Encontramos essa informação em seu prontuário, de nº 18.209, nos arquivos do DOPS – APEJE⁵¹, datado,

⁵¹ Foi através do Decreto nº 14.877 de 12 de março de 1991 que se deu a transferência da documentação do antigo DOPS para o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano-APEJE, assinada pelo então Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Carlos Wilson. O referido não trata do volume da documentação existente. Contando atualmente com cerca de 125.000 fichas e aproximadamente 33.000 prontuários, a classificação do acervo está dividida através de Prontuários Funcionais (instituições, partidos políticos, agremiações, pessoas físicas e jurídicas, entre outros) e Prontuários Individuais (pessoas físicas).

justamente, no auge do período de divulgação do estudo elaborado pelo padre a pedido de Dom Hélder.

Na capa do prontuário, aparecem os dados pessoais requisitados, mas nem sempre preenchidos, conforme modelo padrão a seguir: *Registro Geral nº, Data, Fotografia Tirada no mês/ano, Nome, Vulgo, Qualificação, caracteres cromáticos etc., Endereço de residência: atual e anteriores, Nome de pessoas que o conheça e as respectivas residências, Nome dos investigadores que o conhecem.* No prontuário de Comblin, estão preenchidas as seguintes informações: Registro Geral; Nome: Padre Josef Comblin/ Padre José Comblin⁵²; Filho de: Firmino Comblin e Alice Brassur; Nacionalidade: Belga; Idade: nascido em 1922⁵³; Profissão Atual: Sacerdote Católico; Sabe ler e escrever: Superior; Residências anteriores: Alto da Sé – Olinda ou no Palácio do Bispo.

Os dados pessoais, com exceção de seu nome, são descritos no campo qualificação; a descrição física, no campo caracteres cromáticos. No caso de Comblin, apenas o que citamos acima é o que está preenchido em seu prontuário.

Fizemos questão de citar o modelo padrão de informações iniciais colhidas e contidas na pasta que guarda os prontuários do DOPS, para tornar conhecido esse modelo de informação do aparato repressor do governo ditatorial, mas também para destacar, a partir de onde e de quê, iremos relatar a sua trajetória e os percalços derivados dela. Acrescentamos que o modelo descrito corresponde às informações do prontuário, para que não confundamos com as descrições iniciais, trazidas pelos documentos dos Centros de Informação de transição interna, os quais continham: *Data; Grau de Sigilo; Assunto; Origem; Classificação; Difusão; Difusão Anterior e anexos.*

A ditadura militar brasileira criou uma rede de informações aparelhada que dava suporte a constantes investigações em todos os espaços do território brasileiro. Para isso, reaparelhou órgãos já existentes e os fortaleceu com a participação das Forças Armadas, a partir de seus Centros de Informações.

Na esfera estadual, a Secretaria de Segurança Pública, através do DOPS e DOI-CODI, era responsável pela coleta de informações nas delegacias de polícia dos municípios. Essas eram remetidas à Polícia Federal, que acompanhava o trabalho das Secretarias de Segurança Pública. Dependendo do caso, elas tinham destinos específicos, ou para mais de um Centro de Informação, como o Centro de Informações da Marinha - CENIMAR, o Centro de Informações

⁵² José Comblin: escrita que optamos neste trabalho, dentre as quais: Josef Comblin e Joseph Comblin.

⁵³ Na verdade, Joseph Jules Comblin nasceu em 22 de março de 1923, informação corrigida em seu prontuário nº 033 no Centro de Informações do Departamento da Polícia Federal.

do Exército - CIE, o Centro de Informações da Aeronáutica - CISA e o Centro de Informações do Exterior - CIEEX. As informações sobre os "subversivos", acolhidas nos referidos centros, eram repassadas para o Serviço Nacional de Informações - SNI, órgão que estava abaixo apenas da presidência. Estava assim organizada a rede de informações no Brasil, conforme nos explica Gomes, "denomina-se comunidade de informações o conjunto de órgãos de informações civis e militares então em funcionamento no período da ditadura militar". (2014, p. 98).

Dessa maneira, as informações circulavam entre os órgãos de segurança do Estado, e grande parte delas, produzida sobre Comblin, era feita pela Polícia Federal, pelo Centro de Informações da Aeronáutica e pelo Centro de Informações do Exterior. Este último órgão estava diretamente ligado às investigações sobre o padre, que era estrangeiro, como também pela Secretaria de Segurança Pública através do DOPS, que acompanhava denúncias contra José Comblin, publicadas em jornais de Pernambuco. Todos esses órgãos produziam relatórios sobre a atuação do sacerdote e o vigiavam constantemente, de acordo com o que pudemos constatar através da leitura do prontuário dele, presente no Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, setor DOPS-PE.

Com formação em Teologia pela Universidade de Lovaina – Bélgica, padre Comblin veio ao Brasil no ano de 1958 a partir da encíclica *Fidei Donum*, publicada pelo Papa Pio XII no ano de 1957. Essa Encíclica voltava-se para a atuação missionária na África, porém, “a sua vinda para o Brasil está, de certa maneira, associada a um turbilhão de acontecimentos políticos que atingia a América Latina, especialmente, a Revolução Cubana”. (GUEDES NETO, 2014, p.103). A Igreja Católica redireciona suas atividades missionárias, que seriam, a princípio, direcionadas exclusivamente ao continente africano para a América Latina, sobretudo, a fim de combater um inimigo oriundo da Revolução Cubana, o comunismo. É nesse cenário e com tal objetivo que muitos padres europeus são enviados para a América, inclusive, o padre José Comblin.

As atividades de Comblin na América Latina, idas e vindas ao Brasil, sua circulação interna, para participar de formações, palestras, também são acompanhadas por agentes da Polícia Federal e seu serviço de informações. Por ser estrangeiro e seu deslocamento para outros países ocorrer de avião, são nos Centros de Informações da Aeronáutica e Exterior onde iremos encontrar a solicitação de informações sobre o padre, quase sempre para o Departamento de Polícia Federal e Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. A difusão de seus prontuários e outras informações se dão entre esses órgãos, além do Centro de Informações do Exército e da Marinha, conforme já explicamos.

As viagens ao Chile, Equador, Porto Rico, além das que são realizadas pelo Brasil, são constantemente analisadas pelo aparelho de informações que compunha o SNI. Dentre elas, para citar apenas um exemplo, a que ocorreu em 27 de junho de 1968, um dia antes de ter seu prontuário aberto no DOPS-PE e, dessa forma, ter seu texto repercutido entre os Centros de Informações. De acordo com registro feito pelo Centro de Informações da Marinha - CENIMAR⁵⁴, um mês depois, averiguou-se que o motivo da sua estada em Belém-PA foi para proferir uma Conferência sobre *A Igreja pós-conciliar ante a realidade socioeconômica da América Latina*. Para ela, segundo o documento, foram convidados o Movimento da Família Paraense, a Ação Popular, a União Acadêmica dos Secundaristas e a Ação Operária.

O tema da conferência é muito próximo das questões discutidas por Comblin no estudo redigido por ele. Mas isso analisaremos mais adiante.

Em julho de 1969, o prontuário fez referência à presença de Comblin em Quito – Equador, ministrando curso de conscientização política para padres, e, naquela ocasião, declarara ter a morte do Padre Henrique caráter político. Como dissemos, o padre Henrique Pereira Neto era assessor de Dom Hélder, e, em meio ao crescimento das perseguições ao clero brasileiro, sobretudo após a instauração do AI-5, foi barbaramente assassinado, em maio de 1969. Esse assassinato foi uma maneira de atingir o Arcebispo de Olinda e Recife, que já se pronunciava contra as práticas de violência, tortura e crescimento da pobreza, no momento inicial do auge da repressão.

Essa vigilância e perseguição ao padre José Comblin ocorreu justamente após a divulgação para a imprensa e repercussão do estudo que desenvolveu a partir do documento base do II CELAM.

A análise de Comblin, pelo menos tendo como base esse estudo, que circulou na imprensa, também publicado por Ulisse Floridi (1973), está dividido em oito temas. São eles: *1. Situação histórica latino-americana; 2. A igreja e sua responsabilidade; 3. O problema do poder ou problema político; 4. O problema da mentalidade de desenvolvimento; 5. O problema da socialização; 6. A esperança de um futuro melhor; 7. Situação internacional; 8. Perspectivas pastorais.*

Nele, a partir das questões descritas acima, há uma profunda análise histórica e sociológica da América Latina, na qual se insere a Igreja Católica.

Comblin tratou do conhecimento da realidade histórica que dá origem à América Latina como sendo primordial para o desenvolvimento social. Um lugar que desconhece suas

⁵⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE, sessão do DOPS, sob o Registro Geral 18209, Padre José Comblin. Anexo A, folha 04.

origens culturais, que as nega, que importa suas “raízes”, só reforça um passado colonial e cristaliza-o entre aristocratas e escravos. É preciso aprender com o passado e não o desconhecer, como o próprio sacerdote afirmou: “reconhecer o seu passado é o começo da sabedoria. A organização social deve partir da aceitação das qualidades e dos defeitos próprios que resultam do passado”. (Documento Comblin, *In*: FLORIDI, 1973, p. 310).

Além do olhar externo, tal estudo representa fortes críticas internas ao catolicismo, como a sua ausência junto aos camponeses e às massas marginalizadas. Ele afirma que, ao contrário disso, a Igreja Católica reproduz a dominação das classes dominantes ao ser meramente assistencialista, por ser classista em seu ensino, que é direcionado, prioritariamente, às classes altas. Disse Comblin que “a igreja realiza o milagre de ser mais tradicionalista na cultura que transmite do que as próprias classes que controlam o Estado”. (FLORIDI, 1973, p. 313). Sobre a estrutura eclesiástica destacou que:

Permanece ainda fechadas aos leigos em muitos casos, principalmente aos leigos da classe baixa. Estes não têm expressão na Igreja. Não é de se admirar que o primeiro ato de emancipação da classe baixa seja muitas vezes o ato de desligar-se da Igreja para aderir a outra religião que reconheça a existência de leigos (seitas protestantes, africanas, ou espíritas). (FLORIDI, 1973, p. 315).

Percebemos a análise sobre a participação dos leigos na Igreja Católica, umas das premissas defendidas pelos segmentos alinhados com as reformas oriundas do Concílio Vaticano II, mas rejeitadas por setores mais conservadores. Quando nos damos conta do crescimento do segmento evangélico 50 anos depois do estudo realizado por Comblin, destacamos que suas reflexões deveriam ter sido mais bem aproveitadas pela hierarquia católica.

A análise, que desenvolveu sobre a Igreja Católica tendo como referência o documento base para o II CELAM, apontava para a necessidade de reforma eclesiástica, a partir dos seguintes aspectos: carência de atendimento às massas de camponeses e marginais; solidariedade com a classe dominante; incapacidade de organização; colonialismo; a criação de instituições que só podem subsistir graças ao financiamento estrangeiro; má administração dos bens; assistencialismo; ensino classista; tratamento dos empregados; funcionalismo cartorial; fuga dos técnicos. Esse é o tipo de religião que se ensina ao povo, que possui estruturas eclesiásticas, que permanece fechada aos leigos, sobretudo os de classe baixa.

Ou seja, para Comblin, a Igreja Católica, sobretudo, tendo como referência de análise a América Latina, deveria atender aos pobres, rejeitados pela hierarquia e desprezados, especialmente, num ambiente caracterizado pela dominação da aristocracia sobre descendentes dos que outrora foram escravizados e que eram os excluídos de então. Para Comblin, a Igreja

apoiava tal exclusão ao ser conivente com as desigualdades latentes, mas, especialmente, por ser solidária ao grupo dominante: “o clero é formado exclusivamente de pessoas assimiladas às classes altas”, disse. Destacou a ineficiência da estrutura da Igreja devido à dispersão e à incapacidade de socialização dela. E ele foi mais contundente ainda ao mencionar o colonialismo em que ela vive ao depender de financiamentos estrangeiros e aos quais chamou de:

Esmolas que criam no clero uma mentalidade de mendicidade mal disfarçada. Acostuma-se a procurar soluções artificiais com recursos estrangeiros, em lugar de procurar soluções com recursos locais. (FLORIDI, 1973, p. 312).

Há uma evidente crítica de caráter interno através da qual Comblin, certamente, buscou alertar para transformações necessárias em direção a uma outra Igreja, que administrasse seus bens com promoção social, muito embora, advertisse que, nem do ponto de vista econômico, a Igreja os administrava de maneira positiva.

Portanto, o estudo apontava um novo caminho a ser seguido; mas, doloroso, sobretudo, para uma Igreja historicamente associada ao poder e à elite, e que reproduzia, internamente, os valores que constituíam tal grupo como forte. Esses valores elitistas eram reproduzidos por ela através de uma educação que privilegiava os ricos, uma estrutura de funcionários, muitas vezes, baseada no clientelismo e no tratamento dado aos seus trabalhadores. A estes, “o salário é de subsistência e não de justiça”. (FLORIDI, 1973, p. 314). Ou seja, aqui se vai além das meras acusações e superficialidade com que foi encarado seu estudo, o que iremos demonstrar adiante, a partir do que foi repercutido pela imprensa.

O ponto máximo, no que se refere ao contexto externo à Igreja Católica do estudo desenvolvido por Comblin, talvez seja aquele que mais causou repercussão, O PROBLEMA DO PODER OU PROBLEMA POLÍTICO. Nele, destacam-se dois subtemas: conquista do poder e exercício do poder. Na primeira questão, Comblin afirmou que as mudanças necessárias para o desenvolvimento não se dariam por dentro dos princípios que regem a democracia ocidental, mas só a força do Estado seria necessária, para derrubar privilégios. Aqui, ele aponta a conquista e o exercício do poder como questões centrais das suas reflexões. Por isso, o sacerdote acrescentou:

Seria errôneo pensar que a Igreja ou a moral condenam ações de força para conquistar o poder. [...] a igreja não condenou, mas aceitou a ação de força que fez a revolução de 1964 no Brasil, a tomada do poder pelo General De Gaulle na França em 1958. (FLORIDI, 1973, p. 317).

Acima, destaca-se a defesa do uso da força para a conquista do poder. Talvez, precavendo-se de interpretações à esquerda, Comblin cita momentos de tomadas do poder à

força por militares e os apoios que a Igreja Católica lhes deu, a exemplo do golpe de 1964, para afirmar que o compromisso dessa Igreja não poderia estar submetido a grupos específicos.

Comblin continua tecendo críticas à Igreja Católica por ter afastado muitos cristãos da política. Ele afirmou: “a vocação política é a mais alta. Ora, muitos acham que essa vocação é suja, e não querem sujar as mãos. Permanecem puros, mas ficam em casa. Sabe-se que o casamento é o túmulo dos revolucionários”. (FLORIDI, 1973, p. 318). Dessa forma, o padre recomenda a participação na política já que acredita nela como caminho para as reformas de benefício popular que almejava. Mais: analisa a atuação da tradição católica em defender uma perspectiva que neutraliza as lutas políticas por mudanças e a participação dos cristãos. Nesse contexto, Comblin destacou os problemas que a Igreja Católica teria no campo político por contribuir para o afastamento dos cristãos desse espaço.

Quando a questão refere-se ao exercício do poder, Comblin descreveu em seu texto como ele (o poder) deve ser e proceder: “o poder deve contar com uma força. Qual será essa força? Às vezes, poderá contar com as forças armadas, outras vezes é necessário dissolvê-las. Às vezes, será necessário distribuir armas ao povo”. (FLORIDI, 1973, p. 319). A repercussão dessa passagem, alimentada, claro, por outros pontos do estudo, fizeram a imprensa, que deu visibilidade às denúncias de um vereador do Recife, circular matérias chamando-o de subversivo, de querer implantar uma revolução na América Latina, a ponto de compará-lo ao guerrilheiro Camilo Torres, fato que retomaremos no terceiro capítulo. Como dissemos, o contexto e a efervescência política do momento, talvez, não propiciaram que o estudo fosse compreendido na íntegra. Dessa forma, através de recortes de algumas passagens jornalísticas, foi inevitável que a imprensa não tivesse dado notoriedade às acusações feitas ao sacerdote, bem como ao pedido de sua expulsão do Brasil, além da transferência de Dom Hélder da Arquidiocese. Expusemos isso, para citar algumas questões orquestradas pela TFP e pelo vereador Wandenkolk Wanderley, conforme destacamos abaixo:

Fig. 1 – Reportagem sobre pedido de expulsão de José Comblin

Fonte: Diário de Pernambuco, 12 de junho de 1968.

Fig. 2 – Reportagem sobre carta da TFP contra estudo de José Comblin.

Fonte: Diário da Noite, 25 de junho de 1968.

Transcrevemos o que consta nas referidas matérias. Na primeira: *Vereador quer a substituição de dom Hélder e a expulsão do padre Comblin*, consta:

Substituição de dom Hélder Câmara do Arcebispo de Olinda e Recife, "no interesse de serem resguardados o nosso patrimônio religioso e nossa segurança democrática", e a expulsão do padre Comblin do território brasileiro, constam do requerimento que o vereador Wandenkolk Vanderlei encaminhou à apreciação do Deliberativo Municipal na reunião de ontem. Afirmando que dom Hélder "não pode fugir à responsabilidade na sua participação para a elaboração do manifesto que qualificou de subversivo, a ser encaminhado à reunião do Episcopado, no Rio de Janeiro porquanto o reconheceu publicamente e aceitou tudo o que nele contém" o orador conclamou os católicos a uma luta aberta contra o comunismo, visto que a fé marcha a passos largos para o abismo" **REQUERIMENTO**. Diz o requerimento do Sr. Wandenkolk Vanderlei: "Requeiro a Mesa, ouvido o plenário, seja transcrito, para efeitos futuros o documento elaborado pelo padre J. Comblin, professor do Instituto de Teologia do Recife por solicitação do arcebispo dom Hélder Câmara a fim de ser enviado — como foi — aos bispos brasileiros para que fosse apreciado na reunião do Episcopado a ter lugar no Rio de Janeiro no dia 16 de julho próximo, e, se aprovado levado para a aprovação do Santo Padre Paulo VI em Bogotá em 16 de agosto vindouro". Mais adiante, diz o vereador "Trata-se, não há dúvida, de um documento subversivo e atentatório à Igreja Católica, desde que nele se prega a luta armada e a implantação de um governo revolucionário, ditatorial, com supressão das liberdades públicas dissolução das Forças Armadas, instituição do tribunal popular para julgar "reacionários", tomada da propriedade privada, constituição de um grupo popular, armado para o exercício do poder forte a ser implantado, bem como a extinção da Igreja por desnecessária e como pena da sua culpa de haver contemporizado, até agora, com as classes privilegiadas". "A leitura do documento mostra o perigo em que se acham o govêrno e as instituições livres, por isso que a sua procedência impressiona, sobretudo quanto ao futuro do país certo que se trata de um professor católico e de nação estrangeira, o qual, mancomunado com traidores nacionais da Democracia e da Igreja, abusa da nossa fé e da nossa hospitalidade, daí viver a envenenar a nossa Juventude e detratar da Igreja, que devia defender a todo o custo". "Aprovado este dele se deve enviar cópia aos exmos. Srs. presidentes da República, ministros militares e da Justiça, presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal e Tribunal Militar, bem assim ao Núncio Apostólico, dom Sebastião Bagio e, finalmente ao Sumo Pontífice, Paulo VI, a quem se deve rogar a substituição, nesta Arquidiocese, de dom Hélder Câmara, no Interesse de serem resguardadas o nosso patrimônio religioso e a nossa segurança democrática". "Por outro lado,

ao exmo. Sr. ministro da Justiça deve ser solicitado que o padre Comblin seja compelido a deixar o país em benefício da segurança do nosso regime e da pátria brasileira". (Diário de Pernambuco, 12 jun. 1968).

Conforme a matéria do Diário de Pernambuco, o Vereador Wandenkolk Vanderlei requereu à Mesa Diretora Câmara dos Vereadores do Recife que fosse encaminhado às autoridades católicas e das instituições brasileiras, sua solicitação de transferência de Dom Hélder para outra arquidiocese e a expulsão do padre Comblin. Tal pedido, estava relacionado com as notas sobre o documento base da II CELAM, elaborado pelo padre.

Na segunda matéria citada: *Carta da TFP a Dom Hélder classifica de subversivo estudo de padre Comblin*, a qual transcrevemos em parte:

A SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE apresentando a V. Excia seus respeitosos cumprimentos, pede toda a atenção de V. Excia para o conteúdo do parecer concernente ao relatório destinado A Conferência Episcopal Latino-Americana, parecer este de autoria do Revmo. Pe. Comblin, professor do Instituto Teológico de Recife. Apesar de volumoso e difuso, o documento é meridianamente claro quanto aos objetivos de seu autor, e aos métodos por êle preconizados. CONTRA ARRENDADORES E ACIONISTAS: O parecer do Revmo. Pe. Comblin visa implantar no Brasil a tríplice Reforma Urbana, Agrária e Empresarial, partindo do conceito de que o arrendamento de imóveis urbanos e rurais, bem como a aplicação de capitais sob a forma de cotas ou ações de empresas comerciais são anti-sociais e injustas. A consequência lógica desta asserção do sacerdote belga é que tais aplicações de capital e arrendamentos devem ser proibidos por lei. ELOGIO DO COMUNISMO CUBANO: Concebendo um dos principais fins do desenvolvimento como a implantação do nivelamento de classes absoluto, o Pe. Comblin faz o elogio — como altamente propícias ao desenvolvimento — da revolução comunista eclodida nas primeiras décadas deste século no México bem como da revolução de Fidel Castro. DITADURA PARA GARROTEAR A MAIORIA: Para realizar as reformas de espírito marcadamente comunista que deseja para o Brasil, o Pe. Comblin afirma ser impossível persuadir da utilidade delas a maioria do país, a qual êle acusa de Indolente e Infensa a medidas revolucionárias. Por isto, o professor do Instituto fundado por V. Excia, planeja duas revoluções, uma no Estado e outra na Igreja. REVOLUÇÃO POLÍTICO SOCIAL: A revolução no Estado consiste em derrubar o governo pela agitação de grupos de pressão fanatizados, que manobrem habilmente a opinião pública. Obtido esse resultado, o Pe. Comblin deseja que os líderes dessa minoria de agitadores estabeleça sobre o país uma ditadura férrea que leve a cabo reformas de base confiscatórias e Igualitárias, análogas às que Fidel Castro efetuou em Cuba. REVOLUÇÃO NA IGREJA: A fim de dar a esta ditadura minoritária um apoio que reputa indispensável, o Pe. Comblin - que qualifica nosso episcopado e nosso clero de indolentes e acumpliciados com os mil abusos por êle atribuídos às elites dominantes - propõe a virtual anulação da autoridade dos bispos, sujeitando-os à ditadura de um órgão que se entrevê ser um verdadeiro polit-bureau eclesiástico segundo parece, o Pe. Comblin tem a esperança de que os membros desse órgão constituam uma camarilha do

Bispos extremistas, a dominar a Igreja no Brasil. O Pe. Comblin quer ainda a abolição de todas as ordens religiosas, fundadas numa só instituição anorgânica e totalitária, posta a serviço do seu sonhado polit-bureau episcopio-extremista. Ele pede também que se proíba que do exterior continuem a vir os padres, que demandam abnegadamente o Brasil a fim de suprir a deficiência numérica do clero nacional. LIQUIDAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS: Para chegar a realização de todos êsses fins, o Professor do Instituto Teológico de Recife pleiteia com medida eventualmente necessária, além da desmoralização do Governo, e das Forças Armadas, a dissolução do Exército Nacional e a distribuição de armas ao povo. CENSURA: De outro lado, pede o Pe. Comblin que uma enérgica censura de imprensa, rádio e televisão, reduza ao silêncio os descontentes. As elites que não se conformarem com essa política, deseja o Pe. Comblin que abandonem o país. TRIBUNAIS DE EXCEÇÃO: Acusando o Poder Judiciário de corrompido pela burguesia e pelo Clero, o Pe. Comblin reclama a instituição de Tribunais de exceção, para Julgar rapidamente quantos se oponham a essa ditadura com comuno-reformista. ELOGIO DA REVOLUÇÃO VIOLENTA: Este o aspecto sinistro do parecer do sacerdote belga. (Diário da Noite, 25 jun. 1968).

A matéria apresentou na íntegra as interpretações da TFP a respeito das notas de Comblin em carta dirigida à Dom Hélder. Afora os exageros, acusações descabidas – como o de elogio da revolução violenta sem nenhuma análise que justificasse a afirmação, as matérias destacadas servem para ilustrar e representar que a reverberação do estudo realizado por Comblin foi além da análise do seu conteúdo. Ou seja, ele foi utilizado para evidenciar as disputas internas pelas quais a Igreja Católica passava e como tal tinha ressonância numa sociedade polarizada pelo contexto da Guerra Fria e em tempos de ditadura militar no Brasil.

Aliás, a TFP explorou, com bastante veemência, o episódio. Marcos Santos, ao fazer menção à carta da TFP, assim descreve:

Entre os primeiros procedimentos oficiais tomados pela TFP após a publicação do documento escrito pelo padre José Comblin está uma carta endereçada ao arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, assinada em 21 de junho de 1968. Nela, a TFP pede que o arcebispo tome medidas contra o padre José Comblin, considerado na carta como sendo um padre subversivo. (SANTOS, 2014, p. 118).

Já em 06 de julho de 1968, reportagem publicada no Jornal do Comércio, cujo título: *Movimento da Tradição pede a Hélder punição para o padre Comblin* (Movimento da Tradição pede a Hélder punição para o padre Comblin. Jornal do Comércio, 06 Jul. 1968. Prontuário 18.209 do DOPS-PE. Arquivo Nacional), repercutiu a carta da TFP enviada para Dom Hélder. Nela, enfatizou-se, inicialmente, que militantes da TFP distribuíram, no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, cópias da carta enviada por Plínio Correia de Oliveira, liderança da TFP, para Dom Hélder, em que denunciava como subversivas as ideias de Comblin.

Três dias depois, foi a vez do Diário de Pernambuco (Libelo de prelados contra as acusações do padre Comblin. Diário de Pernambuco, 09 Jul. 1968. Arquivo: Prontuário 18.209 do DOPS-PE. Arquivo Nacional), destacar a oposição de alguns bispos ao documento, em carta enviada ao Cardeal-arcebispo de São Paulo e Presidente da CNBB, Dom Agnelo Rossi. Os reclamantes, como não poderia deixar de ser, foram D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Castro Mayer, Arcebispo Diamantina e Bispo de Campos, respectivamente, ambos representantes da ala conservadora católica. Para se ter uma ideia dos que se opunham ao padre Comblin e Dom Hélder, D. Sigaud seria o mesmo que, cerca de dois anos depois no contexto das denúncias de práticas de torturas no Brasil, afirmaria: “confissões não se conseguem com bombons”. (GASPARI, 2002, p. 20).

Em trecho da carta, presente na reportagem do Diário da Noite, destacou-se o relatório de Comblin como difamador e as razões pelas quais os dois bispos protestavam.

No final de junho do mesmo ano, dia 26, preocupado com a repercussão do caso e, certamente, os riscos que dela poderiam derivar, Comblin, por carta, entrou em contato com o Arcebispo da Paraíba, D. José Maria Pires, que respondeu a ele também via carta⁵⁵. Na missiva, o religioso diz a Comblin ter ciência dos acontecimentos, inclusive, da carta que os Bispos haviam enviado para a CNBB, da qual reproduzimos o início:

Estou a par da campanha feita contra seu comentário do documento base do Celam. Há pouco recebi cópia da carta que Dom Sigaud e Dom Castro Mayer enviaram ao Presidente da CNBB. Segundo eles, "o relatório do Pe. Comblin difama os Srs. Bispos, aos quais acusa de incompetência, de filhotismo, de peitar o poder judiciário, obtendo sentenças favoráveis, mas injustas". E sugerem, no final da carta: "Parece-nos igualmente que seria de grande oportunidade um pronunciamento público que torne claro aos olhos dos poderes civis e militares a inteira rejeição por parte do episcopado do programa e dos métodos comunistas contidos no documento do Pe. Comblin". (PIRES, 1968).

Através dessa carta, além do teor de tranquilidade repassado por D. José Maria Pires de que estava já ciente do que vinha acontecendo, ainda podemos ter acesso a parte do conteúdo das reclamações de D. Sigaud e D. Castro Mayer junto à CNBB, dentre as quais a que cobrava manifestação pública do episcopado contra o estudo de Comblin, acusando-o de comunista. O Arcebispo da Paraíba continua afirmando que não faltaram depoimentos a favor de Comblin. O religioso paraibano cita os exemplos da sua fala na Rádio Arapuã e a posição dos Bispos do Regional Nordeste II. Acrescenta ele que:

⁵⁵ Documento disponível no Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, Universidade Católica – UNICAP, Recife-PE. Arquivo: [Carta], 1968, jul. 4, João Pessoa-PB [para] Pe. José Comblin, [s.l.] [manuscrito] / José Maria Pires. Número de chamada 85.

Em nossa última reunião (21 e 22 de junho), quando se tratou do seu caso, ficaram assentados 3 pontos: 1. Nenhum de nós subscreveria seu estudo integralmente como foi apresentado; 2. Todos nós reconhecemos e defendemos o direito que um professor tem de manifestar seu pensamento com liberdade e sem subterfúgios; 3. Qualquer represália contra Comblin, por parte das autoridades, prejudicaria mais ao esforço da Igreja do NE pelo desenvolvimento do que ao próprio Pe. Comblin. Pode estar certo de que, se a questão for levantada na próxima assembleia da CNBB, eu estarei entre os seus defensores e movimentarei mineiros e paraibanos, para que não haja nenhuma declaração do episcopado que possa ser interpretada como censura ao professor de Teologia do ITER. (PIRES, 1968).

Pelos pontos apresentados em reunião da CNBB, o episcopado não defenderia na integralidade o estudo de Comblin, mas reconhecia o direito de manifestar com liberdade seu pensamento, acrescentando que a represália a Comblin prejudicaria muito mais a própria Igreja Católica. A decisão extraída dessa reunião descrita por D. José revela, mais uma vez, as disputas internas do episcopado. Mesmo que nessa reunião não tenha havido a defesa integral do estudo do padre belga, decidiu-se pela preservação do sacerdote Comblin, fato que levou a questão para o centro. Lá, negou-se uma posição integral para um ou o outro lado. Mas, particularmente, ficou também evidente o empenho e a fidelidade de D. José a Comblin.

Contudo, como citamos anteriormente, um dos maiores opositores do estudo de Comblin foi o vereador do Recife Wandenkolk Wanderley⁵⁶. No ano de 1968, ele assumia pela 5ª vez o mandato como vereador. Oriundo da UDN e depois PDC, pertencia, na legislatura de então, aos quadros da ARENA⁵⁷, tendo, inclusive, já sido presidente da Câmara Municipal por três vezes. Numa delas, tomou posse em 10 abril de 1964, um dia depois das cassações de mandatos dos vereadores Felício Coelho de Medeiros – PTN, Jarbas de Holanda Pereira – PTB e Luiz Sebastião Rego Cavalcanti – PSB⁵⁸, o que nos aponta para o entendimento do seu completo alinhamento com a ditadura, que se instaurou no país, já desde o primeiro momento.

⁵⁶ Wandenkolk Nunes Souza Wanderley foi vereador do Recife por 7 mandatos: pela UDN, de 1947-1950; pelo PDC por duas legislaturas, de 1951-1954 e de 1959-1962; novamente pela UDN, de 1963-1966, e pela ARENA, no recorte da nossa análise, por duas vezes, de 1968-1971 e de 1972-1975. Foi Presidente da Câmara de Vereadores do Recife, nos períodos: 10/02/1951 a 14/12/1951, 10/04/1964 a 04/09/1965, 31/01/1969 a 10/02/1970 e, por último, de 31/01/1973 a 30/01/1975. Fonte: Site da Câmara de Vereadores do Recife: <https://sapl.recife.pe.leg.br>, acesso em: 23 jul. 2020.

⁵⁷ Com a extinção dos partidos políticos previsto no art. 18 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965 e o Ato Complementar nº 4, de 04 de novembro de 1965, que dispõe sobre a criação de novos partidos foram, então, fundados a Aliança Renovadora Nacional – ARENA, partido de sustentação da ditadura militar e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, que compunha a oposição consentida pelo regime. As informações sobre o Ato nº 2 pesquisamos no site do Palácio do Planalto: <http://www.planalto.gov.br> e sobre o Ato Complementar nº 4, no site da Câmara dos Deputados: <https://www2.camara.leg.br>, acesso em: 23 de julho de 2020.

⁵⁸ Além dos vereadores cassados em 09/04/1964, também em 22 de junho de 1964, foi cassado o vereador Ivan Gonçalves Cidreira – PST. Fonte: Site da Câmara de Vereadores do Recife: <https://sapl.recife.pe.leg.br>, acesso em 23 de julho de 2020.

Encontramos, no Arquivo Nacional, cópia da informação nº 1273, enviada pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco a pedido da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, em 10 de julho de 1975. Nela, constava, em anexo, o prontuário de José Comblin. A primeira informação registrada no documento foi referente aos antecedentes do sacerdote. Dentre eles, deu-se destaque à denúncia ocorrida no plenário da Câmara de Vereadores do Recife feita por Wandenkolk Wanderley. Segundo o edil, alguns sacerdotes estavam querendo aprovar um documento subversivo, que pregava o uso da força contra as Forças Armadas. De acordo com o parlamentar municipal, a aprovação de tal documento dar-se-ia na reunião que ocorreria naquele ano do episcopado. A notícia foi publicada um dia depois, em 11 de junho de 1968 no Jornal do Comércio, com o título: *Wandenkolk acusa padre de pregar revolução e dissolução do exército*. A partir de então, o que verificamos foi que notícia dessa natureza tornou-se recorrente principalmente na imprensa pernambucana, com replicação em outras capitais do país, entre junho e julho do mesmo ano. No entanto, a TFP sempre esteve lembrando o estudo de Comblin e reforçando a alcunha de subversivo em vários outros momentos.

Um dia após a publicação do Jornal do Comércio sobre as acusações do referido vereador, o Diário de Pernambuco publicou, na íntegra, o estudo realizado pelo padre Comblin. O título da matéria jornalística foi: *Teólogo prega reformas e diz que Igreja é colonialista e subdesenvolvida* (Teólogo prega reformas e diz que Igreja é colonialista e subdesenvolvida. Diário de Pernambuco, 12 jun. 1968. Prontuário 18.209, arquivo: DOPS-PE). Como se trata do estudo na íntegra, é mencionado cada um dos pontos que apresentamos no início desse subtema. O teor da matéria jornalística sobre o conteúdo, parece-nos distinto da ênfase dada por Wandenkolk em seu pronunciamento no plenário da Câmara de Vereadores. O próprio título da matéria, apresentada pelo Diário de Pernambuco, destacou o aspecto central da reflexão elaborada por Comblin, qual seja, a Igreja Católica e seus desafios no mundo subdesenvolvido. De fato, havia em Comblin a crítica a uma Igreja que aparentava solidária ao subdesenvolvimento, complacente com a classe dominante e excludentes com os mais pobres. É bem verdade que, levando em consideração o termo reformas, este ainda bastante associado às mobilizações populares em apoio às reformas de base de João Goulart, quem sabe, poderia contribuir para a oposição a Comblin. Mas era menos sugestivo do que termos como subversivo ou uso da força, que foram utilizados pelo vereador Wandenkolk.

Conforme apresentamos anteriormente, a divulgação do estudo e a questão posterior, colocada por Wandenkolk e publicada na imprensa, representaram tentativas de expulsão do padre Comblin do Brasil e de transferência de Dom Hélder. Dias antes dessa situação ser

divulgada, Dom José Maria Pires fez um pronunciamento na Rádio Arapuã em defesa de Comblin e de D. Hélder, o qual reproduzimos, parcialmente, a seguir:

Escutem, por favor, esta notícia que li no Jornal do Comércio de ontem à pág. 11. "A Câmara de Vereadores do Recife adiou para a sessão da próxima segunda-feira, (portanto, amanhã) o debate em torno do requerimento do Vereador Wandenkolk Wanderley, em que é solicitada a expulsão do Pe. Comblin e a substituição de Dom Hélder no Nordeste". Eis, meus prezados ouvintes, o que é que uma Câmara vai discutir: expulsão de um sacerdote e substituição de um Arcebispo. Teria chegado a vez dos teólogos, dos bispos, depois que foram expulsos os técnicos e cientistas. Mas, realmente, o que é que há com o Pe. Comblin? Porque de Dom Hélder não é necessário falar. Quem quiser pode ouvir os seus pronunciamentos, ou ver o programa de televisão todas as semanas. (PIRES, 1968).

Não conseguimos mensurar o alcance que o programa na Rádio Arapuã tinha; mas, tendo em vista a aproximação entre João Pessoa e Recife, não é difícil imaginar que, de alguma forma, deve ter repercutido e, sendo assim, o posicionamento do Arcebispo era um apoio importante, sobretudo, dada as circunstâncias de bastante pressão naquele momento. A narrativa de começar refletindo o que era tema de debate numa Câmara de Vereadores, parece-nos querer, supostamente, denunciar a interferência política em assuntos da Igreja, o que talvez pudesse atrair apoio interno.

Continuando, o Arcebispo da Paraíba é mais direto na defesa de Comblin. Sendo este menos conhecido e também mais exposto e sujeito às reações conservadoras da política e do clero, apresenta-o e aborda o fato:

O Pe. Combin é um desses padres belgas que decidiu prestar serviços no Terceiro Mundo e que trabalha no Nordeste. Ele tem suas atividades não somente no Seminário Regional do Nordeste, atualmente, no Instituto de Teologia do Recife, mas é também professor em outras universidades da América Latina e em outros países que não o Brasil. O que ele tem feito não é divulgado para o povo uma vez que o seu campo são as Universidades. E nestas universidades, ele tem como especialidade a Teologia. Por que então vem para o cartaz e para as manchetes dos jornais o nome do Pe. Comblin? O que foi que ele fez? Dizem que ele preparou um documento altamente subversivo. Em primeiro lugar, não foi um documento. O título do trabalho do Pe. Comblin é o seguinte: "Notas sobre o Documento Básico para a 2ª Conferência Geral do CELAM". Portanto, documento foi o preparado pelos Bispos e pelos técnicos, - economistas, sociólogos, etc., o documento que foi enviado a todos os bispos da América Latina e a vários professores de Universidades, para que o discutissem, apresentassem suas críticas e fizessem suas sugestões, para a elaboração de um novo documento a ser discutido e votado na 2ª Conferência Episcopal Latino-Americana, convocada pelo Papa para o próximo mês de agosto. Pe. Comblin fez um estudo e não um documento. Fez um trabalho para universitários, não um artigo de revista. Fez uma reflexão teológica, não um sermão para o povo. É muito importante ter isso em consideração antes de fazer qualquer juízo sobre os conceitos atribuídos ao teólogo Pe. José Comblin. (PIRES, 1968).

Dom José Maria Pires buscou enfatizar a importância intelectual do teólogo José Comblin ao mencionar, para além dos trabalhos desenvolvidos no ITER, sua atuação em universidades da América Latina. Tratou de explicar o motivo que fazia o padre ser notícias em jornais, mas fez questão de destacar que o sacerdote não havia produzido um documento como estavam querendo fazer crer, mas um estudo a partir do documento básico para o II CELAM, este sim, elaborado por técnicos e Bispos. Fez questão, ainda, de mencionar que o estudo elaborado por Comblin era para consulta interna, de valor teológico, mas não para publicação. Mais à frente, D. José descreveu alguns pontos do estudo e reforçou que ele tem, como ponto de partida, a própria Igreja e estaria em completa conformidade com o Papa, através das suas encíclicas e das resoluções do Concílio Vaticano II.

Cerca de uma semana depois, o Jornal do Comércio publicou duas matérias⁵⁹ que continuavam a repercutir a questão do vazamento do estudo realizado por Comblin. Numa, afirmava que a Câmara de Vereadores do Recife havia adiado a votação do requerimento que solicitava a expulsão do padre Comblin; na outra, destacava o sentimento do padre sobre o vazamento e divulgação de seu estudo de caráter reservado. Nessa última, que tem como título *Padre Comblin triste com a divulgação do seu documento reservado*, embora descreva que Comblin tenha demonstrado descontentamento pelo vazamento do estudo reservado e distribuído internamente para apenas 15 pessoas, a reportagem pareceu não colher o depoimento do padre. Ela destacou a fala do teólogo dominicano Frei Gorgulho, em cujo estudo faz um diagnóstico do subdesenvolvimento na América Latina. Para ele,

É dever do cristão — ressaltou — denunciar e acusar as estruturas e o poder político na medida em que se cria uma situação de opressão dos homens, cerceamento da liberdade, e de Impossibilidade de uma vida livre, humana e na justiça. (GORGULHO, *In*: Jornal do Comércio, 15 jun. 1968).

As reproduções na imprensa das falas dos opositores ao estudo continuaram. Da seara política, o deputado carioca da ARENA, Carvalho Neto pediu a expulsão do Comblin por pregar a revolução (DEPUTADO PEDE SAÍDA DE COMBLIN, *Jornal do Comércio*, 19 Jun. 1968); do universo intelectual, Gilberto Freyre denunciou a partir da sua análise do estudo de Comblin a “teologia sem Deus” e o “cristianismo sem Cristo”, e acrescentou que:

Os ardorosos redatores do «Documento» não fazem, neste caso, como em outros, senão repetir retoricamente, irresponsavelmente, levianamente, slogans, a que, mais de uma vez, agentes do Comunismo chamado internacional têm pretendido dar validade prática no Brasil. (EM TORNO DO “DOCUMENTO”. FREYRE, *Jornal do Comércio*, 23 jun. 1968).

⁵⁹ Câmara Municipal adia votação de pedido de expulsão do padre José Comblin. *Jornal do Comércio*, 15 jun. 1968. E, Padre Comblin triste com a divulgação do seu documento reservado. *Jornal do Comércio*, 15 jun. 1968. Arquivo: Prontuário 18.209 do DOPS-PE. Arquivo Nacional.

Ou seja, além de setores da Igreja Católica, conforme destacamos a partir do posicionamento de Bispos e membros da TFP, no campo político, inicialmente com Wandenkolk Wanderley, mas repercutindo na fala de políticos de outros estados, Comblin e seu estudo sofriam também ataques da intelectualidade conservadora do país.

Porém, como já mencionamos, o Pe. Comblin recebeu apoio do Arcebispo da Paraíba; no entanto, não se resumiu unicamente a ele. Outros religiosos também saíram em defesa do sacerdote. Como exemplo, assinalamos a reportagem trazida pelo Jornal do Comércio, que noticiou a fala do Monsenhor Marcelo Carvalheira, à época diretor do Instituto de Teologia do Recife. Nela, afirmou que “Comblin é avesso à violência, inimigo de guerrilha e pregador do princípio de fraternidade universal [...] que o trabalho de Comblin está sendo mal interpretado por pessoas desavisadas e desconhecedoras dos estudos empreendidos”. (MONSENHOR CARVALHEIRA DEFENDE PADRE BELGA QUE WANDENKOLK ACUSA. Jornal do Comércio, 12 jun. 1968).

Outro depoimento de apoio veio de Minas Gerais. Trata-se da matéria feita com o padre e professor da PUC-MG, Paulo Fernandes, veiculada pelo Diário de Pernambuco, em que, discorrendo sobre Comblin e seu estudo, destacou:

O documento elaborado pelo padre José Comblin não é subversivo, a não ser para certas camadas reacionárias e conservadoras que têm medo de transformações sociais e econômicas em nosso País. [...] De modo nenhum não é um discípulo de Marx, mas, à luz da Populorum Progressio, quer mudanças de estrutura e mentalidade que propiciem ao povo brasileiro e latino-americano o padrão de vida condizente com a dignidade da pessoa humana. (PADRE AO LADO DE COMBLIN: DOCUMENTO NÃO É SUBVERSIVO. Diário de Pernambuco, 20 jun. 1968).

O Padre Paulo Fernandes defendeu a relação do estudo elaborado por Comblin com as encíclicas papais, e dessa maneira, contribuía, para reforçar a ideia de que o padre estava em sintonia com os documentos da própria Igreja Católica. Além disso, procura destacar a importância do seu pensamento, sobretudo, na produção de artigos de impacto nacional, através da Revista Eclesiástica Brasileira, na qual se impõe como sacerdote culto.

Do espaço político também ocorreram manifestações em sua defesa. É o que ocorreu, quando, através de publicação no Diário de Pernambuco, o deputado da ARENA, Oliveira Neto, relatou:

Diante da notícia divulgada, ontem, pelo DIÁRIO de que militares do Sul do país teriam considerado o manifesto do padre Comblin como realista e correto, disse se os militares que sempre estão vigilantes chegaram a esta conclusão é porque o estudaram com profundidade e constataram que nada existe de grave, estando, assim, absolvido de todas as calúnias assacadas contra a sua pessoa.

(DEPUTADOS ACHAM MANIFESTO DE COMBLIN NÃO TEM CARÁTER SUBVERSIVO. Diário de Pernambuco, 19 jun. 1968).

Assim como o Deputado Oliveira Neto, os deputados Luiz Gonzaga de Vasconcelos (ARENA), Libertato Costa Júnior (MDB) e Waldemar Borges Rodrigues (MDB), também se posicionaram na matéria favorável ao padre. De modo geral, destacam o documento como pertinente e não mais retrata do que a difícil situação social do Nordeste e da América Latina.

Em meados de julho, a Comissão Executiva da Câmara Municipal do Recife, a partir de requerimento de Wandenkolk, enviou uma solicitação ao Arcebispo da Paraíba⁶⁰, para que não permitisse que o padre Comblin fizesse parte, naquela arquidiocese, da equipe que estudaria o desenvolvimento do país. Tal solicitação ocorrera em decorrência, na opinião da comissão, pelo fato de o documento ser subversivo e atentar contra os princípios democráticos. A resposta de D. José Maria Pires⁶¹, que reproduzimos parcialmente, foi contundente:

A exposição das ideias centrais do Pe. Comblin nos leva, naturalmente, a repudiar, com veemência, as acusações feitas na egrégia Câmara Municipal do Recife, pelo senhor Vereador Wandenkolk Wanderley. Um documento que propugna a ordem justa e humana contra o monopólio das minorias dominantes não é altamente subversivo. (G. E. Cap. 3 - 64, 65, 66, 68, 69 e 71). Infelizmente o termo subversivo tem-se consagrado no Brasil de hoje como libelo de acusação contra os que pensam e os que agem coerentemente em prol da libertação do homem e em favor do desenvolvimento das comunidades nacionais. [...] Finalmente, as notas do Padre Comblin se harmonizam com as preocupações da Igreja, que se nutrem da tradição viva, e por isso sente necessidade de renovar-se sem cessar. [...] Comblin teólogo - sacerdote - cristão agiu em harmonia com os princípios conciliares, procedeu em consonância com os princípios do Vaticano II, preocupado com a eficácia da evangelização em nosso continente sul-americano. Eis porque, Senhor Presidente, apesar das invectivas do senhor Vereador Wandenkolk Wanderley, esta Arquidiocese continua no firme propósito de dar apoio e estímulo às pesquisas teológicas do ilustre padre Joseph Comblin. (PIRES, 1968).

A resposta de D. José Maria Pires concentrou-se em pelo menos três pontos: a reflexão sobre o uso do termo subversivo, a defesa de que o seu estudo estava relacionado com os documentos da Igreja Católica e a ratificação do apoio a Comblin. No primeiro caso, repudiou o uso constante do termo subversivo contra os que defendem a libertação e negou, em absoluto, as acusações de então contra Comblin. No segundo caso, destacou que o estudo do padre está relacionado com os documentos da Igreja Católica, especialmente em consonância com as

⁶⁰ Este documento está disponível no Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, Universidade Católica – UNICAP, Recife-PE. Arquivo: [Correspondência], 1968, Recife - PE [para] Dom José Maria Pires, João Pessoa - PB [manuscrito] / Eriberto Gueiros, Secretário da Câmara Municipal do Recife. Número de chamada 146.

⁶¹ Este documento está disponível no Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, Universidade Católica – UNICAP, Recife-PE. Arquivo: [Carta], 1968, João Pessoa - PB [para] Presidente da Câmara Municipal do Recife, Recife - PE [manuscrito] / Dom José Maria Pires. Número de chamada 147.

propostas e orientações oriundas do Concílio Vaticano II. No terceiro caso, ratificou o apoio a Comblin, negando veementemente a proposta requerida pelo Vereador Wandenkolk.

Da outra ponta, veio o apoio da arquidiocese de Olinda e Recife, capitaneado por D. Hélder Câmara que mobilizou padres do Nordeste e do ITER a se pronunciarem, publicamente, através de abaixo-assinado⁶² e via boletim diocesano, inclusive, assumindo a sua defesa e os riscos que o seu retorno ao Recife pudesse causar.

O Jornal Diário da Noite publicou, na íntegra, o documento com a seguinte manchete:

Fig. 3 – Reportagem sobre o apoio dos padres do Nordeste à José Comblin

Fonte: Diário da Noite, 23 de setembro de 1968.

Além do texto do abaixo-assinado, na íntegra, em solidariedade ao padre Comblin, a matéria explicou tratar-se de mensagem transcrita do boletim diocesano da arquidiocese de Olinda e Recife, em que os padres do Nordeste, liderados por D. Hélder, reiteravam total apoio ao padre belga. Na mesma página, o jornal publicou uma fala de Comblin, com o título: *Comblin fala*. Nela, descreve que, posteriormente, os professores do ITER produziram um estudo, a partir do documento base da II CELAM, a pedido da arquidiocese. Na verdade, tratava-se de um texto provisório, “não destinado à difusão fora dos círculos dos especialistas, menos ainda à multiplicação”. (COMBLIN, Diário da Noite, 23 set. 1968). Ressaltou que era um esquema de estudos e não doutrina ou mensagem, e mencionou o quanto o referido texto serviu à imaginação, uma vez que “a imaginação começa a ferver. “O documento já se transformou em arma de subversão da Igreja e da sociedade inteira, já é uma ameaça à segurança nacional”. (COMBLIN, Diário da Noite, 23 set. 1968). Comblin conclui destacando que, inclusive, seu texto denunciava mitos da ação violenta, tais como Cuba, Guevara e o socialismo, mas ressaltou que denunciava os mitos mais antigos da democracia liberal.

Comblin acabou fazendo algumas alterações no texto, ou, por se tratar de um estudo, talvez, o que fora divulgado não era o definitivo. Encontramos algumas diferenças no texto

⁶² Este documento está disponível no Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, Universidade Católica – UNICAP, Recife-PE.

publicado, na íntegra, pelo Diário de Pernambuco em 12 de Junho de 1968. O mesmo escrito também foi, posteriormente, publicado em (FLORIDI, 1973), de acordo com o que encontramos no Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin da Universidade Católica – UNICAP, Recife. Para ratificar nossas suspeitas sobre a existências de distinção entre o estudo que se tornou conhecido e o que posteriormente encontramos, Santos (2014), em sua tese, afirma que Comblin reescreveu o estudo, muito embora não o tenha publicado, e fez uma análise sobre a diferença entre ambos. Na análise, ele afirma que:

De uma forma geral, em nossa avaliação, o novo texto do padre José Comblin, quando comparado ao texto original, encerra mais permanências que mudanças, mais continuidades, que rupturas. As principais mudanças na redação do documento são notadas exatamente nos conteúdos relacionados à questão da ação política. (SANTOS, p. 102, 2014).

Em que 15 de julho de 1968, o Diário da Noite trouxe a seguinte matéria: *Comblin elabora novo documento sobre Nordeste* para publicação. Quem afirmou foi o secretário da Cúria Metropolitana, padre Divanildo Pimentel, acrescentando inclusive que, desta vez, seria para publicação e não para gerar dúvidas. Mas, como pudemos perceber, de fato, um outro estudo, pouco diferente do primeiro, foi escrito, com poucas diferenças, mas não se tornou público. Pelo menos através da imprensa.

Portanto, tendo em vista a forte repercussão da divulgação do estudo de Comblin tomando como referência o documento base da II Conferência Episcopal Latino-americana, acreditamos ter sido esse fato, determinante para a sua expulsão do Brasil, cerca de 4 anos depois desse episódio.

Para Comblin, somente um poder que monta uma administração eficiente, que rompe com os privilégios tradicionais poderia fazer a revolução social empreendendo uma ação de promoção das massas. Tal análise, em meio ao contexto político em que vivíamos no ano de 1968, foi suficiente para chamar a atenção dos órgãos de informação e repressão contra ele. Tal fato acabou por fazer submergir aspectos importantes para a reconstrução do catolicismo latino-americano, que o estudo buscou desenvolver, mas que fora apagado pela grita anticomunista de então.

Os primeiros registros sobre o padre Comblin entre os Centros de Informações de então são justamente no ano de 1968, como afirmamos, após as primeiras reportagens que circularam na imprensa pernambucana, divulgando o seu texto.

Em estilo ensaísta, o conteúdo divulgado, conforme destacamos sem a permissão do autor, repercutiu de tal forma, que chamou para si os olhares e a perseguição do aparato repressor. Para reforçar ao que acabamos de afirmar, descrevemos a seguir um trecho de

informação, elaborada pelo Centro de Informação do Exército, a partir do IV Exército/7ª Região e circulada entre a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco e o Departamento da Polícia Federal:

O padre Comblin começou a merecer a atenção dos serviços de segurança após a divulgação da crítica ao documento básico da II Conferência Geral do CELAM (Bogotá), que preparou a pedido de D. Hélder Câmara. Neste documento, prega a utilização da força, se necessário, para promover reformas na América Latina. (Prontuário 18.209, DOPS-PE).

O documento, que produziu a informação citada, tem o carimbo de confidencial e foi emitido em 26 de março de 1970 com data retroativa aos acontecimentos relacionados ao estudo sobre o documento básico para a II Conferência Episcopal na América Latina. A partir de então, a vida de Comblin passou a ser observada de perto pelos órgãos de repressão entre o momento de produção do referido documento e sua expulsão do país.

Foi justamente no calor do impacto causado pelo estudo que desenvolveu que, coordenou uma experiência inovadora de formação para padres fora dos muros do Seminário entre os anos 1969 e 1971, nas cidades de Tacaimbó-PE e Salgado de São Félix-PB, a Teologia da Enxada.

2.6 A Teologia da Enxada (1969-1971): contexto e características da primeira experiência.

Em meio à vigilância dos órgãos de repressão da ditadura militar brasileira, José Comblin coordenou uma experiência de formação para padres, conhecida por Teologia da Enxada. Sobre o seu surgimento, um dos seminaristas que a vivenciou, assim comentou:

No meio do ano (1968), já no ITER, a gente recebia informações e também em contato com Ivan Targino, que estava no sertão lá em Boqueirão dos cochos, dizia-nos, vocês estão aí alienados, formação se dá no meio do povo, vocês têm que vir é para o meio do povo. A gente já tinha saído, estávamos no meio do povo. Mas ele dizia, esse estudo aí não leva a gente a uma formação sólida porque é meramente intelectual, é uma formação de gavetas, de tratados teológicos, mas que não fazem a unidade da gente. Se a gente quer ser padre do povo, tem que está no meio do povo não só morando mais estudando também. Uma forma nova de teologia. Aí nasceu, aí estão as bases da Teologia da Enxada. Com essas assertivas do Ivan, nossos debates. Aí o grupo já era maior, era um grupo de nove jovens, que aderiam e aceitavam um debate em torno de uma teologia mais inserida, aí não era mais uma questão só de moradia, era uma questão de formação intelectual a partir de baixo. Não só morarmos, mas formarmos a partir da vida com o povo. A vida com o povo nos ofereceria temas teológicos e não as cadeiras, as cátedras das universidades. Aí está a raiz da Teologia da Enxada. (BATISTA, 2020).

Conforme nos explica Ricoeur, “o testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das coisas do passado, das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica”. (2007, p. 170). E é, assim, que entendemos o testemunho daqueles que experienciaram o processo em questão, sobretudo, quando nos deparamos com os detalhes descritos acima. Assim, trazemos os testemunhos em diálogo com outras fontes – porque, como continua Ricoeur na análise sobre a suspeição da testemunha:

De alguma forma antecipa essas circunstâncias acrescentando uma terceira cláusula a sua declaração: ‘Eu estava lá’, diz ela; ‘Acreditem em mim’, acrescenta, e: ‘Se não acreditam em mim, perguntem a outra pessoa’, profere ela, às vezes, como uma ponta de desafio. (2007, p. 173).

Assim o faremos, uma vez que os depoimentos apresentados não estão isolados em si, mas são confrontados a outras falas, outros sujeitos, outras fontes. Sim, perguntamos a outras pessoas. Sabemos, como explica Ricoeur (2007), que a autenticação do testemunho se encontra na aceitação de quem o recebe e aceita; depois de então, ele adentra a categoria de estar acreditado, e, nessa busca, nosso diálogo, a partir dos diferentes testemunhos, é permanente.

A descrição de de João Batista, o qual citamos anteriormente, além do destaque a Ivan Targino (Seminarista da Teologia da Enxada da equipe de Salgado de São Félix-PB) e o protagonismo dos nove estudantes, mostram-nos que é importante percebermos uma das características principais da Teologia da Enxada à frente das formações dos seminaristas. Nela, os estudantes conseguiram associar seus estudos à moradia em comunidades da periferia de cidades como Olinda, Camaragibe, Recife e João Pessoa, o que já era um passo relevante em relação à formação tradicional. Apesar disso, ou seja, de parte das formações dos seminaristas ocorrer nas periferias das mencionadas cidades, eles ainda tinham formações universitárias.

É, nesse aspecto, ou seja, de desenvolver um método de formação teológica na comunidade e a partir dela mesma, que a referida experiência merece ser analisada. Aqui, merece destaque ainda o papel central de José Comblin, de acordo com a afirmação de João Batista em relação à viabilidade desse projeto, e do próprio apoio do padre belga:

Fomos visitar Ivan no Sertão e vimos que seria possível. Quando voltamos, fizemos um esboço por escrito do que nós vimos e dos nossos desejos e passamos isso para Comblin. Comblin viu aquilo e entendeu nossa insatisfação. Ajudados também pelo padre Guerre, que acompanhou nossa visita ao sertão, Comblin solicitou aqueles dados e a gente repassou pra ele, sem ter muita clareza, pois nós tínhamos intuições, mas não muita clareza sobre como proceder, para que aquilo acontecesse, e Comblin abriu os caminhos e nos devolveu, de forma elaborada, um esquema de formação teológica a partir de temas populares, temas escriturísticos e temas da fé do povo. Foi a formalização da Teologia da Enxada. Claro que ele teve que lutar com a direção do ITER, mas, com a autoridade de Comblin, nós fomos bem

acobertados e, daí, nascemos como estudantes da Teologia da Enxada. (BATISTA, 2020).

Portanto, é importante registrar que a ideia e motivação para a experiência de formação em áreas rurais partiram dos próprios seminaristas e tiveram apoio de padres como Comblin, Guerre, Servat, para citar alguns. Dessa maneira, o padre José Comblin, como teólogo, foi o responsável pela sistematização teológica da Teologia da Enxada. Perspectiva também levada por ele a ser desenvolvida no Seminário Rural de Talca no final dos anos 1970, e que, no início dos anos 1980, teve o método publicado no Brasil pelas edições paulinas, com o título de Breve Curso de Teologia⁶³.

Na publicação em questão, percebemos os mesmos temas estudados que verificamos no documento⁶⁴: Curso de Teologia: experiência do Seminário Regional do Nordeste, parte 2, sob a direção de Comblin, no ano de 1970. Trata-se de: a paixão e a morte de Jesus; a ressurreição de Jesus Cristo; o Espírito Santo; Maria, mãe de Jesus; Eucaristia; Deus-Pai; Jesus no meio dos Homens e a vida de Jesus. Por conseguinte, a partir de pesquisas e consultas à comunidade sobre tais temas, com os estudos e reflexões entre os seminaristas e os padres que os acompanhavam sobre seus resultados, tendo como norte as orientações iniciais de Comblin, foi criado um estudo teológico a partir da base. Ou seja, esse estudo teve, no indivíduo e na comunidade a ser evangelizada, os sujeitos desse processo. Isso acabou se tornando o esteio para uma nova perspectiva de formação, mas, sobretudo, para trabalhar um novo jeito de ser Igreja do qual Comblin estava imbuído. O documento que destacamos foi a base para parte do livro publicado por Comblin em 1977, através da editora Vozes, cujo título era *Teologia da Enxada: uma experiência da Igreja no Nordeste*.

Conforme Comblin descreveu nesse livro, a experiência começou da seguinte maneira:

No início de 1969, o Seminário Regional do Nordeste resolveu correr o risco de dar cobertura e orientação a uma experiência de tipo novo. Nove seminaristas de diversas dioceses, autorizados pelos seus respectivos bispos, projetaram viver alguns anos numa região rural. [...] Repartiram-se em dois grupos, um de quatro pessoas e outro de cinco. O primeiro instalou-se em Tacaimbó, município do Agreste pernambucano, situado a 170 km do Recife. O segundo foi viver em Salgado, município do Agreste paraibano, situado perto de Itabaiana a 80 km de João Pessoa e a 130 km do Recife. Os dois grupos constituíram um programa de vida em que a parte da manhã era reservada aos trabalhos de agricultura, a parte da tarde ao estudo e a noite aos trabalhos apostólicos. (COMBLIN, 1977, p. 09).

⁶³ Foram publicados em 4 volumes: Jesus Cristo e sua missão (Tomo I), O Espírito Santo e sua missão (Tomo II), A Igreja e sua missão no mundo (Tomo III) e A sabedoria cristã (Tomo IV).

⁶⁴ Curso de Teologia: experiência do Seminário Regional do Nordeste. Sob a direção do Pe. José Comblin. 2ª Parte. Recife. 1970. O referido documento encontra-se no Memorial Raimundo Nonato. Rua: Rosinaldo Santana, no Alto da Boa Vista: Bayeux-PB, espaço onde, por um bom tempo, o padre José Comblin morou.

Faziam parte das equipes: Francisco das Chagas, desistente após o primeiro ano e que foi substituído por Enoque Salvador de Melo; João Firmino, João Moura e Raimundo Nonato, todos eles localizados na cidade de Tacaimbó-PE. Em Salgado de São Félix-PB, a equipe era composta por: Ivan Targino, João Batista, João Almeida, José Diácono e Raimundo Silva.

Em livro autobiográfico, Francisco das Chagas narra como se deu a chegada a Tacaimbó, e os primeiros momentos da experiência de formação nesta cidade:

O João Moura e eu, com o João Firmino e o Nonato formamos a nova equipe e rumamos para Tacaimbó. De trem. Foi a primeira vez que andei de trem. [...] Instalamo-nos na casa paroquial, sob os olhares curiosos da população. [...] Nossa rotina era de atividade intensa: manhã, na roça; tarde, estudo e pesquisa de campo; noite, atividades na igreja e visita às famílias, com objetivos ora pastorais, ora de pesquisa de ordem teológica: o que o povo pensa sobre..., para compararmos com o que a doutrina oficial da Igreja ensina sobre os temas, como orientava o Pe. Comblin. (RODRIGUES, 2014, p. 86-87).

Como descrevem as citações acima, parte do horário de formação era reservado ao trabalho, uma vez que uma das características dessa experiência era o autossustento material do grupo, sem a dependência financeira da Diocese, da paróquia ou do Seminário. Não era algo completamente desconhecido para parte do grupo, uma vez que, como nos relatou João Batista, a experiência de morar com a comunidade já havia sido vivenciada em João Pessoa:

Resolvemos interromper a Filosofia. Antes de ir para a Teologia, nós resolvemos sair do Seminário regional. Foi nos cedido uma casa pela arquidiocese da Paraíba, em João Pessoa, numa rua bem popular no Bairro do Roger, rua Dom Vital, nº 113, ainda me lembro. Lá, montamos a casa cheios de ardor, precariamente. Não tínhamos bens acumulados. Isso em 1967, então já havia um começo forte de repressão. Nós vivíamos sob um clima de certa clandestinidade, evitando falar em público, e nos reunindo de modo clandestino com grupos que atuavam na época no trabalho mais direto de reação ao regime ditatorial. [...] Todos trabalhávamos, 2 numa fábrica... não ficávamos muito tempo porque desconfiavam que éramos espiões de esquerda. Eu trabalhei como auxiliar de serviços no gabinete do Secretário de Educação da Paraíba, outro trabalhou numa gráfica e outro num posto de gasolina. Então, nós ganhávamos a vida pelo trabalho. Isso foi muito decisivo em nossas vidas, viver à custa do nosso trabalho. As dioceses não nos favorecia em nada nesse momento, mas silenciava ou dava apoio condescendente [...]. Éramos 5, de cinco dioceses diferentes: da Paraíba só tinha eu e o Ivan, o João de Almeida era da diocese de Nazaré, o Celio era da arquidiocese de Olinda e Recife e Nonato, que era também de Nazaré e depois passou para Recife. (BATISTA, 2020).

É importante perceber que, dos cinco nomes citados por João Batista, além dele, Ivan Targino, Raimundo Nonato e João de Almeida, quatro deles estiveram entre as duas equipes que vivenciaram a primeira experiência da Teologia da Enxada. Esses quatro jovens vivenciaram a realidade de morar fora do seminário num bairro pobre e numa casa precária, na

cidade de João pessoa, correndo os riscos políticos de então. Sendo assim, a vida voltada para o trabalho e associada aos estudos e à vivência em comunidade não seriam novidades para a maioria que esteve, entre 1969-1971, em pequenas cidades do interior, se não fosse por um detalhe, o trabalho rural e a sistematização de estudo teológico desenvolvidos por Comblin.

Sobre o trabalho rural, um dos seminaristas da equipe de Tacaimbó, Enoque Salvador, descreve tal perspectiva:

Durante o dia nós trabalhávamos, botávamos uma roça normal, tínhamos muitas dificuldades com a enxada porque nenhum de nós éramos agricultores, mas o pessoal ajudava, repartia, agente trocava dias de serviço, era uma festa e com o tempo a gente foi ficando trabalhadores menos ruins. (SALVADOR *In: GUEDES NETO*, 2014, p. 130).

Certamente, não foi fácil para os jovens oriundos de alguns anos de formação em Recife e João Pessoa, mesmo que parte deles tenha conhecido as atividades na periferia dessas cidades, experimentar o trabalho rural em comunidades pobres e num ambiente quente e seco. Mas, compunham o exercício de inserção, que caracterizava a Teologia da Enxada, sobretudo, porque tinha como premissa a formação de padres para atuação em comunidades rurais.

No entanto, o trabalho no campo não era exclusivo. Por exemplo, Francisco das Chagas, Enoque Salvador e Raimundo Nonato, ambos da equipe de Tacaimbó, lecionaram numa escola local.

Encontramos o Ato Nº 108/1970, da Prefeitura Municipal de Tacaimbó, que contratou Raimundo Nonato para ser professor de Matemática e Desenho, entre março e dezembro de 1970 no Ginásio Francisco de Assis Barros. Certamente, permaneceu trabalhando naquela escola até 1973. Aliás, nas nossas pesquisas, encontramos a carta que ele encaminhou ao prefeito de então, comunicando a sua demissão do cargo de professor. Citamos aqui o início da missiva: “Sr. Prefeito, junto à minha desistência das poucas aulas que dava no Ginásio, que ora comunico, quero exprimir o mais profundo protesto diante dos últimos acontecimentos”. (QUEIROZ, 10 mar. 1973). No conteúdo restante da carta, há uma justificativa sutil para a tomada de tal decisão a qual, muito provavelmente, esteve ligada ao tratamento dado ao seu irmão, Antônio Guedes, que era diretor do Ginásio. Ele foi, provavelmente, substituído por alguém da família do prefeito. A velha e persistente prática patrimonialista.

Sobre o período de trabalho como professor, Francisco das Chagas relatou o contexto que provocou a relutância deles, para aceitarem o trabalho:

Naquele ano havia sido criado o Ginásio Municipal de Tacaimbó, funcionando à noite, num dos grupos escolares da cidade. A direção do Ginásio veio até nós, solicitando ajuda, para ministrarmos aulas de algumas disciplinas, visto que todos os professores viriam das cidades mais próximas, onerando muito a Prefeitura, com transporte. Depois de alguma relutância, de natureza

ideológica, aceitamos ensinar Português e Inglês, eu, e Matemática, o Nonato. (RODRIGUES, 2014, p. 87).

Em Salgado de São Félix-PB, verificamos a mesma perspectiva sendo experimentada por integrantes daquela equipe, conforme aponta João de Almeida:

Todos nós trabalhamos no roçado; isto decidimos logo que chegamos aqui. No entanto, eu não encaro o roçado como indispensável para evangelizar os pobres aqui em Salgado. Encaro-o com seriedade, sim. Mas, do mesmo modo como encaro qualquer outro trabalho manual (criação de coelhos, de galinhas; trabalhos caseiros como construções de cercas, limpa do terreiro, rebocar a casa, consertar uma parede etc). Ensino no Ginásio da cidade como um meio de estar mais perto dos jovens, conhecê-los melhor, evangelizá-los. E também como um meio de arranjar algo para subsistir. Encaro ainda o ensino como um serviço que eu posso prestar à comunidade em que vivo. Mas, mesmo com estes valores, eu seria capaz de deixar de ensinar se notasse que isto me colocaria numa posição de superioridade, o que não ocorre. Pois aqui o professor não se impõe nem pelo salário que ganha nem pelo privilégio que seu título pudesse acarretar. (ALMEIDA, Livro de Tombo – Seminário de Olinda, p. 96).

Como destacamos, as realidades entre as equipes de Tacaimbó e Salgado de São Félix aparentavam-se não muito distintas, sobretudo, no que concerne aos desafios das atividades do roçado e da estratégia de aproveitar a formação que possuíam para contribuir com a comunidade local noutra perspectiva. Além do mais, e, a partir daí também, poder utilizar essa outra formação como ferramenta de inserção e articulação com a comunidade local, principalmente, com os jovens.

O mergulho antropológico para conhecer/respeitar/valorizar a fé popular é outro elemento característico dessa experiência central no ano de 1970. Ela compunha um dos elementos importantes da perspectiva combliniana. Num texto de seis folhas que encontramos no Memorial Raimundo Nonato, escrito por Comblin, cujo título é *Problemas da Religiosidade Popular*, porém sem data de publicação, o autor inicia-o destacando que “a religião popular é a religião dos pobres e das massas” (COMBLIN, p. 01).

Pois bem, o texto que mencionamos acima, é subdividido da seguinte maneira: *colocação do problema; efeitos sociais da evangelização burguesa; a função social da religião e a utilização da religião*. Nele, Comblin chama a atenção, a partir do conceito marxista de luta de classes, para dizer que o conflito no catolicismo entre a religiosidade popular – identificada nos pobres e o cristianismo secularizado, romano – reproduzido pelas nações desenvolvidas e dominantes, identificadas pela burguesia, pode ser utilizado para questionarmos ou nos interrogamos se não é de tal oposição, que surgem as perseguições contra a fé popular.

Assim, estabelece-se uma religião dos marginalizados e “supersticiosos”, em detrimento da religião dos sábios e ricos. Para Comblin, a religião popular é, sobretudo, a expressão de

identidade de um povo e destruí-la seria incorrer no mesmo erro do catolicismo colonial e conquistador, que marcou a experiência de dominação portuguesa no Brasil contra índios e africanos.

Ele afirmou que,

A religião popular contém também uma parte de protesto contra a miséria e a opressão. [...] Os pobres encontram na sua religião o meio de afirmarem sua identidade, seu valor de recuperar um sentimento de dignidade e importância no meio de uma sociedade que os abafa. (COMBLIN, p. 05).

Assim sendo, uma sociedade que idolatra a riqueza e tem a religião como instrumento de poder e descolamento dos pobres, faz-nos perceber o contrário na religiosidade popular, que, identificada com as tradições e movimentos populares, pode tornar-se importante protesto contra uma sociedade que desvirtua o Cristo, o Evangelho, por se colocar ao lado dos opressores e negarem as dores dos oprimidos.

Para destacar a importância que Comblin identificava na religiosidade popular, a fé do povo foi tema de análise pelos seminaristas da Teologia da Enxada em 1970. Nessa Teologia, destacamos, aqui, a menção feita pela a equipe de Salgado de São Félix a respeito do que era preciso transmitir aos fiéis, a partir das próprias respostas da comunidade:

O poder de Jesus e a transformação do mundo: para os homens do Nordeste, notadamente, os que estão no meio rural, que têm uma série de legítimas aspirações, mas que são impedidos de realizá-las por uma série de fatores, resta a esperança no poder de Jesus que pode intervir. É urgente esclarecer esta questão. (COMBLIN, 1970, p. 17).

Pois bem, com base na constatação descrita acima, os seminaristas buscavam desenvolver ações que pudessem contribuir para o esclarecimento da comunidade acerca da importância da participação ativa de todos. E isso precisaria ocorrer de tal forma que essa crença, ao associar-se ao conformismo da espera na solução divina, fosse desconstruída e motivasse ações de transformação daquela realidade, sem negar os aspectos da fé popular.

Quando o aspecto social a partir da compreensão da realidade local é analisado, podemos perceber que a sabedoria popular não foi desprezada, conforme está descrito no relatório que os seminaristas produziam retratando a visão dos entrevistados em Salgado de São Félix:

A mesma exigência de amor que faz Jesus, vale para a sociedade. Mas eu não acho que certos grupos da sociedade e governo vivam essas exigências. O tipo de desenvolvimento diz tudo. A máquina substitui o braço do homem. Se não fosse tudo tão mecanizado não faltaria trabalho para essa massa imensa de pessoas. [...] Por aí já se vê que não há amor a Deus sobre todas as coisas, porque não há amor ao próximo. (COMBLIN, 1970, p. 39-40).

É possível percebermos como os depoimentos trabalhados pelos seminaristas da Teologia da Enxada conseguiam estabelecer uma conexão entre os sentimentos de fé e a concretude da vida.

Sobre o mesmo aspecto, ou seja, a questão social, para citar um exemplo da equipe de Tacaimbó, foi possível fazer perceber uma leitura da conjuntura política de então a partir do tema: morte de Jesus. A seguir, apresentamos algumas dessas leituras:

Boa parte do povo, segundo os testemunhos, é de opinião que se fosse hoje aconteceria o mesmo que aconteceu com Jesus. O povo se acovardará. Outra parte aceita que Jesus sofria, mas que haveria uma guerra porque os homens de hoje, são mais fortes, mais quentes. (COMBLIN, 1970, p. 53).

De fato, é o que percebemos como predominante ao longo do relatório sobre esse tema, a opinião de que o sofrimento de Jesus se repetiria. Porém, chamamos a atenção para dois trechos do relatório, um que reforça tal afirmação e outro que parece dar margem para outra leitura e que foi negligenciado na análise dos seminaristas da equipe de Tacaimbó.

O primeiro,

É só observar como os ricos fazem quando vocês começam a falar das injustiças que fazem, ficam logo com raiva. E é porque vocês não têm o poder de falar como Jesus falava. Mas se tiver um que faça o que Jesus fez, creio que vai morrer. Não digo do mesmo jeito, mas morre. Vocês sabem mais do que eu; não ouviram falar do padre que mataram no Recife? Foi só porque fazia alguma coisa de bom para o povo. (COMBLIN, 1970, p. 53).

Pois bem, no trecho acima percebemos que, além do trabalho desenvolvido pelos seminaristas de compreensão da realidade a partir dos estudos bíblicos, ficou também evidente como os entrevistados conseguiam relacionar o contexto religioso aos acontecimentos políticos do momento. O assassinato do padre em questão é certamente o caso do padre Antônio Henrique, assessor de Dom Hélder Câmara para a juventude. Ele foi torturado e assassinado em Recife no ano 1969. Segundo o relatório final da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara⁶⁵, a motivação do crime foi política, fato que pode configurar ter sido o sacerdote assassinado, muito provavelmente, por agentes da ditadura militar. Certamente, além da repercussão do ocorrido, o fato de o padre Antônio Henrique ser contemporâneo dos seminaristas deve ter sido tema das suas explanações, o que não admira o conhecimento da informação por populares de uma pequena cidade do interior pernambucano como Tacaimbó.

⁶⁵ Criada pela Lei 14.688, de 1º de junho de 2012, sancionada pelo ex-governador Eduardo Campos, a Comissão teve como missão promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, estupros, sequestros, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e suas autorias praticadas por agentes públicos estaduais, durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a consolidação do Estado Democrático de Direito.

No segundo trecho, apresentamos uma passagem que aponta para outra perspectiva. Ou seja, ou pareceu irrelevante, ou percebeu-se como fala isolada, muito embora tenha sido registrada no documento que analisamos, mas não encontramos no relatório algum tipo de análise.

Diz o entrevistado:

Meu filho, eu não sei de nada porque não entendo esta religião de hoje. Você veja: antigamente tudo era sério, a Igreja cheia, os padres falavam do sofrimento de Jesus. Hoje, os padres só falam em terras, que os ricos não pagam bem, que Jesus quer isto e aquilo. Você acha que assim tá certo? Ora, como seria o mundo se não houvesse pobres? Se todo mundo fosse rico quem trabalhava para o outro? (COMBLIN 1970, p 53).

Ou seja, o depoimento parece revelar um desconforto com a atuação dos seminaristas, também chamados de padres pelos moradores locais, ao revelar uma crítica que parece recorrente, quando se trata da atuação de um clero mais progressista ou mais identificado com os pobres, que é a de esvaziamento das Igrejas. Porém, no máximo, o que verificamos haver ocorrido foi o afastamento de grupos mais poderosos economicamente: fazendeiros, políticos, grandes comerciantes, ou seja, os denominados ricos em relação ao nível de pobreza nessas pequenas cidades. Esses grupos buscaram se distanciar ou diminuir a frequência de idas à Igreja Católica.

Outros aspectos para destacarmos, é a perspectiva apresentada de um Jesus distante, pensado e associado, exclusivamente, ao nível espiritual ou afastado da relação direta com aquela realidade social, política, econômica, sem contar a naturalização presente na fala sobre a relação de exploração do homem pelo o homem. Muito provavelmente o lugar de fala de quem fez o depoimento não é o do explorado, mas isso também não podemos garantir, tendo em vista que era possível tal visão de mundo ser identificado entre os oprimidos.

Com isso, identificamos os riscos e conflitos que tal método de formação gerou para as equipes de Tacaimbó e Salgado. Isso porque o trabalho de imersão na comunidade e a construção de uma perspectiva teológica, que também se nutria da realidade comunitária, geravam a identificação entre o catolicismo estudado, pautado nos ensinamentos do evangelho, sobretudo de amor e justiça, a cultura local e a realidade vivida, despertando assim as consciências e fortalecendo as do povo pobre.

Mas, não é de nos admirar que, durante o processo da experiência ao longo dos três anos, dúvidas não existissem nos seminaristas e as dificuldades não os fizessem refletir e

repensar o vivido. Durante 1969-1971, o contexto era de grande repressão ditatorial, especialmente, depois de promulgado o Ato Institucional nº 5⁶⁶, em 13 de dezembro de 1968.

Francisco das Chagas, por exemplo, um dos desistentes, além dos fatores que se relacionam com os motivos da sua escolha, agrega o fato de ter vivido na própria pele a repressão dos tempos da ditadura.

Em 1968, ainda estudante do ITER e participando de um ato religioso em decorrência do sétimo dia da morte do estudante secundarista Edson Luis, acabou sendo preso, conforme descreveu:

Terminada a missa, os estudantes saímos em passeata, cantando Roda viva, do Chico Buarque, para não dizer das flores, do Geraldo Vandré, e o Hino Nacional Brasileiro (o que era considerado como ato de subversão; um crime político). A polícia partiu, para dispersar os manifestantes, usando cassetetes e bombas de efeito moral. Prenderam alguns, aleatoriamente; dentre os quais, eu. [...] O julgamento, pelo Tribunal Militar, foi feito por etapas: 4 de cada vez, uma vez a cada mês. Eu fiz parte do primeiro grupo. Considerado inocente, já tinha sofrido um mês de cadeia. Ficou por isso mesmo. (RODRIGUES, 2014, p. 82-83).

Encontramos, no Arquivo Nacional, cópia da lista de estudantes presos, difundida pelo Centro de Informações do Exército, de 30 de julho de 1968, sobre o assunto: *Movimento Estudantil em Pernambuco*. Dentre os nomes da lista, constam os de Francisco das Chagas Rodrigues e o de Antônio Guedes de Queiroz, irmão do seminarista Raimundo Nonato, presos em abril de 1968, durante manifestação estudantil em Recife.

Embora Chagas tenha se juntado ao grupo de seminaristas de Tacaimbó, e, posteriormente, tendo compartilhado cela com o irmão de Raimundo Nonato, isso não ocorreria por firmeza a princípios ideológicos, por convicção numa experiência anterior. Na verdade, podemos verificar isso, pelas próprias palavras do jovem. Ou seja, está, talvez no critério de escolha citado por Francisco, o verdadeiro motivo para a sua desistência da formação:

Eu me escrevi. Por que, não sei ao certo. Talvez para acompanhar o João Alves de Moura Filho, seminarista piauiense mais velho [...]. Juntaram-se a nós (ou eu me juntei a eles) o João Firmino da Cruz, cearense e já de idade, e o Raimundo Nonato de Queiroz, irmão de Antônio Guedes, que havia sido preso comigo. Daí a afinidade. (RODRIGUES, 2014, p. 85).

Diferentemente dos que fizeram parte das experiências anteriores em João Pessoa, como João Batista e Nonato, que tinham convicção na experiência e, juntos com Ivan Targino, eram

⁶⁶ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Fonte: site da Fundação Getúlio Vargas: <https://cpdoc.fgv.br>. Acesso, em: 26 jul. 2020.

os “bois de carro” desse tipo de formação, Francisco das Chagas escolheu participar por outras razões: para acompanhar João Moura e pela afinidade a Antônio Guedes, companheiro de cela e das atividades estudantis em Recife. Por essa razão, consideramos serem esses aspectos ilustrativos do verdadeiro motivo da sua desistência da experiência: a falta de vocação, e não o processo do método teológico da Teologia da Enxada.

Como já mencionamos, com a desistência do seminarista Chagas, ingressou na equipe de Tacaimbó Enoque Salvador. Através deste, conseguimos captar o sentimento vivido por alguns destes seminaristas no ano de 1971, em 04 de outubro, através da carta⁶⁷ que ele escreveu para o padre Servat, da qual discutiremos aqui alguns dos trechos:

Com Servat na equipe, a vida continua. Este último ano parece estar sendo fortemente marcado pela falta de comunicabilidade entre nós. Realmente estamos mais distantes uns dos outros. Parece que perdemos a confiança em nós mesmos e desistimos de lutar. Visivelmente cada um sente-se cansado. É uma pena. É o lado triste da nossa condição humana (SALVADOR, 1971).

Enoque descreveu como estava o ânimo e a relação da equipe no final da experiência, já que a carta era de outubro. Mas, muito embora seja assertivo sobre os problemas existentes na avaliação que fez, demonstrou confiança nas articulações que estavam sendo feitas para mudar o cenário negativo diagnosticado:

Tanto nós como Salgado estamos angustiados com o que chamamos dispersão. Em novembro, juntos vamos pensar em como solucionar isto. Pensamos mesmo em nos organizar. [...] Pe. José C. está por dentro da jogada e nos ajudando decisivamente. (SALVADOR, 1971).

Ou seja, planejou-se um encontro entre as equipes de Tacaimbó e Salgado, além de eles serem convidados, para encaminhar soluções, independentes dos problemas levantados.

Na parte final da carta, apontou a importância da experiência vivida em Tacaimbó:

Vou voltar para Porto da Folha no fim de novembro. Tenho muitas interrogações. Tenho também muita esperança. O tempo que passei em Tacaimbó na equipe, me preparou a ser mais realista, a enxergar as coisas com mais firmeza e a descobrir o homem na sua realidade. Volto para Porto da Folha acreditando mais em mim. Sentindo que é preciso descobrir uma nova forma de vida e ação religiosa. Devo isto a equipe e a você. Muito obrigado. Penso em me ordenar apesar das dúvidas que são colocadas. Sinto que há necessidade de homens que partam o pão e me sinto chamado a isto. Meu problema, no entanto, é como ser padre nessa Igreja cheia de estruturas. Será que vale a pena, Servat? (SALVADOR, 1971).

⁶⁷ A referida carta encontra-se disponível no Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB. Pasta azul, Tacaimbó.

Enoque Salvador era natural de Cachoeirinha⁶⁸, mas foi enviado à formação da Teologia da Enxada pela Diocese de Propriá – Sergipe. Mesmo que pusesse dúvidas à ordenação devido ao temor de ser tolhido pela estrutura clerical, já acreditava em um novo jeito de ser Igreja, uma Igreja em saída e missionária. Além disso, esse modelo de Igreja era uma das perspectivas mais defendidas por Comblin. Pois bem, apesar do temor que sentia, Enoque Salvador ordenou-se frade, pertencente à ordem dos franciscanos. Na volta a Sergipe, contribuiu, na cidade de Porto da Folha, com a luta em favor dos índios Xokó no processo de reconquista das terras desses indígenas que há anos travavam forte luta contra fazendeiros locais. Mais tarde, além de vigário em Poço Redondo, na diocese de Propriá, tornou-se forte liderança política, inclusive, tendo sido prefeito por três mandatos.

A carta que mencionamos foi concluída por Nonato dizendo a Servat da possibilidade de participar da equipe de Caruaru-PE, com o intuito de articular as atividades da ACR⁶⁹:

Existe uma tendência de participar da equipe de evangelização de Caruaru, a qual vai contar com a presença de João Almeida. É claro que eu, participando de tal equipe, não vou seguir ortodoxamente o método dedutivo de evangelizar. A minha presença seria para fazer o que faz a ACR, porém, na diocese de Caruaru. Seria uma possibilidade de organizar mais o movimento na referida diocese. (QUEIROZ, 1971).

A carta conjunta de Enoque e Nonato para Servat pareceu também ter o intuito de citar os objetivos deles após a formação. Nonato não falou se desejaria se ordenar. O fato é que ele não se ordenou e continuou em Tacaimbó animando as Comunidades Eclesiais de Base, bem como tentando atuar na região, para articular e movimentar as ações da ACR.

Em carta⁷⁰ escrita de Tacaimbó, no dia 13 de outubro de 1973, e endereçada aos membros da ACR, o seminarista alerta para as preparações do encontro da estadual, conforme apresentamos a seguir:

Caríssimos irmãos e companheiros da mesma missão. A Equipe de Coordenação Estadual do Movimento de ACR (Animadores Cristãos do Meio Rural) reunida em Tacaimbó, nos dias 11, 12 e 13 deste mês, decidiu começar imediatamente a preparação do Encontro de todos os responsáveis do Estado de Pernambuco, a se realizar no Seminário de Caruaru. (hoje Faculdade de Filosofia) (QUEIROZ, 1973).

Podemos perceber que Nonato, conforme apresentara ao padre Servat seus planos de atuar na diocese de Caruaru na articulação da ACR, acabou concretizando-os, visto que, dois

⁶⁸ Cidade do agreste pernambucano, faz divisa com as cidades de Ibirajuba, Lajedo e Tacaimbó. Está acerca de 130 km da capital do estado, Recife.

⁶⁹ A Ação Católica Rural, transformada três anos mais tarde em Animação Cristã Rural (ACR), uma denominação que marca o distanciamento para com o organograma da Igreja, que em 1968 ficou orientada claramente para o serviço da salvação dos mais pobres. (MARIN, *In*: SERVAT, p. 09, 2006).

⁷⁰ A referida carta está disponível no Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB. Pasta verde, Tacaimbó 1.

anos depois, o referido seminarista fazia parte da equipe de coordenação estadual da ACR. Mais: realizou as reuniões da ACR na cidade onde ficou morando durante a década de 1970, bem como articulou as ações do Movimento na diocese de Caruaru-PE.

Em meio às preocupações citadas no primeiro trecho da carta conjunta enviada ao padre Servat, por Enoque e Nonato, certamente é possível constatar que os desafios foram superados. Não temos como dissertar sobre as trajetórias de todos os que compunham as equipes de Tacaimbó e Salgado, para, assim, verificarmos os resultados concretos dessa formação a partir da coordenação de Comblin nas suas atividades diárias posteriores. Porém, ao termos como referência as ações aqui citadas e realizadas por Enoque e Nonato, mesmo que estejam colocadas brevemente, no mínimo, podemos destacar a relação da formação na Teologia da Enxada com os trabalhos que desenvolveram. E todos estes ligados ao mundo rural, aos problemas da terra, em prol da formação e conscientização dos mais pobres e oprimidos, e, sobretudo, na defesa dos injustiçados.

Se não somos capazes de atestar os impactos desse novo jeito de ser Igreja no Nordeste brasileiro, pelo menos podemos afirmar que ele trouxe decisivas contribuições para as comunidades pobres, setoriais das ações dos formandos e disseminadores desse novo método.

Comblin, na publicação dos relatórios da Teologia da Enxada, em 1977, afirmou que esta, dificilmente, repetir-se-ia porque estava associada ao contexto daquela época. Não poderia prever que, cerca de cinco anos depois, no início dos anos 1980, sob sua coordenação, a Teologia da Enxada voltaria a ser utilizada como método de formação na Paraíba.

Seja na cidade de Tacaimbó-PE, seja em Salgado de São Félix-PB, a Teologia da Enxada representou um processo de formação completamente articulado ao pensar/fazer do padre José Comblin. Seus participantes experimentaram um novo método de formação que rompia com a tradição e hierarquia Católica, no sentido de enxergar na base, no leigo, nas raízes da cultura e religiosidade popular, os elementos necessários à reestruturação da Igreja Católica, sobretudo, nas condições sociais vividas por muitos, na subdesenvolvida América Latina.

Neste sentido, é possível também identificar sobretudo a aproximação entre José Comblin e Paulo Freire, isto, através da dinâmica e metodologia que caracterizou a Teologia da Enxada que, dialogou com o método Paulo Freire e de certa forma com as experiências de formação do MEB. No contexto de fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, além do desenvolvimento da experiência de formação vivenciada em Tacaimbó e Salgado de São Félix,

este é também um período impactado pela Conferência de Medellín de 1968, e da Teologia da Libertação, especialmente com a publicação do livro de Gustavo Gutiérrez⁷¹ em 1971.

Nesta confluência de acontecimentos, acrescentamos um texto escrito por Paulo Freire em 1971, *O Papel Educativo das Igrejas na América Latina*⁷² que, estabelecia um diálogo com a nascente Teologia da Libertação. Neste texto, conforme nos explica Álder Calado:

Paulo Freire começa por desmascarar uma suposta neutralidade, tanto no que fazer educativo, quanto no posicionamento da Igrejas cristãs. Qualquer tentativa de neutralidade é vã, além de acabar por revelar-se a favor da dominação. (2020, p. 178).

A crítica ao caráter de neutralidade no processo de formação do clero, alerta para a necessidade de uma postura de escolha, tendo em vista que, como descreveu, a neutralidade reforça o poder dominante. Esta, é uma perspectiva que vamos perceber na formação oriunda da Teologia da Enxada, pois a mesma tem como clara a opção por uma formação na base e a partir da mesma. Outra aproximação entre o método combliniano desenvolvido na Teologia da Enxada e o freiriano, está na perspectiva dos temas geradores – eixo da proposta metodológica de Paulo Freire que, verificamos como uma das características do método na formação da Teologia da Enxada, pois, os estudos e a Teologia desenvolvida a partir de então, surgem de temas pesquisados e consultados junto à comunidade, como por exemplo, a casa, a terra, o trabalho, a refeição, a festa, os santos, paternidade, relação homem-mulher etc., para citar alguns do temas com os quais, “no ano de 1969, os seminaristas fizeram consultas à comunidade, entrevistas, diagnosticaram os problemas e refletiram em conjunto com os habitantes da cidade e do campo, nas reuniões que convocavam para discutir a situação local”. (GUEDES NETO, 2014, p. 123).

Para Álder Calado, outro ponto de convergência entre Paulo Freire e Comblin ou entre a Teologia deste e a pedagogia daquele, diz respeito à humanização do ser humano, uma vez que:

⁷¹ Um dos principais teólogos latino-americanos e um dos expoentes da Teologia da Libertação, o peruano Gustavo Gutiérrez, depois de sua formação entre a Bélgica e França, ordenou-se Sacerdote em 1959. Os anos 1970 constituíram um dos momentos marcantes de sua trajetória. Além das funções docentes e junto à hierarquia eclesial, Gutiérrez fundou em 1974, com uma pequena equipe, o Instituto Bartolomé de Las Casas. Ao mesmo tempo, exerceu o ofício como vigário cooperador da paróquia San Francisco de Paula, no Rímac, distrito popular de Lima, atuando como encarregado da capela de Cristo Redentor. Suas obras de maior destaque, *Teología de la Liberación* (1971), *Beber en su propio pozo*, *Hablar de Dios desde el sufrimiento del inocente* (1986), *El Dios de la vida* (1989), *En la busca de los pobres de Jesucristo* (1992), abriram marcas profundas no fazer teológico, não apenas peruano mas também latino-americano e universal. Uma teologia vivida e pensada desde a chamada “periferia” tornou-se presente e abriu horizontes e múltiplos esforços para viver e pensar a fé em Jesus Cristo a partir dos pobres, dos “insignificantes”, dos “não pessoas”. Fonte: <http://latinoamericana.wiki.br>. Acesso em: 12 Jul. 2021.

⁷² Este texto foi depois publicado integrando um dos capítulos do livro: FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

Em Freire e Comblin – cada qual em seu campo específico de pesquisa -, a dimensão relacional é uma condição essencial no processo de humanização. Tem a ver, inclusive, com a necessidade de entendimento e de busca da necessidade de se entender e de se querer como gente, como comunidade, como povo, como classe popular. (CALADO, 2010).

Tal dimensão pode ser percebida nos estudos que o processo de formação da Teologia da Enxada tinha como método, ao proporcionar não apenas o conhecimento da comunidade pelos seminaristas, mas sobretudo, o conhecimento desta comunidade sobre si mesma. Conforme afirmou Paulo Freire, “o trabalho educativo das Igrejas não pode ser compreendido fora do condicionamento da realidade concreta onde se situam”. (1978, p. 11). Historicamente, a Igreja desenvolveu um projeto de formação articulado com as elites, desta maneira, não sendo um espaço a ser frequentado por todos e todas e assim, servindo aos interesses desta elite.

A realidade concreta ao que se situou a primeira experiência de formação da Teologia da Enxada, foi com e a partir das comunidade pobres do interior nordestino, rompendo com lógica predominante. Não por acaso, mesmo que o padre José Comblin tenha a configurado com uma experiência voltada para o contexto de uma determinada época, quando afirmou que, “essa experiência pertence ao passado. Não foi renovada e tudo indica que não reaparecerão as circunstâncias que lhe deram origem. O passado, porém, é capaz de estimular novas experiências”. (COMBLIN, 1977, p. 14-15), e conforme mencionou, de fato, a Teologia da Enxada acabou inspirando novas experiências como veremos ao longo deste trabalho.

3 COMBLIN, “PERSONA NON GRATA”: A TRAJETÓRIA ENTRE AS DITADURAS BRASILEIRA E CHILENA (1972-1985)

No início de 1972 ao voltar da Bélgica de cursos que por lá ministrava anualmente, o padre José Comblin teve efetivada a sua proibição de entrar no Brasil. Trabalhamos com a hipótese de que tal situação esteve, em parte, relacionada aos eventos repercutidos com a publicação do estudo que desenvolvera, a pedido de Dom Hélder Câmara sobre o documento base para a II Conferência Episcopal Latino-americana⁷³, em Medellín – Colômbia, no ano de 1968.

É bem verdade que havia muito claro e em evidência no contexto daquele momento, uma política de expulsão de padres estrangeiros não alinhados ao Governo, posta em prática pela ditadura militar no Brasil. Num quadro sobre a violência cometida pela ditadura entre 1964-1979 contra pessoas ligadas ao catolicismo brasileiro, Montenegro (2010, p. 135) enumera 25 padres expulsos, 2 religiosos e 1 leigo.

É um número que chama atenção e que nos leva a crer que o ocorrido com o padre Comblin se insere nesse contexto. Talvez sim, mas o fato é que sem a publicação e as proporções da repercussão do seu estudo, sobretudo por ser alguém próximo de Dom Hélder Câmara, ele não teria ficado em evidência; por isso, acreditamos que essa exposição foi crucial para o processo que se desencadeou entre 1968 e 1972, culminando com o impedimento de desembarcar no Brasil e ser deportado.

Uma vez proibido de continuar no Brasil, Comblin depois de passar alguns meses em seu país natal, retornou para a América Latina ainda no mesmo ano e foi para o Chile, onde já havia morado e trabalhado por três anos como professor de Teologia na Universidade Católica.

Assim, além das questões que envolvem o processo de expulsão/impedimento de continuar no Brasil - os motivos e como se comportou nos bastidores da informação tal situação, trataremos no presente capítulo dos anos em que esteve no Chile. Mais: procuraremos discurrir como se desenvolveu suas atividades naquele país, caracterizado pela vivência em mais um regime opressor, dessa vez a ditadura Pinochet.

⁷³ A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada na cidade de Medellín (Colômbia), entre os dias 24 de agosto e 06 de setembro de 1968, produziu um importante e significativo documento – As Conclusões de Medellín – que registraram as posições da Igreja da América Latina, que assumiu uma posição libertadora frente à opressão no continente. O objetivo do Papa Paulo VI, como diz o próprio título da proposta da Conferência, era ler a realidade latino-americana à luz do Concílio Vaticano II. Os bispos fizeram mais do que isso: leram o Concílio à luz da realidade latino-americana. Fonte: <http://periodicos.pucminas.br>. Acesso em: 10 dez. 2020.

3.1 A sombra expulsa a verdade: a rede de informações no enalço de Comblin.

Em sua coluna semanal no *Jornal do Brasil*, Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima⁷⁴, sob o título de *Estado Securitário*, publicou um comentário sobre a importância do livro *Ideologia de Segurança Nacional*, estudo realizado por Comblin, assim mencionando-o:

Quem ler o mais recente livro do padre Joseph Comblin [...] compreenderá perfeitamente o motivo pelo qual o mesmo foi expulso do Brasil, há poucos anos. [...] Lembrávamos dias atrás, a sentença clássica de um velho hino litúrgico, de que a verdade foge da sombra. O contrário também é verdade. A sombra expulsa a verdade. E como esse livro é um poço de verdades sociais incômodas, sua presença atualmente se tornaria inóspita à oligarquia política dominante. (DPN.PES.107 p. 39/198 – Arquivo Nacional).

Encontramos essa matéria publicada no *Jornal do Brasil* em 11 de agosto de 1978, como anexo de uma espécie de dossiê no nome de Comblin – Joseph Jules Brasseur/Padre, que compõe o acervo do Arquivo Nacional. Além de mencionar a importância da leitura do livro no qual Comblin faz uma discussão sobre a *Ideologia de Segurança Nacional* e o poder militar, relembrou a ocasião da sua expulsão relacionando-a à incômoda presença de quem compreendia a situação social e política do país, caracterizada por situação social precária e marcada pela opressão.

Sobre o momento da sua proibição de continuar no Brasil quando voltava da Bélgica, para onde, todo início de ano entre janeiro e fevereiro viajava para ministrar suas aulas na Faculdade de Teologia de Louvain-la-Neuve, assim descreveu o momento:

Desci em Recife, num avião da TAP, às 7:30. Quando apresentei o passaporte, o empregado da polícia conferiu-o com um telegrama recebido de Brasília comunicando um decreto de proibição de desembarcar em território nacional. Os oficiais da polícia deliberaram entre si e resolveram mandar-me ao Rio no mesmo avião da TAP. Não pude fazer nenhuma observação. (MUGGLER, 2012, p. 99).

Proibido de desembarcar no Recife, Comblin é encaminhado para o Rio de Janeiro, onde relatou ter sido interrogado pela Polícia Federal:

No Rio, a Polícia Federal esperava-me. Levaram-me para o departamento de polícia ao lado do aeroporto do Galeão, onde fiquei até a volta no mesmo

⁷⁴ Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro, em 1893. Bacharelou-se em 1913 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e em seguida viajou para a Europa, onde fez cursos na Sorbonne e no Collège de France. De volta ao Brasil, trabalhou como advogado e como adido ao Itamarati antes de assumir a direção jurídica de uma fábrica de sua família. Em 1919 iniciou sua colaboração em *O Jornal* como crítico literário, passando a utilizar o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Após o golpe militar de 1964, notabilizou-se por seu posicionamento contrário ao novo regime em sua coluna no *Jornal do Brasil*. Seu enorme prestígio intelectual possibilitou-lhe, inclusive, romper o cerco da censura imposto ao país. Em 1967 foi nomeado pelo papa Paulo VI membro da Comissão de Justiça e Paz, com sede em Roma. Fonte: <https://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 10 dez. 2020.

avião. [...] um inspetor veio interrogar-me, perguntando-me primeiro se eu sabia o motivo do decreto de expulsão. Eu disse que não sabia. Mostrou-me, então, triunfalmente a fotocópia de uma carta que eu tinha enviado a dom Frago em dezembro de 1971, a qual se referia a uma Reunião do Conselho de Pastoral da Diocese de Crateús de novembro do mesmo ano, reunião de que participei. (MUGGLER, 2012, p. 99-100).

Como veremos adiante, a repressão e vigilância constantes mantidas pelos Centros de Informações acompanhavam cada passo do padre Comblin, uma vez que, conforme Silva, “o uso da informação era recurso fundamental de monitoramento da sociedade, são identificadas as possíveis práticas de contestação/subversão, antecipando para os órgãos de segurança os possíveis focos que precisam ser controlados”. (2014, p. 59). Dessa forma, passaram a monitorar o bispo de Crateús e Comblin através, sobretudo das suas correspondências e publicações, seja por meio de interceptações, seja pela publicidade delas em jornais e revistas.

Com relação ao conteúdo da correspondência enviada a Dom Frago e que seria o motivo de questionamento no interrogatório, afirmou:

O inspetor me disse que essa carta era uma prova de que eu tinha relações íntimas com dom Frago e que estas relações íntimas eram o motivo da minha expulsão. Disse-lhe: ‘Estas relações não eram assim tão íntimas e permaneciam dentro dos limites da moralidade. Depois disto, o inspetor examinou a minha carta e afirmou que havia nela palavras marxistas’. (MUGGLER, 2012, p. 100).

Uma das técnicas utilizadas em interrogatórios era a calúnia. No trecho narrado acima por Comblin, evidencia-se que houve uma tentativa de desmoralizar o padre insinuando que ele teria relações íntimas com Dom Frago. Silva (2014) cita alguns documentos que serviram de referência pelos centros de informações da ditadura, dentre eles o livro: *A calúnia como instrumento da política*, do alemão Jens Erdmann. O autor acrescenta um dos aspectos que chamou a sua atenção na obra, especialmente por considerar, como prática a difamação, ou seja, “o procedimento da calúnia como meio de desestabilizar o inimigo roubando-lhe o bom nome, pois, coincidentemente, essa prática foi comumente utilizada nos interrogatórios, quando havia a necessidade de acuar, intimidar e desmoralizar as pessoas a eles submetidas”. (SILVA, 2014, p. 109).

A própria acusação de marxista, uma vez que por se tratar de um religioso e tendo em vista o contexto de então, pois, ser marxista e comunista eram basicamente sinônimos. Assim, estavam envoltos na construção da demonização que caracterizou os adeptos dessas ideias. Com isso, podemos, associar à citada estratégia do recurso uma forma de difamar ou roubar o bom nome. No interrogatório, Comblin continuou sendo acusado de marxista por utilizar na

correspondência termo como conscientizar. Assim, concluiu o padre relatando o desfecho do interrogatório:

O avião da TAP chegou às 5.30. Embarcaram-me. Na escala do Recife não me deixaram descer do avião. Contudo, subiram no avião, embarcando para Lisboa, uma religiosa belga, um sacerdote chileno e um casal francês, todos conhecidos meus. Foi o primeiro contato com o mundo exterior. Assim soube das iniciativas de dom Hélder, de dom Ivo e do embaixador belga no Rio. Um agente da polícia acompanhou-me discretamente até Lisboa. Lá tirou retrato das pessoas que conversaram comigo no avião. Em Lisboa apreendido pela Polícia. Levaram-me a um avião com destino a Madri. Em Madri já não houve mais nada. Peguei um avião para Paris aonde cheguei às 22h. Peguei o trem noturno para Bruxelas. (MUGGLER, 2012, p. 100).

Entre a sua chegada ao Recife vindo da Bélgica e sem permissão para desembarcar, passando por interrogatório no Rio de Janeiro até a sua deportação entre as escalas que compunham Recife novamente, Lisboa e Madri, Comblin esteve detido pela polícia brasileira até Portugal, e a partir de então pela polícia portuguesa até seguir para a capital espanhola.

O fato de oficialmente o padre José Comblin não ter tido autorização para desembarcar no Brasil somados aos rumos que chegaram a tal situação, tudo isso nos faz crer que, de fato, não há outro termo melhor a nomear essa situação que não seja o de expulsão. O próprio investigador que o interroga pergunta-lhe se sabia do decreto de expulsão. A análise feita na documentação produzida de investigação contra o padre pelos centros de informações da ditadura brasileira, ajuda-nos nessa conclusão.

Os arquivos da repressão são compostos de “registros elaborados ou incorporados a partir da ação policial cotidiana (fichas pessoais, depoimentos, prontuários, dossiês, relatórios, informações, ordens de busca e prisão etc.), mas também de documentos roubados”. (BAUER e GERTZ *In*: PINSK e LUCA (org.), 2012, p. 177).

Em seu prontuário no DOPS e dossiê, é possível verificar o caminho percorrido pelos agentes da repressão no sentido de expulsar Comblin do Brasil. Neles, constam diferentes tipos de informações: cópias de cartas recebidas e emitidas, lista de livros encontrados com Comblin no momento da proibição do seu desembarque no Recife, ordens de buscas, recortes de jornais com entrevistas ou repercussões que o envolviam. Mais: relatórios sobre seus deslocamentos, comunicação entre os centros de informações fazendo circular toda a produção documental sobre ele, inclusive, no que concerne à sua expulsão do país ou negativa de visto de entrada, dentre outros.

Como já afirmamos, o padre José Comblin passou a ser constantemente vigiado pelos órgãos de repressão no Brasil depois da repercussão das suas notas ao documento básico da II CELAM, o que nos serve para perceber como “essa mecânica de registros, do tratamento da

informação sinaliza uma forma, uma modalidade de organização do poder enquanto saber [...] coloca os indivíduos numa campo de vigilância e enquadramento permanente”. (SILVA, 2014, p. 95).

No prontuário nº 033 elaborado pelo Ministério da Justiça – Departamento da Polícia Federal, foi difundido um histórico sobre Comblin com informação em anexo, constando as origens das informações sobre o sacerdote, de 12 de junho de 1968 até 19 de abril de 1972. A maioria das investigações ou produções de informações sobre o padre, nesse período, foram produzidas ou remetidas em maior quantidade tendo como origem, respectivamente, o Centro de Informações do Exército - **CIE**, Serviço Nacional de Informações – **SNI**, IV Exército, o Centro de Informações da Aeronáutica – **CISA**, além do Ministério de Justiça através da Polícia Federal. O recorte dessas informações está justamente entre as primeiras publicações nos jornais repercutindo seu estudo até o mês subsequente à sua expulsão.

Tendo como origem o SNI e o Departamento da Polícia Federal, o histórico que consta no prontuário nº 033, foi enviado para o Ministério das Relações Exteriores, provavelmente para abastecer tal Ministério de conhecimento sobre José Comblin. O fato de tal histórico ter sido encaminhado em junho de 1972, certamente, leva-nos a crer já haver movimentações para o seu retorno ao Brasil ou para sua ida a outros países. Estes, tendo relações diplomáticas com o governo brasileiro, muito provavelmente forneceriam informações sobre o paradeiro do padre.

O prontuário acima mencionado apresenta a informação que, já desde 27 de junho de 1968, através de uma circular do Ministério das Relações Exteriores, nº 7.435⁷⁵, já determinava que nenhum consulado emitisse visto de entrada para o epígrafado - para citar *ipses litteris* linguagem comum nesse tipo de documento em relação aos investigados pela polícia. De acordo com o que explicita Silva, “esse procedimento é antes de tudo um tipo de informação produzida pela polícia, cujo assentamento é utilizado no intuito de enquadrar o envolvido no crime político”. (2014, p. 62). Ou seja, já no auge da exposição, vivida em 1968, havia a determinação de proibir a sua entrada no país através de visto concedido por qualquer embaixada brasileira no exterior.

⁷⁵ Por circular nº 7.435, de 27 Jun 68, do MRE, foi determinado que nenhum consulado emitisse "visto" de entrada ao Brasil para o Padre COMBLIN. Havendo interesse em impedir a permanência do sacerdote em território nacional, poder-se-ia apanhá-lo em situação irregular - permanência superior a 90 dias - procedendo-se à verificação de entrada de estrangeiros, particularmente em Belém, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Informação SICI nº 91 do IV Exército 7º RM ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, em 26 de março de 1970. Fundo: DSI do Ministério da Justiça (BR RJANRIO TTOMCP, AVU.94 – Dossiê), Arquivo Nacional.

Toda essa aparelhagem de investigação e repressão estava fundamentada numa lógica de organização, que, embora (FICO, 2004) e (GOMES, 2014), utilizem a expressão comunidade de informação, preferimos a perspectiva de (SILVA, 2014), rede de informações. A razão para isso justifica-se pelas próprias palavras da autora. Segundo ela, a expressão — rede de informações “abrange de forma mais ampla a complexidade de órgãos concebidos com a finalidade precípua de alimentar a máquina da informação, atuando de forma integrada, articulada durante o regime, envolvendo pessoas da esfera civil e militar”. (SILVA, 2014, p. 99).

Dessa maneira, criamos um organograma para ilustrar como estavam articulados os diferentes setores que compunham tal rede de informações e a circulação delas:

Organograma elaborado pelo autor.

Muito embora o organograma que apresentamos não represente necessariamente uma rede hierárquica, o SNI era o principal órgão nessa composição, estando submisso inclusive, apenas ao Presidente da República. Sobre tal órgão, é conhecida a frase de Golbery do Couto Silva, “criei um monstro”.

Tendo sido criado pela Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, o SNI foi “pensado como órgão de informações capaz de subsidiar a Presidência da República com dados indispensáveis à tomada de decisões e que, paulatinamente, foi sendo tomada pela linha dura”. (FICO, 2004, p. 77). Golbery não se referia ao projeto inicial, mas ao que o SNI se transformou, uma ampla rede de espionagem.

Para que possamos compreender como se articulavam as informações de que dispomos sobre o padre Comblin, e que nos servem também para representar como normalmente acontecia contra quem era vítima desse aparato repressivo e de vigilância constante, salientamos os seguintes aspectos: nos estados, a Secretaria de Segurança Pública, o DOPS e DOI-CODI, eram responsáveis em produzir e recolher as informações das delegacias de polícia nos municípios. Tais informações eram remetidas à Polícia Federal que acompanhava o trabalho das Secretarias de Segurança Pública.

A partir da análise de cada caso, as informações eram filtradas para serem direcionadas aos destinos específicos – os Centros de Informações. Eram eles: O Centro de Informações da Marinha - **CENIMAR**, o Centro de Informações do Exército - **CIE**, o Centro de Informações da Aeronáutica - **CISA** e o Centro de Informações do Exterior - **CIEx**. Os 13 Ministérios dispunham cada um das suas Divisões de Segurança e Informações – **DSIs**. Como órgão complementar do SNI nas demais instituições públicas, funcionavam também as Assessorias de Segurança e Informações – **ASIs**. Segundo Gomes, “o Ministério das Relações Exteriores foi o único que, além de uma DSI, recebeu um órgão específico para lidar com assuntos estrangeiros, o Centro de Informações do exterior – Ciex”. (2014, p. 95).

Dessa maneira, as informações circulavam entre os órgãos, sendo aquelas sobre Comblin produzidas ou remetidas, grande parte delas, pelo CIE, pelo próprio SNI e pelo CISA, conforme já mencionamos. É a partir dessa rede que nos tornamos cientes da existência de orientação do Ministério das Relações Exteriores para não emitir nenhum visto de entrada a Comblin no Brasil, como também de um decreto para sua expulsão. Mas, se havia proibição do MRE para emissão de visto ao sacerdote desde junho de 1968, como ele conseguiu voltar para o Brasil nos anos seguintes?

De acordo com informação confidencial que circulou do SNI para a DSI do Ministério das Relações Exteriores, em 09 de junho de 1972, informação que continha, em anexo, o prontuário n: 033 – da Polícia Federal, sobre Comblin, consta a seguinte informação datada de fevereiro de 1970: “O passaporte do epigrafado foi expedido pelo seu país de origem (BÉLGICA). Em consequência pode entrar no Brasil e aqui permanecer como turista, durante 90 dias, sem precisar "Visto de Entrada" em consulados brasileiros”. (Prontuário nº 33. MJ – Departamento da Polícia Federal. IN: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4. SIAN: Sistema de Informações do Arquivo Nacional).

Portanto, aí temos a resposta de como o padre conseguiu retornar ao Brasil, mesmo depois de o MRE haver expedido contra ele a autorização, para negar-lhe visto de entrada no

país. Seu passaporte foi expedido pelo governo belga e de acordo com as relações diplomáticas entre ambos os países, Bélgica e Brasil, a Comblin era permitido permanecer como turista por no máximo 90 dias.

Mas, as autoridades brasileiras não se deram por satisfeitas e orientavam a seguinte situação: “poder-se-ia apanhá-lo em situação irregular-permanência superior a 90 dias - procedendo-se a verificação de entrada de estrangeiros, particularmente, em BELÉM/PA, RECIFE/PE, R.DE JANEIRO/RJ e S.PAULO”. (Prontuário nº 33. MJ – Departamento da Polícia Federal. IN: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4. SIAN: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, p. 70). A estratégia seria então, vigiar cada passo do padre José Comblin e tentar abordá-lo num período superior aos 90 dias de sua estada no Brasil, que era o tempo máximo para os vistos de turistas, e sendo assim, concretizar sua expulsão.

O fato é que ainda não seria em 1970 que chegariam ao objetivo que vinha sendo planejado pelos Centros de Informações. Em maio daquele mesmo ano, ao tentar viajar para o Rio Grande do Sul para ministrar um curso de Teologia, Comblin foi parado em barreira policial e não pôde prosseguir a viagem. Segundo o que aponta o registro, o padre não portava seus documentos pessoais, conforme transcrição a seguir:

O epigrafado foi detido em uma barreira na rodovia 3R-II6 na localidade de REGISTRO/SP, por não possuir documentos. Devido ao fato de estar sendo desenvolvida na área uma operação de captura de guerrilheiros da VPR, que ali se encontrava sob comando de C. LAMARCA, e como havia informes que o grupo subversivo poderia receber auxílio externo, o epigrafado foi detido para averiguações. Examinada sua bagagem foram encontradas duas cartas abertas, das quais foi tirado cópia. Declarou ser padre e estar se deslocando de S.Paulo para R.G.Sul, onde ministraria no Colégio Maxime Cristo Rei da Campanha de Jesus (S.LEOPOLDO-RS um curso de Teologia (Curso Cristus Sacerdos). Acrescentou que tinha viajado sem documentos por tê-los esquecidos em S.Paulo, no apartamento em que estivera hospedado, sito a Rua Caio Prado 37 Apt- 901, de propriedade do padre MICHEL SCHOOYANS, que se encontra na Bélgica a dois anos, e que seus documentos poderiam ser encontrados no referido local. Foi solicitado ao DOPS/SP, busca no local e confirmou o encontro dos citados documentos. Como os dados enviado pelo DOPS/SP coincidissem com os dados fornecidos pelo epigrafado e como nada de suspeito quanto a sua passagem na área fosse apurado, foi encaminhado de volta a S.Paulo para apanhar os documentos, já que desistira de viajar sem os mesmos. (Prontuário nº 33. MJ – Departamento da Polícia Federal. *In*: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4. SIAN: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, p. 71).

O período em que é produzida a situação acima é justamente cerca de 90 dias do último registro que encontramos sobre Comblin. O referido registro orienta, exatamente, para que se tenha atenção à extrapolação do prazo de permanência do sacerdote em solo brasileiro.

Certamente, sua documentação estava legal tendo em vista que na ocasião foi liberado, sem maiores problemas. Pois, como consta, agentes do DOPS/SP teriam ido até o apartamento no endereço citado por Comblin e comprovaram ser a sua informação verídica, em relação aos seus documentos pessoais. Provavelmente, temendo ser parado novamente e não ter a mesma sorte, preferiu não seguir viagem, ou foi proibido de segui-la pelos próprios policiais, uma vez que tal possibilidade não seria registrada no documento de ocorrência.

Acompanhando cada passo dado pelo padre José Comblin, ainda foi mencionado no prontuário 033 sobre o ano de 1970 que o sacerdote teria dado cobertura, em Pernambuco, ao diácono Hélio Prado Coimbra em suas atividades esquerdistas. Segundo informações, o diácono teria participado de reunião suspeita em Propriá-SE⁷⁶, onde esteve promovendo uma palestra no Seminário Cristo Rei. Posteriormente, a referida palestra foi publicada na Revista Perspectiva Teológica. A última informação sobre Comblin, datada no mencionado ano, diz o seguinte:

Consta que o epigrafado planeja uma nova visita ao Equador para uma terceira orientação aos padres equatorianos. Os militares equatorianos não entendem como o epigrafado entra e sai livremente do Brasil, onde, montou sua base - de subversão da Igreja na América Latina. Consta também - ser provável que já não venha a o Equador de onde pode ser expulso como já foram CAMARATTA e HERNANDEZ. (Prontuário nº 33. MJ – Departamento da Polícia Federal. *In*: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4. SIAN: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, p. 71-72).

Podemos perceber a perspectiva missionária do padre Comblin, pois estava sempre se deslocando para promover orientações e cursos em todo território brasileiro e diferentes países da América Latina. Nessa última citação, chamamos a atenção para o questionamento levantado pelos militares equatorianos em relação à permissão das autoridades brasileiras sobre o livre trânsito de Comblin no Brasil. A esse respeito também afirmam a probabilidade de ele ser expulso do Equador.

Portanto, de acordo com o exposto, não era só no Brasil que o padre havia chamado a atenção das autoridades representantes da ditadura.

⁷⁶ Propriá é uma cidade de Estado do Sergipe. Os habitantes se chamam propriaenses. O município se estende por 92,5 km² e contava com 29 626 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 320,4 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de Cedro de São João, Porto Real do Colégio e Japoatã, Propriá se situa a 29 km a Norte-Oeste de Penedo, a maior cidade nos arredores. Fonte: www.cidade-brasil.com.br. Acesso em: 10 dez. 2020.

Mas, continuando a série de relatos e informações no histórico de Comblin, consta que ele teria sido citado numa conferência de D. Sigaud⁷⁷ para Generais, Comandantes de Unidades e Oficiais Superiores ligados ao setor de Informações. Naquela ocasião, ele foi apresentado como:

Um dos principais líderes do país, que preconiza a derrubada do Governo pela força, admitindo, aceitando, favorecendo e participando de qualquer tipo de ação subversiva e terrorista, que conduza ao objetivo fundamental 'A derrubada do Governo e a implantação do Marxismo'. (Prontuário nº 33. MJ – Departamento da Polícia Federal. IN: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4. SIAN: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, p. 72).

Essa era a percepção ou a construção criada na rede de informação e segurança da ditadura brasileira sobre o padre belga – um dos principais responsáveis na articulação pela derrubada do governo através da força. Percebemos o quanto ainda estava latente os resquícios das suas notas sobre o documento base para a II CELAM.

Mais uma vez a acusação de subversão e o tema da expulsão voltam a ser pautados no seu histórico quando é relatado que “exerce sua atuação negativa particularmente no meio estudantil. Os seus antecedentes, suas ações são de molde a classificá-lo, no mínimo, como "aliado" da subversão comunista, justificando até mesmo sua expulsão”. (Prontuário nº 33. MJ – Departamento da Polícia Federal. IN: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4. SIAN: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, p. 72). Na sequência da informação acrescenta-se: O Cmt. do IV-Exército julga que deva ser instaurado inquérito através do MJ, com a finalidade de expulsá-lo do País, conforme ofício daquela autoridade, dirigida ao Chefe do CIE”. (Prontuário nº 33. MJ – Departamento da Polícia Federal. IN: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, BR DFANBSB Z4. SIAN: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, p. 72).

Por dois momentos na mesma informação, podemos verificar o fortalecimento no que concerne à ideia da sua expulsão. A justificativa está relacionada à provável liderança no meio estudantil e à construção da sua imagem como comunista. Na segunda citação, percebemos demonstração de empenho do comandante do IV Exército – sediado em Recife, à sua expulsão, ao fazer solicitação direta ao Centro de Informações do Exército.

⁷⁷ Dom Geraldo de Proença Sigaud, foi um religioso verbita, bispo católico. Arcebispo Emérito da Arquidiocese de Diamantina, em Minas Gerais. Foi ligado a TFP, apoiou a ditadura militar e era um dos principais nomes do catolicismo conservador brasileiro.

As informações posteriores contidas em seu histórico até as que começam a tratar diretamente da sua expulsão, destacam uma reportagem do *Jornal Tiempo – Diário de Honduras*, o qual comenta a proibição de entrada de Comblin naquele país onde iria proferir uma série de conferências catequistas.

O referido jornal descreveu tratar-se de um profundo conhecedor dos problemas sociais do país e um dos principais assessores de D. Hélder; mas, segundo informação que consta em seu histórico, “extra oficialmente o *Jornal* comenta que Governo hondurenho proibiu sua entrada, por achar que suas conferências, poderiam causar problemas em outros países”. (Prontuário nº 33. MJ – Departamento da Polícia Federal. *In*: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4. SIAN: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, p. 72).

Não entendemos quais seriam os problemas que as referidas conferências do padre José Comblin poderiam causar a outros países; mas, certamente, deveria haver algum tipo de pressão sobre o Governo de Honduras, para não aceitar a presença de Comblin, porque, isso acontecendo, poderia haver algum estremecimento diplomático entre tais países. É o que deduzimos, uma vez que, dada as características do governo hondurenho, golpista e militar, ele estava, assim, em sintonia com as ditaduras latino-americanas.

Em informação 3115/71 do CIE, mencionam-se o padre Comblin e Hugo Assman como os intelectuais e cabeças pensantes da esquerda católica. Apontam como referência o texto *A Nova Teologia e o Profetismo*, no que, para esse Centro de Informação, havia clara manifestação de apreço por parte de ambos pelo marxismo e pelo socialismo.

É importante levar em conta pelo menos dois aspectos. O primeiro é que para ser considerado marxista ou socialista pelos órgãos de repressão ou adeptos do governo de então não precisava muito. Bastava ter uma posição crítica ao governo ou às condições sociais do país. Segundo, é que por alguns momentos no nosso trabalho temos percebido o tom crítico de Comblin a algumas experiências socialistas e ao próprio marxismo, mesmo que utilize em seu pensamento e estudo categorias deste último e que tenha orientado uma aliança tática entre cristãos e marxistas.

Verificando a circulação dessas informações, percebemos que estava sendo preparado contra o padre Comblin, o ambiente para a sua expulsão. Desde as solicitações do comandante do IV Exército ainda no ano de 1968, passando pelas averiguações que se tornavam cada vez mais constantes, e que tinham como suporte, sobretudo, a rede de informação que apresentamos.

Conforme salientamos antes, essas informações eram preparadas por um dos órgãos que tinha tal finalidade e a disseminava a mesma entre os diferentes pontos da rede que serviam ao aparato repressor.

O Histórico era uma dessas informações, conforme apresentamos em seguida:

Fig. 4 – Ficha individual de Joseph Jules Comblin no DPF/MJ.

M. J. – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL		F. 01
CENTRO DE INFORMAÇÕES		PRONTUÁRIO Nº 033
NOME: JOSEPH JULES COMBLIN		(67)
CODINOME:		IPN-RES 1071p. 67/48
Filiação: Firmino Comblin e de Alice Brassur		
Nacionalidade: Belga		Naturalidade: Stº Gilles
Residência: Rua Caio Prado 37-SP e Rua Bispo Coutinho 712-Recife/PE.		Estado Civil:
Profissão: Clerico		Nascido em 22/Mar/1923
DATA	HISTÓRICO	
30/Jun/58	Chegou ao Brasil. Registrado na Delegacia de Estrangeiros SSP/SP, em caráter permanente sob nº 528.325-Rg.nº 2.538.370, Carteira expedida em 20/Ago/58, nos termos do Art.- 9º do Dec.7967/49. O epígrafado e Doutor em Teologia e Bacharel em Filosofia e Ciências Biológicas, pela Universidade de LOUVAIN-BÉLGICA. Professor da Universidade Católica de CAMPINAS/SP, até 1962. Ref: OFº 4655/DPF/SP/69 R. 6958/69 Ref: Info-36119/SNI-AC/72 R. 1524/72	
1962	Deixou o Brasil, transferindo-se para o Chile onde exerceu as funções de Professor da Universidade Católica de Santiago até 1965. Nesse mesmo ano, regressou ao Brasil.	

Fonte: Prontuário nº 033, DSI/MRE. Fundo: BR DFANBSB Z4.

Produzido pelo Departamento da Polícia Federal, vinculada ao Ministério da Justiça, o prontuário nº 33, apresentou a seguinte informação:

30/Jun/58 - Chegou ao Brasil. Registrado na Delegacia de Estrangeiros SSP/SP, em caráter permanente sob n- 528.325-Rg. n- 2.538. 370, Carteira expedida em 20/Ago/58, nos termos do Art.- 9- do Dec.7967/49. O epígrafado e Doutor em Teologia e Bacharel em Filosofia e Ciências Biológicas, pela Universidade de LOUVAIN-BÉLGICA. Professor da Universidade Católica de CAMPINAS/SP, até 1962. (Prontuário nº 033, DSI/MRE. Fundo: BR DFANBSB Z4, p. 67).

No Histórico de José Comblin no SNI, a informação era mais completa, inclusive ao mencionar o órgão responsável pelo o encaminhamento da informação:

12/Jun/68 – III Ex - Documento sobre estudo social de sua autoria causou impacto a diversas autoridades, sendo contraditórias as opiniões sobre o trabalho e sua atitude. Adv de RECIFE pediu fosse o mesmo notificado judicialmente face suas idéias e opiniões. (1). 24/jun/68 – UH - "Onde está Comblin" é o título de uma notícia publicada dizendo ter o epígrafado sumido de RECIFE e viajado para o exterior depois que "um grupo liderado pelo vereador VANDERKOLK VANDERLLY" passou a ameaçá-lo. (1). 24/jun/68 - CIE - Solicita ao Sr. Ministro da Justiça medidas contra o epígrafado tendo em vista a publicação do estudo sobre o Documento Básico para a II Conferência do CELAM. (1). 25/jun/68 - MJ - Responde Aviso CIE encaminhando documentos de providências "afair" epígrafado; Rd 847 de 20/6 solicita informações ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco

sobre situação de permanência do epigrafado no País. MSG Telex /J58, do MJ retransmite dos fornecidos pelo Sec. Seg. Pub/PE. - Belga - entrou no Brasil por São Paulo há cerca de 10 anos. (Histórico do SNI – CI/DPF. Fundo: Fundo: BR DFANBSB Z4, p. 78).

Conforme consta na figura em seguida:

Fig. 5 – Ficha individual de Joseph Jules Comblin no SNI.

DATA	ORIGEM	HISTÓRICO
12 Jun 68	III Ex	- Documento sobre estudo social de sua autoria causou impacto a diversas autoridades, sendo contraditórias as opiniões sobre o trabalho e sua atitude. Adv de RECIFE pediu fosse o mesmo notificado judicialmente face suas idéias e opiniões.(1)
24 Jun 68	U H	- "Orde está Comblin" é o título de uma notícia publicada dizendo ter o epigrafado sumido de RECIFE e viajado para o exterior depois que "um grupo liderado pelo vereador VANDERKOLK WANDERLLEY" passou a atacá-lo. (1)
24 Jun 68	CIE	- Solicita ao Sr. Ministro da Justiça medidas contra o epigrafado tendo em vista a publicação do estudo sobre o Documento Básico para a II Conferência do.. CELAM. (1)
25 Jun 68	M J	- Responde Aviso CIE encaminhando documentos de providências "afair" epigrafado: Rd 247 de 20/6 solicita informações ao Secretário de Segurança Pública..

Fonte: Histórico do SNI – CI/DPF. Fundo: Fundo: BR DFANBSB Z4.

Esses documentos acima, são tipos de Históricos do Padre José Comblin que circularam entre os Centros de Informações. O primeiro foi elaborado pelo Departamento da Polícia Federal com base em informações oriundas da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco - Registro Geral nº 18.209⁷⁸. Era característico desses documentos serem retroativos à data de sua produção.

As informações em que se baseia o Prontuário nº 033 são de 1968, mas que se inicia com a data de chegada de Comblin ao Brasil no ano de 1958. Nele, podemos ver no cabeçalho as informações pessoais do investigado e abaixo as seguintes informações: data, histórico e as referências da informação.

O segundo, foi elaborado pelo SNI e o Centro de Informações da Polícia Federal, encontramos-lo como anexo do primeiro. A informação do segundo difere em pelo menos um aspecto com relação ao anterior: consta a origem da informação produzida encaminhada, ou seja, III Exército, Centro de Informações do Exército e Ministério da Justiça, para citar como exemplo os que aparecem no recorte que destacamos.

⁷⁸ Documento disponível na sessão do DOPS-PE: Ficha individual de Joseph Jules Comblin. Fundo: DPF/DOPS/APEJE, no Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE, Recife-PE.

No ofício que fez circular os dois Históricos do padre José Comblin, encontra-se o carimbo de confidencial e outras informações padrão nesse tipo de documentação, conforme apresentamos em seguida para melhor ilustrar e facilitar nossa compreensão.

Fig. 6 – Ofício da PF encaminhando ao MRE, o Prontuário nº 33 de José Comblin, em 09 de junho de 1972.

CONFIDENCIAL *unco f... 028*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES *DPN.PES.107.p.66/148* (66)

Brasília, DF, 09-6-72

ASSUNTO: Pe. JOSEPH JULES COMBLIN

ORIGEM: SNI/AC - CI/DPF

DIFUSÃO: DSI/MRE

REFERÊNCIA:

ANEXO: Prontuário nº 33 e um s/nº. •

Rg.

ENCAMINHAMENTO Nº. 811 / 72
(5/3)

Para conhecimento desse (a) Órgão
este Centro encaminha o constante do anexo, cópia xerox do Prontuário
do epigrafado. Ativ
Aces

Fonte: Divisão de Segurança e Informações do MRE. Fundo: BR DFANBSB Z4.

O ofício apresenta a marca de confidencial, pois se trata de documento sigiloso, o qual tinha a seguinte classificação: reservado, confidencial, secreto e ultrassecreto.

Além de fornecer outras informações de tipo padrão: assunto – para apresentar a quem ou o que se refere, origem – o órgão que produziu ou ao qual está encaminhando a informação, difusão – para mencionar para onde está sendo encaminhada ou por onde tal informação circulou entre a rede dos Centros de Informações. Nesse caso, trata-se do assunto padre Joseph Jules Comblin, tendo como origem informações oriundas do SNI e Centro de Informações da Polícia Federal, difundido ou encaminhado para a Divisão de Segurança e Informações – DSI do Ministério das Relações Exteriores.

Conforme nos explica Gomes, “os documentos – fruto do trabalho de profissionais especializados – tinham caráter sigiloso e são, em sua maioria, relatórios sintéticos e analíticos, sem autoria definida, que visavam informar sobre a situação dos opositores ao regime militar”. (2014, 106). Foi assim que Comblin passou a ser visto pelo governo de então, como opositor. Ou seja, desde a repercussão do estudo que elaborou para a II Conferência Episcopal e que teve

como culminância a proibição de desembarcar no Brasil em 1972 e a partir de então continuar residindo no país.

3.2 “Se eles me perseguiram, também vos hão de perseguir a vós”: o processo de expulsão e impedimento da entrada de José Comblin no Brasil e suas repercussões.

Dois anos antes da sua expulsão do sacerdote, o DSI do Ministério das Relações Exteriores já alertava para que Comblin fosse inquirido, a fim de saber da situação legal da sua estada no Brasil.

Em maio de 1971, o General Carlos Alberto da Fontoura – Chefe do SNI, escreveu ao Ministro da Justiça para o seguinte aviso:

Senhor Ministro. De ordem do Exmº Sr. Presidente da República, solicito a V.Exa. tomar as providências cabíveis para que o Padre JOSEPH JULES COMBLIN deixe voluntariamente e de forma definitiva o Brasil e, se isto não for possível, promover a sua expulsão do Território Nacional. (SIAN: Sistema de Informações do Arquivo Nacional. *In*: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.94 – Dossiê, p. 08).

A ordem expressa, ainda no ano de 1971 pelo Presidente Médici através do Chefe do SNI, é clara em relação à expulsão, seja esta de forma voluntária ou não.

No processo de vigília permanente que sofria, foi descrito, no mesmo ano em comunicação interna, que Comblin continuava lecionando normalmente na Faculdade de Filosofia do Recife e que havia se encontrado, no início de novembro, com Dom Frágoso. No ano seguinte, em 03 de março de 1972, o Ministro da Justiça Alfredo Buzaid entrou em contato com o Diretor Geral da Polícia Federal, General Nilo Caneppe, para informá-lo das seguintes providências:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para informá-lo de que no dia 18 de fevereiro do corrente ano embarcou para a Europa o Padre JOSEPH JULES COMBLIN, de cidadania belga. Este fato ocorreu antes que este Ministério tivesse podido ultimar as providências para sua expulsão do território nacional, consoante determinação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República tendo em vista que a saída voluntária torna desnecessária a conclusão do inquérito de expulsão, venho solicitar a Vossa Excelência as providências necessárias para evitar que o citado padre retorne ao Brasil. (SIAN: Sistema de Informações do Arquivo Nacional. *In*: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.94 – Dossiê, p. 09).

Conforme já apresentamos, o desejo das autoridades brasileiras de expulsar Comblin surgiu desde os fatos de 1968; mas, temendo talvez alguma repercussão em consequência da

expulsão sumária do sacerdote do país, vai ficando claro que se esperava amadurecer a certeza para tal decisão, aproveitando-se de uma das suas viagens ao exterior. Eis que pelo visto a oportunidade se apresentara.

Como podemos perceber no conteúdo da informação que apresentamos, reforça-se a orientação presidencial existente para expulsar Comblin, mas que se fez desnecessária tendo em vista a sua saída. O detalhe principal presente na referida comunicação está na articulação para impedir a sua entrada no retorno ao Brasil.

Datada de 17 de março de 1972, encontramos a seguinte comunicação entre o CIE e o DSI do Ministério das Relações Exteriores – MRE: “o Major MENA BARRETO, do CIE, informou telefonicamente à DSI dispor de informes segundo os quais o Padre JOSEPH JULES COMBLIN, ora no exterior, tencionaria regressar ao BRASIL”. (SIAN: Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Prontuário nº 33. MJ – Departamento da Polícia Federal. *In*: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4, p. 127). Com a informação privilegiada e acertada do CIE, a partir daquela data, a rede de informações da ditadura militar brasileira se mobilizou numa série de comunicações, através de avisos e telegramas, para evitar o desembarque do padre José Comblin no Brasil.

No mesmo dia da comunicação entre o CIE e DSI/MRE, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, emitiu uma circular telegráfica – confidencial e urgente, às missões diplomáticas e repartições consulares para que não fosse concedido qualquer tipo de visto ao padre Comblin. Cerca de uma semana depois, em 24 de março de 1972, o padre belga tentou desembarcar em solo brasileiro e foi impedido, conforme relatamos no início deste capítulo ao transcrever trechos do interrogatório ocorrido na ocasião.

O CISA encaminhou dias depois a notícia do cumprimento sobre a proibição do desembarque de Comblin e seu reembarque à Europa. A difusão dessa comunicação se deu para o SNI, CI/DPF, DSI/MJ, CIEX/MRE, CIE e CENIMAR, ou seja, circulou entre toda a rede de informação.

A difusão ocorreu rápida e de tal forma para toda a rede em decorrência de um dos documentos apreendidos com Comblin. Trata-se de um texto sobre o Primer Encuentro Latinoamericano de Cristianos por el Socialismo, que iria ocorrer no Chile, no mês seguinte.

Confirmada a expulsão do referido padre, o que se verificou nos meses posteriores foram uma continuada troca de informações internas a partir do MRE e forte repercussão nacional e internacional em decorrência do ocorrido com o padre. De imediato ocorreram respostas à expulsão na arquidiocese de Olinda e Recife e também na Paraíba. Os agentes da repressão estiveram lá para acompanhar e fazer a seu modo, o registro.

Em Pernambuco, uma das primeiras manifestações em reprovação ao ocorrido com o padre Comblin, deu-se em forma de carta aos fiéis anexada ao boletim arquiocesano, assinado por D. Hélder e D. Lamartine Soares (bispo Auxiliar). A referida missiva inicia descrevendo a proibição de desembarque em Recife e Rio de Janeiro, a detenção do padre e seu reembarque para Bruxelas.

Na verdade, Comblin teve seu reembarque para Lisboa-Madri, e, a partir da Espanha, seguiu para Paris e depois Bruxelas. O relato prossegue mostrando as tentativas do Secretário Geral da CNBB naquele momento, D. Ivo Lorscheiter, em tentar avistar ou falar com o padre Comblin no aeroporto do Galeão. Diante de tal tentativa, as autoridades militares negaram-lhe que ali tivesse alguém detido, muito menos um padre.

O documento também alerta para a censura: “note-se que o padre José Comblin tem visto permanente para o Brasil. A imprensa rondou inutilmente, o Galeão. Nada conseguiu saber e, mesmo depois de informada por nossa arquidiocese, nada conseguiu publicar”. (Boletim Arquidiocesano de Olinda e Recife. *In*: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.94 – Dossiê, p. 15).

Além de destacar as dificuldades de trabalho da imprensa, característica do período ditatorial que se vivia no país, a carta também remete à reflexão da irregularidade na proibição do seu desembarque, uma vez que o padre José Comblin possuía visto permanente de entrada.

Alguns trechos da carta em que D. Hélder faz referência direta à atuação de Comblin, foram sublinhados pelo serviço de informação no que lhe chama mais atenção, para produzir um relatório ou resumo dela para difusão na rede de informações. Eis alguns desses destaques: “é um exemplo vivo de teólogo engajado”, “o Espírito de Deus revela aos humildes e pequeninos o que não diz aos sábios e entendidos”, “por vezes, seu método provocativo para levar a pensar, choca”, “Comunidade Eclesial de Base”, “até quando nossas autoridades militares se sentirão autorizadas a supervisionar atividades da Igreja superpondo-se aos bispos e ao próprio Santo Padre?”, “abolição pura e simples do Ato Institucional nº 5”, “profundo sentido de política preocupação com o bem comum”.

Pois bem, a partir do nosso contato com o documento mencionado, no qual consta o conteúdo da carta que circulou no boletim arquiocesano de Olinda e Recife, buscaremos apresentar o contexto dos recortes acima destacados, que tem como base os trechos selecionados pelos agentes da rede de informações.

O primeiro dos trechos afirmava: “É um exemplo vivo de teólogo engajado. O homem de estudos, que mesmo longe dos Centros Culturais consegue manter-se em dia com o que de melhor se edita no mundo”. (Boletim Arquidiocesano de Olinda e Recife. *In*: Fundo: Divisão

de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.94 – Dossiê, p. 15). Nessa passagem, a carta buscou evidenciar a figura de estudioso, do teólogo José Comblin. O termo engajado que muito possivelmente chamou a atenção dos agentes era um termo muito utilizado para caracterizar a atuação de militantes comprometidos com a causa que defendiam. Na perspectiva lançada por D. Hélder, muito provavelmente, ele está se referindo ao fato de Comblin ser comprometido com as causas do cristianismo católico, mas para a repressão havia certamente a conotação de militante político.

Isto ficou mais claro quando nos deparamos com a continuidade do texto, também destacada em grifo: “sentindo que a vida tem de completar os livros e que, se o povo precisa aprender, muito mais tem a ensinar-nos, mesmo porque o Espírito de Deus revela aos humildes e pequeninos o que não diz aos sábios e entendidos”. (Boletim Arquidiocesano de Olinda e Recife. *In*: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.94 – Dossiê, p. 15). Aqui, a carta demonstra o norte pelo qual o padre Comblin foi engajado no catolicismo, a centralidade nos pobres e mais humildes.

Mesmo que fosse um intelectual e teólogo de grande reputação, não se desfazia das oportunidades de aprender com os considerados menos entendidos. Foi, pois, nessa linha que desenvolveu o método da Teologia da Enxada, bem como grande parte do seu pensamento e ações, a partir dos empobrecidos. E foi assim que buscou trilhar o caminho por um novo jeito de ser Igreja.

É bem provável que o trecho tenha chamado a atenção e por isso foi grifado, tendo em vista que as autoridades se colocavam como os sábios e entendidos. Daí porque Deus lhes seria negligente.

Depois de ser mencionada na carta a seriedade com que enfrentava a vida, seu equilíbrio e tranquilidade interiores, seu bom humor, a progressão no que diz respeito a sua humildade, simplicidade e as contribuições para o Nordeste, o Brasil, América Latina e o mundo, grifou-se o trecho: “por vezes, seu método provocativo de fazer pensar, choca” (Boletim Arquidiocesano de Olinda e Recife. *In*: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.94 – Dossiê, p. 15). É evidente que os agentes grifavam os trechos dos documentos para produzir os relatórios e difundi-los de maneira resumida; portanto, escolhiam frases que isoladas do contexto serviriam para incriminar. Havia, pois, “uma prática realmente metódica de indivíduos que faziam funcionar um sistema complexo, cuja função era não apenas recolher informações, mas também produzir convicções que justificassem a perseguição aos seus adversários”. (GOMES, 2014, p. 106).

Ao tratar da importância do trabalho desenvolvido pelo padre, a carta da arquidiocese destacou: “um dia, a CNBB apreciará, devidamente, a contribuição que lhe trouxe Comblin, por exemplo a propósito da Teologia, da Comunidade Eclesial de Base e dos Ministérios”. (Boletim Arquidiocesano de Olinda e Recife. *In*: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.94 – Dossiê, p. 16). Apesar de grifarem apenas o que lhes servem, o contexto da passagem sobre a ajuda de Comblin às CEBs, vai além disso ao serem mencionadas suas contribuições no campo da Teologia.

É importante lembrar, no que diz respeito ao grifo sobre as CEBs, que, no interrogatório ao qual Comblin foi submetido no aeroporto do Galeão – RJ, questionou-se o uso do termo “base” em sua correspondência com D. Fragoso, mesmo que fosse uma expressão que se poderia utilizar em vários contextos.

Em outro momento, figura uma reflexão que questiona a autoridade do poder militar sobre a Igreja Católica de forma contundente. Contudo, não mais contundente do que a denúncia ao AI-5 quando se faz a seguinte interrogação: “Patriotismo, amor ao Brasil não será a coragem cívica de lembrar que é básico para termos condições morais de festejar o 7 de setembro de 1972 a abolição pura e simples do Ato Institucional nº 5?” (Boletim Arquidiocesano de Olinda e Recife. *In*: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.94 – Dossiê, p. 17). A carta fez menção aos festejos do sesquicentenário da Independência do Brasil, data que tinha um caráter comemorativo ainda mais forte na ditadura militar brasileira, para contextualizar com a falta de liberdade, democracia e independência, previstas e encarnadas num dos principais instrumentos de violação dos direitos – o AI-5.

O documento, em quatro laudas, é rico numa série de defesas ao padre Comblin e de denúncias ao momento repressor no qual vivia o país. Conclui, associando o drama da paixão de Cristo, vivido na Semana Santa, à atual situação de acontecimentos adversos, sobretudo no que concerne à expulsão do padre. Isso fica evidente na seguinte afirmação: “estamos provando que a Paixão de Cristo não é apenas um fato ocorrido há 2.000 anos, mas realidade vivida diante dos nossos olhos”. (Boletim Arquidiocesano de Olinda e Recife. *In*: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.94 – Dossiê, p. 17). E completa acrescentando que: “o servo não é maior que o seu senhor. Se eles me perseguiram a mim, também vos hão de perseguir a vós”. (Boletim Arquidiocesano de Olinda e Recife. *In*: Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. BR

RJANRIO TT.0.MCP, AVU.94 – Dossiê, p. 18), fazendo assim, citação direta ao texto bíblico⁷⁹.

Dessa forma, associou as perseguições sofridas por Comblin ao sofrimento de Cristo, fazendo destaque ao fato de que se este último foi perseguido, certamente, o mesmo aconteceria aos seus seguidores. É também uma maneira de levantar esperanças, uma vez que para os cristãos, após o sofrimento vem a vitória e alegria da páscoa.

Manifestação parecida em defesa de Comblin ocorreu na Arquidiocese de João Pessoa-PB. Dois dias depois da sua expulsão, D. José Maria Pires, em missa, denunciou o acontecido ao qual tivemos acesso devido à participação de agentes da repressão na celebração.

Na informação produzida pelo IV Exército e difundida para o DSI/MJ, CENIMAR, CISA e SNI, consta o relato da missa em homenagem ao padre José Comblin, no qual é descrito o sermão do Arcebispo de João Pessoa da seguinte maneira:

Teceu comentários sobre a incompreensão havida através dos tempos, comparando o sacrifício de Tiradentes ao do filho de Deus e estendendo o paralelismo a um fato de ante-ontem quando o Padre Joseph Comblin foi impedido de desembarcar no Recife e no Rio de Janeiro, tendo de voltar a Portugal e, em seguida, para o seu país de origem, entre dois policiais – como Jesus entre dois ladrões. (SIAN – Serviço de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8.MIC, atividades de José Maria Pires – Dossiê, p. 02).

É comum, entre o clero progressista, a reflexão bíblica que relaciona o sofrimento de Jesus com a realidade vivida pelos fiéis, e assim, contribuir para a compreensão da conjuntura política e social, na atualidade. A perspectiva de entendimento do Reino de Deus na terra, é uma de suas características. Por isso, assim se justifica o paralelismo feito por D. José entre o sofrimento e perseguição de Jesus em relação ao que ocorrera naquela ocasião com o padre Comblin.

Em outro trecho descrito no mesmo documento, D. José Maria Pires teria dito que: “quem procura defender a liberdade e o direito dos seus irmãos é acusado de subversivo e outras coisas e concitou os fiéis a não terem medo de lutar pela liberdade como fizeram Cristo, Tiradentes e o Pe. Comblin”. (SIAN – Serviço de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8.MIC, atividades de José Maria Pires – Dossiê, p. 02). O registro é finalizado com a citação de que a fala de D. José havia irritado os oficiais da guarnição ali presentes. Isso, por muito pouco, quase os impedira de conter-se, o que, se não houvesse ocorrido, poderia ter gerado uma repercussão ainda maior.

⁷⁹ João, capítulo 15 – versículo 20. Nova Bíblia Pastoral. São Paulo: Paulus. 2014.

Porém, a temida repercussão dos fatos foi sendo a cada momento inevitável. Pouco mais de uma semana depois da expulsão do sacerdote, o Diário de Bauru publicou no Brasil, declaração feita por Comblin em Bruxelas na qual afirmava a dificuldade de se construir pensamento crítico no nosso país por causa do impedimento para tal.

Segundo o Jornal, o padre teria dito que “os brasileiros perderam o hábito de pensar sobre a vida pública. Existe um comportamento mental maciço, inexistindo um pensamento crítico”. (PADRE DIZ QUE BRASILEIRO PERDEU O HÁBITO DE PENSAR. Diário de Bauru, 04 abr. 1972). Comblin alertava para a censura existente no país e as proibições às quais o povo brasileiro estava submetido. Destacou sobretudo, o episódio da sua expulsão associando-o ao que vinha acontecendo no Brasil com padres e conselheiros dos bispos que eram estrangeiros e considerados subversivos. Além, é claro, de discorrer sobre as causas de ter sido expulso.

No exterior, a repercussão não foi menor: Antuérpia, Bruxelas, Montreal, Paris, Madri, Montevideu, esses foram alguns dos lugares espalhados pelo mundo em que, de alguma forma, seus jornais repercutiram a expulsão de Comblin do Brasil, ou fizeram alguma publicação que tinham relação com tal situação.

Entre os Centros de Informações no Brasil, especialmente no MRE, a difusão sobre as notícias internacionais que destacavam a expulsão do padre belga também foram recorrentes.

O *Le Soir*, publicou uma matéria com a seguinte interrogação: “Depois de quatorze anos na América Latina, *por que o Padre Comblin foi expulso do Brasil?*”. (*Le Soir*, 28 mar. 1972, tradução nossa). E praticamente deu a resposta: “Uma tática insidiosa para isolar bispos progressistas” (*Le Soir*, 28 mar. 1972, tradução nossa).

A matéria apresentou um histórico das atividades do padre Comblin como professor de Teologia em Santiago e Recife, fez menção à repercussão na imprensa brasileira do estudo que elaborou sobre o documento base da II Conferência Episcopal latino-americana, descreveu os momentos entre a proibição de desembarcar no Brasil, o interrogatório e a expulsão.

Sobre os motivos que levaram àquela situação, sobretudo os conflitos entre o Governo brasileiro e membros da Igreja Católica, Comblin respondeu no jornal: “Qualquer posição a favor do povo é considerada pelo governo como uma demonstração da infiltração comunista internacional”. (Por que o padre Comblin foi expulso do Brasil? *Le Soir*, 28 mar. 1972, tradução nossa). Ou seja, a luta em defesa dos pobres, que, em algum aspecto, denunciava o fracasso do regime, era entendido como infiltração comunista, ou, esse era o discurso utilizado como pretexto pelas autoridades representantes da ditadura brasileira.

Ainda sobre a publicação da reportagem com Comblin, segundo informações do consulado brasileiro em Antuérpia, o referido jornal tinha uma circulação que ultrapassava 200 mil pessoas, com alcance na Bélgica e de orientação política de direita. Isso é importante destacar para percebermos que a matéria foi vista por um segmento em que as ideias do padre Comblin muito provavelmente não circulavam, o que nos leva a crer que a repercussão da sua expulsão teve um alcance ainda maior.

Outro jornal belga deu voz ao padre Comblin. Dessa vez foi o La Cité. Dividida em três tópicos: Esvaziar; aqueles que falam de qualquer maneira; o mito da subversão (tradução nossa), a matéria além de destacar como a anterior os acontecimentos da tentativa de desembarque no Brasil até sua expulsão, descreveu o resultado de entrevista com Comblin. Nela, ele relatou a tentativa de isolar os bispos brasileiros de possíveis contatos com colaboradores estrangeiros, estes mais fáceis de serem expulsos. E aí, quando se perguntou, para a sua reflexão, véritable motif? (Verdadeiro motivo?) – a sua resposta foi “o regime se preferir - esvaziar os colaboradores em torno dos bispos que falam [...] esvaziar esses colaboradores na medida em que possamos alcançá-los e, para os estrangeiros, o mais fácil é expulsá-los”. (Brasil: o círculo vicioso do medo, La Cité, 29 mar. 1972, tradução nossa).

No trecho destacado, Comblin atribui o motivo da sua expulsão à estratégia do governo militar brasileiro de distanciar os colaboradores dos bispos, de se aproximarem deles. Mais: que alguns desses colaboradores, por serem estrangeiros, são mais fáceis de serem expulsos. Além disso, fez outros destaques ao fato de a imprensa repercutir acusações da extrema-direita contra padres e bispos, mas não oferecerem o mesmo espaço para suas defesas, conforme apresentamos na seguinte passagem:

Existem aqueles que falam de qualquer maneira ou que tentam falar. Em primeiro lugar, a imprensa, o rádio e a televisão não reproduzem suas declarações. Por outro lado, dão nos jornais um lugar considerável aos ataques de todos os jornalistas da extrema direita contra os bispos que falam. Obviamente, eles nunca têm a possibilidade de se defender. (Brasil: o círculo vicioso do medo, La Cité, 29 mar. 1972, tradução nossa).

Há, mais uma vez, a denúncia à imprensa brasileira que, de acordo com o que trouxemos, Comblin foi vítima, especialmente dos ataques publicados em jornais, oriundos da TFP.

Mais à frente, ao discutir o que a matéria enfatizou como *le mythe de la subversion* (o mito da subversão), o padre belga afirmou que:

Eles vêm em toda reunião uma ameaça de subversão. Sabemos o que é a liberdade religiosa quando, fora da missa, apenas a recitação do Rosário é tolerada [...] Se for abordado não importa qual o problema de salário ou

moradia, isso será visto como um sinal de infiltração comunista. (Brasil: o círculo vicioso do medo, La Cité, 29 mar. 1972, tradução nossa).

Ou seja, qualquer movimento ou atitude poderia ser considerada suspeita e até mesmo uma mera reunião poderia ser considerada subversiva. Como ainda destacou, se houvesse qualquer tipo de discussão sobre questões salariais ou de moradia, tal atitude era vista como sinal de infiltração comunista. É o que Comblin denominou de “le cercle vicieux de la peur” – o círculo vicioso do medo.

Conforme afirmamos, os Centros de Informações no Brasil estavam atentos para a repercussão da expulsão de Comblin na Europa. As embaixadas e consulados mantinham as autoridades brasileiras informadas transmitindo telegramas sobre as matérias que eram publicadas a respeito. Em 30 de março de 1972, por exemplo, a Embaixada em Bruxelas encaminhou, em caráter confidencial e urgente para a DSI/MRE, o telegrama nº 44, com a seguinte informação:

Os jornais de hoje noticiam que o padre Joseph Comblin, que chegara domingo a Bruxelas, foi recebido ontem no Ministério dos Negócios Estrangeiros e que, ao fim da entrevista, foi-lhe comunicado que o ministério tem a intenção de incumbir o embaixador belga no Brasil de fazer uma démarche em seu favor, no sentido de obter explicações sobre as razões de seu reembarque, segundo dizem os jornais. (SIAN: Serviço de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4, p. 107).

A partir de então, o que verificamos foi uma série de momentos no mínimo tensos, uma vez que, de fato, o representante do Governo belga procurou explicações junto à embaixada brasileira naquele país e o Cardeal Suenens escreveu diretamente para o embaixador brasileiro na Bélgica, Antônio Castello-Branco.

Um dia após o telegrama nº44, a Embaixada brasileira na Bélgica encaminhou o telegrama nº47 para a DSI/MRE avisando que, o Embaixador Bassompierre, chefe do setor para a América Latina no Ministério dos Negócios, agendou encontro com o Ministro Conselheiro Braulino Barbosa, para tratar das questões que envolviam o episódio sobre o padre Comblin. Na conversa entre ambos, o Embaixador belga demonstrou preocupações pelo fato de o caso fazer ressurgirem as manifestações tal qual ocorrera durante a questão da JOC, inclusive com apoio parlamentar. Em seguida, Bassompierre teria feito as seguintes afirmações:

O Governo belga por certo reconhece plenamente o direito de um país de expulsar de seu território qualquer estrangeiro que se torne indesejável. O caso do padre Comblin, porém, apresenta, a seu ver, aspectos especiais, seja pela maneira como teria sido reembarcado, seja pelo fato de se tratar de um sacerdote e professor estabelecido no Brasil há muitos anos, cujos documentos estariam em ordem. Lamentando ter sido o padre Comblin reembarcado de forma ostensiva, ao ver do ministério belga teria sido preferível que as

autoridades brasileiras houvessem significado, seja diretamente ao padre Comblin, seja a seus superiores na Bélgica, que ele não era mais desejado no país. (SIAN: Serviço de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4, p. 105).

É nítido o desconforto transmitido pelo Embaixador em relação à maneira como Comblin foi tratado. Podemos perceber a partir das expressões: aspectos especiais e ostensiva, por se referir ao fato de ser um padre há tanto tempo no Brasil, estar com a documentação legal e ter sido embarcado ostensivamente, uma referência provável ao interrogatório a que foi submetido no Rio de Janeiro e ter sido acompanhado por policiais até Lisboa e depois Madri.

Ainda segundo a transcrição de maneira resumida desse diálogo, a embaixada brasileira, na pessoa de Braulino Barbosa, teria respondido ao embaixador belga da seguinte maneira: “que por certo as autoridades brasileiras tiveram motivo ponderável, para agir como o fizeram. Que não obstante tratar-se de um caso da competência exclusiva das autoridades brasileiras”. (SIAN: Serviço de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4, p. 106).

Muito embora, em sua continuação, o documento acrescenta que a conversa ocorreu de maneira cordial. Apesar disso, podemos perceber uma resposta direta e de forma pouco amistosa, visto ter, o Ministro Conselheiro deixado claro tratar-se de assunto interno e exclusivo do Brasil, não se oferecendo quaisquer possibilidades de rever ou minimizar o ocorrido.

Posteriormente, foi a vez do Arcebispo de Malinas – Bruxelas, Cardeal Suenens, a quem o padre Comblin estava submetido. O referido Arcebispo enviou correspondência diretamente ao embaixador brasileiro na Bélgica, Antonio Castello-Branco.

O conteúdo da missiva foi reproduzido e encaminhado pelo telegrama nº49 da embaixada do Brasil na Bélgica, assinada por seu Embaixador, para o MRE, e tinha a cópia da carta escrita pelo Cardeal Suenens.

Datado de 06 de abril de 1972, o telegrama tinha o carimbo de secreto e a inscrição urgente. Seu teor, era o mesmo do caso que envolvia a proibição de desembarque do padre Comblin, tendo em vista sua reputação internacional como teólogo, os anos de contribuição no Brasil, o fato de ter todas as garantias legais por visto permanente e não haver nenhum motivo para tal impedimento. Excetua-se a isso, segundo o interrogador, o fato de o padre utilizar expressões marxistas em carta enviada ao bispo de Crateús, Dom Fragoso. Fora isso, o agente que o interrogou não soubera repassar-lhe mais detalhes.

O cardeal Suenens, no trecho final da sua carta, parece ser mais contundente ao solicitar que tal decisão seja revogada, afirmando, inclusive, que acompanhou presencialmente os trabalhos do padre Comblin no Brasil, o qual nada tinha de subversivo:

Perante esta forma de proceder e a evidente insuficiência das razões invocadas, expresso-lhe: 'Senhor Embaixador, o meu espanto e protesto veementemente. Solicito formalmente à autoridade superior que se responsabilizou por esta medida que reveja a sua atitude e revogue a sua decisão. Trata-se de um padre da minha diocese, teólogo de renome internacional e de quem pude eu mesmo in loco, durante uma viagem ao Brasil, apreciar as elevadas preocupações morais que o animam e que não têm nada de subversivo. (SIAN: Serviço de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4, p. 103, tradução nossa).

O cardeal alegava ser inadequada tal forma de proceder, tendo em vista os motivos alegados, bem como reiterava seu espanto e protesto pelo ocorrido. Pergunta que autoridade superior foi responsável pela decisão e solicita que o caso seja revisto e a decisão, revogada.

Ao final, o Embaixador Castello-Branco diz aguardar as instruções. E essas vieram através do telegrama nº 96, de grau confidencial, enviado da DSI/MRE para a embaixada brasileira em Bruxelas. O comunicado tratava de responder aos telegramas nº 47 e 49. O primeiro dizia respeito às indagações do Embaixador belga, Bassompierre; o segundo, à carta do Cardeal Suenens.

Houve, por parte do MRE, o cuidado de munir sua embaixada na Bélgica com documentos que julgavam necessário para embasar seu Embaixador, tendo em vista a troca de diálogo com representantes do Governo belga:

As autoridades brasileiras de segurança consideraram o Padre Comblin indesejável, em virtude de suas ligações com setores esquerdizantes da Igreja, no Brasil e em outros países da América Latina, empenhados na propaganda de reformas sociais através de táticas revolucionárias e métodos violentos. Copiosa documentação apreendida, quando de sua tentativa de regresso ao Brasil no dia 24 de março, corrobora essa vinculação. A título meramente exemplificativo, estou remetendo pela mala cópias de alguns desses documentos. Com base neles, Vossa Excelência, se julgar necessário, poderá conversar com o Embaixador Bassompierre, reiterando, nas mesmas linhas das observações feitas quando o assunto foi levantado, que as medidas adotadas em relação ao Padre Comblin são da alçada exclusiva das autoridades brasileiras, no exercício do indisputável direito, de qualquer país, de impedir a entrada, no seu território, de pessoas cujas atividades envolvam riscos para a ordem pública interna. (SIAN: Serviço de Informações do Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4, p. 88).

A avaliação da ditadura brasileira sobre o padre Comblin foi expressa no início do telegrama ao afirmar tratar-se de pessoa indesejável no país por pertencer à esquerda católica e

por estar empenhando na América Latina por reformas sociais através de táticas revolucionárias.

Como sabemos, o simples apelo ou preocupações com questões sociais já era o suficiente para ser rotulado de esquerdista, comunista ou subversivo. Tal afirmação, teria como base a documentação que os agentes dizem ter recolhido quando o padre tinha a posse dela.

Dentre o material recolhido, segundo informação do CISA haviam:

2 livros de JEAN DAUBIER: Histoire de la révolution culturelle proletarienne en Chine - Vol - I e II. Guia das maiores 500 indústrias do EE UU. Documento da Confederação Europeia dos Sindicatos Livres. Documentos de Economia endereçados a D. HÉLDER CÂMARA. Documento sobre o Seminário Sindical Regional sobre o Comércio Internacional. Um pacote Com notas de aula. Questões sobre a Teologia da Libertação na América Latina. Pasta com folhas-avulsas, contendo diversos assuntos: Os grandes problemas da América Latina. O subdesenvolvimento e a revolução; O Marxismo. (Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.94 – Dossiê, p. 19).

Além dos citados escritos, havia chamado a atenção das autoridades outro documento que, curiosamente, não é descrito na informação acima. Trata-se do texto sobre o Primer Encuentro Latinoamericano de Cristianos por el Socialismo, difundido em caráter de urgência pelo CISA entre os outros Centros de Informação, conforme já mencionamos.

Será, realmente, que o padre Comblin estava com esse documento, uma vez, que por ter chamado tanto a atenção dos agentes, não fora descrito na lista do material que foi encontrado com o padre? Não conseguimos encontrar resposta na nossa pesquisa a essa pergunta. No entanto, poderia ser possível a inclusão de algum material que não pertencesse a alguém que a ditadura quisesse incriminar, nos pertencesse dessa pessoa, sem que ela soubesse. Apenas para incriminá-la. Ou mesmo Comblin poderia possuir esse material, dada a sua aproximação com tais grupos na América Latina e, sobretudo, do Chile. O estranho é não haver aparecido na lista de material apreendido acima.

O fato é que foram a esses documentos a que o MRE se referiu ao escrever orientando o embaixador brasileiro em Bruxelas, ratificando que eles serviriam para lhe dar fundamento, caso achasse necessário estabelecer novas conversas com o Governo belga. Mas ratificando que, como resposta, deveria salientar tratar-se de caso exclusivamente das autoridades brasileiras.

Em outro trecho acrescentou:

Já haviam sido tomadas as providências para a expulsão, mas a saída voluntária do Padre Comblin do Brasil, em fevereiro último, levou o Ministério da Justiça a reputar desnecessária a continuação desse procedimento, dando por encerrado o assunto”. (Fundo: Divisão de Segurança

e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4, p. 88).

O telegrama vai chegando ao fim com a demonstração da seguinte preocupação das autoridades brasileiras:

Na sua entrevista com o Embaixador Bassompierre, Vossa Excelência deverá deixar bem claro que o Governo brasileiro não se sente obrigado a prestar satisfações ao Governo belga e que esses esclarecimentos Vossa Excelência os fornece a título informal e amistoso dadas as relações entre os dois países. Essa precaução me parece indispensável para evitar que futuramente o Ministro Harmel ou outra autoridade belga faça público haver recebido satisfações do Governo brasileiro. (Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4, p. 89).

Ou seja, a preocupação principal seria mesmo aparentar publicamente que a ditadura brasileira estivesse prestando algum tipo de satisfação aos belgas.

Sobre o segundo telegrama, que seria para responder à carta do Cardeal Suenens, a orientação foi enfática: “não deverá ser-lhe dada resposta”. (Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4, p. 89).

Pois bem, se percebemos a atuação do Governo belga, da diocese à qual o padre Comblin estava ligado na Bélgica – a arquidiocese de Malinas comandada pelo Cardeal Suenens, da soliedariedade dos bispos, padres e leigos brasileiros, especialmente da região Nordeste a partir de D. Hélder Câmara, D. José Maria Pires, D. Fragoso, para citar alguns, bem como forte repercussão internacional, não encontramos nada em relação à posição de Roma.

Nem mesmo a comissão bipartide, que já mencionamos aqui, tratou, de alguma forma, do episódio da expulsão do padre Comblin, como bem destacou Serbin ao dizer que: “o assassinato de padre Henrique no Recife e a expulsão do Brasil do padre Joseph Comblin, assessor de dom Hélder – não foram assunto da comissão”. (2001, p. 268).

Percebemos, até aqui, o quanto a questão que envolvia a atuação do padre Comblin repercutiu, inclusive, dentro do sistema da rede de informações, onde reverberava-se cada matéria do exterior sobre o padre e sua expulsão do Brasil. Delas, podemos mencionar, por exemplo, uma publicação em Montreal.

O *Le Devoir*, de 08 de maio de 1972, apresentava o seguinte título: *Cartas para o dever: como eu tive que deixar o Brasil* (tradução nossa), a reprodução na íntegra da carta enviada por Comblin a D. Hélder discorrendo sobre o episódio da sua expulsão e a entrevista que concedeu em Madri, sendo veiculada em Montevideu pelo *Semanário Marcha*, de 04 de agosto 1972, com a seguinte manchete: *El exílio de un Teólogo* (tradução nossa).

Se por um lado ficou clara a intenção das autoridades brasileiras de expulsar o padre Comblin, o que de fato ocorreu, por outro, ele era tratado pela diplomacia do Governo brasileiro como alguém que tivera saído voluntariamente.

Em informação da DSI/MJ para o chefe desse ministério, no ano de 1981, devido a ocorrência de uma palestra ministrada pelo padre Comblin em Recife, foi encaminhado de maneira resumida o processo da sua expulsão do qual destacamos o ponto 5: “O nominado foi impedido de retornar ao BRASIL face a seus antecedentes que o apontam como elemento pertencente a ala progressista da Igreja Católica, além de ser subversivo e comunista”. (Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.94 – Dossiê, p. 07).

Com isso, percebemos que, passados quase dez anos da sua expulsão, estavam cristalizados na rede que compunha o serviço de informações os motivos da repressão ao padre Comblin: subversão e comunismo.

3.3 Secreto, Comblin no Chile.

Em comunicação interna produzida pelo Centro de Informações do Exterior do Brasil, informou-se ao Serviço Nacional de Informações - SNI, aos Centros de Informações do Exército e da Aeronáutica, a ida do padre José Comblin para o Chile da seguinte maneira:

O sacerdote belga Joseph Comblin, é colaborador e assessor de D. Hélder Câmara; deverá chegar ao Chile proximo, pois foi contratado pela Universidade Católica chilena. O marginado deverá radicar-se na cidade de Talca, onde exercerá suas funções de professor. (SIAN – Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior. Arquivo: BR DFANBSB IE 09, p. 96).

Segundo o documento secreto de 03 de agosto de 1972, a informação tem nível A-2, o que significava como alto o grau de veracidade dela. Conforme nos explica Silva “a fonte é muito importante. Há seis níveis de fontes e seis graus de veracidade de informe: A, B, C, D, E, F e 1, 2, 3, 4, 5, 6”. (2014, p. 98). Ou seja, um informe A-1, era o maior nível de confiabilidade de que aquela informação era verdadeira e F-6, correspondia ao grau mais baixo de confiança.

No caso acima, o informe tinha nível A-2, o que significava grande possibilidade de ser verdadeira. De fato, uma vez expulso do Brasil e de ter retornado para a Bélgica, o padre Comblin retornou meses depois para a América Latina, sendo, no Chile, o país em que viveu entre 1972 e 1980.

O sacerdote foi aprovado em concurso, para ministrar a disciplina de Teologia e Especialização Pastoral na Universidade Católica do Chile, sede regional de Maule – Talca, a partir de 21 de setembro de 1972 (Resolución nº 1/72. Universidad Católica del Chile. Sede Regional del Maule, Talca. 'Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin – UNICAP). Os primeiros momentos em terras chilenas assim foram descritos:

Cheguei ao Chile no dia 7 de setembro de 1972. Logo caí numa grande perplexidade. Três semanas depois estourou o paro de outubro, a greve de todos os donos de caminhões que paralisou todo o transporte pelas estradas, criando o caos depois de um mês. [...] A finalidade era conseguir a queda de Salvador Allende. [...] Diante do paro de outubro, logo pensei: aqui acontecerá um golpe militar, e não vai demorar. Tinha conhecido a evolução da situação política no Brasil e tudo estava muito claro. (COMBLIN *In*: MONTENEGRO, 2019, p. 153).

Comblin chegou ao Chile num momento de crescimento das condições que culminaria um ano depois no golpe militar contra o Governo do presidente Salvador Allende. Pois bem, de acordo com Vavy Pacheco Borges “a razão mais evidente para se ler uma biografia é saber sobre uma pessoa, mas também sobre a época, sobre a sociedade em que ela viveu”. (2011, p. 215).

Dentre as diferentes ramificações dos estudos de trajetórias de vida, destacamos as que relacionam o sujeito e o contexto, como a que melhor caracteriza o percurso metodológico do percurso que desenvolvemos, pois os trabalhos recentes “encaram seus personagens como vias de acesso para a compreensão de questões e/ou contextos mais amplos”. (SCHMIDT, 2000, p. 55), e é isso também que analisar Comblin nos permite, compreender aspectos de um determinado contexto, assim como a perspectiva de biografia modal, uma vez que segundo a mesma “o indivíduo, então, só tem valor quando na medida em que ilustra o coletivo”. (DOSSE, p. 195, 2009). O modelo de catolicismo defendido por Comblin, corresponde não a uma perspectiva individual, mas, representa um *modus* de pensar/agir de um determinado grupo, do qual convencionou-se denominar de progressistas.

Segundo Benito Schmidt (2012, p. 194), a relação dialética entre indivíduo e sociedade é também discutida por Christopher Hill no seu estudo sobre Oliver Cromwell. Para Philippe Levillain ao analisar a biografia de Fouquet por Daniel Dessert “seu percurso vai do grupo e da sociedade ao indivíduo no grupo e na sociedade”. (2003, p. 176). Estes estudos, ajudam-nos a reforçar tal perspectiva teórica no que concerne as análises que envolvem sujeito e contexto.

Sendo assim, convém contextualizar o turbilhão de acontecimentos vivenciados no Chile no início dos anos 1970, período em que Comblin ali desembarcava e sobretudo analisar o momento após o golpe de 11 de setembro de 1973.

Quando Comblin foi detido e deportado do Brasil, é importante lembrar que, dentre uma série de livros e textos sob a posse do padre e retidos pela Polícia Federal, chamou mais a atenção dos agentes um documento com o seguinte título: Primer Encuentro Latinoamericano de Cristianos por el Socialismo, este datado para acontecer no Chile em abril de 1972 (SIAN – Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. BR RJANRIO TT.0.MCP,AVU.94 – Dossiê, p. 24). Daí decorreu de forma imediata a comunicação entre os Centros de Informações da ditadura brasileira, que viram no teor daquele documento e na aproximação da data para ocorrer o encontro, a emergência em deixar todos os Centros de Informações cientes do escrito.

O referido documento era o texto base para o Encontro Latinoamericano dos Cristãos pelo Socialismo que havia sido construído em dezembro do ano anterior pelo secretariado executivo do movimento – antigo grupo de *Los Ochenta*.

Podemos perceber que, por ter em sua posse, tanto o documento de trabalho para a organização do encontro que ocorrera no Chile em abril de 1972, quanto o do anterior, ocorrido em dezembro de 1971, Comblin estava bem informado sobre esse contexto. Isso não significa dizer que participava, de maneira direta da sua organização, muito embora tenha contribuído para o movimento, como destacaremos mais à frente.

Em correspondência datada de 15 de março de 1972, enviada a Comblin (na Bélgica) de Quito – Equador ((SIAN – Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. BR RJANRIO TT.0.MCP,AVU.94 – Dossiê, p.37), emitida por alguém que identificamos apenas pelo nome de Mercedes, podemos constatar que até então, o padre José Comblin não havia recebido o convite para participar do Encontro Latino-americano dos Cristãos pelo Socialismo. Aliás, essa pessoa se colocava como intermediária do convite, uma vez que não daria mais tempo de enviar a formalização à participação do sacerdote em convite para a Bélgica.

Convidado ou não, sabemos que Comblin não participou, pois, dias depois ao retornar para o Brasil, foi detido naquela ocasião e expulso do país, retornando para seu país natal. Só depois, em setembro daquele ano, o padre desembarcaria no Chile. Antes, porém, esteve todo o mês de julho entre Riobamba e Quito no Equador, ministrando cursos (MUGGLER, 2012, p. 105).

No entanto, na terceira assembleia do movimento Cristãos pelo Socialismo, realizada em 1973, no Chile, Comblin foi convidado como palestrante, conforme destacou Monica Muggler:

Na primeira parte, dirigentes políticos fizeram uma análise de conjuntura. Na segunda parte, Gustavo Gutiérrez apresentou o tema Evangelização Libertadora. Padre Comblin foi encarregado do terceiro momento: devia motivar para uma ação evangelizadora no contexto revolucionário. [...] na sua exposição fez uma crítica do processo da Unidade Popular e mostrou através de uma leitura histórica que esse caminho iria fracassar. (2012, p. 113).

Certamente os participantes não gostaram, pois deviam esperar uma explanação motivadora do processo que se vivia no Chile de então. De fato, Comblin não era entusiasta dos rumos que alguns grupos cristãos tomavam no Chile, seja a partir do movimento Cristãos pelo Socialismo ou até mesmo da Unidade Popular, mesmo que isso não significasse a falta do seu apoio. O mesmo teria dito:

Nem sequer as manifestações de Cristãos pelo Socialismo conseguiram convencer-me. Tudo me parecia muito idealista, fora da realidade, inconsistente do peso da história e das estruturas tradicionais. Ao mesmo tempo senti que não podia desanimar pessoas que estavam descobrindo o mundo e que elas chegariam por experiência própria a aproximar-se mais da realidade. (COMBLIN *In*: MUGGLER, 2012, p. 113-114).

O movimento Cristãos pelo Socialismo, surgiu das transformações internas que o catolicismo vivia a partir do Concílio Vaticano II e da Conferência Episcopal de Medellín, que ocorreu em 1968.

Some-se a isso, a realidade do segmento católico identificado com as questões sociais e do diálogo com o marxismo, mas sobretudo com as ebulições políticas vividas no Chile. Ali, um grupo de leigos, bispos e padres, sentiu o momento de apoiar o projeto de Governo de Salvador Allende (Partido Socialista), eleito presidente e apoiado por um conjunto de forças denominado Unidade Popular.

Os Cristãos pelo Socialismo foi um movimento que se iniciou com o denominado grupo dos 80, conforme explica Teresa Loero:

Exatamente nos mesmos dias da Assembleia Anual da Conferência Episcopal do Chile, realizada em Temuco de 15 a 22 de abril de 1971, um dos eventos aconteceu na rua Rosário Santa Fé nº 9164 (Gran Avenida, Santiago). A história católico-marxista do Chile. Oitenta padres, nacionais e estrangeiros, reuniram-se em uma conferência intitulada 'A Colaboração dos Cristãos na Construção do Socialismo'. (LOERO, 1976, p. 81, tradução nossa).

É esse segmento que inicialmente é conhecido como o grupo dos Ochenta, que reunia padres, bispos e leigos católicos, identificados com a perspectiva socialista e acreditando ser essa via a única possível para o projeto revolucionário que transformaria as terríveis condições sociais, ali, existentes. Essas pessoas formaram o movimento Cristãos pelo Socialismo e ingressaram no projeto da via chilena ao socialismo. Este, caracterizado pela chegada ao poder socialista através de eleições.

Assim ocorreu,

Salvador Allende venceu as eleições presidenciais chilenas em setembro de 1970 como candidato da Unidade Popular (UP), uma coalização política que tinha como eixo os Partidos Comunistas e Socialistas, mas que abrigava também radicais (PR), social-democratas (PSD), a Ação Popular Independente (API) e parte da esquerda católica, o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU). (AGGIO, 1993, p. 15).

Administrar as diferenças internas, lidar com a oposição e as negociações com a Democracia Cristã, mas, sobretudo, com os ataques oriundos do capital interno e externo, foram os grandes desafios que estiveram presentes em todos os momentos da presidência de Allende entre 1970-1973, cercada de instabilidades e crises.

Como já mencionamos, o padre Comblin presenciou em 1972 um desses momentos, descrito por Alberto Aggio “a crise de outubro representou a ofensiva mais incisiva e geral da oposição desde o início do governo Allende. O país viveu uma paralisação quase integral das suas atividades”. (1993, p. 137). E sobre os impactos da paralisação dos caminhoneiros destacou:

Com a deflagração da paralisação dos caminhoneiros em todo o país, o governo reagiu de forma enérgica, decretando Estado de Emergência em dez províncias. Imediatamente o movimento explodiu em ações de violência, especialmente entre os estudantes, que duraram quase ininterruptamente todo o mês de outubro. (AGGIO, 1993, p. 138).

Esse é só um dos episódios que foi desgastando o governo Allende. Quando acenava à centro-direita para garantir governabilidade, deixava alguns dos setores da Unidade Popular insatisfeitos. Em consequência, perdia força dentro da própria UP e em outros momentos viu setores do patronato fazendo greves e fechando suas indústrias, contribuindo para gerar um ambiente de convulsão social. Além da crise de desabastecimento, provocada pelo boicote da burguesia desse setor, outros fatores que promoveram tensão social e também foram fortalecidos pela CIA, o que gerou o ambiente de crise propício para os golpes.

De fato, em 11 de setembro de 1973, foi deflagrado o golpe militar liderado por Augusto Pinochet com fortes bombardeios contra o palácio presidencial La Moneda. Allende tentou resistir e morreu⁸⁰. Dessa forma, dava-se início à ditadura Pinochet.

A ditadura chilena sob o comando do general Pinochet foi uma das mais violentas da América Latina. Comblin, assim descreveu os primeiros momentos dela:

No dia do golpe, estava em Buenos Aires numa reunião de teólogos. A reunião realizava-se na igreja metodista de Corrientes. No dia 10, um teólogo chileno

⁸⁰ Segundo decisão da Suprema Corte chilena, que encerrou definitivamente as investigações sobre a morte de Salvador Allende, ratificou-se em decisão dividida em 06 de janeiro de 2014, que o presidente socialista se suicidou com um tiro de fuzil no rosto.

explicava-se que um golpe militar era impossível no Chile. [...] No dia seguinte, todas as rádios amanheceram comentando o golpe que tinha ocorrido no Chile. Em poucas horas, os militares controlaram todo o país. Allende estava morto, havia dezenas de milhares de presos no Estádio Nacional de Santiago, e assim por diante. Os primeiros dias foram horríveis. (MONTENEGRO, 2019, p. 154).

Estando no Brasil no início da ditadura brasileira, o padre Comblin, dessa feita, viu-se obrigado, mais uma vez, a conviver com as situações de perseguição e violências que caracterizam tais regimes.

Conforme descreve Peter Winn:

A ditadura de Pinochet não seria ‘nem branda nem breve’. Seu governo autoritário e Estado de terror durariam mais de dezesseis anos. Suas vítimas incluíam famosos e anônimos. Incluíam presidentes, como Salvador Allende e Eduardo Frei; ministros do governo, como José Toha e Orlando Letelier; generais, como Alberto Bachelet e Carlos Prats; artistas e intelectuais, como o famoso autor de canções Victor Jara e o prêmio Nobel Pablo Neruda. (WINN, 2010, p. 182).

A terrível ditadura que se abateu sobre os chilenos também foi implacável sobretudo com sindicalistas, trabalhadores e camponeses. Entre mortos e desaparecidos foram mais de 3 mil pessoas, e de torturados o número é superior a mais de 28 mil vítimas. Segundo Winn, “as torturas mais comuns eram os choques elétricos [...]. As mulheres foram selecionadas para torturas sexuais especiais, desde choques elétricos em seus seios e genitália e repetidos estupros, até a introdução de ratos e insetos em suas vaginas”. (2010, p. 183).

Para Comblin, foi o momento de redirecionar suas atividades que, muito embora não fossem em Santiago, mas a visibilidade que lhe proporcionava o fato de ser professor na Universidade Católica foi imprescindível para repensar sua continuação nessa função nos anos seguintes ao golpe. E isso ocorreu, especialmente, por dois fatores: seu nome estava na lista dos *persona non grata* pela ditadura e tal regime estabeleceu a proibição de estrangeiros lecionarem nas universidades.

Segundo Monica Muggler, “nos dias seguintes ao golpe, as emissoras divulgavam listas de nomes de pessoas suspeitas e indesejadas, inclusive estrangeiros. Essas listas eram repetidas seguidas vezes durante semanas. Lá estava o nome de José Comblin”. (MUGGLER, 2012, p. 115).

Todos esses fatores, além das pressões da ditadura sobre Talca, onde o padre lecionava, fizeram-o abdicar do cargo, conforme relatou:

Em Talca, o governador da província foi fuzilado. O coronel do regimento foi pressionado a cometer suicídio. Negou-se e foi deportado. Assim fizeram com todos os oficiais que demonstravam uma certa moleza com o golpe. Talca foi um bom refúgio para mim. Dava uma visibilidade muito pequena. Deixei todo

o ensino para não chamar a atenção. Dom Carlos achava que era melhor não participar oficialmente do Vicariato de Solidariedade de Santiago. Fiquei sempre em contato, dando colaborações intelectuais. (MONTENEGRO, 2019, p. 155).

O contexto da ditadura chilena, assim como ocorrera no Brasil, fez Comblin viver a ruptura de mais um projeto quando deixou suas atividades no Nordeste brasileiro para diante de tal perspectiva iniciar outras. Dentre os projetos iniciados, após ter que deixar de lecionar na Universidade Católica chilena, um deles foi o do Vicariato de Solidariedade, como ele próprio mencionara.

Vicaría de la Solidaridad, foi sem dúvida alguma a maior reação da Igreja Católica chilena, em Santiago, contra a ditadura Pinochet e em defesa dos direitos humanos.

Criada pelo Cardeal Silva e com a animação direta do padre Cristián Precht, essa instituição lutava por justiça num momento de violação dos direitos, perseguições políticas, torturas, mortes e desaparecimentos políticos. Auxiliou sobretudo os parentes das vítimas na busca por informações e lhes prestava apoio jurídico. Para Comblin, “a única instituição que enfrentou Pinochet na questão das torturas e dos desaparecimentos”. (MONTENEGRO, 2019, p. 155).

Segundo Muggler,

Durante o tempo em que o padre Cristian Precht esteve à frente do Vicariato, o padre José Comblin colaborava com artigos e reflexões para o grupo. [...] e assim ele cumpria sua função de ajudar e compreender o momento presente, fundamentar uma ação conscientizadora, mobilizar e organizar os grupos para os tempos vindouros difíceis. (2012, p. 116).

Seguindo a perspectiva da biografia intelectual apresentada por Dosse, de que “por definição, o homem de ideias se deixa ler por suas publicações”. (2009, p. 361), buscaremos tratar de algumas das reflexões propostas pelo padre Comblin em apoio ao Vicariato da Solidariedade de Santiago, bem como a outros setores de oposição à ditadura chilena.

Uma das formas de diálogo e reflexão junto aos opositores de então, foram suas publicações na Revista Jesuíta Mensaje⁸¹. Vários foram os artigos entre os anos 1970 e fins da década de 1980, dentre os quais destacaremos alguns, para assim, conforme Dosse sobre

⁸¹ Revista Mensaje fue fundada en 1951 por el padre Alberto Hurtado. El contexto ha cambiado, aunque la preocupación básica sigue vigente: orientar al lector mediante una perspectiva cristiana de la realidad (nacional y mundial), ayudándole a formar un juicio informado, fundado y maduro sobre los temas debatidos en la sociedad. En otras palabras, contribuir a la formación de una conciencia capaz de discernir. Site: www.mensaje.cl. Acesso em: 11/11/2020. Tradução do autor: A Revista Mensagem foi fundada em 1951 pelo Padre Alberto Hurtado. O contexto mudou, embora a preocupação básica permaneça: orientar o leitor por uma perspectiva cristã da realidade (nacional e global), ajudando-o a formar um juízo informado, fundamentado e maduro sobre as questões debatidas na sociedade. Ou seja, contribuir para a formação de uma consciência capaz de discernir.

Ricoeur, valorizar “as vias de apropriação e da recepção de suas teses nos meios mais diversos da teologia à história”. (DOSSE, 2009, p. 380).

As publicações do padre Comblin na Revista Mensaje partem de fundamentos teológicos e documentos católicos para fundamentar ou justificar a ação frente ao contexto histórico de então.

As decisões e documentos oriundos do Concílio Vaticano II e da II CELAM, também são sempre citados e revisitados. Mas, dito isso, é imprescindível destacar o contexto de ditadura vivido no Chile, o qual certamente resultou nas reflexões sobre a doutrina de segurança nacional, a relação: forças armadas – cristianismo e a discussão sobre os direitos humanos, esta última, principal bandeira de atuação do Vicariato de Solidariedade.

Em agosto de 1973, ou seja, um mês antes do golpe militar chileno, ele publicou o seguinte texto: *Medellín: problemas de interpretación*. Nele, Comblin buscou demonstrar os equívocos que se faziam sobre as orientações daquela conferência, sobretudo ao mencionar o quanto o quadro histórico que embasava tais direcionamentos havia mudado entre 1968 e 1973. Mencionou que “Até 1968, os métodos de conscientização muitas vezes podiam ser aplicados separadamente da atividade política e dentro das liberdades de um regime liberal. Em 1973, a situação parecia muito subordinada à ação política direta”. (MENSAJE N° 222, 1973, p. 449, tradução nossa).

Parece-nos que a radicalização de então, pensada a partir do Chile, mas que servia de diagnóstico para outras nações latino-americanas, tornava cada vez mais difícil a tarefa ou os trabalhos de conscientização, pois, eram diretamente associados a movimentos políticos.

Nesse mesmo texto, Comblin chamou a atenção da Igreja Católica para o fato de ela posicionar-se em relação às circunstâncias concretas daquele momento.

Sobre os rumos políticos de então, destacou:

Desde 1968, a Unidade Popular no Chile e o movimento peronista na Argentina venceram. O poder militar tomou a iniciativa das mudanças no Peru, no Panamá e em certa medida no Equador. Com isso, a libertação deixa de ser objeto de discussão ou especulação teórica para adotar uma face bem determinada e obriga a Igreja a se definir diante de algo concreto. (MENSAJE N° 222, 1973, p. 540, tradução nossa).

De maneira direta, as reflexões apontadas clamavam pelo posicionamento que se fazia necessário e que deveria ser adotado pela Igreja Católica, uma vez que a conjuntura trazia para a realidade concreta da vida o que sempre houvera sido pauta de discussões e produções teóricas.

Há, muito claramente, uma crítica aos comportamentos católicos que, por vários momentos, mantiveram-se ao lado do poder e constituíram, na percepção de Comblin “movimentos radicalmente apolíticos”. (MENSAJE Nº 222, 1973, p. 451), e num processo de dupla radicalização. Por outro lado, em oposição a esses, ele destacou aqueles que se mantiveram ao lado dos movimentos populares, tais como: “Os movimentos sacerdotais do terceiro mundo, dos anos oitenta, do sacerdócio para o povo, etc. E o grupo internacional, porém, bastante heterogêneo de cristãos pelo socialismo”. (MENSAJE Nº 222, 1973, p. 451, tradução nossa). Aqui, mesmo no auge dos conflitos que caminhavam para o golpe no Chile, o padre parece querer demonstrar um caminho para a ação do catolicismo, mencionando como referência os citados movimentos.

No contexto pós-golpe, mais precisamente na segunda metade dos anos 1970, foi predominante nas reflexões apresentadas por Comblin o tema da segurança nacional, sobretudo devido ao contexto de ditadura que vivenciava. Tal vivência e anos de pesquisa culminariam com a publicação do seu livro: *A Ideologia da Segurança Nacional* (COMBLIN, 1978), o qual voltaremos a mencionar adiante.

Esse tema foi apresentado na revista Mensaje nº 247, com o seguinte título: *La Doctrina de la Seguridad Nacional*, inclusive, sendo este um recorte de algumas passagens do que seria publicado no livro, mas, com a diferença de na revista não fazer qualquer menção à experiência vivida no Chile.

O número 259 da Revista Mensaje, apresentou o tema: *Las fuerzas armadas y el cristianismo en algunos países de America Latina*. Mais uma vez, o Chile não foi citado. No referido texto, destacam-se as experiências da relação entre o cristianismo e as forças armadas em países como a Argentina, Brasil e Peru. O nome do autor era: Ignácio Barker, pseudônimo utilizado por Comblin para driblar a censura ou quaisquer tipos de retaliação e perseguição contra ele.

Mesmo havendo deixado o cargo de professor na Universidade Católica, ainda assim teve seu nome na lista de procurados nos primeiros momentos do golpe. Por isso, naquele momento, recebeu a orientação de Dom Carlos Gonzalez, Bispo de Talca, para ser discreto no apoio ao Vicariato em Santiago. Aliás, dessa vez, o padre já temia se arriscar assinando com o próprio nome os artigos que pudessem gerar alguma polêmica e chamar atenção contra si. Fez isso também para publicações no Brasil, conforme escreveu agradecendo por carta, Dom Marcelo Carvalheira:

Agradeço-lhe a generosidade com que você ajuda, como teólogo, aos pastores do nosso país e do nosso continente, despojando-se, inclusive, do direito de

propriedade sobre o fruto exclusivo do seu trabalho...temos usado muito seus artigos. E os que não saem na REB, nem sempre vêm com o seu nome, com o intuito de ajudar a penetração, evitar questionamentos prévios carregados de reações subjetivas, como você bem sabe. (CARVALHEIRA, 1978).

Certamente, pelas inquietações e reflexões que o pensamento de Comblin provocavam, seja no Chile ou no Brasil, algumas das suas publicações foram feitas com pseudônimos. Isso também, como bem afirmou dom Marcelo Carvalheira, para evitar questionamentos precipitados ou superdimensionados, fato que normalmente acontecia ao se tratar dos textos do padre belga. O caso também denota as várias situações pelas quais muitos intelectuais passaram em tempos de ditadura na América Latina.

Sobre o texto: *Las fuerzas armadas y el cristianismo en algunos países de America Latina*, ao analisar as experiências argentina, brasileira e peruana, faz, inicialmente, questão de mencionar que “O militantismo católico entre as forças armadas é um fenômeno típico deste século, em contraste com a atitude dominante do século passado, que era mais a indiferença religiosa” (MENSAJE N° 259, p. 267-268, tradução nossa). Destacou a Argentina e o Brasil como um tipo de catolicismo nas forças armadas nacional-conservador, com algumas diferenças entre ambos e doses de extremismo. No Peru, nacionalismo de caráter social, pelo menos até 1976 quando para os militares que comandavam o país, eles tinham como base de referência a Conferência de Medellín, cuja expressão extrema era uma revolução humanista de inspiração cristã.

Na ausência do Chile nas reflexões elaboradas por Comblin, detivemo-nos em algumas situações que ele colocou sobre o Brasil, especialmente ao destacar o contato de oficiais brasileiros com movimentos ou grupos católicos extremistas. Contudo, porém, menos com a conhecida TFP e mais próximos dos grupos *Permanência* e o entorno da revista desse mesmo nome e da Revista *Hora Presente*, conforme descreveu:

A simpatia e o apoio militar dirigem-se muito mais aos outros grupos: em primeiro lugar, o grupo ‘Permanência’, em torno da Revista do mesmo nome e da personalidade de Gustavo Corção. [...] O grupo permanência atua no Rio; Em São Paulo temos o grupo Hora Presente, fundado em 1968...com raízes mais enraizadas no antigo movimento integralista de Plínio Salgado. (MENSAJE N° 259, p. 270-271, tradução nossa).

Dos grupos que Comblin mencionou, o *Permanência* ocupava o primeiro lugar, e Gustavo Corção era uma das principais referências. Foi membro da UDN e expoente pensador do conservadorismo católico brasileiro. Para compreender os motivos pelos quais existia a relação entre os militares e tais grupos, é que estes, sempre reforçaram, enquanto existiram, o discurso de infiltração comunista no ambiente católico e eram contrários às ditaduras, pois “O

fundamentalismo fornece os argumentos que tornam plausível uma infiltração total na Igreja por elementos que lhe são estranhos”. (MENSAJE N° 259, p. 271, tradução nossa).

Muito embora o Vicariato de la Solidariedad tenha se destacado pela luta na defesa dos direitos humanos no Chile, e Comblin também tenha dado sua contribuição ao discutir este tema na Revista Mensaje n° 262, cujo título: Iglesia y Derechos Humanos, onde buscou fundamentar tal luta nos princípios básicos do evangelho cristão e de textos oficiais da Igreja Católica, especialmente os que resultaram do Sínodo de Roma (27/09 à 26/10 de 1974), apresentou outro texto em que considerou sua contribuição:

Foi para o Vicariato de Solidariedade que escrevi o meu estudo sobre a ideologia de segurança nacional, a doutrina dos ditadores militares da América Latina, doutrina criada nos Estados Unidos e impostas aos países dependentes. (MONTENEGRO, 2019, p. 156).

O padre Comblin enfatizou, dessa maneira, a publicação do livro, que segundo ele próprio acabou se tornando, o motivo definitivo da sua expulsão do Chile, uma vez que o livro em questão “foi multiplicado inicialmente em forma de folhas policopiadas, saiu impresso primeiro em Paris, depois no Brasil e na Espanha. No Chile a distribuição foi confidencial. Os militares levaram certo tempo para descobri-lo. Quando descobriram, expulsaram-me do Chile”. (MONTENEGRO, 2019, p. 156).

Este livro foi, segundo o próprio sacerdote, construído no momento em que foi professor visitante de Havard, devido à documentação e à bibliografia de que ali dispunha.

A obra em questão foi publicada no Brasil em 1978 e dedicada ao Bispo de Riobamba – Equador, Dom Léonidas Proaño, por ocasião da sua prisão no em 1976, quando ali estivera Comblin reunido com outros bispos e membros representantes do catolicismo latino-americano. Na ocasião, todos foram presos pela ditadura equatoriana por motivo de segurança nacional. Comblin narrou o episódio que ocorrera no momento da sua explanação no evento sobre a doutrina de segurança nacional:

Quando eu estava falando, de repente, às 3 horas da tarde, fizeram irrupção na sala um grande número de soldados, armados como para lutar contra a guerrilha. Gritavam, empurravam-nos para o ônibus preparado para nós. Não houve tempo nem para buscar algo no quarto. Tínhamos que embarcar imediatamente. Éramos, no total, umas 70 pessoas. (MONTENEGRO, 2019, p. 167).

Todos foram detidos e encaminhados de Riobamba para Quito. Depois de interrogados, foram liberados. Mas, cerca de 17 bispos, de diferentes países, foram mantidos presos por mais de um dia. É a esse momento a que Comblin se referiu, no início do seu livro ao homenagear o amigo e Bispo de Riobamba, Dom Léonidas Proaño.

A discussão, que propôs Comblin, analisa a doutrina de segurança nacional, o sistema, a segurança nacional nos Estados Unidos, a segurança nacional na América Latina e finaliza discorrendo sobre temas que envolvem a relação paz e política.

Conforme mencionaremos aqui alguns pontos, diferentemente das análises que fez através da Revista Mensaje, quando evitou citar diretamente o Chile, desta vez Comblin enfatizou este país como o melhor lugar onde se pode perceber e analisar a ideologia de segurança nacional posta em prática.

Não é nosso propósito uma análise do livro a partir do estágio da composição, da impressão e da penetração (DARNTON, 2010), ou do seu sentido literal (CERTEAU, 2012), mas apenas destacar a ênfase do processo histórico na feitura da obra e sua perspectiva externa, ou seja, as motivações pessoais de quem o produziu (BARROS, 2009).

Sendo assim, conforme já mencionamos, o contexto das ditaduras vivido por Comblin e o intuito de colaborar com o Vicariato em Santiago, foram preponderantes para as suas reflexões sobre a ideologia da segurança nacional.

A doutrina de segurança nacional é o primeiro ponto a ser analisado. Destaque é dado à sua incontestável origem nos Estados Unidos e ao seu progresso na América Latina, a exemplo de países como Brasil, Bolívia, Chile, Uruguai, Argentina, Peru e Equador.

A referida doutrina estava acima de quaisquer direitos e era utilizada para inibir e proibir as reivindicações deles. Na outra ponta destacamos a importância do Vicariato de la Solidaridad na defesa dos Direitos Humanos, pois “o motivo pelo qual fazer com que esses direitos do homem existam é a primeira maneira de criar a libertação dos pobres e dos povos oprimidos, libertação essa que ultrapassa o exercício das liberdades individuais”. (COMBLIN, 1978, p. 17). Tendo no Vicariato de la Solidaridad a luta em defesa dos direitos humanos, já no início do seu texto percebemos as conexões entre ambos, e também as percebemos em outros momentos ao longo do escrito.

Na busca pelos inimigos internos e externos para assim prevalecer a perspectiva de guerra total, a ditadura do Chile encontrou na defesa dos direitos humanos, um dos principais fatores que, internamente, pudesse justificar a doutrina da segurança nacional. Sendo assim, o Vicariato de la Solidaridad foi um adversário constante da ditadura chilena. Estudos realizados pelo Vicariato sobre os atos institucionais no Chile, jamais puderam, por exemplo, ser publicados.

Para Comblin, a doutrina de segurança nacional é uma simplificação do homem e seus problemas. Assim, “em sua concepção, a guerra e a estratégia tornam-se a única realidade e a

resposta de tudo”. (COMBLIN, 1978, p. 17). A partir de então, todas as formas de violência se justificam em nome da segurança nacional.

O ponto de irradiação na América Latina dessa perspectiva, foram os Estados Unidos. Ao analisar os textos lidos e estudados nos cursos das escolas militares dos E.U.A. – National War College e Industrial College of the Armed Forces; do Brasil – Escola Superior de Guerra; e do Chile – Academia Superior de Seguridad Nacional, encontrou idêntica similaridade entre eles, apontando dessa feita, como a doutrina oriunda dos Estados Unidos, foi rigidamente transmitida a tais escolas na América Latina.

Entre os conceitos básicos por ele mencionado, destacam-se: a geopolítica e a bipolaridade, bem como a ideia de guerra total. Segundo Comblin, “a geopolítica fornece à doutrina da segurança nacional duas importantes contribuições: dá um fundamento científico (ou pseudocientífico) a seu conceito de nação e a seu conceito de bipolaridade”. (1978, p. 23). É fundamentada nessa perspectiva que essa doutrina desenvolveu os objetivos que irão caracterizar e justificar a força militar nos países ditatoriais latino-americanos.

Na análise geopolítica, incorporou-se a bipolaridade entendida a partir de um mundo dividido entre o ocidente e o comunismo. Daí derivou o conceito de guerra total no pretexto da defesa e sobrevivência do mundo capitalista e padrões morais conservadores ocidentais.

Em discurso proferido em 11 de setembro de 1976, o General Pinochet fez a seguinte afirmação: “o Chile, assim como outros países do mundo, sofreu o ataque do marxismo-leninismo e decidiu enfrentá-lo e combatê-lo até a vitória total”. (COMBLIN, 1978, p. 38). Assim, percebemos reforçada através do pronunciamento do ditador chileno, a perspectiva de guerra total como elemento presente na doutrina da segurança nacional contra um inimigo claro e estabelecido, pois, como afirmou Comblin “a segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo”. (1978, p. 55).

Portanto, para tal compreensão, desenvolveu em seu estudo uma análise de como se procedeu esse combate ao se referir às alterações nas legislações dos países latino-americanos, citando como exemplo o AI-5 no Brasil e os Atos Institucionais chilenos. Mais: como se deu o exercício do poder contra os sindicatos, universidades e catolicismo de esquerda.

Para exemplificar os diferentes mecanismos da ideologia de segurança nacional, utilizou-se constantemente do caso da prisão dos bispos em Riobamba, tais como: o mito da guerra revolucionária, uma vez que conforme destacou, os bispos que se encontravam em Riobamba “foram acusados de estarem preparando uma guerrilha, a mesma pecha de sempre. Qualquer escrito, qualquer crítica de qualquer fato social pode ser interpretado como indício da presença da guerra revolucionária”. (COMBLIN, 1978, p. 49).

Num outro momento, a fala do Coronel Orlando Jerez Borges, chefe de comunicação social da Junta Militar chilena foi destacada por mencionar segmentos do catolicismo que não aceitam o sistema político vivenciado no Chile.

Em declaração do Sub-secretário de Estado de Interior, Xavier Manrique, apontou na TV equatoriana em 25 de agosto de 1976 que: “infelizmente, há setores, como o dos dezessete bispos presos em Riobamba em 12 de agosto de 1976, que põem em perigo a segurança nacional, a estabilidade política e o prestígio da pátria”. (COMBLIN, 1978, p. 87-88).

O caso da prisão dos bispos voltou a ser apontado novamente por Comblin para explicar a execução da Lei de Segurança Nacional, que continha todos os elementos fundamentais da doutrina e para destacar a força dela. Segundo ele, “enquanto houver a mais leve oposição, a menor crítica à ditadura, eles jogarão sobre o povo todo o peso dessa máquina infernal”. (COMBLIN, 1978, p. 216). Essa é uma referência feita ao poder de ação militar habitual, utilizado em tais regimes, sempre com fortes e desproporcionais aparatos repressivos e bélicos, tal qual ocorreram na ocasião da mencionada prisão dos bispos, momento em que utilizaram metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo.

Conforme anunciamos anteriormente, diferentemente do que ocorreu em outros estudos, nesse, Comblin citou diretamente a experiência chilena, cercado-se inclusive, como fonte, dos discursos e dos Atos Institucionais do General Pinochet.

No capítulo que tratou da segurança nacional na América Latina, especificou-a como ocorreu no Chile, com rigor histórico e objetivas reflexões; pois, segundo ele próprio, “o Chile é o país no qual a doutrina da segurança nacional teve sua aplicação mais completa e rigorosa”. (COMBLIN, 1978, p. 179).

Após discorrer sobre o processo aglutinador que favorecia a ideologia da segurança nacional no Chile a partir da formação das forças armadas chilenas, a memória de um passado glorioso de guerras e vitórias, Comblin já inicialmente escancara o que foi o golpe de 11 de setembro de 1973. Nas palavras dele, “o que caracterizou essa intervenção militar foi, sob todos os pontos de vista, seu radicalismo e sua brutalidade”. (COMBLIN, 1978, p. 182).

Mais: hábitos que mantiveram da rígida formação dos oficiais prussianos, e que apesar de terem um histórico de respeito à democracia, por diversas vezes intervieram nas questões de ordem política, inclusive mencionando que no governo Allende os militares tiveram papel de destaque,

Sobre o governo que se formou, escreveu:

Em relação ao Estado, jamais país algum foi tão militarizado. Os militares se incumbem de praticamente todas as funções. Só abrem mão das funções

econômicas, que requerem especialistas. [...] Todos os governadores de província, quase todos os prefeitos e até mesmo todos os postos de chefes ou presidentes de associações de bairros são militares. (COMBLIN, 1978, p. 185).

Se há alguma discussão historiográfica a respeito da ditadura que se abateu sobre o Brasil, se militar ou civil-militar, parece-nos, a partir da descrição que Comblin nos apresenta, ser pouco provável que haja alguma dúvida do caráter militar na ditadura chilena.

Outro fator que o autor nos apresenta, é o perfil ideológico dos militares chilenos. Muito embora neguem ter algum tipo específico, segundo Comblin, de acordo com a formação da maioria, “estão muito ligados ao catolicismo, isto é, a uma espécie de integrismo católico muito fechado que é o que receberam de suas famílias, seus colegas e principalmente das escolas militares”. (COMBLIN, 1978, p. 186).

Essa relação entre a ideologia dos militares chilenos com o ambiente católico onde cresceram, somada à perspectiva da doutrina de segurança nacional, contribuiu para falsear os reais objetivos desta última. Ou seja, a ditadura tentará criar uma aparente inocência com a utilização do termo *bem comum* para caracterizar seu principal objetivo e também para não despertar reação por parte dos bispos chilenos, uma vez que tal expressão faz parte positivamente do universo cristão.

Conforme Mons. Santos, Bispo de Valdivia, “fiéis à sua tática de adotar quanto possível a linguagem eclesiástica e de evitar tudo que pudesse alarmar a Igreja Católica, substituíram a linguagem organicista pela do Bem Comum para justificar a Doutrina da Segurança Nacional (COMBLIN, 1978, p. 29).

Já em dezembro de 1973, em declaração feita pela Junta Militar com interesse de tornar público seus objetivos, os quais dentre outros aspectos citaram o intuito de se obter no Chile: “um desenvolvimento político, econômico e social que permita avançar cada vez mais em direção a um Bem Comum geral”. (COMBLIN, 1978, p. 52). Ou seja, desde o início da ditadura chilena, podemos perceber a inserção desse discurso do bem comum que, para uma sociedade católica, de presença na política partidária e influenciada por setores do cristianismo, foi uma estratégia utilizada para, se não aglutinar forças, pelo menos neutralizar as opostas.

Portanto, a partir das contribuições à Vicaria de la Solidaridad, como o próprio Comblin mencionou referindo-se aos motivos da publicação de sua obra, seja pelas denúncias que fez ao citar a Villa Grimaldi (1978, p. 210), casa de tortura da ditadura Pinochet, seja por se fazer perceber as estratégias e características da doutrina da segurança nacional na América Latina, sobretudo no Chile. É desse país que talvez percebamos o sentido da afirmação que fez quanto ao motivo que lhe fizera ser expulso das terras chilenas.

Exigida a reflexão a partir da provocação de Sirinelli, "teriam esses intelectuais, em uma determinada data, influído no acontecimento?". (2003, p. 235). De fato está aí algo necessário para analisarmos. É importante ressaltar que de maneira inédita o tema da ideologia da segurança nacional por influência das discussões desenvolvidas por Comblin, compôs o documento conclusivo da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizado em Puebla – México, no ano de 1979, dentre os quais destacamos a seguinte passagem:

As ideologias da Segurança Nacional têm contribuído para fortalecer, em muitas ocasiões, o caráter totalitário ou autoritário dos regimes de força e alimentado o abuso do poder e da violação dos direitos humanos. Há casos em que pretendem proteger suas atitudes com uma profissão de fé cristã, que é, contudo, subjetiva (1979, p. 72).

Dessa maneira, incluiu-se a referida temática num documento com ampla participação dos bispos da América Latina e que serviria como base de ação evangélica e pastoral para os próximos anos. Além, é claro, como podemos perceber pelo trecho que apresentamos, de chamar a atenção para a situação política de então, caracterizada por ditaduras.

As constantes comunicações, publicações e ações desenvolvidas por Comblin no entorno da sua rede de atuação, permite-nos confirmar sua influência nos debates do catolicismo progressista na América Latina e Europa. Mais: desembocou em projetos de formação e de inserção no meio dos pobres, tais como a Teologia da Enxada, o Seminário Rural de Talca e o Centro de Formação Missionária, para citar alguns.

São inegáveis os impactos do seu pensamento no ambiente católico e fora dele, especialmente no que concerne a apontar novos caminhos para o catolicismo, que por muitas vezes o fizeram crítico da estrutura hierárquica Católica e a colidir com grupos conservadores. Através das suas correspondências, poderemos atestar o que afirmamos, conforme analisaremos em seguida.

3.4 Entre cartas, (des)continuidades e organização das esperanças.

Tentando escapar à ilusão biográfica de que “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido”. (BORDIEU, 2006, p. 184), apresentaremos de início os momentos de rupturas ou descontinuidades que marcaram a vida do padre Comblin no contexto das ditaduras brasileira e chilena. Destacaremos, dessa feita, a ausência da perspectiva coerente e linear que normalmente caracterizam as biografias tradicionais.

O momento a que nos referimos diz respeito à interrupção dos projetos que coordenava quando foi expulso do Brasil e do Chile, quais sejam, o curso de Teologia do ITER, ligado ao II SERENE, que deu cobertura à experiência da Teologia da Enxada e ao Seminário Rural de Talca, bem como a continuidade a outros.

Faremos isso a partir de cartas recebidas ou enviadas por Comblin no período em que esteve sob a ditadura chilena.

Assim, tal qual Lucien Febvre sobre Rabelais, “não é tanto a singularidade deste último que interessa, mas, sim, o aparelhamento mental de sua época”. (DOSSE, 2009, p. 215), no nosso caso especificamente, não é a figura restrita de Comblin que nos interessa, mas através dele compreender o contexto e sua teia de relações que nos permite identificar um ambiente coletivo que se posicionou por um novo jeito de ser Igreja.

Com isso, trabalharemos com algumas cartas enviadas e recebidas entre ele e os seminaristas da Teologia da Enxada, João Batista e Raimundo Nonato, bem como do Arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires. E isso aconteceu em momentos distintos que vão, desde a sua expulsão do Brasil em 1972 até o seu retorno ao Brasil no começo dos anos 1980 e o projeto do Seminário Rural do Avarzeado, depois Serra Redonda, ambos na Paraíba.

O momento da sua expulsão do Brasil, também nos possibilitou atestar, através das cartas, o posicionamento de segmentos do clero na região Nordeste a esse respeito. Por outro lado, o impedimento de permanecer no Chile também nos deu a dimensão, através das cartas recebidas de Augustín Vial – seu sucessor no Seminário Rural de Talca, como se deram as contribuições de Comblin a esse projeto, que teve continuidade no Chile, após sua partida.

Para tanto, faz-se necessário ressaltar que “as cartas constituem um gênero cultivado desde a antiguidade como forma literária e fontes de informações para os estudos biográficos”. (MALATIAN, 2012, p. 196). Daí, o porquê da nossa escolha dessa fonte, para discutirmos e compreendermos o mundo estreito onde os laços das redes ou do contexto social em questão se atam. Também, demonstram para nós, através dos afetos e projetos de vida enunciados, que suas trocas caracterizam momentos de (des)continuidades e de esperanças.

Um desses momentos de angústia e ruptura que marcou a vida de Comblin, refere-se ao contexto da sua expulsão do Brasil, percebida através de carta enviada por João Batista:

Meu querido Zé, ainda sob o efeito do impacto causado pela sua expulsão arbitrária, quero aproveitar a ida do Pe. Matheus, um vizinho nosso daqui do brejo, para fazer-me presente à sua solidão. [...] Sei que o golpe foi terminal para todos nós. Mas sei também que sua esperança já está bastante calejada e civilizada para suportar com altivez o ‘alimento dos adultos’ (BATISTA, 1972).

Chamamos a atenção, sobretudo, para o impacto que causou nos jovens de então. Eles eram coordenados tendo como referência o padre Comblin. João Batista era um deles. A injustiça sofrida pelo sacerdote faz o missivista afirmar o caráter arbitrário da expulsão do padre belga. Por fim, mostra-se desalentado ao se referir ao golpe terminal que aquela situação causava para os projetos defendidos por ambos, ou seja, de um novo jeito de ser Igreja – missionária, dos pobres e para os pobres. Contudo, ao final, tece um fio de esperança.

No mês seguinte, em carta enviada para Comblin, em 10 de maio de 1972, dentre outras coisas, como avaliação do grupo, João Batista apresenta sua escolha para o trabalho itinerante.

Demonstraremos a seguir o trecho de uma missiva que notifica ao padre o sentimento do grupo bem como os conselhos dele, para que fossem prudentes:

Não existe nenhum clima de terror entre o grupo. Todo mundo está tranquilo. Aceitamos a sua sugestão de prudência para não correr riscos desnecessários. Mas não podemos fazer nenhum recuo. Por enquanto estamos ainda sendo preservados, talvez para nos apanharem mais na frente e com mais rigor. A linha dura está enrijecendo sua plataforma. Não há mais controle de coisa alguma no Brasil. As polícias se multiplicam como se fossem vários estados dentro do Estado. Infelizmente não há um crescimento paralelo dentro da hierarquia. Os aventureiros continuam os mesmos. Não é bom esperar nada oficialmente. Neste momento de fraqueza, porém, a Palavra continua vivíssima, suscitando reações contraditórias...precisamos que você continue sua obra no Nordeste. Será mais difícil. (BATISTA, 1972).

Além da análise de conjuntura, tanto das questões políticas como de fatores internos que vivenciavam o Brasil e a Igreja Católica de então, João Batista fez questão de afirmar que não haveria recuo dos trabalhos que naquele momento eram realizados e reafirmou o desejo de que Comblin continuasse seu trabalho, mesmo que à distância. Por isso, a menção de João Batista de que seria difícil; contudo, ressaltou a importância de que fosse dada continuidade à obra.

Mesmo que não tenhamos as duas pontas dessa comunicação, ou seja, a sequência de tais trocas de cartas, elas são muito importantes, porque, além de nos ajudar a conhecer o contexto, tornar-se-iam proveitosas, pois, através delas, poderíamos “comparar as diversas correspondências de um mesmo indivíduo, a natureza e a intensidade dos laços que manteve”. (MALATIAN, 2012, p. 204).

Outra questão a perceber através dessas correspondências, é como o episódio da expulsão de Comblin em 1972, também nos revelou parte da configuração da sua rede de sociabilidade no Nordeste brasileiro e em outras regiões do país. E isso pelo fato de que não faltaram pessoas que saíram em sua defesa publicamente, mas sobretudo nas comunicações reservadas e privadas das cartas que recebeu e escreveu.

Em abril, por exemplo, as de Dom José Maria Pires, padre Marcelo Carvalheira, Dom Mariano, Dom Nivaldo Monte e Frei Gorgulho.

A primeira, em 1º de abril, foi enviada por Dom José Maria Pires, que além de agradecer e se solidarizar com Comblin, afirmava estar envergonhado, como brasileiro, pelo acontecido. Vejamo-la a seguir:

Dizer que estou solidário com você é pouco demais. Se você sofre por não poder continuar no Brasil, nós sofremos mais ainda vendo coroados desse modo os esforços que você despendeu em nosso proveito. O que revolta a gente é a maneira como você e os outros são tratados. Até quando, Senhor? Todos nós lamentamos profundamente o ocorrido. De minha parte, não só lamento mas estou envergonhado. Como brasileiro, sinto-me envergonhado das baixezas que estão sendo cometidas em nome da segurança nacional. (PIRES, 1972).

Dias depois, em 04 de abril, escreveu-lhe o padre Marcelo Carvalheira sobre os danos da sua saída do Brasil:

Sua retirada do Recife nos atingiu a todos nós, de um modo profundamente venal. Descobrimos, no sofrimento pela sua saída, o quanto o amamos e contamos com você para o nosso trabalho. [...] A equipe em Olinda, da tua casa, está, agora, com um vácuo irreparável. [...] Os amigos, padres, seminaristas e leigos têm sido muito solidários e já nos reunimos para refletir e rezar. O dom lhe contará tudo. (CARVALHEIRA, 1972).

Além da demonstração de solidariedade e do caráter afetivo presente nos trechos da carta do padre Marcelo Carvalheira, mencionam-se as dificuldades na continuidade dos trabalhos que desenvolviam. No trecho final, percebe-se a alusão feita pelo padre Marcelo à ida de Dom Hélder para a Bélgica, quando visitou Comblin no mês de maio.

Em 16 de abril, respondendo a Raimundo Nonato, Comblin confirmou o recebimento de carta a qual tivera Dom Hélder como portador: “recebi a sua carta por intermédio de dom Hélder. Recebi-a no último dia, quando ele já estava para sair”. (COMBLIN, 1972). Ainda nessa carta, Comblin receia a interceptação de suas correspondências pelos militares:

Tinha mandado antes uma carta para o João Batista por intermédio de outra pessoa. Não sei se essa carta lhe terá chegado. Se esta carta cair nas mãos da polícia, certamente, eles lhe darão interpretações militares. A obsessão e a má fé são tais que tudo serve para criar acusações arbitrárias. É o reino dos idiotas e dos imbecis. Paciência. (COMBLIN, 1972).

Percebemos que Comblin evitou dizer por quem havia enviado a carta, pois, certamente, temia que a missiva fosse interceptada e ali se descobrisse o nome do portador. Fez questão de denunciar as interpretações equivocadas que poderiam ser feitas dessa correspondência, possivelmente relembrando o que lhe ocorrera no ano de 1968.

O padre ainda descreveu os sentimentos com o contexto da sua expulsão, sobretudo no que dizia respeito aos trabalhos interrompidos:

Depois, mando para você cartas com mais pormenores. Esta é somente para dizer o quanto sinto não poder participar das obras do grupo à procura de uma nova Igreja. No momento, estou sem papéis, sem notas, sem livros e no meio de bastante confusão, à procura de outro destino e outro apostolado. [...] Garanto que acompanharei de longe com muita esperança os esforços feitos para fazer nascer a nova Igreja do Nordeste nas comunidades dos pobres. Os nossos sofrimentos de hoje preparam a alegria de amanhã. Acompanho os sofrimentos, a paciência, as esperanças do povo nordestino. (COMBLIN, 1972).

Como podemos notar, a carta é reveladora como poucas ao ser descrito, pelo próprio sacerdote, o momento conturbado que vivera até então. Assinala estar ainda sem rumo e à procura de um novo campo de atuação para continuar seu projeto de uma nova Igreja nas comunidades dos pobres, além de manter a esperança em dias melhores.

De São Paulo, em 07 de abril, Comblin recebeu do Frei Gorgulho mais uma carta de solidariedade e gratidão:

Neste momento de sofrimento para o Sr. e também para nós que nos sentimos atingidos, devemos agradecer-lhe o dom dos melhores anos de seu sacerdócio para a América Latina e para o Brasil. Agradecemos igualmente o trabalho que desempenhou aqui em São Paulo, principalmente aquele realizado por sua reflexão teológica e por seus estudos de teologia pastoral. [...] Nesta ocasião queremos ainda lhe dizer que esperamos que o acontecido com o Sr. não tenha sequência com outros padres, sobretudo, não seja a tentativa de marginalização e de afastamento das pessoas que pensam e levam a Igreja a exercer mais ativamente sua consciência crítica em prol da libertação e da evangelização de nosso povo. (GORGULHO, 1972).

Além dos agradecimentos pela atuação do padre Comblin como um sacerdote do Brasil e da América Latina, percebe-se o reconhecimento pelo teólogo, das dificuldades e o desejo de que as perseguições sobre aqueles que pregam uma evangelização libertadora não continuem. É outra característica do contexto daquele período, que através dessas correspondências, vai ficando evidenciado o conflito entre o governo ditatorial e segmentos do catolicismo brasileiro.

Do Rio Grande do Norte, em 25 de abril, através de carta conjunta assinada pelo Arcebispo metropolitano de Natal - Dom Nivaldo Monte, Bispo de Caicó - Dom Manoel Tavares, Bispo de Mossoró – Dom Gentil Diniz Barretto e pelo Bispo auxiliar de Natal - Dom Antônio Soares Costa, outra demonstração de solidariedade e agradecimento:

Reunidos em Ponta Negra para refletirmos sobre os problemas de nossa Província Eclesiástica, queremos dirigir-lhe uma palavra de agradecimento, no momento em que o senhor foi constrangido a deixar o Brasil. Sabemos o que significa para o senhor ter que sair do Brasil, principalmente, do Nordeste, onde viveu uma intensa experiência teológico-pastoral, inteiramente a serviço do Povo de Deus. Solidários com o seu sofrimento e cientes da ortodoxia dos

seus ensinamentos e fidelidade à Igreja, queremos agradecer-lhe a valiosa ajuda que nos deu através de suas reflexões e da rica bibliografia que deixou à disposição dos nossos agentes pastorais. Que Deus lhe dê força e coragem para continuar nas mesmas disposições de servir à Igreja em qualquer parte do mundo. (MONTE, 1972).

Mais uma vez são ressaltadas as contribuições teológicas e pastorais do padre Comblin no Brasil, especialmente no Nordeste, além é claro do evidente apoio que recebeu por causa da sua expulsão.

Dessa feita, a rede de solidariedade que podemos verificar nas correspondências enviadas a Comblin, demonstra também aspectos da sua penetração nos diferentes espaços do país. Faz-nos perceber também as características do contexto de então a partir de outros olhares e modos de descrevê-lo, bem como, de acordo com Malatian, “mapear, nas correspondências trocadas, as redes de sociabilidade nas quais os indivíduos se inserem e os vínculos existentes entre os correspondentes”. (2012, p. 203).

Sendo assim, podemos observar a partir de algumas cartas que apresentamos, tendo como recorte o período da sua expulsão, e apenas as correspondências recebidas em abril de 1972, suas relações com grupos de Recife-PE, João Pessoa-PB, Natal-RN e São Paulo-SP.

Seu universo de atuação foi maior, mas destacamos os já mencionados, para exemplificar seu trabalho junto aos demais grupos. Dessa feita, a partir da análise do contexto e da visibilidade de outros sujeitos através da trajetória de José Comblin em tempos de ditaduras na América Latina, aproveitamos também para refutar quaisquer perspectivas superadas da escrita biográfica tradicional.

Conforme foi solicitado e de alguma forma se comprometeu em parte das correspondências, Comblin, residente em Talca, no Chile, continuou em contato com as atividades desenvolvidas no Brasil ao longo dos anos 1970. Para verificarmos as características dessa comunicação, analisamos algumas das cartas que recebeu de Dom José Maria Pires.

Em 27 de julho de 1973, o Arcebispo da Paraíba escreveu a Comblin, para, dentre outras situações, informá-lo sobre os ataques que Dom Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia, vinha sofrendo e encaminhar a carta pastoral escrita e propagada por Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia, da qual destacamos o seguinte trecho inicial:

Aproveitando o excelente portador, estou lhe enviando um exemplar da Carta Pastoral de dom Fernando. Ele a remeteu, antes da divulgação, a todos os bispos ao Brasil e pediu a opinião deles. Uma cópia foi logo parar, não se sabe como, no serviço de Segurança Nacional. Um major insistiu com dom Fernando para que não divulgasse a carta porque as consequências seriam muito sérias. Ele não se deixou intimidar. Não sei até que ponto teremos mesmo condições de fazer circular mais esse brado de alerta. Vamos tentar. (PIRES, 1973).

A informação fazia referência à carta pastoral *Como Vemos a Situação da Igreja em Face do Atual Regime*, em que tecia fortes críticas à ditadura militar brasileira. Segundo Borges, “O Arcebispo esclareceu que na carta expunha o que pensava sobre a conjuntura sociorreligiosa e firmava sua posição frente a essa situação, além de indicar pistas para uma ação conjunta”. (2011, p. 73). Devido à divulgação dessa carta pastoral, mesmo que internamente, Dom Fernando foi chamado para reuniões na comissão bipartite.

O governo Médici, recebeu através dessa comissão, uma das mais contundentes críticas até então, inimaginável, conforme apresentamos trecho abaixo:

A base mais forte do sistema está na força das armas que dispõe de todos os meios para fazer o povo suportá-lo. São os serviços de informações, a absorção dos meios de comunicação, a censura à imprensa escrita e falada, a negação do direito de defesa, a supressão, em muitos casos, do habeas-corpus, a propaganda teleguiada e inegavelmente bem feita, o populismo em torno dos esportes, o escondimento sistemático dos crimes oficiais ou cometidos à revelia das autoridades, mas por elas acobertados pela impunidade, para salvar o bom nome do regime que se considera onisciente, onipresente, onipotente, infalível e irreversível. (SANTOS, 1982b, p. 231. *In*: BORGES, 2011, p. 73).

Essa carta pastoral, causou repercussão tanto em nível nacional quanto internacional e esteve diretamente relacionada a outros dois documentos de abrangência e repercussões ainda maiores: *Marginalização de um Povo – Grito das Igrejas*, elaborado pelos Bispos do Centro-Oeste brasileiro e *Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo*, assinado pelos Bispos do Nordeste, ambos no ano de 1973.

A correspondência de Dom José para Comblin, contextualizou outras questões relacionadas às perseguições contra Casaldáliga e o quanto o SNI estava ciente das manifestações internas de segmentos da Igreja Católica brasileira contra a ditadura militar. Mas essas já eram públicas desde o início dos anos 1970.

Noutra carta, datada em 31 de julho de 1976, Dom José lamenta não ter podido participar de encontro com Comblin: “desejei fazer parte do grupo que foi refletir com você, mas havia tanta coisa marcada que não pude inscrever-me na lista dos seus discípulos. Ainda espero com firme confiança sua volta ao nosso meio”. (PIRES, [Correspondência] 31 jul. 1972).

Era comum a manutenção de comunicação entre Comblin e sua rede de contatos no Brasil, seja para deixá-lo informado, seja para convidá-lo para participar de cursos e palestras, ou até mesmo para trocar ideias e pedir-lhe seus conselhos.

No final de 1977, ocorreu em Bogotá o Encontro Latino-americano para Bispos sobre a Não-violência. Comblin foi convidado por Dom José para ser um dos palestrante, tendo em

vista que participava da organização desse evento. Portanto, um encontro que era promovido pelo Movimento Internacional de Reconciliação e pelo Serviço Justiça e Não-Violência, que tinha a coordenação de Adolfo Perez Esquivel, mas que no período de realização do mesmo se encontrava impossibilitado de participar, por se encontrar, naquele momento, preso pela ditadura argentina.

Assim, Dom José fez o convite:

Caro amigo Comblin: de 28 de novembro a 01 de dezembro haverá em Bogotá um encontro latino-americano para Bispos sobre a Não-Violência. A primeira exposição traz como título: DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E O PAPEL DA IGREJA. Na distribuição de tarefas, fiquei encarregado de encontrar o expositor. Desde o início achei que você era a pessoa indicada dado o seu conhecimento da matéria e o domínio das línguas portuguesa e espanhola. Essa exposição será a primeira do encontro (dia 29 às 8,15). Ela visa a colocar os participantes diante da realidade social e eclesial da A.L. e prepará-los para o segundo tema que será: A NÃO-VIOLÊNCIA, UMA OPÇÃO EVANGÉLICA. (PIRES, 1977).

Adepto da perspectiva da não-violência, tema que o colocara em sintonia com os escritos de dom Hélder, inclusive, numa outra correspondência de Dom José é possível perceber que o convite foi aceito por Comblin, porém sem o status de palestrante:

Foi uma alegria ter a confirmação da sua presença no encontro da Não-Violência. A sugestão de dois mestres para o diagnóstico da situação foi de D. Frago. O Secretariado Justiça e Não-Violência de São Paulo a encampou e me escreveu pedindo que insistisse em Hildegard que é a coordenadora geral do encontro. Entretanto achei melhor a solução dada por você: participar e colaborar como participante e não como expositor. Para mim, o mais importante mesmo é o encontro com você. Sei que sua palavra iria ajudar muito. Mas não é preciso que ela seja dita em tom de conferência. Aliás a presença já é um modo muito eloquente de falar. (PIRES, 1977).

Dessa forma, a presença de Comblin estaria confirmada no encontro, mas não necessariamente como conferencista. Outro nome foi sugerido. Tratava-se de Hildegard Goss-Mayr, austríaca e militante da não-violência ativa, que junto com Esquivel, estava entre os que fundaram o Servicio Paz y Justicia en América Latina - SERPAJ-AL⁸².

⁸² O Serviço de Paz e Justiça (Serpaj) é uma organização social de inspiração cristã ecumênica que visa promover os valores da Solidariedade e da Não-violência e promover a construção de uma sociedade baseada no pleno reconhecimento dos Direitos da Pessoa e As pessoas. Embora suas origens remontem ao final dos anos 1960, o SERPAJ, como tal, foi fundado em 1974 como uma confluência de vários grupos comprometidos em dar vida a uma entidade que promovia os valores cristãos e a metodologia de ação não violenta. Processos de libertação latino-americanos, caracterizados por situações de injustiça e violência institucionalizada, expressas na miséria e na opressão. Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz de 1980 e atual presidente do SERPAJ Argentina, foi um dos fundadores da organização e atuou como Coordenador Geral da América Latina entre 1974 e 1986. Fonte: <http://www.derechos.org/serpaj>. Acesso em: 09 dez. 2020. (Tradução nossa).

Ou seja, a carta reafirmava o que indicamos quando nos referimos à continuidade na relação que adquiriu no Brasil, quando da sua participação nos trabalhos que identificavam sua rede de sociabilidade.

As informações sobre o contexto político brasileiro e sua relação com a Igreja também permaneciam. Em carta de 16 de outubro de 1978, Dom José Ihe respondeu sobre o projeto “grupo de amigos”, do qual participava João Batista junto com o padre Guerre. O projeto consistia em acompanhar um grupo de vocacionados. Naquele momento, o bispo deu suas impressões sobre a conjuntura de então, que considerava “a atmosfera ainda muito carregada”. (PIRES, 1978). Cita, por exemplo, o caso do Recife, referindo-se ao fato de Cajá (Edval Nunes) ter sido detido e o padre italiano Domenico Corcione, coordenador da Pastoral da Juventude da CNBB NE II, ter sido indiciado.

No final dessa carta, Dom José Ihe repassou a seguinte informação: “quanto aos vistos de entrada, estão começando a ser concedidos. Cada semana liberam um determinado número de pedidos”. (PIRES, 1978). Certamente, Comblin já começava a preparar-se para tentar retornar ao Brasil.

As correspondências seguintes apontam justamente para a perspectiva da sua volta, segundo uma de 16 de abril de 1979:

Recebi sua carta e me alegrei com a notícia de que há pessoas trabalhando para que se resolva o problema diplomático de seu retorno. Falei ao Pe. Virgílio Uchoa a esse respeito e ele ficou de sondar o que há de concreto em Brasília. Vou cobrar a promessa agora durante a Assembleia da CNBB (PIRES, 1979).

A outra é de agosto do mesmo ano, que, além da situação do seu retorno, trata também da conjuntura política do momento:

Depois que o Congresso Nacional aprovou o decreto da Anistia é a primeira carta que escrevo. E o faço na esperança de que você esteja se sentindo entre os atingidos pelo decreto a ser sancionado brevemente pelo Presidente da República. A conclusão que tirei da leitura do texto é que estão incluídos todos os que não foram expressamente excluídos. Agora falta a regulamentação da lei a ser baixada dentro de 30 dias. Mas eu creio que você já deve ir preparando suas malas para regressar. (PIRES, 23 ago. 1979).

A expectativa pelo retorno de Comblin aumentava e tal possibilidade foi ficando cada vez mais concreta com a Lei da Anistia. Ambas as cartas demonstram que haviam alguma movimentação nesse sentido. De fato, como descreveu Comblin, assim aconteceu:

Em 1979, em Puebla, Dom Paulo prometeu-me que pediria aos melhores advogados da Comissão Justiça e Paz de São Paulo que se empenhassem para que eu pudesse entrar novamente no Brasil. Tiveram muito trabalho, porque somente o Supremo Tribunal Militar podia anular um decreto supremo do presidente Médici. Por fim conseguiram, e, em março de 1980, pude entrar de

novo no Brasil. Durante seis anos, entrei como turista, saindo do país para entrar de novo de três em três meses. Mas enfim consegui. (MONTENEGRO, 2019, p. 191).

Assim, a partir de março de 1980, Comblin podia novamente pisar o solo brasileiro, porém com visto de turista, tendo que sair a cada três meses. Como sempre esteve associado a vários projetos na América Latina e às aulas em Lovain, as oportunidades para sair constantemente do país, continuaram existindo.

Encontramos nos arquivos da agência central do Serviço Nacional de Informações – SNI, comunicação sobre o processo de retorno do padre belga ao Brasil, sobretudo no que se refere às articulações feitas por Dom Paulo Evaristo Arns, que estava empenhado na luta pela entrada do sacerdote no país.

A informação confidencial nº 0471, que tinha como assunto: Articulações e Envolvimentos da Esquerda Clerical, de 28 de setembro de 1979, encaminhada do SNI para a DSI do Ministério da Justiça, além de apontar Dom Paulo como um dos expoentes da esquerda clerical, afirmava que ele arregimentava adeptos para a sua causa. Segundo a referida informação,

D. PAULO EVARISTO ARNS, JOSÉ CARLOS DIAS e o Pe. VIRGÍLIO LEITE UCHOA estavam articulando a chegada do Pe. JOSÉ COMBLIN e do Sociólogo PAULO FREIRE, objetivando dar notável repercussão ao fato. [...] Recentemente, JOSÉ CARLOS DIAS, Presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de SÃO PAULO, compareceu ao DOPS, munido de uma procuração de D. PAULO EVARISTO ARNS, para consultar sobre a possibilidade de retorno ao BRASIL do Pe. JOSÉ COMBLIN, como turista. (Arquivo Nacional – SIAN, FUNDO: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8, Articulações e envolvimento da esquerda clerical, 1979, p. 03).

Esse documento reforça o que relatou Comblin sobre as movimentações de Dom Paulo Evaristo Arns no sentido de ajudar no processo do seu retorno, o que de fato se efetivou no início dos anos 1980. No entanto, como turista, como também se confirma a partir da solicitação descrita acima feita pelo advogado José Carlos Dias junto ao DOPS.

Durante esse processo de retorno ao Brasil, Comblin e seu grupo de atuação em Talca e no Nordeste brasileiro, estiveram divididos entre dois projetos: o Seminário Rural de Talca e o Seminário Rural do Avarzeado, em Pilões⁸³, região brejeira da Paraíba.

⁸³ Pilões é um município brasileiro no estado da Paraíba localizado na Mesorregião do Agreste Paraibano, microrregião do Brejo Paraibano, unidade geoambiental do Planalto da Borborema. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010 sua população era estimada em 6.978 habitantes, e agora de acordo com censo de 2016 sua população está estimada em 6.667 habitantes. Possui área de 64,4 km². O relevo geralmente movimentado, com vales profundos e estreitos dissecados, apresenta um conjunto de montanhas (altitude média de 400m acima do nível do mar). O município apresenta vários rios perenes, belas cachoeiras e pequenos córregos que compõem a bacia hidrográfica do Rio Mamanguape. Com vestígios

A possibilidade de poder voltar ao Brasil facilitou para coordenar diretamente as ações na Paraíba, sobretudo quando a partir da sua vinda em 1980, pôde se reunir em Itamaracá para avaliar 10 anos de caminhada da Igreja dos pobres no Nordeste, assunto que trataremos no próximo capítulo.

Sobre o Seminário Rural de Talca, Comblin explicou:

A ideia era a seguinte: há, no meio rural, jovens dotados de todas as qualidades para serem sacerdotes, mas não tiveram oportunidade de estudar ou não se sentem à vontade num seminário que prevalece uma cultura diferente da cultura camponesa. Não seria possível dar-lhes uma formação própria adaptada às suas capacidades e às necessidades do mundo rural em que poderiam evangelizar? Consultaram-me. Disse: claro que sim. (MONTENEGRO, 2019, p. 157).

Dessa maneira, contribuiu na formulação do projeto do Seminário Rural de Talca, que teve como Reitor Dom Alejandro Jimenez⁸⁴.

A experiência o remetia ao que fora vivenciado em Tacaimbó-PE e Salgado de São Félix, entre 1969-1971, a Teologia da Enxada. A perspectiva era a mesma, ou seja, pensar um processo de formação a partir das comunidades rurais e para a formação de um sacerdócio que compreendesse tal linguagem e ambiente.

Comblin elaborou o programa de estudos com base na experiência da Teologia da Enxada, porém com as devidas adaptações locais. O Seminário de Talca começou em 1978, porém, tornou-se mais um projeto que ele não pôde acompanhar in loco, pois, mais uma vez, a ditadura o alcançou, conforme descreveu: “dois anos depois fui expulso do Chile, mas a equipe continuou. Depois da minha expulsão, várias vezes nos reunimos na Argentina, perto da fronteira do Chile, já que não podia entrar. Preparávamos o programa do ano”. (MONTENEGRO, 2019, p. 158).

Aquele momento de interrupção e (des)continuidade que marcou a vida de Comblin na América Latina, foi assim descrito:

No início de 1980, estava chegando ao aeroporto de Santiago e a polícia prendeu-me dizendo que era pessoa non grata e me levaram imediatamente a

remanescentes da Mata Atlântica, apresenta vegetação formada por Florestas Subcaducifólica e Caducifólica, próprias das áreas agrestes. Baseou sua economia, durante muito tempo, no plantio da cana-de-açúcar para a produção da rapadura e da cachaça. Fonte: <http://www.piloes.pb.gov.br>. Acesso em: 09 dez. 2020.

⁸⁴ Alejandro Jimenez Lafoble, foi um religioso do Chile, bispo auxiliar de Talca e bispo de Valdivia (1983 - 1996). Foi professor da Pontificia Universidad Católica de Chile, responsável pela formação dos seminaristas em Talca e Vigário Episcopal desta Diocese. Em 1975, o Papa Paulo VI o elegeu Bispo Titular de Martana e Auxiliar em Talca. O Papa João Paulo II o nomeou Bispo de Valdivia em 14 de dezembro de 1983, sucedendo ao Monsenhor José Manuel Santos Ascarza, que assumiu a Arquidiocese de Concepción. Tomou posse da Diocese em 6 de janeiro de 1984. A sua missão episcopal concentrava-se na Pastoral dos Direitos Humanos, caracterizando-se nesta Diocese pela proximidade com os setores laborais e pela defesa dos Direitos Humanos; a reorganização da Pastoral diocesana, criando uma série de departamentos de ação evangelizadora e algumas fundações para canalizar a ajuda social aos mais necessitados.

um avião que tinha por destino Lima. Felizmente tinha bons amigos em Lima, mas todo trabalho no Chile ficou interrompido. (MONTENEGRO, 2019, p. 162).

Impedido de permanecer no Chile a partir de 1980, ano que foi permitido voltar ao Brasil como turista e sair a cada três meses, Comblin esteve entre Lima, Bélgica, Brasil e demais países da América Latina, com exceção de terras chilenas de modo permanente, onde ainda pôde voltar até 1982 com visto de turista. Porém, depois dessa data, nem com esse visto lhe foi permitido voltar ao Chile enquanto perdurou a ditadura do General Pinochet naquele país.

Sendo assim, acompanhou à distância o trabalho no Seminário Rural chileno, e recebeu por muito tempo as correspondências daquele que assumiu em seu lugar a coordenação de estudos em Talca, Augustín Vial⁸⁵.

A comunicação entre ambos ocorreu ao longo de toda a década de 1980. Tratavam de questões pessoais, do andamento dos estudos no Seminário Rural, da avaliação das atividades bíblicas e agrícolas desenvolvidas, bem como do direcionamento para possíveis encontros de planejamento.

Abaixo, citamos um dos trechos de uma das cartas de Augustín para Comblin:

Queria escrever-lhe para lhe falar um pouco mais detalhadamente sobre as primeiras impressões, pensando que apesar de ter entrada gratuita, como você me diz em sua carta, você já tem tudo resolvido até novembro. O ideal seria que você pudesse dar uma volta por aqui; se for agora, teremos uma revisão nos dias 24 e 25 e 26 de julho; Ou se não, acho que em vez de se reunir em Mendoza poderia ser aqui e coincidir com a primeira grande revisão que está programada entre 11 e 17 de setembro. (VIAL, 1981, tradução nossa).

No trecho de que dispomos, Augustín apresenta a possibilidade de Comblin ir ao Chile para participar da avaliação do processo de formação do Seminário Rural de Talca. Citou também a cidade de Mendonza na Argentina, lugar em que se encontravam para reuniões dessa natureza. Portanto, o início de tal experiência de formação rural está atrelado ao contexto da expulsão do padre Comblin do Chile, e mais uma vez, as surpresas e descaminhos que vivenciou. Isso nos ajuda a perceber o que criticou Bordieu a respeito da linearidade ou coerência das vidas (2006, p. 184). Ou seja, existem elementos de ruptura que caracterizam, assim como em Comblin, a vida dos sujeitos. Projetos adiados, planos inconclusos ou redefinidos.

⁸⁵ Diácono que ajudava na formação bíblica e substituiu Comblin como diretor de estudos no Seminário Rural de Talca.

O Seminário Rural de Talca, muito embora tenha tido o apoio e acompanhamento de Comblin fora do Chile, foi mais um elemento que marca entre tantos outros, momentos de (des)continuidades em sua trajetória de vida na América Latina.

No entanto, o padre belga reinventou a maneira de atuar para continuar organizando as esperanças, e foi vivenciá-las sob outros aspectos, a partir de um novo contexto e lugar, no brejo paraibano – Nordeste brasileiro.

3.5 Novamente no Brasil: a ditadura não esqueceu o padre José Comblin.

Depois de ter morado no Brasil por dois momentos (1958-1962) e (1965-1972), o padre Comblin iniciou sua terceira passagem no país no início dos anos 1980. Nos primeiros anos ainda com visto de turista, uma vez que, a ditadura então vigente não havia lhe esquecido, e portanto, não lhe concedeu o visto permanente.

Conforme mencionamos no tópico anterior através das correspondências de Dom José Maria Pires e dos documentos do SNI, desde 1979 haviam articulações para solicitar ao governo brasileiro autorização para o retorno do padre ao Brasil, especialmente no contexto da aprovação da Lei 6.683/79, a conhecida Lei da Anistia⁸⁶. Neste período, abril de 1979, Comblin escreveu à Raimundo Nonato em resposta a uma carta anterior que lhe enviou, e citou pelo menos três questões das quais estava envolvido naquele momento e que descrevemos em seguida:

[...] Oxalá aquilo de 1980 seja no Brasil. Quem sabe se não vai ser possível. Estou com mais esperanças do que antes. Vou pensar naquilo da avaliação: 10 anos realmente já é um tempo bem importante, todo um caminho. Você pensa em avaliação para você próprio ou para a comunidade? (COMBLIN, 1979).

Comblin demonstrava esperança no retorno ao Brasil no ano seguinte, o que reforça de fato a articulação existente para que voltasse, e mais, responde a uma proposta levantada por Raimundo Nonato de fazer uma avaliação de 10 anos que, observando os acontecimentos posteriores, identificamos como sendo um encontro que analisou os resultados alcançados com as suas propostas nos últimos dez anos por um novo jeito de ser Igreja e o planejamento para

⁸⁶ Em 28 de agosto de 1979, o presidente João Baptista Figueiredo concedeu o perdão aos perseguidos políticos (que a ditadura militar chamava de subversivos) e, dessa forma, pavimentou o caminho para a redemocratização do Brasil. Foram anistiados tanto os que haviam pegado em armas contra o regime quanto os que simplesmente haviam feito críticas públicas aos militares. Graças à lei, exilados e banidos voltaram para o Brasil, clandestinos deixaram de se esconder da polícia, réus tiveram os processos nos tribunais militares anulados, presos foram libertados de presídios e delegacias. O projeto que deu origem à Lei da Anistia foi redigido pela equipe do general Figueiredo. O Congresso Nacional o discutiu e aprovou em apenas três semanas. Fonte: Agência Senado. Acesso em: 26 jul. 2021.

as próximas diretrizes deste trabalho no Nordeste brasileiro ao longo da década de 1980. Citaremos adiante este momento como o Encontro de Itamaracá.

Depois, destacou as repercussões da III Conferência Episcopal Latino-Americana, ocorrida em Puebla: “as repercussões de Puebla serão boas, ainda que pouco se fale nisso. Mas as eleições no CELAM deixaram a todos numa perplexidade muito grande”. (COMBLIN, [Carta] 02 abril 1979). Referia-se a eleição do então Arcebispo colombiano Alfonso López Trujillo para presidir o CELAM entre 1979-1982. Trujillo, depois se tornou Cardeal (1983) e Presidente do Pontifício Conselho para a Família no Vaticano (1990), era ultraconservador e foi um dos maiores opositores da Teologia da Libertação. Comblin, sofreu uma violência física de Dom Alfonso López Trujillo durante o III CELAM, conforme mencionou:

Um dia Alfonso López descobriu-me num dos corredores do Seminário. Tomado de surpresa, agarrou-me pelo pescoço e sufocou-me com toda essa força hercúlea que tem. Não tinha intenção de me matar, mas é um homem impulsivo adicto à violência física e me teria matado se um grupo de bispos não tivesse aparecido naquele momento. (MONTENEGRO, 2019, p. 186).

A mesma força utilizada pelo então Arcebispo colombiano que poderia ter levado à morte o padre belga, ou até força maior, foi efetivada contra os avanços do catolicismo latino-americano defendidos pelo seguimento progressista. Daí derivava a decepção do padre José Comblin com a sua vitória para presidir o CELAM.

Ainda na mesma correspondência, mencionou a experiência do Seminário Rural de Talca, “estamos a poucos dias do início do processo de formação sacerdotal para um grupo de 6 camponeses. Vamos ver o que vai dar. Estão muito entusiasmados. Vamos ver o que dará a fórmula mista com jovens de famílias rurais bem humildes”. (COMBLIN, [Carta] 02 abril 1979). Seja a esperança em voltar ao Brasil e dar continuidade aos seus projetos que ocorreria de maneira mais eficaz com a sua presença, seja as questões que envolvem o CELAM ou o projeto de formação que iniciaria no ano de 1979 no Chile, demonstram a efetividade prática da atuação do padre José Comblin na busca por um novo jeito de ser Igreja.

Numa próxima carta, reafirmou sua opção: “a opção pelos pobres do campo é uma opção pelos fracos, pelo pessoal que não tem poder, não tem capacidade de dirigir o seu destino, pessoal que sempre vive na dependência. A finalidade é ajudá-los a crescer”. (COMBLIN, [Carta] 15 jul. 1979). Depois de cerca de dez anos da Teologia da Enxada, no mínimo duas coisas permaneciam na opção de Comblin, o olhar para o ambiente rural, o campo, e o desejo da conquista da autonomia dos leigos e leigas através da formação. Esta foi a perspectiva que norteou sua atuação no terceiro momento no Brasil, mesmo que inicialmente com as dificuldades da sua permanência, como descreveu, “em março de 1980, pude entrar de novo no

Brasil. Durante seis anos, entrei como turista, saindo do País para entrar de novo de três em três meses. Mas enfim consegui”. (MONTENEGRO, 2019, p. 191).

O Jornal do Brasil, na matéria de 23 de maio de 1980: *Comblin volta mas não fala*, publicou as primeiras atividades do padre Comblin no Brasil e destacou a cautela adotada pelo sacerdote naquele momento:

Expulso do país em 1972 sob acusação de ser marxista e de ameaçar a segurança nacional, o dominicano Joseph Comblin está desde anteontem fazendo retiro na vila de Itapissuma, a 30Km da Capital, onde desembarcou terça-feira. Por uma freira, explicou: "Tenho meus motivos para nada dizer", além de pedir desculpas. (Jornal do Brasil, 1980).

Tendo em vista ser os primeiros momentos na sua volta ao país depois de ser expulso em 1972, é compreensível a cautela adotada pelo padre Comblin que, ainda lutaria por muito anos para obter o visto permanente. Aparentemente um retiro, como foi citado na reportagem do Jornal do Brasil, era o que faziam em Itapissuma. Mas, para ser mais específico, naquele momento acontecia o que desde ano anterior se articulava através de correspondência, uma avaliação e planejamento das suas atividades para os próximos anos que, não ocorreu em Itapissuma, mas em Itamaracá. Por isso, denominamos de: O Encontro de Itamaracá.

Proposto ao padre José Comblin por um dos seminaristas da primeira experiência da Teologia da Enxada, Raimundo Nonato, o encontro de Itamaracá foi a primeira atividade desenvolvida por Comblin em seu retorno, junto com parte do primeiro grupo de formação da Teologia da Enxada, além de outros nomes que se somaram ao longo de tais atividades no Brasil durante os anos 1970. O Objetivo foi avaliar os últimos dez anos das atividades desenvolvidas e projetar as diretrizes para as próximas ações. Sobre este momento, Monica Muggler destacou que, “Dom Paulo compreendeu e acolheu o desejo de padre José de vir para o Nordeste, atendendo ao apelo do grupo de missionários da Teologia da Enxada”. (2012, p. 171). Além dos seminaristas da experiência da Teologia da Enxada, Comblin acrescentou que:

Com eles estava também Maria Emília, que fora trabalhar no Nordeste depois da minha expulsão. Eles pediram que iniciássemos alguns projetos para a evangelização do campo. Fizemos uma reunião de vários dias numa casa religiosa na ilha de Itamaracá. Ali ficamos projetando o futuro. Dessa reunião deviam sair algumas decisões importantes (MONTENEGRO, 2019, p. 191).

Meses depois, o grupo através de carta circular anunciou o encontro, mencionando os nomes dos presentes, o objetivo do mesmo e de forma resumida as decisões tomadas. Tal carta, começa da seguinte maneira:

Depois de 10 anos vividos no meio rural, procurando animar, viver e fundar comunidades, paramos durante 15 dias para uma intensa revisão de nosso trabalho missionário. Éramos seis: João Batista de Belém-PB, Frei Roberto de

Propriá-SE, João Firmino de Iguatu-CE, Pe. Raimundo Jorge Mello de Esperantinópolis-MA, Pe. José de Recife-PE e Raimundo Nonato de Tacaimbó-PE. (Carta Circular, Tacaimbó, 08 ago. 1980).

Este trecho é interessante por duas razões, primeiro por mencionar a continuidade das atividades no meio rural após a formação da Teologia da Enxada e da expulsão do padre Comblin no Brasil. É um sinal de que a busca por um novo jeito de ser Igreja continuou. Segundo, a citação dos participantes e as localidades que representavam, demonstra a rede de atuação e alcance da liderança do padre José Comblin no Nordeste brasileiro. Dentre os citados, metade tinham participado da primeira experiência da Teologia da Enxada, Raimundo Nonato, João Firmino e João Batista.

Sobre o principal objetivo das próximas ações, uma das características do novo jeito de ser Igreja percorrido pelo padre Comblin, a transformação da sociedade, conforme foi mencionado em outro trecho da carta circular: “sabemos que é impossível ser fator de transformação da sociedade – objeto da evangelização – se permanecermos isolados. Daí a nossa busca de comunhão e partilha com vocês. (Carta Circular, Tacaimbó, 08 ago. 1980). Sendo assim, a prioridade pelo movimento comunitário do campo, tornou-se uma constante.

O método de avaliação adotado pelo grupo no Encontro de Itamaracá, consistiu em responder a algumas perguntas sobre as realidades vivenciadas, seguido do comentário e orientação de Comblin. Dentre as perguntas, consta no documento Encontro de Itamaracá, maio/junho de 1980: O que se queria, o que se conseguiu? Projetos iniciais: projetos não razoáveis? Desistimos de projetos bons? Novos projetos durante a caminhada? Se tivesse que recomeçar agora, o faria com os mesmos projetos, ou enxergaria as coisas de outro modo? Além dos projetos, outros temas são refletidos, como: as pessoas da comunidade, atividades comuns da comunidade, comunidade e mundo exterior, o que virá daqui para frente? E uma segunda parte composta de aprofundamento teológico.

Dentre vários pontos que compõem a avaliação deste encontro, destacamos uma passagem que se refere à experiência na cidade de Tacaimbó da qual já citamos neste trabalho: a construção de casas populares na primeira metade dos anos 1970. As mesmas, haviam sido construídas em resposta ao resultado da pesquisa realizada numa das etapas do processo de formação da Teologia da Enxada no ano de 1969 que, diagnosticou a partir de um dos temas geradores: a moradia, certa carência entre a população pobre da cidade nesta questão. Na reflexão sobre os novos projetos durante a caminhada, além das experiências de Belém-PB, Sergipe, Quixelô-CE e Esperantinópolis-MA, citou-se Tacaimbó, dentre as quais descremos algumas das experiências descritas: compra de terra, fábrica de tijolos, construção de casas,

reforma do altar da Igreja, serviço de som, roça comunitária, movimento de agricultores etc. Pois bem, a análise de José Comblin sobre a construção das casas populares, apontou o seguinte: “para o futuro, teria que se pensar em construções de utilidade comum, ao invés de casas particulares: creche, hospedaria comunitária, salões etc.”. (1980, p. 04). Ou seja, foi projetado um realinhamento para os projetos futuros, ao invés da construção de casas particulares como havia ocorrido em Tacaimbó, o padre Comblin apontou para a perspectiva comunitária, para sendo possível, construir espaços de utilidade comuns. Mais à frente a justificativa do padre: “é difícil fazer comunidade com coisas que não são comunitárias”. (1980, p. 04). De fato, ao longo dos anos 1980, não veremos experiências de construções particulares, mas a construção de salões comunitários⁸⁷ na cidade e áreas rurais, por exemplo.

A carta circular que comunicou aos membros das diferentes regiões das quais pertenciam os participantes do Encontro de Itamaracá, terminava apontando a seguinte questão:

Consideramos também a importância de uma projeção maior e mais numerosa de leigos a nível de diocese e a nível de região como condição de as comunidades terem uma presença real a nível de Igreja hierárquica, o que, no futuro, garantirá também uma certa autonomia das comunidades na diocese. Autonomia numa profunda comunhão (Carta Circular, 1980).

Há, neste trecho final, uma renovação nos compromissos mais característicos no novo jeito de ser Igreja que, o padre Comblin tanto buscou ao longo da sua trajetória, ou seja, a promoção de leigos e leigas, a formação para a autonomia dos mesmos e sua afirmação perante o poder hierárquico da Igreja Católica.

Sendo assim, esta perspectiva e a questão comunitária tão debatida no Encontro de Itamaracá e que foi um dos principais objetivos a ser alcançado para as próximas atividades a serem desenvolvidas por eles, segundo a projeção elaborado por Comblin e o demais participantes de tal momento, foi vivenciada a partir de diferentes projetos, sendo o primeiro deles o Seminário Rural do Avarzeado, numa propriedade diocesana em Pilões-PB que, transformou-se depois no Centro de Formação Missionária, em Serra Redonda-PB. Sobre o mesmo, o padre Comblin relatou:

Quisemos fundar um seminário rural, inspirado nas experiências de Tacaimbó e Salgado de São Félix e do seminário rural de Talca. Seria um seminário de Teologia da Enxada, ainda que esse termo não tenha sido criado ainda. Elaboramos um projeto de formação em seis anos para camponeses sem estudo, mas que fossem apenas alfabetizados. Quem ia tomar conta do seminário era o padre Jorge do Maranhão, João Batista, Raimundo Nonato, Maria Emília e eu. (MONTENEGRO, 2019, p. 194).

⁸⁷ Os salões comunitários eram utilizados para reunião com a comunidade, festas, atividades de grupos dos jovens e na zona rural também para a realização de missas.

Então, assim aconteceu. Em janeiro de 1981, com 12 alunos inscritos, o Seminário Rural foi inaugurado no Avarzeado, sob a tutela de Dom José Maria Pires. No entanto, ali permaneceu por apenas dois anos. Devido o desmembramento da Diocese de Guarabira de João Pessoa, a região do Avarzeado passou a pertencer à Diocese de Guarabira. Como Dom José que era grande entusiasta do Seminário queria ficar acompanhando, houve a mudança do mesmo para Serra Redonda. Além disso, a propriedade cercada por plantações de cana-de-açúcar e a existência de engenhos e produção de cachaça, acabou se tornando inconveniente para o ambiente de formação. Segundo Comblin: “o projeto era formar padres para o mundo rural. Dom José estava empolgado. Tão empolgado que no seu relatório enviado a Roma mencionou a fundação do seminário rural. A resposta foi fulminante. Essa experiência estava formalmente proibida”. (MONTENEGRO, 2019, p. 197). Ou seja, as ordens superiores da Igreja Católica oriundas do Vaticano proibiram a continuidade do Seminário Rural, e portanto, a experiência em Serra Redonda, seguiu a mesma perspectiva do seminário, mas sem a ordenação para padres, foi transformada no Centro de Formação Missionária – CFM, voltado sobretudo para formar missionários.

Neste processo de dois anos entre o Encontro de Itamaracá e a criação do Seminário Rural, a transferência para Serra Redonda e posterior criação do CFM, podemos compreender algumas especificidades do momento a partir das correspondências entre Comblin, Raimundo Nonato e João Batista. Seja entre Talca, Bruxelas, Recife ou Paraíba, de onde estivesse, o padre Comblin buscava se articular com seu grupo de atuação no Nordeste brasileiro para o pleno funcionamento do Seminário Rural e o CFM.

Meses depois de ter ocorrido o Encontro de Itamaracá, João Batista transmitia os primeiros passos dos projetos definidos:

R. Nonato e Roberto passaram uns dias comigo, em Belém, para elaboração do manual de animadores cristãos, a partir dos temas propostos. Já estão quase todos elaborados, só restando um dos que eu fiquei encarregado, ou seja, o que se refere a Igreja, povo de Deus que se organiza. (BATISTA, 1980).

Ainda na mesma carta, relatou como estava caminhando o processo de ingresso de seminaristas para a formação no Seminário Rural no Avarzeado: “Dom José já recebeu quatro cartas de jovens do Maranhão pedindo admissão. Daqui da Paraíba, há uma multidão, porém só dois estão em ponto de admissão: um, bem camponês, aliás os dois”. (BATISTA, [Correspondência], 15 ago. 1980). Ou seja, tal qual fora definido em Itamaracá, já nos meses seguintes podemos constatar a atuação do grupo sob a coordenação do padre Comblin em concretizar o que fora planejado. Isto diz muito sobre uma das características pertinentes à trajetória do padre belga na América Latina, a virtude da ação – sua Teologia prática.

A sua capacidade de organização e as minúcias que demonstram as diferentes atribuições que assumiu, podem ser percebidas a partir de uma série de cartas enviadas a Raimundo Nonato, numa delas, mencionou o seguinte:

Espero que o estágio foi bom. Assim teremos uma boa turma no ano que vem. Imagino que terão tomado algumas decisões com dom José. Além disso há o problema do plano de cultivos. Espero que você esteja trabalhando firme para fazer um certo plano. Se os rapazes são uns 20, vão ter que cultivar muito mais, mais ou menos entre 20 e 30 hectares se quisermos produzir alguma coisa. Também precisa pensar em pastagens permanentes para as vacas para não ter que ir levá-las cada dia. [...] Existe o problema do professor de português. Deus queira que achemos um voluntário. [...] aqui vai tudo bem. Estou preparando o programa de estudos do quarto. Fiz revisão do terceiro ano com os rapazes. (COMBLIN, 1981).

Esta correspondência foi enviada por Comblin para Raimundo Nonato, de Talca para Tacaimbó em dezembro de 1981. Embora expulso do Chile no ano anterior, o padre ainda podia entrar no país como turista, mas numa outra correspondência para Raimundo Nonato, demonstrava um certo receio: “nenhum problema nem na saída, nem na entrada. Tudo em ordem no momento”. (COMBLIN, 1981).

Na missiva de 17 de dezembro de 1981, conforme destacamos, haviam as preocupações de Comblin com o estágio para os admitidos no Seminário Rural que era realizado em Tacaimbó sob o acompanhamento de Raimundo Nonato, sua orientação para a criação de um plano de cultivos para atender as necessidades do Seminário, mas que também compunha parte da formação, a preocupação com as vacas e o pasto – neste aspecto, um Comblin poucas vezes visto. Por último, uma característica mais conhecida, ou seja, o elaborador de planos de estudos. Este, do qual tinha sua origem nas experiências metodológicas da primeira turma da Teologia da Enxada, culminou com o Breve Curso de Teologia – dividido em quatro volumes e publicado pelas edições Paulinas com os seguintes títulos: Jesus Cristo e sua missão, O Espírito Santo e sua missão, A Igreja e sua missão no mundo e A sabedoria cristã⁸⁸. Conforme sua explicação, o referido curso “não foi feito para ser estudado individualmente, mas em grupo. [...] O Curso destina-se em primeiro lugar aos missionários leigos, aos consagrados ou sacerdotes que desejam preparar-se melhor para o exercício do ministério da palavra”. (COMBLIN, 1983, p. 05).

Em meados de 1982, Comblin escreveu novamente de Talca para Raimundo Nonato e além das orientações costumeiras e interrogações sobre o melhor funcionamento do Seminário

⁸⁸ COMBLIN, J. Breve Curso de Teologia: Jesus Cristo e sua missão. V. 1. São Paulo: Edições Paulinas, 1983. COMBLIN, J. Breve Curso de Teologia: o Espírito Santo e sua missão. V. 2. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. COMBLIN, J. Breve Curso de Teologia: a Igreja e sua missão no mundo. V. 3. São Paulo: Edições Paulinas, 1985. COMBLIN, J. Breve Curso de Teologia: a sabedoria cristã. V. 4. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

Rural que no final daquele ano seria transferido para Serra Redonda-PB, outro ponto que tem relação com as diretrizes definidas no Encontro de Itamaracá que, chamou a nossa atenção: a participação direta na política partidária. De tal maneira, comentou: “imagino que está superocupado com a gloriosa festa do nosso glorioso padroeiro. Sobretudo na campanha eleitoral em que o Santo Antônio será o cabo eleitoral número 1”. (COMBLIN, [Correspondência], 10 jun. 1982). A festa que se referiu é a de Santo Antônio, padroeiro de Tacaimbó, onde Raimundo Nonato era o organizador de tal festa junto com a comunidade local. O ano de 1982, foi ano de eleições para todos os cargos do Poder Executivo, exceto Presidente da República e todos do Poder Legislativo, e como a participação na política partidária também havia sido um dos temas debatidos no Encontro de Itamaracá, acabou desta maneira suscitando a perspectiva de participação no campo político.

Após 18 anos de ditadura militar, o país voltava a eleger governadores e prefeitos de capitais. Desde 1979 com a Lei da Anistia e o fim do bipartidarismo caminhava-se depois de muitas lutas para a abertura do regime e as eleições de 1982 foi mais um passo neste sentido. Os partidos que puderam exercer atividade eleitoral durante a ditadura, ARENA – Partido Governista e MDB – oposição, com a volta do pluripartidarismo passaram a se chamar PDS e PMDB, respectivamente. Neste processo foi refundado o PTB e surgiu o PDT e o PT.

Sendo assim, nas eleições que Comblin se referiu em comunicação com Raimundo Nonato, o irmão deste último, Antônio Guedes, foi candidato a prefeito pelo PMDB, representando a comunidade católica que compunha o grupo organizado em torno de Nonato e da perspectiva de Igreja defendida por Comblin.

Em seguida, destacamos alguns panfletos de promoção da campanha eleitoral que foi realizada, dentre as quais, era composta por: Antônio Guedes e Moisés Marques, candidatos a prefeito e vice-prefeito respectivamente, sendo o último membro do conselho das comunidades, bem como um grupo de vereadores que representavam diferentes setores da área rural e urbana tacaimboense. Apoiavam para Senador: Cid Sampaio, Governador: Marcos Freire, Deputado Estadual: Luciano Siqueira e Deputado Federal: Miguel Arraes, conforme consta a seguir:

Fig. 7 – Cartaz das Eleições de 1982

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Fig. 8 – Chapa das Comunidades de Tacaimbó nas eleições de 1982.

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Tendo como slogan: Esperança, Justiça e Resistência, a força de Miguel Arraes que havia retornado do exílio em 1979 e contava com forte apelo popular, bem como o simbolismo da vegetação típica do agreste e sertão pernambucano que significa resistência, e um partido como o PMDB que, ainda era muito presente no imaginário como uma das forças de oposição à ditadura militar, no entanto, tais aspectos não geraram as condições favoráveis para serem vitoriosos nas eleições municipais em Tacaimbó, uma vez que, Antônio Guedes ficou em 3º lugar com cerca de 400 votos. A referida eleição foi polarizada entre os candidatos da cena política local, Joaquim Antônio da Silveira (PDS 1) e Carlos Leite Barros (PDS 2), onde o

primeiro, foi o vitorioso. A “chapa” das comunidades conseguiu eleger um Vereador, Antônio Manoel (PMDB).

A participação de forma mais ativa na vida partidária, acabou acumulando como consequência, algumas situações de perseguição e violência contra aqueles que faziam parte diretamente das atividades organizadas pela Igreja Católica em Tacaimbó. Um destes momentos ocorreu em 1984 contra Raimundo Nonato e preocupou o padre José Comblin que buscou saber detalhes. Assim, Respondeu Nonato à Comblin:

Recebi sua carta do dia 18/06. De fato houve incidente de agressão em Tacaimbó. O Prefeito, desgostoso com a falta de destaque que foi dada a ele em festas passadas, decidiu impedir o parque de diversão como maneira de diminuir e acabar com as festas das comunidades. Estava comunicando e comentando pelo serviço de som da Paróquia a sua decisão. Ele não gostou e arrombou a casa paroquial na intenção de me agredir e de público me ameaçou – caso não calasse – de encher a minha boca de bala. Isso faz exatamente hoje, um mês. [...] Frei Enoque veio de SE me apoiar e apoiar as comunidades. (QUEIROZ, 1984).

Mais uma vez, a festa citada é a do padroeiro de Tacaimbó, Santo Antônio. Como os políticos locais não tinham controle sobre a mesma, e sendo assim, não podiam fazer da religião objeto de promoção política pessoal, pois, tal festa era organizada pelos membros das comunidades rurais e da cidade que, desde toda a década de 1970 já eram animadas sob a liderança de Raimundo Nonato, tais políticos faziam de tudo para prejudicar a organização das festas do padroeiro, como por exemplo, proibir a ocupação do espaço público pelos parques contratados para o evento. O fato em questão foi a tentativa de agressão do então prefeito da cidade que, ao saber que Raimundo Nonato comunicava à população através do serviço de som da Igreja que, o chefe do Poder Executivo era o responsável por não haver parque durante as festividades do padroeiro, pois, o mesmo não havia autorizado. Ao tomar conhecimento, o prefeito foi até a casa paroquial, arrombou a porta pensando que Raimundo Nonato ali estivesse, mas não o encontrou.

Este episódio ocorrido no ano de 1984, somados a derrota nas eleições de 1982, mas sobretudo aos demais compromissos paralelos que cada vez mais se tornava desafiador principalmente na Paraíba, como o Seminário Rural e o Centro de Formação Missionária, fizeram com que Raimundo Nonato se transferisse de vez para o Sítio Izidoro, em Serra Redonda-PB, onde havia sido construído o Seminário Rural e que depois se transformou no Centro de Formação Missionária-CFM. Neste período estava justamente ocorrendo a transição do projeto e da nomenclatura, e no ano posterior, o padre José Comblin escreveu de Bruxelas à Raimundo Nonato: “eis aqui um novo texto de projeto para o Centro. Não achei modelo de

estatutos de uma fundação. Mas dom José encontrará facilmente um advogado capaz de redigir isso. Mandei o texto para Dom José”. (COMBLIN, [Correspondência], 16 out. 1985). A preocupação do momento era a criação de um novo projeto e a criação de um estatuto para legalizar a criação e o funcionamento do CFM.

Neste período o padre Comblin já não podia entrar no Chile nem mesmo como turista, como fazia depois que foi expulso em 1980. Na mesma carta citada anteriormente, isso fica claro: “encontrei dom carlos Gonzalez que ainda tem a esperança de conseguir entrada no Chile para mim por alguns dias para fazer a revisão. [...] Se não for no Chile seria no Sul da Argentina”. (COMBLIN, 1985). De fato, Dom Carlos Gonzalez não conseguiu, e quando Comblin precisou fazer algumas revisões e avaliações com as atividades que se desenvolvia no Chile, especialmente sobre o Seminário Rural de Talca, tais encontros aconteciam na Argentina. Por último, a correspondência do padre termina com um alerta: “não deixem de preparar tudo para a vinda de Paulo Freire. Importante para a imagem externa do Centro”. (COMBLIN, 1985). Pois bem, Paulo Freire foi ao CFM e ministrou um curso durante uma semana para a equipe de formadores e formandos do CFM. Abaixo, o registro da presença de Paulo Freire com o padre Comblin e demais participantes do curso:

Fotografia 3 – Paulo Freire em visita ao CFM no ano de 1985.

Fonte: Arquivos da Fundação Dom José Maria Pires-PB.

Estando no CFM à convite do padre José Comblin, a presença de Paulo Freire num espaço de formação para jovens leigos Católicos que, do ponto de vista metodológico – a Teologia da Enxada, tinha relação direta com a proposta freireana, é mais um fator que contribuiu para fortalecer as convergências entre ambas as propostas, e sobretudo entre o padre José Comblin e o educador Paulo Freire. Sobre o momento da experiência que vivenciou no Centro de Formação Missionária, Freire mencionou:

É formidável quando, andando nas ruas da história, ao dobrar uma esquina nos deparamos com um pedaço, pelo menos, de nossos sonhos sendo realizado. Foi comigo, nesta casa, o conviver por uma semana com aqueles e aquelas que pacientemente e impacientemente o fazem. (Livro de Crônicas do CFM *apud* SILVA JUNIOR, 2014).

Não temos como mensurar os impactos causados para o CFM em decorrência da visita de Paulo Freire, uma vez que, como o padre José Comblin mencionou seria bom para a imagem externa do Centro. O que podemos atestar ao certo é que o CFM já havia chamado a atenção, mas dos Centros de Informações da ditadura brasileira, bem como o próprio padre Comblin, desde os seus primeiros passos no retorno ao Brasil.

No início dos anos 1980, além das atividades desenvolvidas pelo padre Comblin e seu grupo de atuação em torno do funcionamento do Seminário Rural em Pilões-PB e depois o CFM em Serra Redonda-PB, haviam também atividades paralelas realizadas pelos mesmos. O próprio Comblin viajava pelo Brasil e demais países da América Latina e Europa, ministrando aulas, cursos, coordenando atividades de formação, assim como os demais membros nos diferentes recantos do Nordeste brasileiro. Raimundo Nonato entre Tacaimbó e Paraíba, João Batista na Paraíba, Frei Enoque entre Porto da Folha e Poço Redondo em Sergipe, Maria Emília entre o Nordeste e São Paulo, e assim por diante. João Batista, por exemplo, foi preso numa dessas atividades que desenvolvia em apoio aos camponeses que lutavam pela desapropriação das terras da fazenda Alagamar⁸⁹.

Depois de muita luta e terem conseguido a desapropriação de 1/10 das terras de Alagamar para beneficiar cerca de 80 famílias, na Fazenda Maria de Melo – grande Alagamar, suas terras foram invadidas por animais dos fazendeiros locais e destruíram o cultivo. Numa dessas ocasiões, Dom José Maria Pires e Dom Hélder Câmara, foram pessoalmente junto com os agricultores retirar o gado e retomar a terra. Por tais questões, as tensões em Alagamar envolvendo fazendeiros e os agricultores eram constantes, além das ações truculentas do policiamento que chegou a prender padres e freiras em suas incursões no local. Uma dessas prisões atingiu João Batista, conforme noticiou o Diário de Pernambuco:

Outra freira holandesa — a irmã Tonny Van Hen — e o frade paraibano João Batista, foram detidos pela Polícia na área da grande Alagamar na Paraíba onde há tensão social, devido conflitos entre agricultores e proprietários. A freira, juntamente com o frade João Batista Sales, ficaram 5 horas na Delegacia de Itabaiana, 100 quilômetros da capital. (Diário de Pernambuco, 05 jan. 1980).

⁸⁹ Eram as chamadas Fazendas Reunidas de Alagamar, um conjunto de propriedades rurais (FAZENDAS ALAGAMAR, PIACAS, MARIA DE MELO, CAIPORA, CAMPOS, SALGADO, SANTA CRUZ e Outras), interligadas e situadas nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix no agreste paraibano.

Tal notícia também foi veiculada pelo Jornal do Commercio de Pernambuco e O Norte de João Pessoa, ambos, além de destacar as prisões de João Batista e a freira holandesa Tonny Van Hen, acrescentava que o motivo da prisão foi devido a tentativa de ambos entrarem na região de conflito em Alagamar, onde estava proibida a entrada de estrangeiros pelo Secretário de Segurança da Paraíba, não era o caso pelo menos ao se tratar de João Batista.

Pois bem, como descrevemos algumas situações vividas por Raimundo Nonato em Tacaimbó, mencionamos também uma das situações vivenciadas por João Batista para destacar que, em meio ao Encontro de Itamaracá e as diretrizes construídas para suas ações ao longo dos anos 1980, outras tantas atividades e desafios foram enfrentados paralelamente pelo padre José Comblin e aqueles que compunham seu grupo mais próximo. Para tanto, demonstra os riscos assumidos pela ação que caracterizava um novo jeito de ser Igreja. Estas atividades e o fato de ter sido expulso do país, fizeram a ditadura brasileira continuar a acompanhar os passos do padre, sobretudo depois da imprensa noticiar seu retorno ao Brasil.

Conforme já mencionamos, o Jornal do Brasil publicou uma matéria em maio de 1980 sobre o retorno do padre Comblin ao Brasil. Antes mesmo desta divulgação, os órgãos de repressão da ditadura brasileira haviam sido acionados, e o que pudemos verificar é uma série de comunicação interna sobre os episódios que envolveram a expulsão do padre em 1972, questionamentos sobre possíveis solicitações para a sua permanência no Brasil, termo de declaração para averiguação que, na verdade, trata-se da transcrição do seu interrogatório, pois, ao tentar embarcar do Brasil para o Chile em agosto de 1981 foi detido no Aeroporto do Rio de Janeiro e encaminhado para a Sede do Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, para prestar “supostos esclarecimentos”. A ditadura não havia esquecido o padre Comblin, e portanto, mais uma vez, ele e sua rede de atuação esteve em constante vigilância pelo aparato policial e repressivo, tanto nos acontecimentos que ocorreram na cidade de Tacaimbó ou em Alagamar que já mencionamos aqui, quanto na vigilância sobre cada passo dado pelo padre.

Bem antes do seu retorno ao Brasil, ainda em 1974, podemos comprovar que, a ditadura brasileira continuava a vigiar o padre José Comblin. Em 19 de setembro de 1974, a embaixada brasileira de Lisboa, encaminhou para a DSI do Ministério das Relações Exteriores, comunicado de que o padre estava em Portugal, conforme consta:

Encontra-se em Portugal o padre Comblin, que esteve no Chile de 1962 a 1964 e mais recentemente atuou no Nordeste do Brasil. Sua presença neste país prende-se à realização de conferências sobre zonas pobres da América Latina. (Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores – BR DFANBSB Z4, Dossiê, p. 44, 1974).

Após receber esta comunicação, o MRE, em 10 de outubro de 1974 difundiu a informação nº 5524 para todo o sistema de informação e repressão: SNI, CIE, CENIMAR, CISA, DPF e DSI/MJ. Uma semana depois, através de circular telegráfica nº 9989, o MRE reencaminhou a informação de caráter confidencial para o Consulado brasileiro em Lisboa, Porto, Lourenço Marques e Luanda, acrescentando que, “qualquer informação adicional a seu respeito deverá ser comunicada por via telegráfica à secretaria de estado”. (Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores – BR DFANBSB Z4, Dossiê, p. 42, 1974). Ou seja, todos os passos dados pelo padre Comblin continuavam sendo bem acompanhados pelos serviços de informação e repressão do Brasil, mesmo que neste país não mais o tivera residência

Portanto, não é difícil imaginar o quanto em alerta estava o serviço de informação e repressão da ditadura brasileira, quando do retorno de José Comblin ao Brasil no início dos anos 1980. Sendo assim, não por acaso, em 13 de fevereiro de 1980, já circulava informações sobre o padre em caráter confidencial para o Secretário Geral das Relações Exteriores. Em 09 de abril de 1981, menos de um ano da divulgação da sua presença no Brasil, a partir da notícia veiculada pelo Jornal do Brasil da qual já citamos, à pedido do SNI, o chefe da DSI do MRE solicitou ao chefe do Departamento Consular e Jurídico, o seguinte: “muito agradeceria a Vossa Excelência o obséquio de informar-me se consta algo nesse Departamento a respeito de um possível retorno ao Brasil do Padre JOSEPH JULES COMBLIN”. (Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores – BR DFANBSB Z4, Dossiê, p. 24, 1981). No de 29 de abril de 1981, obteve-se a seguinte resposta do Embaixador Benevides, Diretor da DSI/MRE:

Nada consta no Itamaraty sobre um possível retorno ao Brasil do padre Joseph Jules Comblin. Lembro, contudo, que o padre Comblin, sendo cidadão belga, poderá chegar ao Brasil a qualquer momento sem conhecimento das repartições do MRE no exterior, beneficiando-se da dispensa de visto. (Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores – BR DFANBSB Z4, Dossiê, p. 30, 1981).

De fato, era o que estava acontecendo. Comblin já havia estado no Brasil, e não necessitando de visto por ser belga, entrava no país como turista sem ser necessariamente percebido pelas instituições de repressão brasileiras. Mas, dada a frequência em que suas entradas e saídas do país aconteciam, ampliou-se as possibilidades de que em algum momento sua presença fosse notada, até porque, a imprensa noticiava, como fizeram o Diário de Pernambuco e a Revista Veja quando esteve no Brasil em maio e junho de 1981.

Em 24 de maio de 1981, o Diário de Pernambuco publicou uma matéria sobre palestra proferida por José Comblin no Recife em comemoração aos 90 anos da Encíclica Rerum Novarum. A reportagem foi apresentada com a seguinte manchete: *Comblin explica nova Doutrina Social da Igreja* (Diário de Pernambuco, 24 maio 1981), onde dentre outros fatores destacava a evolução de tal encíclica. Cerca de dez dias depois, em 03 de junho, a Revista Veja em matéria com o título: *Cautelosa volta: padre Comblin retorna e quer ficar no país* (Revista Veja, 03 jun. 1981), a mesma destacou a palestra em Recife sobre a evolução recente da Doutrina Social da Igreja, rememorou o episódio da sua expulsão, o fato de ter estado no país no ano anterior se referindo à matéria do Jornal do Brasil e mencionou o então desejo do padre:

Comblin já havia estado no Brasil no ano passado, para um retiro espiritual na vila de Itapissuma, a 30 quilômetros do Recife. Mas, desta vez, quer ficar aqui - e para sempre. 'Tenho uma relação de amor com o Brasil', disse ele na semana passada, refugiado no Seminário Rural de Avarzeado, na Paraíba, no meio dos canaviais da serra da Borborema. (Atividades do Padre Joseph Jules Comblin. Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8, p. 09, 2339/81).

Estas reportagens do Diário de Pernambuco e da Revista Veja, encontramos como anexo da informação nº 234/81 elaborada pelo SNI – Agência Recife e difundida para a Agência Central em 01 de setembro de 1981. Na matéria da Revista Veja, constava o local onde o padre José Comblin estava – o Seminário Rural no Avarzeado, e o seu desejo de permanecer no Brasil. Na mesma, explica-se a sua condição de poder entrar no país como turista, devido acordo conseguido pela Comissão de Justiça de Paz de São Paulo junto ao Ministério da Justiça que, conseguiu retirar-lhe o carimbo em passaporte “Proibido entrar no Brasil, por ordem Superior”.

Certamente, o desejo de permanecer no Brasil e as articulações realizadas para conseguir o visto permanente, colocou os Centros de Informações em alerta e na mesma informação do SNI que constava a reportagem da Revista Veja, também está incluso em anexo um interrogatório feito com o padre no Rio de Janeiro, depois de ter sido detido no aeroporto ao tentar embarcar para o Chile e depois Europa, no dia 17 de agosto de 1981. O chamado termo de declaração, é composto por cinco laudas, onde o padre Comblin relatou cada momento seu no país desde a primeira vez em 1958, bem como o seu retorno em 1980 até o momento do interrogatório. Dentre os pontos relatados, podemos destacar: sua pretensão de conseguir o visto permanente para ficar no Brasil, as suas atividades no Brasil de então, onde mencionou que havia retornado à convite de trabalhos na Diocese de São Paulo por Dom Paulo Evaristo Arns e em Recife no ITER à convite de Dom Hélder Câmara, descreveu desde seu primeiro momento no país em 1958 até sua última estada, em 12 de julho daquele ano – 1981, para acompanhar

estudos bíblicos no ITER em Recife e as atividades no Seminário Rural do Avarzeado, em Pilões-PB.

Num dos trechos do interrogatório, o padre mencionou o motivo da sua expulsão do país em 1972, no qual é relatado no termo de declaração da seguinte forma:

O declarante acredita que um dos motivos de sua saída do Brasil em 1972 deve-se ao fato da campanha que lhe foi movida pela entidade Tradição, Família e Propriedade, sobre as acusações que o declarante era rebelde, insubordinado e subversivo. (Atividades do Padre Joseph Jules Comblin. Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8, p. 04, 2339/81).

De tal forma, o depoimento do padre José Comblin reforça nossa tese ou pelo menos aponta para a mesma avaliação que fazemos, quando afirmamos no presente capítulo que, sua expulsão teve relação com os episódios ocorridos a partir do vazamento da suas notas sobre o documento base da II CELAM.

Sobre o contexto da sua volta no início dos anos 1980, a informação que consta no termo é a seguinte:

Acreditando não mais retornar ao Brasil; QUE, em princípio de 1980, o declarante foi informado por advogados de São Paulo que não havia mais nenhum impedimento para a volta ao Brasil; QUE, antes de aceitar qual quer convite, o declarante veio ao Brasil para ver de perto a situação política e religiosa do país; QUE, sendo assim o declarante aqui desembarcou no dia 16 de fevereiro de 1980, no Aeroporto de Congonhas em São Paulo, na condição de turista, permanecendo no território nacional até 09 de março do mesmo ano; QUE, no mesmo ano, o declarante retornou ao Brasil no mês de maio, aqui permanecendo até 15 de junho, a fim de restabelecer os contatos com autoridades eclesiais e ex-colegas, ex-alunos. (Atividades do Padre Joseph Jules Comblin. Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8, p. 04, 2339/81).

Esta informação menciona o dia exato do retorno do padre Comblin ao Brasil e confirma que de fato, em tal momento, obteve a orientação de advogados, provavelmente da Comissão de Justiça e Paz, destacando sobretudo, cada momento em que esteve no país sem a necessária observância dos Centros de Informações. Além disso, serve-nos para esclarecer aspectos específicos da sua trajetória, as perseguições e tensões da sua volta, bem como, revela outra detenção da qual o padre Comblin foi submetido, mesmo que em seguida liberado, mas sendo um fato jamais mencionado, e em pleno processo de abertura política, no que que reforça a ideia de que os mecanismos de informação e repressão da ditadura brasileira continuavam em pleno exercício das suas funções.

De fato, as tensões ainda eram evidentes. Quando o Serviço de Colaboração Apostólica Internacional – SCAI, órgão da CNBB, encaminhou ao Departamento Consular e Jurídico do

Itamarati as bases de acordo junto ao COPAL para o trabalho que o padre José Comblin iria desenvolver no Brasil, e com isso, justificar suas estadas no país, dentre os termos combinados, destacamos os seguintes:

1. O missionário é convidado para trabalhar junto à Arquidiocese da Paraíba, a partir da data de sua chegada, sob a responsabilidade de Dom Jose Maria Pires [...]. 3. O missionário não poderá professar ideologias nem exercer atividades contrárias às leis e ao regime democrático brasileiro. 4. O SCAI providenciará junto à Arquidiocese citada, o pagamento das despesas relativas à viagem do missionário para o Brasil, bem como as relativas ao seu repatriamento, caso se torne necessário ou venha a ser requerido pelas autoridades competentes. (Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores – BR DFANBSB Z4, Dossiê, p. 10, 21/12/1981).

Pois bem, a constar pelos termos citados, o padre estaria vinculado à Dom José Maria Pires, o que implicava este último a se responsabilizar por suas ações. Isto, certamente, reforçou os olhares da repressão na direção do arcebispo de João Pessoa-PB. A preocupação com a questão ideológica do padre Comblin, evidencia também o caráter submisso do acordo, uma vez que, reforçava desta maneira o discurso que fora sempre utilizado pelo regime contra àqueles rotulados de subversivos, e no quarto ponto, a responsabilidade do SCAI em custear as despesas com a expulsão do padre em caso de a qualquer momento as autoridades brasileiras jugarem necessário. Foi o que se conseguiu para que Comblin pudesse ao longo da primeira metade da década de 1980, desenvolver suas atividades no Nordeste Brasileiro, mas não ainda com o visto permanente.

Os serviços de informações e repressão da ditadura, continuaram acompanhando as atividades do padre José Comblin, pois, em fins de 1983, o Diretor da DSI/MRE, Sérgio Damasceno Vieira, encaminhou ao seu Secretário Geral no Ministério das Relações Exteriores, informação contendo todas as suas últimas viagens entre 1980 e 1983, nesta, assinalava-se que, “apesar das medidas tendentes a impedir seu retorno ao país, o Padre Comblin tem vindo ao Brasil com certa frequência desde 1980, graças ao passaporte belga que lhe faculta ingressar no território nacional sem a necessidade de visto”. (Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores – BR DFANBSB Z4, Dossiê, p. 09, 02/12/1983).

Neste período, o padre Comblin já estava desenvolvendo as atividades do CFM em Serra Redonda, com o apoio e acompanhamento de Dom José Maria Pires, e mais uma vez, tiveram que conviver com as perseguições e o olhar vigilante que marcaram sua trajetória nos trabalhos que desenvolveu na América Latina em tempos de ditaduras. Em novembro de 1983, o padre Comblin foi mais uma vez detido pela Polícia Federal ao desembarcar no Aeroporto dos Guararapes em Recife, conforme matéria do Jornal do Brasil: *Padre Comblin é detido 7 horas*

no Recife por ter nome no computador do DPF (Jornal do Brasil, p. 04, 12 dez. 1983). O motivo teria sido o fato de seu nome está na ‘lista negra’ da Polícia Federal, de acordo com expressão utilizada na referida reportagem. Ainda segundo a mesma:

O padre só foi interrogado de manhã e explicou que veio rever amigos e acompanhar o trabalho da Igreja, na formação de seminaristas. [...] O arcebispo Dom Hélder Câmara pediu a dois advogados, Dorani Sampaio e Roberto Franca, que acompanhassem o sacerdote no DPF, os quais esclareceram que o incidente já foi superado. O padre Comblin, hospedado no ITER, não quis falar sobre o problema, alegando a condição de estrangeiro. (Jornal do Brasil, p. 04, 1983).

Além dos constantes constrangimentos aos quais tinha que se submeter por ser detido e interrogado, o padre não se sentia seguro para falar ou denunciar a perseguição sofrida devido ao fato de ser estrangeiro e está vulnerável à expulsão do país como já havia lhe acontecido.

Como citado na matéria, Comblin vinha ao Brasil acompanhar a formação de seminaristas. Estava se referindo aos trabalhos que acompanhava e coordenava no CFM. Mais uma vez foi vigiado de perto pelas atividades desenvolvidas no CFM, sobretudo depois de matéria da Revista Veja, de 03 de outubro de 1984, intitulada: *Enxadas da Fé: seminaristas fazem a sua formação na lavoura* (Revista Veja, nº 839, 1984). Nesta reportagem, foi citada as características da formação no CFM, descrevendo a rotina diária dos seminaristas no mesmo, o perfil dos candidatos e a relação com a Teologia da Libertação, do qual destaca a preferência dos entrevistados pelo termo Teologia da Enxada para explicar o processo de formação que ali se desenvolvia.

Por ocasião desta matéria, nos Centros de Informações a mesma foi difundida e gerou ordens de buscas no local pelo Serviço de Informações da Superintendência Regional da Polícia Federal que, foram encaminhadas para o DOPS e DPF. No Pedido de Busca Nº 0293/01/84, de 07 de novembro de 1984, além da reprodução da matéria feita pela Revista Veja, destacando os principais pontos, consta o que se denomina de missão: “1) fornecimento de dados sobre a existência de outros centros, análogos ao da SERRA REDONDA/PB. 2) Resposta, mesmo negativa, até 16 NOV 84. 3) Outros dados julgados úteis”. (Centro de Formação Missionária. Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8, p. 57, 1984). De acordo com a missão dirigida no pedido de busca, o objetivo seria colher informações sobre a existência de outros seminários semelhantes ou quaisquer dados que pudessem contribuir com o objeto de análise.

Sendo assim, o Centro de Formação Missionária, do qual tinha a coordenação do padre José Comblin, entrou de vez na rota de investigação e vigilância da ditadura brasileira. O ápice das denúncias contra o CFM ocorreu dois anos depois, quando da acusação do vereador

Roderico Toscano de Brito Borges (PFL), de João Pessoa-PB, representante da União Democrática Ruralista - UDR que, segundo afirmava, ali seria um local reservado para treinamento de guerrilha.

O Jornal da Paraíba, em 29 de janeiro de 1988, publicou uma matéria tal questão com o seguinte título: *População e padre de Serra Redonda desconhecem guerrilha e atacam UDR*. Numa das passagens da matéria, Raimundo Nonato, da qual a mesma chama erroneamente de Rômulo Nonato, descreveu:

A finalidade do Centro, revela o missionário, é que todas as crianças filhas de lavradores, que estão sempre integradas com o nosso trabalho comunitário saiam futuramente com o intento de ajudar seus pais na agricultura, não abandonando-os. No entanto, 'Mais uma vez torno a repetir: não temos nenhuma ligação com esta prática de organização de guerrilha, porém dizer que é falsa a afirmação de Roderico Toscano Borges, acho que é muito pouco'. Com relação as acusações feitas também, pelo presidente da UDR-PB de que, além de todo corpo de missionários estar organizando os camponeses para a formação de guerrilhas, estavam, respectivamente, coniventes com esta organização, o arcebispo D. José Maria Pires, e o padre alemão Joseph Comblin, o missionário Rômulo Nonato replicou: 'Dom José é o responsável pela Instalação deste Centro, enquanto que o padre Joseph é um dos nossos coordenadores e admirado por toda comunidade de Serra Redonda, e ambos naturalmente tom o dever de estar com o povo em suas organizações, seja onde for'. (Centro de Formação Missionária. Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8. p. 06, 8051/88).

Além de negar que o CFM fosse um espaço para treinamento de guerrilha, Raimundo Nonato revelou os objetivos do mesmo e esclareceu de maneira didática o trabalho e a importância do Centro para os agricultores e seus filhos. Aproveitando-se a repercussão que a matéria geraria, respondeu aos ataques do vereador do PFL e representante da UDR na Paraíba. Sobre as acusações contra Dom José Maria Pires e o padre José Comblin, mencionou as suas responsabilidades com o CFM e com o povo.

A questão central, conforme já antecipamos, eram as constantes investidas dos opositores a este projeto de um novo jeito de ser Igreja e quanto os setores do estado brasileiro responsáveis pela informação e vigilância estiveram os perseguindo a cada momento. Na informação confidencial que circulou internamente contendo as informações da reportagem, a mesma é finalizada com a seguinte afirmação: "o assunto continua sendo acompanhado, visando um maior conhecimento da entidade em questão". (Centro de Formação Missionária. Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8. p. 04, 8051/88). Vale ressaltar que a informação é de 1988, três anos após o fim oficial da ditadura militar no Brasil, mas que, atesta o quanto sua burocracia e os aparelhos de repressão continuaram ainda por muitos anos depois, inclusive, a própria Constituição Federal de 1988, é um dos documentos onde podemos

perceber o quanto na relação das forças existentes entre democratas e ditadores, muitos dos aspectos destes últimos prevaleceram⁹⁰.

No entanto, perseguições à parte, neste período o padre José Comblin já havia dado um passo importante na sua permanência no Brasil, pelo menos à priori, pois conseguiu o visto permanente, “graças a dom Paulo Evaristo Arns que abraçou a causa e através da assessoria jurídica da Arquidiocese de São Paulo, infundáveis tramitações foram realizadas até lograr a sua anistia e a concessão da residência permanente, em 16 de fevereiro de 1986. (MUGGLER, 2012, p. 172). Mas, ao que nos parece, a decisão de conceder o visto permanente não foi bem aceita por setores internos do Ministério das Relações Exteriores, como podemos perceber através da comunicação de Godofredo Rayol da Secretaria Geral do MRE, em 25 de fevereiro de 1986, encaminhada ao Diretor da DSI/MRE, Sérgio Damasceno Vieira:

Caro Sérgio, você lembra que nós falamos há algum tempo sobre um Padre chamado Joseph Conblan? Ele é amigo daquele pessoalzinho que esteve na Justiça. Tinha sido expulso, depois voltado, e a última vez que nós nos interessamos por ele foi para reiterar a negativa do pedido de visto. Agora, só para sua informação, conto que o Paulo Tarso soube que o Ministério da Justiça — ao que parece ainda na gestão passada — descobriu uma forma de autorizá-lo a permanecer aqui no Brasil, revogando decisão anterior do Ministério. Assim é fácil, não é? (Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores – BR DFANBSB Z4, Dossiê, p. 08).

O tom da comunicação é claramente de insatisfação pelo fato da revogação de decisão do Ministério da Justiça que, não havia até então, emitido parecer favorável ao visto permanente do padre José Comblin. Além de demonstrar mais uma vez o quanto ainda era efetiva a luta de setores do estado brasileiro contra o padre, ao extrapolarem, sobretudo, o recorte oficial dos tempos de ditadura.

Estes tempos nebulosos só foram atenuados mais tarde com o reconhecimento do estado brasileiro às perseguições contra o padre José Comblin, a sua expulsão do país por motivação política e os danos a ele causado pelo abrupto afastamento das suas atividades laborais. Sendo assim, a partir da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça⁹¹, através do Requerimento de

⁹⁰ Ver: TELLES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

⁹¹ Criada em 2001, por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002, com a aprovação de Lei n.º 10.559, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Tendo por objetivo promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988, a Comissão configura-se em espaço de reencontro do Brasil com seu passado, subvertendo o senso comum da anistia enquanto esquecimento. A Anistia no Brasil significa, a contrário senso, memória. Em seus 10 anos de atuação, o órgão reuniu milhares de páginas de documentação oficial sobre a repressão no Brasil e, ainda, centenas de depoimentos, escritos e orais, das vítimas de tal repressão. E é deste grande reencontro com a história que surgem não apenas os fundamentos para a reparação às violações como, também, a necessária reflexão sobre a importância da não repetição destes atos de arbítrio.

Anistia nº 2010.01.67333, cuja relatora: Conselheira Maria Emilia Guerra Ferreira, foi requerido a anistia do padre José Comblin pelo fato de ter sido perseguido, banido do país e afastado das atividades de sacerdote e professor, rompendo vínculo de trabalho, por motivo exclusivamente político. De tal forma, julgado procedente e deferido o pedido, conforme consta abaixo:

a. a declaração da condição de anistiado político nos termos do art. 1º, I, da Lei 10.559/2002, oficializando os pedidos de desculpas do Estado Brasileiro; b. a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), referente ao cargo de Professor Doutor regime de 20h/aula semanais; e c. retroatividade quinquenal como consta do § 6º do art 6º da Lei no 10.559/02, cujos efeitos retroagirão a 04/06/2005, considerada a data de protocolo em 04/06/2010, no valor de R\$ 336.577,50 (trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos). 53. É o voto. (COELHO e ROTTA orgs. 2013, p. 510).

A decisão foi proferida em 26 de novembro de 2010. Quatro meses depois, em 27 de março de 2011, o padre José Comblin faleceu. Não chegou a receber a indenização que lhe foi concedida, mas viveu até ver efetuado em seu favor o pedido de perdão do país que escolheu como pátria. O padre Comblin chegou ao Brasil com 35 anos, viveu na América Latina por mais 53 anos e destes, 45 anos foram no Brasil. A maior parte dos anos vividos no Brasil foram no Nordeste, sobretudo na Paraíba entre Serra Redonda e Bayeux. Nos seus dois últimos anos de vida havia se transferido para o município de Barra-BA, onde foi contribuir nesta diocese com o bispo franciscano Dom Frei Luís Flávio Cappio. Como disse o teólogo Catalão radicado em El Salvador, Jon Sobrino: “faleceu com a caneta nas mãos e os pés visitando comunidades” (MUGGLER, 2012, p. 198).

4 CRISTIANISMO E REVOLUÇÃO: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA TEOLÓGICA DE JOSÉ COMBLIN

Ao mencionar sobre este trabalho para o historiador Edward Hoornaert⁹² e lhe adiantar que queria ouvi-lo sobre José Comblin, o mesmo se pronunciou inicialmente da seguinte maneira: “Comblin é um oceano”, e finalizou desejando sucesso na travessia (HOORNAERT, 2018). Daí, deriva o título do presente capítulo que discorre sobre os aspectos que destacam características da formação e produção intelectual do teólogo José Comblin no que concerne às dimensões do cristianismo e da revolução. Isso, porém, foi feito a partir de breve diálogo com outros estudiosos do tema, já que seria impossível dar conta de todo seu arcabouço intelectual, ou melhor, do oceano, como bem destacou Hoornaert, caracterizando a vasta dimensão do pensamento combliniano.

Entre 1964 e 1985, foram mais de vinte livros publicados por José Comblin, e de artigos uma lista ainda maior. Portanto, não nos arriscaremos à travessia de analisar toda a sua obra no período, pois, não seria plausível tendo em vista a sua vasta produção bibliográfica. Mas, observaremos suas posições, tomando como referência alguns de seus livros e um dos pontos das suas notas sobre o documento base da II CELAM – o poder político. Como destacou Dom Fragoso: “muitos o chamam de exemplo vivo de teólogo comprometido, homem de estudo, professor universitário, grande mestre, profeta, teólogo, místico, antropólogo, filósofo, analista social, subversivo da ordem estabelecida”. (FRAGOSO, 2003, p. 431). Ou seja, isso reforça a ideia de que são múltiplos os campos de investigação e, por ordem metodológica, analisaremos os temas que estão associados à perspectiva teológica da ação, e, portanto, envolveremos nossa discussão entre duas publicações que associam ao período em que foi expulso do Brasil e o seu retorno a este país, quais sejam: *Teologia da Revolução* (1970, 1974)⁹³ e *O Tempo da Ação* (1982), acrescentando às publicações em artigos que trataram diretamente sobre o tema: liberdade.

No primeiro caso, por ter sido denominado revolucionário no contexto do vazamento das notas que produziu a partir do documento da II CELAM, onde acreditamos está o início do processo que culminou com a sua expulsão do Brasil pela ditadura, e, sobretudo, pela

⁹² Edward Hoornaert, 90 anos. Comentário concedido ao autor por e-mail, em 18 de abril de 2020.

⁹³ É importante mencionar uma tradição anterior às publicações de José Comblin no que concerne à relação cristianismo e revolução, ou reflexões que apontam para a atuação política e social do protestantismo numa perspectiva que dialoga com a proposta do padre belga, qual seja, as discussões e experiências a partir de nomes da seara protestante como: (BARTH, 1920), (SHAULL, 1960).

necessidade de estabelecer um recorte; o segundo, por estar completamente associado ao primeiro e ser um dos pontos mais marcantes na sua trajetória.

Por considerarmos o tema da liberdade um elemento central na sua atuação e produção, associamos ao mesmo às suas reflexões acerca da ação e da revolução na relação com o cristianismo.

4.1 Liberdade: a alma da revolução.

O termo revolução é utilizado para se referir aos mais variados dos acontecimentos, seja para nominar guerras civis, seja para mencionar golpes de estados que, em muitas situações, são mais uma apropriação conceitual do que, necessariamente, um ato ou movimento revolucionário de fato.

Sobre o conceito de revolução, Decouflé destacou, na sua obra *Sociologia das Revoluções*, que “não é fácil conseguir-se uma visão clara neste terreno”. (1970, p. 09). Mas, encontramos nos estudos de Arendt (2011) e Koselleck (2006), as características que estes apresentam sobre o conceito de revolução e as tomaremos como referência para destacar as aproximações e diferenças propostas de ambos em relação ao que propõe o teólogo belga.

Certa ambivalência também pode ser percebida à primeira vista com relação às suas análises sobre o marxismo, mas, o olhar apurado do historiador poderá constatar que quando em sua maioria teceu duras críticas ao marxismo, está na verdade se referindo à experiência do Socialismo Real. Porém, o mesmo não se repete quando o pensa na perspectiva metodológica, uma vez que, utiliza-se das categorias de Marx. Tal percepção nos ocorre pela perspectiva da autolibertação das massas no processo da práxis revolucionária, a qual Marx mencionou nas *Teses sobre Feuerbach*, especificamente na passagem número três. Segundo ele, “[...] A coincidência da mudança das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como práxis revolucionária”. (MARX, 2000, p.112), ou seja, pelo horizonte da liberdade, já que, como nos explica Michael Löwy, citando Engels, “a revolução proletária deve ser a primeira transformação consciente da sociedade, o primeiro passo no reino da liberdade”. (LÖWY, 2012, p. 49).

Veremos, nas análises de José Comblin, como ele desenvolveu seu estudo a partir dos movimentos heréticos medievais contra a hierarquia Católica, o que poderemos associar ao conceito de luta de classes e de que maneira tais movimentos contribuíram para alterações estruturais na sociedade de então.

No entanto, “alguns autores datam o surgimento da noção revolução na história. É o caso de Henri Mendras, que, estudando as sociedades camponesas, afirma que a revolução como fenômeno só surgiu em 1789”. (SILVA e SILVA, 2012, p. 365), e complementa dizendo que “revoltas, levantes e sedições sim, mas revolução nunca”. (SILVA e SILVA, 2012, p. 365). Aqui está posta outra categoria analisada ao nos depararmos com os estudos sobre revolução, as distinções desta com as revoltas. Para Kalina Silva e Maciel Silva,

As revoltas são manifestações populares de insatisfação, em geral de caráter mais efêmero, um protesto contra os aumentos de preços, por exemplo. São muitas vezes espontâneas e sem organização sistemática e, de modo diferente das revoluções, não chegam a alterar as estruturas sociais (2012, p. 365).

É importante destacarmos tal diferenciação, já que Comblin analisou alguns movimentos denominados pela hierarquia Católica como heréticos no período medieval e as mudanças sociais impostas tanto por estes quanto, mais tarde, pela reforma protestante, como revoltas ou reformismo. Tanto para Koselleck (2006), quanto para Arendt (2011), o conceito de revolução tal qual utilizamos na contemporaneidade estão alinhados as características que se vinculam à Revolução Francesa e ao movimento pela Independência dos Estados Unidos na segunda metade do século XVIII. Sendo assim, descreveu: “essas duas coisas em conjunto – uma experiência nova que revelava a capacidade do homem para a novidade – estão na raiz do enorme páthos que encontramos nas duas revoluções, a americana e a francesa”. (ARENDR, 2011, p. 63). Os movimentos que se apresentaram como novas experiências e que gerava na humanidade a capacidade para a novidade, foram então descritos pela autora como revoluções.

Koselleck na sua análise conceitual, parte do estudo etimológico do termo:

Haréau chamou a atenção para o fato, então esquecido, de que revolução se referia a um retorno, uma mudança de trajetória, que correspondia ao uso latino da palavra e que condizia de volta ao ponto de partida do movimento. Uma revolução significava então, primordialmente, de acordo com a etimologia da palavra, um movimento cíclico. (KOSELLECK, 2006, p. 63).

Tal perspectiva que conferia inicialmente a ideia de movimento cíclico ou retorno para designar originalmente o termo revolução, também foi destacado por Hannah Arendt:

No século XVII, quando pela primeira vez encontramos a palavra como um termo político, o conteúdo metafórico estava ainda mais próximo do significado original do termo, pois ela era usada para designar um movimento de retorno a algum ponto preestabelecido e, por extensão, de volta a uma ordem predeterminada. (ARENDR, 2011, p. 73).

Em alguns momentos perceberemos Comblin denominando de revolucionários, movimentos que tinham a intenção de restabelecer ou restaurar uma ordem anterior, e noutras passagens se referindo ao termo que terá outro significado a partir da Revolução Francesa.

Sobre este último, quando mencionou a ideia de movimentos revolucionários por serem motivados pelo desejo de mudanças estruturais e por liberdade. E se não atingiram seus objetivos de imediato, no processo, analisando-se os seus resultados, podemos perceber as contribuições do movimento liderado por Lutero nas transformações que significaram o fortalecimento do capital e da burguesia contra o ranço feudal e o poder da Igreja Católica, ou seja, gerando uma nova sociedade.

Ainda atrelado ao conceito de revolução, outro termo é o de contrarrevolução. Para Florestan Fernandes, “contrarrevolução é uma realidade histórica contrária à revolução. É aquilo que impede uma revolução”. (FERNANDES *apud* SILVA e SILVA, 2012, p. 364). Comblin se utilizou desse termo, sobretudo, para classificar os movimentos fascistas e conservadores, especialmente dentro da Igreja Católica durante o século XX, que estiveram contra os movimentos revolucionários de então.

Quando analisou os movimentos na América Latina ou em outras regiões do denominado mundo subdesenvolvido, Comblin destacou, como veremos, a importância do espírito nacionalista nas lutas desses países. Hector Bruit, por exemplo, “defende que as revoluções latino-americanas tiveram cunho mais nacionalista do que de classes” (BRUIT *apud* SILVA e SILVA, 2012, p. 364), referindo-se aos seus estudos sobre a Revolução Cubana e da Nicarágua. A associação que entendemos ser feita por Comblin entre revolução e nacionalismo é a luta que tem por princípio a liberdade, como se fora também um primeiro passo para as conquistas posteriores relacionadas às transformações estruturais. Fernandes concorda ao mencionar que: “numa situação em que as forças da ordem empunham abertamente a bandeira da contrarrevolução prolongada, seria curioso situar a revolução nacional como uma frente de luta comum entre burgueses e proletários”. (FERNANDES, 2018, p. 89-90).

Pensando a revolução socialista na América Latina, sobretudo no ambiente de regiões indo-americanas, Mariátegui buscou unificar a perspectiva revolucionária com o nacionalismo ao afirmar que:

O nacionalismo das nações européias, onde nacionalismo e conservadorismo se identificam e se consubstanciam, se propõe fins imperialistas, sendo reacionário e anti-socialista. Mas o nacionalismo dos povos coloniais, [...] tem uma origem e um impulso totalmente diversos. Nesses povos o nacionalismo é revolucionário e, portanto, concluí-se no socialismo. Nesses povos a ideia da nação não cumpriu ainda sua trajetória nem esgotou sua missão histórica. (MARIÁTEGUI *apud* KAYSEL, 2011, p. 19).

Sendo assim, a ideia apresentada por Comblin, encontra de tal maneira, convergências com as perspectivas marxistas de Florestan Fernandes e Carlos Mariátegui, ao destacar o

nacionalismo como um elemento estratégico para fortalecer o processo revolucionário na América Latina, cuja marcas da colonização ainda se faziam presentes.

Mas, acrescentamos outro elemento que nos parece ser fundamental na obra do teólogo belga radicado na América Latina, sobretudo, no diálogo entre revolução e liberdade, a centralidade na autolibertação das massas na perspectiva “marxiana da revolução como autoemancipação dos explorados”. (LÖWY, 2012, p. 20).

Porém, antes de aprofundarmos tal análise, situaremos como esteve organizada do ponto de vista temático, a produção teológica de José Comblin, bem como as suas influências intelectuais. A mesma está ordenada da seguinte forma: O Espírito Santo; Teologia e realidades terrestres; Teologia da Libertação, breve curso de Teologia (para leigos e missionários); Teologia bíblica. Além desses títulos, Comblin ainda publicou trabalhos sobre perspectivas teológicas, temas da atualidade, evangelização e vida cristã, espiritualidade bíblica, igreja, eclesiologia, missão e pastoral urbana, manuscritos de edição particular e publicações populares em colaboração.

São, ao todo, 85 livros produzidos e, desses, 74 foram publicados nas mais diferentes línguas: espanhol, francês, italiano, inglês, holandês e alemão, totalizando cerca de 159 publicações entre a América (Brasil, E.U.A., Argentina, Chile, México, Equador, Colômbia) e Europa (França, Espanha, Itália, Alemanha, Bélgica, Holanda). Artigos, ele produziu mais de 400, nas mais diversas revistas de vários países. Sobre isso, abordaremos mais adiante.

Essa diversidade nos obriga a elencar recortes para analisar sua atuação como intelectual engajado por um novo jeito de ser Igreja. Sendo assim, analisaremos a relação dos temas sobre Teologia da Libertação e pneumatologia em Comblin, a partir da ideia de liberdade nos tópicos seguintes que compreendem o presente capítulo. E aqui, a discussão versará sobre suas contribuições no campo da Teologia das realidades terrestres, tendo como referência seus estudos em *Teologia da La Revolución* e *Teologia de La Práctica de La Revolución*, apoiados na perspectiva de que “por definição, o homem de ideias se deixa ler por suas publicações”. (DOSSE, 2009, p. 361).

Relembrando seus anos de formação, depois de ter passado três anos no Instituto de Filosofia de Lovain, José Comblin relatou o período de estudo de Teologia no Seminário Diocesano de Malines, mencionando seu contato com as obras de Teilhard de Chardin⁹⁴ através de Gustave Thils:

⁹⁴ Teilhard de Chardin nasceu na região de Auvergne, na França, em 1881 e morreu em Nova York, em 1955. Cientista (paleontólogo e Geólogo), filósofo e teólogo francês, entrou na Companhia de Jesus, em 1899. Participou de expedições científicas importantes e abriu o campo da sua pesquisa científica ao debate cosmológico e

Graças a Gustavo Thils, pude ter acesso ao “inferno”. O “inferno” era a sala de biblioteca em que estavam os livros proibidos, que somente se podia ler com licença do bispo. Deu-me, inclusive, fotocópias de livros de Teilhard de Chardin, o que, naquele tempo, era estritamente proibido, porque Teilhard tinha proibição de emitir opiniões em matéria religiosa. (MONTENEGRO, 2019, p. 120)

Gustave Thils foi professor de Comblin no Seminário Maior de Malines e depois se tornou professor da Faculdade de Teologia de Lovain. Teve papel relevante no Concílio Vaticano II ao ser redator de um dos capítulos da constituição *Lumen Gentium*. Após a Segunda Guerra Mundial, publicou “Uma Teologia das Realidades Terrenas, desenvolvida em dois livros lineares: o primeiro como prelúdio (1946), e o segundo como Teologia da História (1949)”. (GIBELLINI, 1998, p. 265). Suas obras se destacaram por refletir a partir da relação do evangelho e a compreensão do mundo, uma vez que, “As realidades terrenas, consideradas por Thils, são realidades históricas, ou seja, as sociedades humanas, a cultura e a civilização, a técnica, as artes, o trabalho”. (GIBELLINI, 1998, p. 266).

Um dos autores que contribuiu para a base da formação intelectual de Comblin foi, sem dúvida alguma, G. Thils. Tomamos como elementos para tal conclusão a importância que ambas perspectivas teológicas dão ao mundo social, político, econômico, cultural, ou seja, o quanto são históricas – e nesse aspecto estão bem próximos. O próprio Comblin afirmou:

A minha vocação para a vertente social da Teologia nasceu ao contato e pela influência de Monsenhor Gustavo Thils, que foi o meu professor em Malinas. Quando eu estava no Seminário, ele estava escrevendo e publicando os seus dois pequenos volumes sobre a teologia das realidades terrestres. (MONTENEGRO, 2019, p. 175-176).

O vazamento na imprensa brasileira de documento elaborado por Comblin a pedido de Dom Hélder Câmara para assessorá-lo em sua participação na II Conferência Episcopal Latino-americana de Medellín – da qual já citamos, recebeu, numa das reportagens divulgadas pela Revista semanal, *O Cruzeiro*, destaque inapropriado. O referido periódico trouxe a seguinte manchete: *Padre Comblin prega REVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA* (ROCHA, 1969, p. 127). Em letras garrafais e na cor azul, para enriquecer o apelo da mensagem, a reportagem apresentou, em cinco páginas, ponto a ponto, as questões analisadas pelo padre sobre a

teológico. Isso o tornou visado nos ambientes oficiais da Igreja Católica, a tal ponto que, ainda depois da sua morte, as suas obras (como *O fenômeno humano* e *O meio divino*) foram colocadas sob suspeita num *Monitum* do Santo Ofício, datado de 30 de junho de 1962, porque “têm tais ambiguidades e também erros tão graves que ofendem a fé católica”. No documento Vaticano, os professores e reitores de universidades e institutos religiosos são exortados a “defender os espíritos, particularmente dos jovens, dos perigos das obras de Teilhard de Chardin e dos seus discípulos”. No entanto, precisamente naqueles anos, um dos documentos mais importantes do Concílio Vaticano II, a *Gaudium et Spes* é fortemente permeada do pensamento de Teilhard de Chardin. Teilhard de Chardin: cientista e místico. IHU on-line. Ano 5, nº 140. 09 de maio de 2005. <http://www.ihuonline.unisinos.br>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

conjuntura histórica da América Latina e os desafios da Igreja Católica frente a tais questões. No entanto, chamamos a atenção para a imagem de um sacerdote divulgada na referida matéria, pois, não se trata do padre José Comblin.

Em destaque, a primeira página da reportagem:

Figura 9 – Reportagem sobre as notas elaboradas por José Comblin com base nos textos da II CELAM

Fonte: Revista O Cruzeiro, 29 de junho de 1968.

A Revista O Cruzeiro pertencia ao Grupo Diários Associados de Assis Chateaubriand, apoiador do golpe militar de 1964. Para Laurenza: “O sucesso da revista era perceptível nas ruas das capitais, circulava boca a boca e dava vazão ao apelo popular de uma publicação impressa em quatro cores, para a qual a TV ainda não representava menor concorrência”. (*In*: MARTINS; LUCA, 2015, p. 181).

Ou seja, é inegável o quanto o fato que destacamos repercutiu, sobretudo, por se tratar de notícia veiculada em canais da imprensa de circulação nacional. Mas, essa ainda não é a questão de que trataremos aqui. Servimo-nos do exposto para direcionar um dos recortes da nossa análise, o tema da revolução na perspectiva intelectual e teológica de José Comblin.

Entre 1970 e 1974, Comblin publicou as primeiras versões em francês dos seus dois volumes sobre a Teologia da Revolução: *Théologie de la Révolution* (1970) e *Théologie de la pratique révolutionnaire* (1974), ambos pela Éditions Universitaires de Paris. Em 1973, *Teologia de la Revolución - Teoría*, e *Teologia de la Práctica Revolucionaria*, em 1979, ganharam suas versões em espanhol pela editora Desclée de Brouwer – Bilbao. Ambas nos

serviram de base para compreender o conceito e contexto de revolução analisados por Comblin. É bem verdade que o tema em questão não é comum entre padres ou teólogos, fato que torna nosso objeto de discussão ainda mais relevante, mas não tão estranho para alguém com formação nas tradições de Lovain, já que:

Os cursos seguiam o método histórico-crítico, ou seja, um método que estimulava a elaboração teológica considerando a história e comparando sempre com a mensagem bíblica original. Os estudantes aprendiam a pensar e fazer teologias. Não repetir teologias. [...] No mundo católico fora da Alemanha, pouco se praticava o método histórico-crítico, que em Roma era severamente julgado. No entanto, desse método saiu o Concílio Vaticano II. [...] Por Lovaina passaram personalidades iminentes como Juan Luis Segundo, Camilo Torres, Gustavo Gutiérrez, Enrique Dussel, Ivone Gebara, Pablo Richard. (MUGLER, 2012, p. 38).

É desse ambiente de formação, que se distinguiu da rígida e conservadora escola romana de que Comblin se alimentou intelectualmente para produzir seu conceito de revolução, associado a documentos eclesiais como a Encíclica *Populorum Progressio* e a sua própria experiência vivida na América Latina. Até a primeira publicação de *Théologie de la Révolution*, em 1970, o padre já havia morado, em São Paulo (1958-1962), Santiago – Chile (1962-1965) e em Recife (1965-1972).

Do período em Pernambuco, destaca-se o contato com Dom Hélder Câmara. Naquele momento, certamente as influências foram muitas, sobretudo, para o conceito de não-violência que utilizou, já que é a mesma perspectiva produzida pelo Arcebispo de Olinda e Recife. A temática da não-violência aparece numa série de livros do Arcebispo, como, por exemplo: *Révolution dans la paix*, publicada em Paris pela Éditions du Seuil (1970). Publicados pela também francesa Desclée De Brouwer, temos ainda: *Spirale de violence* e *Pour arriver à temps* (1970), e *Le désert est fertile: feuilles de route pour les minorités abrahamiques* (1971)⁹⁵. Ambos tiveram publicações em italiano, alemão e até japonês. Inicialmente publicados no exterior, talvez devido ao contexto ditatorial em que o Brasil vivia; posteriormente, no entanto, tiveram edições brasileiras. Nessas obras, questões como a luta pela mudança das estruturas sociais injustas de maneira não violenta e a revolução necessária são algumas das questões discutidas. Para Hoornaert (2020), são os livros mais teóricos de Dom Hélder.

Sobre essa relação de intercâmbio intelectual entre José Comblin e Dom Hélder, o debate da revolução era tema central nas obras que apresentamos. Sobre isso, Eduardo Hoornaert destacou:

⁹⁵ Algumas das obras citadas que foram publicadas em português: *Revolução dentro da paz* (1968), *Espiral de Violência* (1978) e *O deserto é fértil* (1975).

A originalidade da aproximação de ambos reside no fato que o tema da revolução, após os eventos em Cuba e a difusão do mito Che Guevara, assim como por causa de evoluções de pensamento na Europa, costumava – na época – estar psicologicamente ligado à ideia da violência. Ser revolucionário sem ser violento, eis o desafio lançado por ambos. (HOORNAERT, 2020).

Pois bem, ao analisar tal desafio, no primeiro volume de Teologia da Revolução, José Comblin estruturou sua análise nos seguintes pontos: o problema teológico da revolução, a ideia de revolução, as reduções da revolução e, por último, revolução e cristianismo.

Inicialmente, sua discussão sobre o problema teológico da revolução tem como base a Encíclica do Papa Paulo VI, *Populorum Progressio*, porque, para o padre, um dos fatores que fundamentava a legitimidade de uma Teologia da revolução era a objetividade dos fatos. E esses fatos objetivos são citados na *Populorum Progressio*. Comblin (1973, p. 25), destacou trecho da encíclica que apontava a necessidade da revolução em favor da defesa da dignidade humana, muito embora ela troque o termo revolução por violência:

Certamente há situações, cuja injustiça brada aos céus. Quando populações inteiras, desprovidas do necessário, vivem numa dependência que lhes corta toda a iniciativa e responsabilidade, e também toda a possibilidade de formação cultural e de acesso à carreira social e política, é grande a tentação de repelir pela violência tais injúrias à dignidade humana. (PAULO VI, 1967, p. 10).

Em outro momento, a encíclica chega a considerar as revoluções, porém volta a dar-lhes status de mera violência.

Não obstante, sabe-se que a insurreição revolucionária – salvo casos de tirania evidente e prolongada que ofendesse gravemente os direitos fundamentais da pessoa humana e prejudicasse o bem comum do país – gera novas injustiças, introduz novos desequilíbrios, provoca novas ruínas. Nunca se pode combater um mal real à custa de uma desgraça maior. (PAULO VI, 1967, p. 10).

Ou seja, a encíclica nomeou a revolução de violência e a caracterizou como violenta, conforme destacou Comblin: “o conceito de revolução é então substituído pelo de violência”. (COMBLIN, 1973, p. 25, tradução nossa). Tendo o seu conceito equivocadamente substituído por violência, a defesa da revolução torna-se mais complicada, sobretudo, na esfera do campo religioso do qual pertencia. Como defender mortes e atos violentos? Mas, esses são os argumentos contrarrevolucionários da hierarquia e setores conservadores do catolicismo.

Ainda sobre a estratégia de sempre relacionar revolução e violência, Comblin afirmou: “A violência é apenas um aspecto e um momento da revolução, pois é um aspecto e um momento do Estado e de toda a política, pois até o momento é inconcebível organizar uma vida política sem nenhuma violência”. (COMBLIN, 1973, p.106, tradução nossa). E acrescentou

fazendo relação com o próprio estado do Vaticano: “não há estado sem polícia e forças armadas, nem mesmo a Cidade do Vaticano”. (COMBLIN, 1973, p. 106, tradução nossa).

Dessa forma, fica claro que a violência não está intrinsecamente ligada a este ou àquele fato, à ação ou a movimento, exceto quando nos referimos ao fascismo. Nem mesmo a sede da Igreja Católica no mundo consegue dissociar-se do termo (violência). E se quiserem reafirmar a violência impregnando-a, exclusivamente, de revoluções, Comblin afirmou que, “a violência é, portanto, concebida como contra-violência, em resposta à violenta repressão das classes dominantes”. (COMBLIN, 1973, p. 108, tradução nossa). Entre aproximações e diferenças, neste ponto o padre Comblin e Arendt estão em convergência, pois, segundo a filósofa, “a violência é empregada para construir uma forma de governo totalmente diferente e para gerar a formação de um novo corpo político” (ARENDR, 2011, p. 64).

Assim, há um deslocamento da ideia de violência gratuita para a necessária resposta em defesa dos violentados, em momentos específicos, mas não permanentes e que possam gerar uma novidade.

Ao longo do seu primeiro volume sobre a Teologia da Revolução, a questão da violência foi bastante destacada. Na obra, ele afirmou que a violência revolucionária é mais forte na linguagem do que nos fatos e, frequentemente, é réplica da repressão. Ainda no mesmo texto, o autor acrescentou que é no fascismo que a violência aparece como mera violência e tal característica não pertence ao que é essencial da revolução.

Para Comblin, a importância de discutir as necessárias mudanças estruturais da sociedade, estas trazidas por situações geradas pelo processo revolucionário, atende tão somente a princípios cristãos. Num mundo dominado pelo capitalismo, que promove exclusões, explorações e desigualdades, faz-se necessária mudança e “para lutar contra este sistema e para escapar do seu domínio, não bastam boas intenções”. Se faz necessário uma revolução mundial”. (COMBLIN, 1973, p. 27, tradução do autor). Neste sentido, aproximamos o conceito de revolução proposto pelo padre, ao que mencionou Koselleck: “toda revolução desfaz a velha sociedade; nesse sentido, ela é social; toda revolução derruba o velho poder, nesse sentido, ela é política -, o jovem Marx formulava também o princípio universal cuja concepção se tornava possível desde 1789” (KOSELLECK, 2006, p. 72). Além de em alguns momentos se referir à revolução na perspectiva do seu significado original do ponto de vista etimológico, Comblin quando a pensou em sua época, destacava as necessidades de transformações sociais e políticas.

Além de nos alertar para a necessidade de só uma revolução mudar as dificuldades e problemas oriundos do sistema capitalista, faz-se necessário que ela tenha caráter mundial. Até porque, “onde falta uma práxis revolucionária, as situações que motivam as revoluções podem

se eternizar”. (COMBLIN, 1973, p. 68, tradução nossa); portanto, é na colocação da expressão práxis revolucionária que está o elemento fundamental na compreensão do conceito de revolução em Comblin, de onde percebemos também um aspecto central da sua perspectiva teológica, a ação.

Outra questão central levantada pelo teólogo, é a relação histórica das revoluções com o cristianismo e em defesa da liberdade. Ele as entende como um processo de transformação das estruturas, seja política, econômica, social, ou até mesmo no processo de luta de grupos cristãos medievais contra a hierarquia católica as quais trouxeram mudanças estruturais, sociais e políticas, para a sociedade daquele período. É o caso da atuação em movimentos que tiveram as lideranças de figuras como John Wycliff, Jan Huss, Thomas Müntzer nas guerras camponesas, e até mesmo na Reforma Protestante. Embora encontremos aproximações entre a perspectiva de revolução em Comblin e Arendt, especialmente no que concerne à liberdade, como veremos adiante, aí também está um dos pontos de divergências das quais analisaremos posteriormente.

A partir de então, descrevemos duas tradições das quatro correntes da revolução ocidental sustentadas nos pilares da novidade e tendo também, na revolução, um ato de fundação da liberdade (ARENDRT *apud* COMBLIN, 1973, p. 153). São elas: a luta em defesa da liberdade da Igreja contra o Sacro Império Germânico, no episódio conhecido por Questão das Investiduras, que se encerra com a concordata de Worms em 1122; as reivindicações do cristianismo contra a hierarquia clerical, especialmente após a reforma gregoriana. Seus efeitos tiveram o auge no protestantismo; as outras duas são as lutas pela liberdade do cidadão – característico das revoluções americana e francesa, e as lutas sociais contemporâneas, segundo Comblin, “a revolução do nosso tempo” (COMBLIN, 1973, p. 184). A partir desse princípio, muitas são as objeções. Uma delas conforme destacaremos mais a frente, parte de Hannah Arendt, pois, segundo o teólogo mencionou, a filósofa nega o fato de que tivera havido revolução alguma em nome do cristianismo antes da época moderna, ao que rebate o teólogo afirmando que:

Se o nome de revolução é dado aos eventos políticos de transformação que ocorreram nos tempos modernos, como podemos nos surpreender que o cristianismo não os produziu antes desse mesmo período? Mas também se poderia formular outra concepção mais ampla da revolução e mostrar como desde o início o Cristianismo é revolucionário - por exemplo, desde a luta de Jesus contra os fariseus. (COMBLIN, 1973, p. 135, tradução nossa).

O teólogo destacou uma passagem bíblica para apresentar os conflitos contra as estruturas do poder ainda no início do cristianismo, mas corroborando com a perspectiva da luta

por liberdade que Arendt define como característica das revoluções. Se a forma difere do conceito de revolução da era moderna, talvez devêssemos considerar que cada época é marcada por relações próprias as quais, por isso, criam diferentes relações e, portanto, novas maneiras de ação. Mas, conforme declarou Hobsbawm ao divergir da pensadora alemã, “haverá leitores, sem dúvida, que acharão a obra de Hannah Arendt interessante e proveitosa, mas é improvável que entre eles se incluam os estudiosos das revoluções, sejam eles historiadores ou sociólogos” (2003, p. 208). No entanto, Koselleck nesta questão se aproxima da perspectiva de Arendt ao afirmar sobre as guerras camponesas que, “ambas as expressões, guerra civil e revolução, não são coincidentes, mas também não se excluem mutuamente” (KOSELLECK, 2006, p. 66). A aproximação em questão está no fato de associar a um movimento específico anterior à Revolução Francesa e à Independência dos Estados Unidos, do qual para Comblin é caracterizado como revolução e de influência cristã a partir da figura de Thomas Munzer, não um movimento revolucionário, mas uma guerra civil.

O que é descrito por Comblin é que, se entendemos por revolução a mudança com o surgimento de novas estruturas sociais, políticas, econômicas, a revolução gregoriana, que envolveu os acontecimentos contextualizados entre a publicação *Dictatus Papae*⁹⁶, em 1075, e o *Concordato de Worms*⁹⁷, em 1122, que geraram uma nova ordem social – os feudos superados pelos mercadores, por exemplo, então tal manifestação da Igreja contra os imperadores deve ser reconhecida como revolução. Aliás, “pode-se dizer que a liberdade dos municípios, primeira manifestação da liberdade do povo operário na história da humanidade, está ligada à reforma gregoriana” (COMBLIN, 1973, p. 163, tradução nossa). No entanto, adverte: “os revolucionários se convertem em conservadores da sua revolução”. (COMBLIN, 1973, p. 164, tradução nossa), referindo-se ao fato de que tal processo também gerou o fortalecimento do poder clerical, e, quando das lutas por liberdade internas de católicos contra a hierarquia, aconteceu a mesma coisa: a ruptura com os princípios de liberdade da reforma gregoriana e a adoção de uma postura conservadora. Tal perspectiva se relaciona com o conceito de revolução anterior a segunda metade do século XVII, do qual tanto Arendt (2011) quanto Koselleck (2006), associam ao seu sentido etimológico, cíclico, de retorno a uma condição anterior.

⁹⁶É um conjunto de 27 proposições e axiomas que tratam da autoridade, competência e poderes do Papa, tanto no domínio temporal como espiritual. Escrito à época de Gregório VII ou pouco depois, o documento contém as bases da Reforma gregoriana, realizada em meados do século XI, e condensa a produção teórica e as disposições do Papado sobre suas prerrogativas como sucessor do apóstolo Pedro, que, por sua vez, recebeu de Jesus Cristo o poder sobre a Igreja.

⁹⁷ Por vezes chamada de *Pactum Calixtinum* por historiadores papais, foi a concordata celebrada entre o Papa Calisto II (1119-1124) e o Imperador Henrique V do Sacro Império Romano-Germânico, celebrado em 23 de setembro de 1122, perto de Worms. Desse modo, o Imperador aceitou o direito de a Igreja designar os bispos.

Segue-se, então, a segunda onda revolucionária do ocidente que reúne a luta de leigos ou grupos que têm discordância com a hierarquia, tendo representação nos movimentos denominados heresias. Podemos citar, como exemplo, a luta dos Valdenses, Albigenes e Lollardos – “o movimento por uma Igreja espiritual e por uma Igreja de leigos assume proporções revolucionárias e fica mais ousado com a revolta dos Lollardos”. (COMBLIN, 1973, p. 167, tradução nossa). Bem como, também passando pela Reforma Protestante, sobretudo, as Revoltas Camponesas lideradas por Thomaz Munzer. Para Comblin, foi na Reforma Protestante que apareceu o caráter principal do termo, isto é, “o verdadeiro significado da Reforma aparece principalmente entre os radicais. Em primeiro lugar, em Thomas Münzer, teólogo da Rebelião Camponesa”. (COMBLIN, 1973, p. 169, tradução nossa).

Segundo defendia Comblin, o ponto culminante teria sido os fatores que integraram a Revolução Puritana, pois “a Revolução Puritana na Inglaterra, que é a verdadeira revolução protestante e constitui o ponto alto da segunda corrente revolucionária no Ocidente” (COMBLIN, 1973, p.170, tradução nossa). E continua destacando a importância da Revolução Inglesa para os conceitos que fundam as ideias modernas:

Todas as idéias modernas estão em germe na Revolução Puritana. O que se chama de liberdades individuais, os direitos do homem, o contrato social, a tolerância, o Estado moderno e a nação, a democracia, tudo isso entrou no Ocidente pela porta da Revolução dos Santos. (COMBLIN, 1973, p. 170, tradução nossa).

Acrescenta-se, para reforçar o pressuposto, que o programa de reivindicações de movimentos anteriores como os Hussitas são os mesmos dos Niveladores e Puritanos da Revolução Inglesa. (HINRICHS *apud* COMBLIN, 1973, p. 170). Assim, observamos outra aproximação com o marxismo, dessa vez a análise desenvolvida por Friedrich Engels, explicitada por Löwy: “Engels destaca esses levantes coletivos revolucionários, esses movimentos independentes de classe que era predecessora mais ou menos desenvolvida do proletariado moderno no interior da Reforma e das grandes revoluções inglesa e francesa” (2012, p. 47).

O que funda os ideais de luta na modernidade pode ser percebido desde os denominados movimentos heréticos, quais sejam – a defesa da liberdade, a luta por igualdade ou tolerância, que tanto buscaram nas relações externas Igreja x Imperadores, ou internas do leigo contra o clero. De tal forma, Comblin apresentou um dos principais elementos da sua tese: o quanto as revoluções têm no cristianismo as suas primeiras manifestações. Mais uma vez é notória a aproximação de Comblin com os estudos de Kautsky, em *A Origem do Cristianismo*, no qual o autor marxista retrata os fatores históricos e sociais do período vivido por Jesus. Além disso,

destaca-o como revolucionário na luta contra o poder romano e menciona as primeiras experiências de vida coletiva e utiliza a expressão comunismo, para se referir a algumas comunidades de então.

Aqui, parece-nos necessário destacar também o forte diálogo que estabeleceu com Friedrich Heer, autor, em dois volumes, de *Europa, Mãe das Revoluções* (1964). Nessa obra, o historiador austríaco destaca a relação entre o cristianismo e revolução, descrito assim por Comblin: “Heer mostrava claramente como no ocidente todas as revoluções derivavam do cristianismo e como somente o cristianismo podia gerar revoluções” (MONTENEGRO, 2019, p. 178). Fica muito claro como tal formulação desenvolvida por F. Heer está presente na proposição de Comblin sobre o tema da revolução, especialmente, quando menciona a Revolução Puritana – oriunda de bases cristãs, como porta de entrada para as ideias revolucionárias da Europa moderna. Reafirmamos a discordância entre Comblin e Arendt em tal perspectiva, pois, de acordo com a filósofa alemã, “jamais ocorreu uma revolução em nome do cristianismo antes da era moderna” (ARENDR, 2011, p. 54).

Noutra ponta, o caráter revolucionário do cristianismo foi estudado por Engels, muito embora considerasse o duplo fenômeno da religião seu papel crítico e contestador, mas também sua atuação em defesa da ordem estabelecida. Tal perspectiva também podemos verificar em Comblin, porque, mesmo havendo sido revolucionária diante do Sacro Império Germânico, não manteve os princípios de liberdade que caracterizam esse momento quando das reivindicações dos leigos e outros movimentos denominados heréticos. O interesse de Engels era “o cristianismo primitivo, que é definido como religião dos pobres, dos exilados, dos amaldiçoados, dos perseguidos e oprimidos” (LÖWY, 2000, p. 18).

Os movimentos heréticos como precursores do socialismo moderno, conforme afirmamos, são estudados por Kautsky que “por sua vez, dedicou-se a um estudo da religião (As origens do Cristianismo). Todos esses temas haviam sido abordados de passagem por Engels ao final de sua vida”. (ANDERSON, 1989, p. 19). Para complementar o segmento marxista que se dedicou ao estudo do cristianismo numa perspectiva da qual afirmou o padre José Comblin, ou seja, na relação com movimentos revolucionários, citamos Rosa Luxemburgo que, criticando a política reacionária da Igreja, destacou:

Quando o clero apoia os ricos e os que exploram e oprimem os pobres, está agindo em contravenção explícita aos ensinamentos de Cristo: não está servindo a Cristo e sim ao Bezorro de Ouro. Os primeiros apóstolos do Cristianismo eram comunistas dedicados e os Pais da Igreja (como S. Basílio, o Grande e João Crisóstomo) denunciavam a injustiça social. Hoje, essa causa foi adotada pelo movimento socialista, que leva aos pobres o Evangelho da

fraternidade e da igualdade e exorta o povo, para que estabeleça o Reino da Liberdade e o amor ao próximo na terra. (LÖWY, 2000, p. 23-24).

Assim como (ENGELS, 1977), (KAUTSKY, 2010) e (LUXEMBURGO, 2015), podemos perceber em outro autor marxista, Ernst Bloch (1973), que reforçou o destaque na linha da qual Comblin reforça aos movimentos revolucionários cristãos ou na relação existente entre a luta por liberdade e a luta pelo combate às injustiças na modernidade. Para ele, essas lutas derivavam-se desses movimentos, tais como nos lembra um dos slogans do movimento cristão revolucionário francês, surgido na França em 1936-1938, “Somos socialistas porque somos cristãos”. (LÖWY, 2000, p. 25).

Outro fator que merece ser apresentado para não gerar dúvidas ou confusões, está na importância de sabermos diferenciar cristianismo e religião, especialmente, quando se descreve o caráter revolucionário do cristianismo em Comblin, porque, segundo ele, a religião surge depois: com a sua estrutura e poderes, passando a ser contrarrevolucionária. E isso ocorre porque “a religião busca o poder e o apoio do poder”. (RICHARD *apud* COMBLIN, 2012, p. 32). Assim, ela perde qualquer perspectiva de transformação a não ser que se beneficie, em seu projeto, na busca por esse objetivo. Conforme Richard, “o cristianismo não é originalmente uma religião e Jesus não fundou nenhuma. Mais tarde, os cristãos fundaram a religião cristã, criação humana e não divina. A religião é produto da cultura humana”. (RICHARD *apud* COMBLIN, 2012, p. 33). Sendo assim, a objeção que tenta desvincular o caráter revolucionário da religião ganha aqui mais um argumento; porém, ele não cabe quando relacionamos cristianismo e revolução.

Sobre o debate, para o entendimento do que é então uma revolução ou do que não é, Comblin afirma que “explicar uma revolução é, então, ao mesmo tempo, revelar as forças que operam seus efeitos e os homens que assumem responsabilidades e realizam uma ação. Nem determinismo, nem voluntarismo”. (1973, p. 151). As características se impõem; é preciso reconhecê-las, para transformá-las em forças sociais, visto que surgem do contexto próprio de cada época.

A essa questão, a Sociologia das Revoluções apresenta vários pressupostos, seja na perspectiva da Psicologia das multidões, trazidas por Sorokin, seja a partir da História Natural das revoluções, apontada por Brinton. O primeiro autor aponta a possibilidades de revolução a partir da repressão dos instintos alimentares, de propriedade, de autopreservação sexual, de impulso de liberdade e de autoexpressão, muito embora deixe claro serem as revoluções algo nocivo e desnecessário. Já o segundo analisa os revolucionários não como desprezíveis, pois filhos do desespero veem a revolução como surgida da esperança, ou as abordagens de

Psicologia social de Gurr e Davies, as quais partem da constatação de Tocqueville sobre a relação negativa entre pobreza e o surgimento das revoluções. Isso, para não citar outras tantas tentativas de explicar o surgimento das revoluções.

Para Comblin, mesmo que a Sociologia tente reduzir os processos revolucionários aos que não são, diversos autores estão convencidos de que é a opressão o estopim das revoluções, ou seja, a luta por liberdade.

Outro fator a destacar são as discussões e análises propostas sobre o conceito e as práticas contrarrevolucionárias, sobretudo, como é representada a revolução ou os revolucionários. Palavras como violência, bestas selvagens, satanás, servem para citar algumas das suas representações. Sorokin representa a revolução como orgia e desordem sexual; Joseph de Maistre faz da Revolução Francesa obra de Satanás, “são lobos (que se devoram entre si), ursos, hienas, cachorros (que devem ser abatidos, porque são raivosos), fala-se da hidra revolucionária”. (COMBLIN, 1973, p. 238, tradução nossa).

A mesma violência sofrida pelos comunistas, representados de igual maneira, conforme destacou Motta: “no momento em que o comunismo passou a ser percebido como um inimigo sério para a Igreja, ele também passou a ser anatematizado como cria de satanás, da mesma forma que a Reforma ou o perigo turco em outras eras” (2002, p. 49).

No Brasil, Comblin destacou os ataques sofridos por Dom Hélder e Dom Fragozo por setores conservadores da Igreja Católica e imprensa, que os descreviam como agentes pagos pelo grande partido da desordem, referindo-se ao comunismo soviético. Além dos movimentos articulados pela TFP - movimento Tradição, Família e Propriedade⁹⁸, da qual o teólogo sofreu acusações e forte contrapropaganda, no final dos anos 1960.

As posições contrarrevolucionárias da Igreja Católica, em diversos momentos históricos e num amplo recorte, também são destacadas por Comblin:

Se considerarmos a história da Igreja Católica de 1789 a 1958, encontraremos nela por parte dos Papas, dos bispos, do clero ou dos publicitários católicos tantas condenações à revolução, sobretudo dos franceses e liberais Revolução, e também da Revolução Socialista, que pode ser considerada um concerto quase unânime. (COMBLIN, 1973, p.243, tradução nossa).

⁹⁸ Associação civil de âmbito nacional fundada em 1960 por Plínio Correia de Oliveira, com o apoio dos bispos dom Antônio de Castro Mayer, de Campos (RJ), e dom Geraldo Proença Sigaud, de Diamantina (MG). A organização tem por objetivos combater a vaga do socialismo e do comunismo e ressaltar, a partir da filosofia de são Tomás de Aquino e das encíclicas, os valores positivos da ordem natural, particularmente a tradição, a família e a propriedade. A TFP inspirou-se no “integrismo”, ideologia católica, cujo princípio básico é a militância ativa em defesa do catolicismo tradicional, em oposição ao catolicismo com engajamento social. Fonte: Site da Fundação Getúlio Vargas. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo>. Acesso em, 12/06/2020.

Já no final do século XVIII, o Papa Pio VI condena a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Constituição Civil do Clero:

Em 29 de março de 1790, o Papa condenou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Antes da Constituição civil do clero, que deveria consumir a perda dos privilégios do clero [...], condena a constituição civil, inaugurando assim a atitude de oposição sistemática dos católicos à revolução. (COMBLIN, 1973, p.243-244, tradução nossa).

As posições de Pio VII e Leão XII foram contrarrevolucionárias, pois se colocaram favoráveis ao Império espanhol quando das lutas por independência das suas colônias: “quando os movimentos de independência estouraram no império espanhol da América, Pio VII e Leão XII se aliaram ao Rei da Espanha”. (COMBLIN, 1973, p. 244, tradução nossa). Já no século XX, reafirma-se a posição contrarrevolucionária e conservadora da Igreja: “os católicos põem sua confiança nos déspotas fascistas: Mussolini, Hitler, Pétain”. (COMBLIN, 1973, p. 246, tradução nossa).

Sendo assim, não seria estranho, como já descrevemos aqui, reconhecer as posições contrárias da hierarquia em relação aos movimentos que contribuem para mudanças estruturais na sociedade, especialmente, quando atingem diretamente os privilégios dela. Vez ou outra, o termo heresia aparece na história. E isso não ocorre por acaso. Seja, como diz, quando se aplica temas cristãos à realidade social, seja quando surgem aspirações de liberdade no plano temporal (COMBLIN, 1973, p. 255-256).

Dessa forma, as ações contrarrevolucionárias aparecem mais tendo por objetivo a defesa do poder pelo poder e manutenção do status quo do que por conter em si o amparo da mensagem cristã. Isso desemboca na distinção que o pensamento combliniano faz entre cristianismo e religião, do qual já tratamos.

É óbvio que a corrente contrarrevolucionária sempre buscou destratar qualquer tipo de análise ou ação que não se pautasse nos documentos eclesiais – como as cartas papais e o embasamento bíblico. No debate revolução e cristianismo, Comblin sempre teve amparo bíblico. Tanto é assim que nunca sofreu nenhum tipo de punição oficial do Vaticano. Até poderia tê-lo tido, sem razões, como aconteceu com Leonardo Boff⁹⁹. Mas nunca foi o caso.

Ao longo do texto, temos citado autores com que o teólogo buscou dialogar. Já nos referimos a F. Heer; acrescentaremos depois Dom Hélder, dentre outros. Mas, agora, voltemos a citar Ernst Bloch, em razão da relação que faz do conceito desse filósofo sobre utopia e esperança com as questões que envolvem o cristianismo e o tema da revolução.

⁹⁹ Religioso brasileiro, Leonardo Boff, um dos mentores da Teologia da Libertação, foi condenado, em 1985, ao “silêncio obsequioso”, pela Congregação para a Doutrina da Fé, que tinha à frente o cardeal Joseph Ratzinger.

O novo ou a deia de novidade é um dos temas discutidos, para compreender a relação cristianismo e revolução, cuja utopia – esperança, de Bloch, Comblin já considera no início do quarto capítulo de *Teologia de la Revolución*, ao destacar que “a teologia recente, estimulada principalmente pela filosofia de E. Bloch, destaca o conceito bíblico de novidade e destaca sua importância”. (COMBLIN, 1973, p. 285, tradução nossa). Pelo conceito bíblico de novidade, percebemos um dos problemas levantados, que conceitua um dos aspectos de todo processo revolucionário: a esperança do novo.

A luta por liberdade inspira a revolução na busca de um mundo novo, uma nova sociedade. Ao destacar o novo como característico das revoluções, faz-se de imediato a ponte com a mensagem cristã e bíblica. Pois, não se pode deixar de admitir que a realidade, sendo humana, não seja cristã, todavia é impossível também não associarmos tal perspectiva da nova sociedade pela revolução com o pensamento marxiano, do qual descrevemos uma passagem retirada de *A Ideologia Alemã*:

Essa revolução é necessária, entretanto, não só por ser a única maneira de derrotar a classe dominante, mas também porque somente uma revolução possibilitará à classe que derruba a outra varrer toda a podridão do sistema antigo e se tornar capaz de instaurar a sociedade sobre novos fundamentos (MARX, 2006, p. 106).

Ter, no horizonte da revolução, o objetivo da transformação da sociedade para uma nova realidade, é algo que entendemos está presente em ambos os pensamentos de estudos sobre a revolução, de Marx a Comblin, de Koselleck a Hannah Arendt.

Num contexto em que as revoluções são associadas ao comunismo ou aos ideais marxistas, o teólogo belga apresentou momentos muito anteriores que interligam movimentos cristãos às lutas por liberdade, ao destacar que “a revolução tem suas fontes na Bíblia, mas não o poder revolucionário”. (COMBLIN, 1973, p. 347, tradução nossa). Para uma melhor compreensão, consideremos duas perspectivas na citação: a revolução tem sua expressão bíblica quando é interpretada por princípios cristãos de justiça, paz e liberdade, mas não é detentora do poder revolucionário. Para Comblin, muitas vezes, faz-se necessário pegar carona no trem da história e realizar as revoluções necessárias, e “no trem vão outros passageiros com quem é necessário contar. Neste momento temos os movimentos marxistas”. (COMBLIN, 1973, p. 349, tradução nossa). Aqui, Comblin refletiu sobre a importância e a necessidade da união entre cristãos e marxistas nas revoluções do seu tempo, já que, tomando como base a experiência chilena, católicos, por si só, não puderam realizá-la.

Se o estudo realizado por Comblin, vazado na imprensa brasileira, apresentou um padre e teólogo subversivo ou revolucionário, isso não é de estranhar, pois vivia-se em tempos de

ditadura. O fato é que, trazer a mensagem de liberdade, isso, sim, traz o verdadeiro incômodo para governos repressivos e ditatoriais, sobretudo, para quem defende não haver outra opção contra a opressão, pois, como o próprio Comblin afirmava: “a alma de todas as revoluções é a liberdade”. (COMBLIN, 1973, p. 367, tradução nossa).

4.2 José Comblin e a análise da Prática Revolucionária.

O tomo II da Teologia da Revolução, de Comblin: *Théologie de la pratique révolutionnaire*, conforme já adiantamos, teve a sua primeira versão publicada em francês no ano de 1974, quatro anos após a publicação do primeiro volume. Naquele período, Comblin já havia sido expulso do Brasil e estava no Chile. No Brasil, era o fim do mandato do General Médici e o início do governo Geisel, o quarto presidente da ditadura brasileira. No Chile, estava no início a ditadura Pinochet.

Sobre a produção e características do segundo volume em relação ao primeiro, Comblin advertiu para as diferenças existentes entre ambos, mas não as relacionavam, exclusivamente, ao fato de terem sido escritas no contexto da sua mudança de país. Para ele,

Não foram escritos no mesmo contexto, o que é evidente. Essa diferença não se deve apenas, nem principalmente, ao fato de terem sido escritos em dois países distintos - no Brasil, o primeiro, e no Chile, o segundo - a explicação está nas mudanças históricas. (COMBLIN, 1979, p. 07, tradução nossa).

Se o primeiro foi marcado pelas experiências políticas, sociais, econômicas e culturais da década de 1960, o segundo tem as influências do contexto de meados da década de 1970. Isso também significou a relação entre ambos os contextos, seja nas continuidades, seja nas rupturas que configuram tal período.

Os anos 1960 são caracterizados na América Latina pela ascensão das Forças Armadas ao poder através de golpes de estado. No Brasil, em 1964; na Argentina, em 1966; e, no Peru, em 1968. E isso não se restringe apenas à década de 1960. Veremos a continuidade dessa tendência passar para a década seguinte. A Bolívia, por exemplo, passou ao domínio militar em 1970; o Uruguai, em 1972; o Chile, em 1973. Ou seja, todos esses países caíram sob o jugo ditatorial militar nos primeiros anos da década de 1970.

Comblin apresentou suas ideias numa discussão contextualizada, relacionando a moral cristã com a prática revolucionária, as experiências revolucionárias na Rússia, Cuba e China, os aspectos que relacionam consciência e prática revolucionária, e sobre práticas, analisou a

prática política e ideológica. Em alguns momentos, pareceu fazer História Imediata¹⁰⁰, esta pensada quando “se relaciona a um objeto no qual, de alguma maneira, ele mesmo se insere” (BARROS, 2004, p. 145).

Na análise que fez sobre caridade e revolução, apresentou a ideia de caridade muito diferente do que tradicionalmente a Igreja praticou, ou seja, sempre condicionando ou tratando as pessoas como objeto de caridade. Aproximou-se da perspectiva defendida atualmente por Löwy (2000, p. 61), quando descreveu uma das inovações da Teologia da Libertação ao citar os pobres como sujeitos da própria história e não como meros objetos de atenção da caridade cristã.

Camilo Torres¹⁰¹, por exemplo, do qual José Comblin chegaria a ser comparado, conforme destacaremos adiante, apresentou um ideal de caridade associada ao amor que tem ao próximo, em nome do qual se comprometeu através da revolução, da luta pela libertação do povo. Ou seja, a partir de um ato concreto de libertação, pois é a solidariedade e o compromisso com a transformação da realidade o que liberta o indivíduo da sua condição social. “Eu acredito que me comprometi com a revolução por amor ao meu próximo”. (TORRES *apud* COMBLIN, 1979, p. 22). Sendo assim, ser caridoso representa agir em favor do outro, mas numa perspectiva que de fato contribua para a mudança da sua condição, deixando de ser objeto de caridade e sendo agente direto da transformação que, como tal, num novo e transformado mundo, as condições que geram as tradicionais ações de caridade da Igreja inexistam.

É a revolução em nome do amor, como descreveu Camilo Torres, inclusive, citando um trecho da carta de São Paulo aos romanos, da qual menciona: “quem ama seu próximo, cumpre a lei”. (COMBLIN, 1979, p. 21). E ele continua destacando que,

Esse amor, para ser verdadeiro, deve ser eficaz. [...] o que se chama de caridade não basta para alimentar a maioria dos famintos, nem para vestir a maioria dos nus, nem para ensinar a maioria dos que não sabem, devemos buscar meios eficazes para o bem-estar de a maioria. Por isso, a revolução não é apenas permitida, mas obrigatória para os cristãos, que vêm nela o único meio eficaz e de longo alcance para alcançar o amor por todos. (COMBLIN, 1979, p. 21, tradução nossa).

¹⁰⁰ “O historiador, neste caso, é não apenas um analista do discurso dos outros, mas um produtor de testemunhos dele mesmo; é não apenas um sujeito que examina os atores sociais do passado, mas também um ator ele mesmo”. (BARROS, 2004, p. 145). Ver também: LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: GOFF, Jacques le (Org.). A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

¹⁰¹ Foi um sacerdote católico colombiano, co-fundador da primeira Faculdade de Sociologia da América Latina e membro do grupo guerrilheiro Exército de Libertação Nacional (ELN). Promoveu o diálogo e o sincretismo entre Marxismo e Catolicismo. Para Camilo, o cristianismo bem entendido supunha a criação de uma sociedade justa e igualitária. Isto o traduz como a obrigação de fazer uma profunda revolução, que despojaria do poder aos ricos e donos (a oligarquia), para dar-lhe passo a uma sociedade socialista. Morreu em seu primeiro combate no ano de 1966.

Dessa forma, amparado em princípios que nenhum cristão poderá negar, Camilo Torres justificava a revolução. Comblin reforçava que, “a revolução é consequência direta da compaixão e a compaixão da indignação”. (COMBLIN, 1979, p. 61, tradução nossa). No documento Mensagem aos cristãos, Torres acrescentou: “a revolução não só é permitida como é obrigatória para os cristãos que vejam nela a única maneira eficaz e ampla de realizar o amor para todos”. (LÖWY, 2016, p. 317).

Inclusive, certa vez, Comblin foi comparado a Camilo Torres pelo jornal conservador colombiano, La República que, de maneira pejorativa o associou à guerrilha e à luta armada. Essa mesma reportagem foi reproduzida em Pernambuco pelo Jornal do Comércio, conforme destacamos abaixo:

Fig. 10 – Reportagem do Jornal do Comércio reproduzindo notícias da Colômbia que, comparava José Comblin à Camilo Torres.

Fonte: Jornal do Comércio, Recife, 22 jun. 1968.

Transcrevemos a matéria publicada em Pernambuco pelo Jornal do Comércio, conforme segue:

BOGOTÁ. O matutino conservador “LA Republica” comparou, ontem, editorialmente, o sacerdote belga Joseph Comblin com o levita colombiano Camilo Torres, morto há alguns anos em combate com o exército, por pregar a luta armada na América. Sob o título “As Teorias do Padre Comblin”, o Influente Jornal de Bogotá recorda que o religioso belga, apoiado pelo bispo Hélder Câmara, do Brasil, conhecido como “O Bispo Vermelho”, laborou um documento destinado à Conferência Episcopal Latino-americana que se realizará em Medellín, Colômbia, em agosto próximo, para tratar de estabelecer a “luta armada” dos católicos e as alianças com o marxismo. “Sujar as mãos para tomar o poder” seria uma modalidade aconselhável — anota o Jornal — na opinião do Padre Comblin, do ponto de vista moral e prático, do mesmo modo que a utilização da força, chegando-se a justificar os tribunais de exceção, ou, se se quiser, o sistema repressivo contra os inimigos da revolução. [...]Mais adiante, o “La Republica diz que o relatório do Sacerdote belga se endereça a todo o hemisfério e não é exclusivo para a Colômbia e só trará celebridade e nomeada para seu autor. Mas não correrá o risco de ser elevado à categoria de doutrina católica, para uso dos pecadores que andam ainda sobre a Terra, enquanto não chega a hora de comparecer perante os tribunais de exceção. (Jornal do Comércio, 22 jun. 1968).

O jornal fez tal comparação tendo como referência o estudo do documento para o II CELAM¹⁰², elaborado por Comblin e que citamos no início do capítulo. Fica evidente a conotação pejorativa que se procurava estabelecer à relação entre ambos. No entanto, destacamos tal momento para enfatizar a prática presente na atuação de Comblin e Camilo Torres, o que, em alguns momentos, poderia gerar falsas acusações e objeções. Apesar disso, é inegável que, entre eles, de fato, existiam mais confluências do que o contrário, já que foram formados em Lovain, e mais: eram padres na América Latina e adeptos da não violência ativa.

As tentativas de desmistificar a revolução foram muitas. Como já citamos anteriormente, os movimentos contrarrevolucionários foram os responsáveis por isso, principalmente, dentro do catolicismo. A postura de associar ações revolucionárias contra as injustiças e em defesa dos oprimidos esteve, por muito tempo, identificada com a violência. Assim como as atividades desenvolvidas por Camilo Torres, as de Comblin também sofreram com tal vinculação; mas, ao mesmo tempo, acreditava que quando a revolução exige violência, ela não é duradoura ou tem centralidade no processo, apenas justifica-se em nome da justiça.

Considerando que a publicação do seu segundo volume foi posterior às acusações que citamos, certamente isso não inibiu Comblin de citar Camilo Torres nem de reafirmar suas posições e a importância do caráter transformador da sociedade através da ação humana.

Quando questionado por revolucionários, inclusive, os que alegavam a não relação entre a práxis revolucionária e teologia, afirmou que:

Quase todos os movimentos revolucionários cristãos na América Latina vêm da democracia cristã, ou da Ação Católica, ou seja, de movimentos que buscam se inspirar na doutrina social da Igreja e, portanto, na teologia. (COMBLIN, 1979, p. 32, tradução nossa).

Ele acrescentou que movimentos como a Ação Popular¹⁰³ no Brasil e o MAPU,¹⁰⁴ no Chile, surgiram do cristianismo, mesmo que depois tenham assumido seu caráter

¹⁰² A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano realizou-se em Medellín, na Colômbia, no período de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968. A Conferência foi convocada pelo Papa Paulo VI, para aplicar os ensinamentos do Concílio Vaticano II às necessidades da Igreja presente na América Latina. A temática proposta foi “A Igreja na presente transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”. A abertura da Conferência foi feita pelo próprio Papa que marcou a primeira visita de um pontífice à América Latina.

¹⁰³ Organização política de âmbito nacional, fundada durante um congresso promovido pela Juventude Universitária Católica (JUC) em Belo Horizonte, entre 31 de maio e 3 de junho de 1962. Integrada basicamente por membros da JUC e da Juventude Estudantil Católica (JEC), seu objetivo era formar quadros que pudessem “participar de uma transformação radical da estrutura brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo”. Fonte: Fundação Getúlio Vargas. Site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo>. Acesso, em: 12/06/2020.

¹⁰⁴ Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU). Partido político fundado el 19 de mayo de 1969, por Rodrigo Ambrosio, que desde sus inicios estuvo vinculado al campesinado y a los movimientos estudiantiles universitarios. Nació a partir de un fraccionamiento producido en el seno del Partido Demócrata Cristiano, cuando un grupo de militantes se demostró disconforme con el lineamiento ideológico y político del partido en el contexto de las elecciones presidenciales que se llevarían a cabo en 1970. Este grupo se declaró públicamente marxista, formó su

exclusivamente marxista, isso para não citar os exemplos da Nicarágua e El Salvador. Sobre essa questão, destacou que, enquanto a Igreja for, em sua estrutura, contrarrevolucionária, deixará um vazio preenchido por movimentos marxistas. Para Comblin, a Igreja não pode se furtar de agir no mundo, e “dentre todas as formas de ação há uma que se destaca por sua amplitude e sua radicalização, esta é a revolução, uma ação pela transformação de toda a sociedade”. (1979, p. 41, tradução nossa). Tal declaração o acompanhou como um teólogo da ação por sua trajetória na América Latina em defesa de um novo jeito de ser Igreja.

As fontes dessa teologia da ação seriam os fatores morais e éticos e não, necessariamente, o marxismo que, segundo ele, é recorrentemente apontado como o movimento único capaz de fazer triunfar o processo revolucionário. Quando descreveu o período da ida de Fidel Castro ao Chile, em 1971, destacou que:

Enquanto seus interlocutores cristãos lutavam para falar na linguagem marxista, Fidel Castro respondia a eles em linguagem cristã [...] como se fosse mais fácil se expressar na linguagem da moral cristã, em termos de justiça, sacrifícios, pobreza e riqueza etc., que em termos marxistas. (COMBLIN, 1979, p. 51, tradução nossa).

Comblin está defendendo as origens cristãs de justiça, presentes em movimentos revolucionários da América Latina, inclusive na Revolução Cubana, que, segundo salientou, é onde a influência do cristianismo é mais forte. Frei Betto descreveu alguns momentos da presença de Fidel Castro com cristãos chilenos, inclusive, com o Cardeal Silva.¹⁰⁵ Sobre tal momento, destacou:

Pode produzir-se o desaparecimento das classes e surgir a sociedade comunista. Onde está a contradição com o cristianismo? Ao contrário, produzir-se-ia um reencontro com o cristianismo dos primeiros tempos, em seus aspectos mais justos, mais humanos, mais morais” (BETTO, 1985, p. 13).

propia colectividad política, e integró posteriormente la coalición de partidos de izquierda Unidad Popular, que llegó al gobierno con la elección de Salvador Allende Gossens. Sufre una escisión en 1971, luego de un pleno nacional donde quedaron en evidencia dos corrientes, aquellos que querían declarar a la colectividad netamente marxista y otros seguidores de una corriente más tradicional, que finalmente abandonan al MAPU y forman la Izquierda Cristiana en octubre de 1971. Fonte: Biblioteca do Congresso Nacional do Chile. Site: https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos. Acesso, em: 12/06/2020. Tradução: Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU). Partido político fundado em 19 de maio de 1969, por Rodrigo Ambrosio, que desde seus primórdios esteve ligado ao campesinato e aos movimentos estudantis universitários. Nasceu de uma divisão produzida dentro do Partido Democrata Cristão, quando um grupo de militantes se mostrou insatisfeito com as orientações ideológicas e políticas do partido no contexto das eleições presidenciais que aconteceriam em 1970. Este grupo se declarou Publicamente Marxista, formou sua própria coletividade política e, mais tarde, ingressou na coalizão de partidos de esquerda da Unidade Popular, que chegou ao poder com a eleição de Salvador Allende Gossens. Sofreu uma cisão em 1971, após uma sessão plenária nacional onde duas correntes estiveram em evidência, aquelas que queriam declarar a comunidade puramente marxista e outros seguidores de uma corrente mais tradicional, que finalmente deixaram o MAPU e formaram a esquerda cristã em outubro de 1971.

¹⁰⁵ Raúl Silva Henríquez, Arcebispo da arquidiocese de Santiago de Chile, destacou-se sobretudo por sua luta contra a ditadura Pinochet e pela defesa dos Direitos Humanos e apoio às famílias de desaparecidos políticos, a partir do Vicariato da Solidariedade.

O fato é que a estada do governante cubano no Chile contribuiu para uma estratégia de aproximação entre marxistas e cristãos, tendo em vista que, após reunir-se com representantes do movimento *Cristianos por el Socialismo*,

Convidou uma delegação desse grupo a visitar Cuba em março de 1972. Durante sua estada, esse grupo de sacerdotes assinou uma declaração com o objetivo de conscientizar os cristãos latino-americanos sobre a necessidade de transformar a realidade social e política da região. [...] afirmaram, entre outras coisas, que: reafirmamos nossa convicção de que historicamente o socialismo é a única forma que nosso subcontinente tem para romper sólida e verdadeiramente as cadeias da opressão capitalista e imperialista. (GAETE, 2017, p. 229, tradução nossa).

Apesar da sinalização de aproximação entre tais grupos, os sacerdotes foram chamados à atenção por seus superiores chilenos por desprezitar orientações da Cúria romana que versavam sobre restrições a envolvimento político no Chile. Comblin afirmava que cristãos e Igreja viviam numa relação dialética com o mundo, aproximavam-se e separavam-se, para, assim, aproximarem-se melhor e afastavam-se, para não se tornarem prisioneiros da ordem estabelecida. (1979, p. 55).

Num dos pontos centrais da discussão apresentada pela perspectiva combliniana, destacamos a revolução real. Há uma revolução em curso no século XX? Se há, qual é? A quais leis os modelos de transição da sociedade obedecem? Esses são alguns dos questionamentos que o teólogo belga visa responder, pois, para ele, “a história faz os homens e os homens fazem a história. Os homens fazem revoluções, mas para fazê-las é necessário que se submetam às suas próprias leis e fatores objetivos”. (COMBLIN, 1979, p. 69, tradução nossa). Aparentemente, Comblin pareceu querer justificar, talvez, as aparentes incongruências que possam denotar o processo revolucionário tendo em vista que as condições do referido processo não são escolhidas, mas estão postas.

Anteriormente, descrevemos a analogia que Comblin fez sobre o momento apropriado da ação revolucionária e os companheiros de luta. Ele relacionou esse momento à seguinte situação: imagine entrar num trem com diferentes passageiros que vão ao mesmo destino, ou seja, apesar de diferentes em alguns aspectos, estão incumbidos do mesmo sentimento de liberdade e transformação, pois os fatores objetivos não são controláveis, como também não o é decidir se haverá, quando será, com quem será e se transformará. Segundo Comblin, sabe-se contra quem lutar e em favor de quem, “a revolução contemporânea tem como tema e como fatores as contradições desta civilização ocidental, que são também as contradições do capitalismo”. (COMBLIN, 1979, p. 70, tradução nossa).

Porém, isso não significa dizer que ele defendia as contradições econômicas do capitalismo como motor da revolução, pois, fique bem claro, Comblin alertava que “não há relação alguma entre as revoluções e o nível de desenvolvimento econômico. As contradições do capitalismo tampouco produzem revoluções” (COMBLIN, 1982, p. 275). Para tal, descreveu as experiências de revoluções na Rússia, em paralelo, e por não terem acontecido num país de economia mais forte e contradições mais acentuadas do capitalismo como a Alemanha. Referiu-se da mesma forma contrapondo China e Índia, na Ásia. As contradições do capitalismo que Comblin sugeriu, são de ordem moral e humanista, tais como justiça, fraternidade, liberdade.

Em alguns pontos até aqui analisados sobre o pensamento combliniano no que tange à revolução, já mencionamos que o marxismo foi uma corrente constante de diálogo. Como o próprio Comblin mencionava, é impossível entender a revolução contemporânea sem se referir ao marxismo. (COMBLIN, 1973, p. 355).

Ele situou Marx como quem melhor expressou a perspectiva revolucionária no que tange à ideia de transformação entre a Revolução Francesa e a futura Revolução Socialista, no sentido de se saber reconhecer o momento histórico de agir contra as estruturas vigentes. E o objetivo era este: a partir do conhecimento sobre a primeira, poder desmontá-la e configurar a luta num processo parecido com o que se constituiu na França, mesmo que o referido processo de transição não fosse idêntico, pois “a Revolução Francesa correspondeu à transição do feudalismo ao capitalismo. Para ir do capitalismo ao socialismo, era lógico que uma transição semelhante deveria ocorrer”. (COMBLIN, 1979, p. 72, tradução nossa). No entanto, conforme Comblin nos explicou, “pouco a pouco, Marx percebeu a diferença de circunstâncias. [...] Mas ele manteve o paralelismo para a revolução”. (COMBLIN, 1979, p. 72, tradução nossa). Ele também destacou suas contribuições contra o reformismo ou transformações parciais que poderiam enfraquecer a defesa da revolução. Porém, é crítico à ideia marxiana que associa o desejo por mudança através da revolução e a implantação do socialismo ao esgotamento do capitalismo. Ao analisar as experiências ditas socialistas, e tendo como base teórica e intelectual o marxismo, Comblin discorreu alguns juízos sobre a teoria marxiana. Em sua exposição, descreveu a experiência de sociedades que se dizem socialistas, mas nada lhes fazem parecer estarem em transição para o comunismo; pelo contrário, não conseguiu ver muita diferença quando comparada a países capitalistas. Não há qualquer citação direta, mas, certamente, a sua análise faz referência à experiência socialista soviética do governo Stálin.

Por exemplo, a Nova Política Econômica, adotada por Lênin “na década de 1920, era claramente reconhecida como uma derrota para o comunismo, ou pelo menos um desvio, das colunas em marcha para o socialismo” (HOBSBAWM, 2013, p. 369). Afirmou o historiador

marxista que a NEP era fruto de debate na Rússia por sua medida representar, para alguns, o enfraquecimento de uma trajetória socialista. Porém, Hobsbawm acrescentou que “a NEP teve um brilhante êxito na restauração da economia soviética a partir da ruína de 1920” (HOBSBAWM, 2013, p. 370).

Sobre o período Stálin, destacou Hobsbawm:

É provável que jamais se possa calcular adequadamente o custo humano das décadas de ferro da Rússia, pois mesmo as estatísticas oficiais de execução e da população dos gulags existentes, ou que podem vir a tornar-se disponíveis, não podem cobrir todas as perdas [...]. Mesmo assim, quaisquer que sejam as suposições que se façam, o número de vítimas diretas e indiretas deve medir-se mais na casa dos oito algarismos do que na dos sete (2013, p. 382-383).

Além da questão apresentada, reconhecida anos após a morte de Stálin através do Relatório Khrushchov¹⁰⁶, o teólogo belga vai além e diz que não há um projeto real na experiência russa de transição do socialismo para o comunismo, “O comunismo tem se mostrado decididamente uma utopia. [...] Semelhante aos que o próprio Marx denunciou, quando condenou o socialismo utópico”. (COMBLIN, 1979, p. 79, tradução nossa). Na avaliação de Comblin, as experiências socialistas não demonstraram um projeto mínimo dos quais se pudessem vislumbrar algum caminho ao comunismo, sobretudo, quando analisou a experiência da União Soviética. Sendo assim, seria irreal pensar a transição socialismo-comunismo nos moldes em que se apresentavam.

Ao destacar as experiências socialistas que se denominavam marxistas, dentre elas a soviética, descreveu que, ao contrário do desaparecimento do estado, há o seu fortalecimento. Afirmou que, “a transição para o comunismo tem os mesmos objetivos do capitalismo”. (COMBLIN, 1979, p. 82, tradução nossa).

Quando analisou as revoluções cubana e chinesa, destacou elementos próprios que as caracterizaram. Sobre a última, tal perspectiva encontramos reforçada por Rémond que a descreveu como “experiência original que não tem equivalente e que vai tornar-se o modelo mais invejado, até eclipsar, para dois terços da humanidade, o prestígio que a União Soviética detinha com exclusividade há quase meio século”. (1976, p. 161).

¹⁰⁶ Nikita Krushev, então secretário geral do PCUS, aproveitaria o encontro para apresentar, ao seu final, somente aos delegados soviéticos e a uns poucos representantes dos partidos dirigentes das “democracias populares”, um relatório sobre a Era Stalin, referência ao período de poder do líder soviético Josip Stalin. No documento, Krushev acusava o ex-líder soviético, falecido havia menos de quatro anos, pelo uso indiscriminado de violência, execuções, processos fraudulentos contra adversários políticos, violando todas as normas de legalidade revolucionária O “Relatório Secreto”, como ficou conhecido, discutia ainda o culto à personalidade, construído por Stalin em torno de sua pessoa, tentando, porém, justificar o fato de, por décadas, Stalin ter agido de forma tirânica, sem que houvesse reação por parte dos demais membros da direção partidária. FALCÃO, Frederico José Falcão. O “relatório secreto” de krushev e o partido comunista do brasil (pcb): desestalinização e crise. Anais do XII Encontro Regional da ANPUH – RJ. 2011.

Sobre Cuba, apresentou a influência de intelectuais e nacionalistas nas origens de revolução de 1959, desvinculando-a do marxismo. Aqui, também, concordando com Comblin, Rémond afirmou: “é uma revolução que, no começo, não deveu nada ao comunismo, nem mesmo ao marxismo”. (1976, p. 162). Sobre esta perspectiva da revolução de caráter nacional, Florestan Fernandes corrobora que, “no contexto latino-americano, o melhor exemplo, a respeito, é Cuba”. (FERNANDES, 2018, p. 91-92).

Na análise feita por Comblin, a relação dos cubanos com o marxismo se deu por necessidade de sobrevivência pelo fato de, inevitavelmente, aproximar-se da União Soviética. Essa aproximação compulsória se deu, especialmente, por causa do bloqueio econômico, imposto pelos Estados Unidos. Para ele, a perspectiva apresentada por Fidel Castro na ilha é o comunismo e socialismo como processo único: “a experiência cubana é a tentativa mais audaciosa de construir uma sociedade inteiramente nova, o mais diferente possível da sociedade capitalista.”. (COMBLIN, 1979, p. 88, tradução nossa).

Na sua análise sobre a experiência chinesa, apresentou-a como original por não se apoiar em métodos prontos e acabados, mas por ter renovado e reinventado a prática revolucionária a partir do seu próprio contexto. Para ele, “muitas vezes é até difícil fazer uma distinção entre o que vem do marxismo, o que vem de outros autores chineses antigos e o que é elaborado por Mao-Tsé-Tung”. (COMBLIN, 1979, p. 89, tradução nossa). Comblin, inclusive, ressaltando a novidade chinesa, distingue-a do processo chileno do que deriva o fracasso deste último. Para ele, na China, a revolução é categoricamente mudança de mentalidade.

Dessa feita, sutilmente, Comblin começou a enfatizar outro elemento que lhe é muito caro em qualquer processo revolucionário: os fatores centrados na moral, conscientização e esperança. Defendeu a ideia de que, no apelo das consciências realizadas por movimentos revolucionários, as forças morais são mais importantes do que as forças econômicas. Ele cita as perspectivas de utopia e esperança em Ernst Bloch, para que as reflexões da realidade atual, quando ela (a realidade) for divergente da desejável, possa tornar-se espaço de luta à conquista de tal utopia. Esta, nesse contexto, distingue-se do irreal e do inalcançável, gerando a esperança de mudanças e transformações, ou seja, viver o futuro no presente. Assim, Comblin reafirmou o princípio de esperança do filósofo marxista: “na origem da mudança está uma esperança que é tanto uma rejeição do presente quanto um desejo por um futuro diferente”. (COMBLIN, 1979, p. 106, tradução nossa).

Para uma sociedade que vive num mundo que cria a ideia de satisfação, extingue-se a visão de futuro, pois o presente lhe basta e se encerra em si, anulando quaisquer perspectivas de mudança dele. Comblin nos alertou que o presente-futuro das revoluções passa por tal

questão. Nesse sentido, “a utopia é mais ainda do que esta ampla gama de antecipações, imagens do desejo, os conteúdos da esperança. Reside em todos os homens que lutam para se realizarem, isto é, para realizar aqui e agora o ideal de plena humanidade”. (HOBBSAWM, 2003, p. 142).

Ainda para Comblin, o nacionalismo é um elemento considerado central no princípio dos objetivos das mudanças estruturais, especialmente quando analisado em países subdesenvolvidos. Destacou que: “as revoluções do Terceiro Mundo são parte do movimento nacionalista. São revoluções nacionais”. (COMBLIN, 1979, p. 145, tradução nossa). Chama atenção o fato de que Comblin parece evitar a perspectiva de análise marxista, pautada na luta de classes. Não as associa como questão fundamental nas origens de tais revoluções. Nessa mesma linha, Hector Bruit defende que, no século XX, o contexto do imperialismo gerou revoluções anti-imperialista, ou seja, tais lutas estiveram conectadas mais à perspectiva nacionalista do que às de classes. (BRUIT, 1998).

Quando discorre sobre o socialismo dito marxistas, digo a experiência na U.R.S.S., suas críticas são contundentes sobre questões que envolvem temas como coletivização e liberdade, relatando como a experiência oriunda da Revolução Russa acabou tornando-se exemplo negativo para o surgimento de outras revoluções. “Se isto é a revolução, qualquer coisa é melhor: essa foi a convicção da grande maioria”, diz Comblin (1979, p. 168, tradução nossa), referindo-se aos efeitos oriundos dos resultados mal sucedidos do socialismo soviético. Associado a isso, as décadas de ferro, como caracteriza Hobsbawm, brutal e ditatorial, serviram para reforçar tal discurso.

Assim, as repercussões no campo subjetivo merecem destaque; e, quando analisou o futuro das revoluções ou as revoluções em marcha, Comblin tem um foco voltado para a importância da conscientização. Esta, baseada na perspectiva freiriana, ou seja, como compromisso histórico, como práxis, uma vez que,

A conscientização é, neste sentido, um teste da realidade. Quanto mais conscientização, mais se des-vela a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. [...] A conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser e de transformar o mundo que caracteriza os homens. (FREIRE, 2001, p. 30).

Desta forma, a perspectiva de conscientização suscitada, remete-nos a ação, a compreensão da realidade que se vincula à interferência objetiva da realidade, mas relacionada às suas subjetividades.

Analisando a relação de aproximação entre o cristianismo e o marxismo, Frei Betto afirmou certa vez que, “para apreender o potencial revolucionário do cristianismo, o marxismo

deverá romper a camisa de força de sua ótica objetivista e reconhecer o papel da subjetividade humana na história” (2016, p.534). Sobretudo, porque, distante da relação dialética teoria e práxis, o que concerne à prática revolucionária, o marxismo incorreria em puro e exclusivo cientificismo. Daí a importância de fatores subjetivos, pois, conforme Betto,

Negar a importância da subjetividade e da intencionalidades humanas é pretender reduzir o marxismo a uma teoria puramente científica, [...]. A originalidade da teoria marxista reside justamente em estar vinculada à prática revolucionária que, em sua dinâmica, confere e contesta a teoria que inspira e orienta. (2016, p. 534).

Sobre tal perspectiva, Comblin discorreu sobre a consciência revolucionária, que, sem ela, não é possível revolução (1979, p. 181). Ao discutir aspectos que envolvem a relação e transição entre a consciência oprimida e a insurreição da consciência, dentre as quais a consciência revolucionária e os diferentes tipos de consciência, – a consciência nacional, a consciência populista, a consciência messiânica e a consciência moral, Comblin destacou a importância dos acontecimentos revolucionários e das revoluções. Isso porque, segundo ele, “toda revolução parte da memória de outra ou outras revoluções anteriores”. (COMBLIN, 1979, p. 185, tradução nossa). Para Comblin, esse seria um aspecto considerável, para adquirir consciência revolucionária, ou seja, ter referência em movimentos anteriores – memória revolucionária, o que, para ele, estabelece uma espécie de continuidade. Daí porque a dificuldade dos povos em adquirir consciência política sem pontos de recordações de já terem feito. Complementando, afirma que “uma consciência política autêntica jamais surge de forma espontânea”. (COMBLIN, 1979, p. 186, tradução nossa).

No processo de conscientização, Comblin evidenciou a consciência política e cita Paulo Freire, para contrapor-se à consciência de opressão, pois “a opressão faz com que o oprimido internalize a imagem do opressor de tal forma que não conceba outro modo de relação social”. (COMBLIN, 1979, p. 187, tradução nossa). Sendo assim, não basta adquirir a consciência da opressão, já que ela mesma não é, em si, revolucionária. No diálogo com Paulo Freire, ressaltou o significado da conscientização política através de novos métodos de formação. A importância dessa perspectiva está no fato de que “a consciência não é direcionar o conhecimento já constituído para a consciência de alguém. Não se trata de transmitir mensagens. Ao contrário, deve despertar as possibilidades latentes das consciências adormecidas”. (COMBLIN, 1979, p. 368, tradução nossa). Segundo Freire, “os oprimidos não vêem ao homem novo como aquele que deve nascer da contradição, uma vez resolvida, quando à opressão dê lugar à libertação. Para eles, o homem novo são eles mesmos, convertidos em opressores” (FREIRE, 2001, p. 68).

Freire pensou a alfabetização de adultos a partir da realidade em que vive o sujeito. Desta, a partir da problematização do contexto desses indivíduos, surgem os temas geradores, o que também poderemos perceber na experiência de formação da Teologia da Enxada, conforme citamos em capítulo anterior. Ambos tiveram, nas suas práxis, esse olhar diferenciado para a formação, seja na periferia urbana, seja em áreas rurais. Aliás, ao longo deste trabalho, descreveremos várias das suas contribuições à formação de seminaristas, mas, sobretudo, de leigos e leigas, missionários e missionárias.

Por defender a importância dos fatores subjetivos na construção do processo revolucionário, a conscientização política, uma perspectiva de futuro pautada em valores morais e éticos de solidariedade e amor ao próximo, apostava na qualificação da educação, pois, assim, contribuiria para gerar uma classe trabalhadora mais consciente da sua luta. Por essa razão, firmava que:

Os alunos são os futuros trabalhadores qualificados. Eles são os mais bem preparados para assumir a liderança de um movimento operário. [...] Não é que se possa tirar a conclusão de que os operários deixaram de ser a classe revolucionária, mas sim que na futura classe operária o fator ideológico terá cada vez mais importância e que o peso principal da luta revolucionária cairá no plano ideológico. (COMBLIN, 1979, p. 365, tradução nossa).

Ele parte dessa questão para apontar um dos componentes principais da prática revolucionária, o fator ideológico. Sendo que, se numa sociedade de domínio burguês e capitalista impera a dominação, a conscientização liberta. Se há estratégia ideológica para promover a dominação, deverá também existir uma em prol da própria conscientização e libertação do sujeito envolvido neste contexto. Mas esse estratagema não deve compreender o indivíduo como objeto ou passivo na relação que envolve a formação, porque revolução é liberdade. Ou seja, não é uma dádiva, mas uma conquista. Nesse contexto, conforme afirma Comblin, “o homem se liberta a si mesmo, ou então, não existe tal libertação”. (COMBLIN, 1979, p. 207, tradução nossa). A partir de Marx, Löwy acrescentou numa de suas análises, um aspecto significativo do processo revolucionário que nos parece Comblin ter-lhe tomado emprestado, sobretudo pelo final: “o significado histórico da revolução proletária é essencialmente diferente da tomada do poder burguesa: ou será uma autolibertação ou não será” (LÖWY, 2012, p. 48).

Assim, a ideologia que é imposta e gera dominação deve ser combatida com elementos que contribuam para a conscientização política, e esta para ser, de fato, revolucionária, é conquista do sujeito envolvido no processo.

A autonomia do sujeito é relatada por Comblin em Rosa Luxemburgo que, “mantém o conceito humanista de espontaneidade, segundo o qual a revolução deve partir do próprio povo e não deve ser imposta”. (1979, p. 209, tradução nossa). Cita também Mao-Tse-Tung, ao dizer que ele “remonta ao início da espontaneidade revolucionária. Ele expressa sua confiança nas Pessoas”. (COMBLIN, 1979, p. 209, tradução nossa). Portanto, a revolução, segundo a discussão apresentada por Comblin, não é mera conquista de um partido ou quaisquer outros elementos externos. Mas, para que não seja outra coisa em nome da revolução, é necessário que seja o resultado do despertar para um novo mundo, adquirida através da consciência política e autonomia populares.

Dessa forma, chegamos a outro elemento da análise do pensamento combliniano, a prática revolucionária – suas prioridades e multiplicidade.

Dentre as prioridades, o teólogo em questão atuou para discutir a não redução da ação revolucionária à conquista do poder ou de uma das esferas do mesmo. Acrescentou que “não há revolução sem mudança de regime político, mas tal mudança seria inútil se não fosse acompanhada por uma mudança em todas as estruturas da sociedade”. (COMBLIN, 1979, p. 214, tradução nossa). Segundo ele, não é simplesmente a mudança de governo que traz a novidade da revolução, porque, se não vier pautada na transformação em todas as suas dimensões e multiplicidades (institucionais, culturais, humanas; das relações econômicas; de novas formas de desenvolvimento...), dificilmente se sustentará, ou não passará de mera caricatura revolucionária. Ou seja, “a práxis do desenvolvimento tem por objeto a transformação da natureza e a práxis da libertação, a transformação da sociedade [...]. Se algum dos dois estiver faltando, não se pode chegar a transformação humana do homem (COMBLIN, 1979, p. 216, tradução nossa). Se não for conseguida a transformação humana, o projeto revolucionário fica comprometido.

Nesse sentido, Comblin acrescentou o papel da Igreja Católica nessa discussão. Ele analisou como a Doutrina Social da Igreja¹⁰⁷ teve um papel fundamental na coesão dos seus membros e na tentativa de eles não se deixarem perturbar pelos problemas sociais externos a ela. A DSI visa responder demandas associadas a segmentos da esquerda a ela pertencentes, mas sem avançar ao ponto de criar insatisfações com sua ala mais à direita.

Segundo o teólogo, “entre a *Rerum Novarum* e o *Octogesimum Adveniens*, a hierarquia católica tem como princípio constante de sua política social evitar que problemas sociais

¹⁰⁷ Conjunto de escritos, mensagens, cartas, encíclicas, exortações, pronunciamentos e declarações que compõem o pensamento do magistério católico a respeito da chamada “questão social”. Fonte: Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Site: www.cnbb.org.br. Acesso, em: 12 jun. 2020.

penetrem na Igreja e não ameacem sua unidade e coesão”. (COMBLIN, 1979, p. 246, tradução nossa). Essa foi a estratégia da hierarquia católica do período que corresponde às respectivas doutrinas publicadas em 1891 pelo Papa Leão XIII, e, em 1971, pelo Papa Paulo VI. Porém, ele acrescentou que, se na sua elaboração a DSI não foi completa, também não renunciou aos direitos fundamentais do homem. Certamente, aqui, Comblin se referia aos anos 1970, tendo em vista outros tempos de relações com a ascensão fascista e conexões com o nazismo. Referiu-se diretamente aos pontos 47 e 48 da Octogésimo Ano. No primeiro, há uma exortação à participação política: a passagem à dimensão política exprime também um requisito atual do homem: uma maior participação nas responsabilidades e nas decisões. Já no segundo, há uma exortação a uma perspectiva mais social. Citou questões relacionadas à ação e se dirigiu, sobretudo, aos leigos. Então, apresentou uma postura mais crítica da Igreja em relação a governos ditatoriais, citando as ações do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara:

O caso do Brasil é exemplar. [...] Pessoas de vanguarda o ajudaram a tomar consciência de sua missão na nova configuração da sociedade mundial: Dom Helder Câmara tornou-se uma figura exemplar no episcopado mundial por ter reconhecido e assumido esta nova tarefa da Igreja no século vinte. (COMBLIN, 1979, p. 250, tradução nossa).

Para Comblin, Dom Hélder simbolizava um segmento do catolicismo que seguiu as orientações da Octogésimo Ano, especialmente nas suas ações de denúncias das práticas de tortura no Brasil e na defesa dos direitos humanos, bem como criou e fortaleceu projetos em consonância com a Carta Apostólica do Papa Paulo VI. As conclusões da Conferência Episcopal dos Bispos Latino-Americanos, enquadravam-se nas constantes reivindicações dos cristãos à hierarquia católica em relação a sua coerência com os documentos oficiais, publicados pela Santa Sé.

Quando das respostas da hierarquia católica a partir dos documentos oficiais, precisamente os publicados posteriormente ao Concílio Vaticano II que apontavam para ampliar a comunicação com mundo e reformular algumas práticas tradicionais, o que se verificou foi a criação de instituições rígidas. Contudo, isso não dialogava com setores sociais mais fragilizados. Sobre tais questões, afirmou: “no mundo desenvolvido, a Igreja Católica conseguiu montar uma rede de instituições em torno de sua doutrina social que foram capazes de constituir uma espécie de Estado dentro do Estado”. (COMBLIN, 1979, p. 251, tradução nossa). Dessa feita, caracterizou as instituições católicas como órgãos de classe, a dos mais privilegiados, renegando o grupo em destaque no evangelho, pois “a exortação eclesial dirige-se aos pobres [...] o evangelho anuncia o papel dos pobres. Os pobres sempre foram relegados”. (COMBLIN, 1979, p. 254, tradução nossa).

A partir do destaque mencionado sobre o tratamento e o lugar dos pobres na relação com a hierarquia católica, Comblin compara-os aos dados às massas em alguns processos revolucionários, que pouco acreditaram nelas. Já nos referimos a essa questão ao apontarmos como característica importante de qualquer revolução, a autonomia adquirida pelos segmentos populares através da conscientização política.

Mais uma vez há de se mencionar a dimensão política. Não seria para menos, tendo em vista que o processo revolucionário é, não apenas, mas também fruto das dinâmicas políticas.

Para tanto, Comblin apresentou quatro questões que envolvem sua percepção sobre a prática política, quais sejam: a formação do Estado, a partir dos seus meios e fragilidades; o Estado neofascista e a instituição da violência; a conquista do poder – da qual analisa a via pacífica de transição ao socialismo; e, por fim, o Estado e a revolução.

Ao analisar o quadro da formação do Estado, pareceu bastante influenciado pela conjuntura do momento, caracterizada, sobretudo, por governos ditatoriais. Inclusive, vale salientar, aqui, que ele foi vítima direta dessa referida conjuntura.

Ele descreveu também o acontecer moderno como sendo “a ascensão dos fascismos, do Estado autoritário e dos métodos de repressão”. (COMBLIN, 1979, p. 262, tradução nossa). Certamente, estava se referindo às ditaduras latino-americanas que ascenderam entre os anos 1960-1970. É enfático ao citar que “é possível listar os países onde a tortura não é praticada como meio normal de interrogatório, ou onde as cartas não são abertas, ou os telefones não são controlados, onde os cidadãos não são registrados e controlados em suas idas e vindas”. (COMBLIN, 1979, p. 262-263, tradução nossa).

Há uma caracterização no modelo de Estado que então se forma, pautado na repressão e práticas violentas. Comblin parece, inclusive, denunciar o fato que gerou, praticamente, a sua expulsão do Brasil em 1972, quando ocorreu o interrogatório que já destacamos, do qual o teólogo belga, assim descreveu um dos momentos:

O Coronel perguntou-me: O senhor sabe por que está preso? Eu disse que não fazia a menor ideia. Então ele me mostrou uma carta minha. Perguntou: Esta carta é sua? Claro, disse, esta carta é minha. Enviei-a para Dom Frágoso, bispo de Cateús, e não sei como chegou aqui. [...] A carta que o coronel me apresentou era a original. Não era nenhuma fotocópia, era a própria carta; não havia como negar. (MONTENEGRO, 2019 p. 149).

Apresentamos esse depoimento, do qual narrou o momento em que foi interrogado; depois, impedido de entrar no Brasil, e, em seguida, mandado de volta à Europa, para, assim, fazer uma relação com a referência que apresentamos anteriormente sobre países que praticavam a tortura, interrogatórios e violavam correspondências. Como dissemos, pareceu

uma denúncia ao que lhe ocorrera por ter sua carta interceptada e violada. Vale mencionar que, para o Estado brasileiro, a utilização de termos como base e conscientização, além de se tratar de uma comunicação com o Bispo de Crateús, *persona non grata* para a caserna, teria sido motivo suficiente à expulsão de José Comblin.

Esses seriam os elementos caracterizadores do Estado, seus meios e técnicas utilizadas para reprimir e controlar a sociedade, além, sobretudo, da manipulação da opinião pública, através dos principais canais de comunicação.

Mas, um Estado forte e com tais características tem, também, as suas fragilidades, das quais destacam-se: a submissão aos que lhes sustentam, a incapacidade de comunicação com setores distantes dos grandes centros, como, por exemplo, áreas rurais. A esse respeito, Comblin expressou-se de seguinte maneira:

Um estado forte ou repressivo é muitas vezes o instrumento de controle de grandes grupos econômicos nos países industrializados. [...] Desta forma, um Estado extremamente forte perante os cidadãos pode ser extremamente fraco perante as multinacionais. (COMBLIN, 1979, p. 268).

Associada a essa questão, acrescentamos as debilidades provocadas por governos populistas. Para Comblin, tais governos têm como característica conciliar o irreconciliável e isso traz instabilidade, podendo até mesmo gerar vazio de poder. Na conciliação, você cede, para governar; e, por isso, muitas vezes, não consegue atender a demanda daqueles que fizeram do governo, vitorioso. A tal conciliação cede em dois níveis da ponta, mas, em determinado momento, explode a insatisfação de um grupo ou de outro. Daí, a instabilidade, ou seja, crises que são criadas ou inventadas, e, com a imagem cristalizada de um governo enfraquecido, surgem as falsas necessidades da força e da ordem.

Sendo assim, caminhamos para outra característica do Estado analisada por Comblin: o Estado neofascista. Para tal, relacionou o surgimento de uma série de ditaduras na América Latina como estratégia da política externa estadunidense. Explicou como o império americano converteu a ideia de defesa nacional em segurança nacional, porque, para os Estados Unidos, segurança nacional vai além das suas fronteiras nacionais. Nesse contexto de segurança nacional, ele alertou como os militares tiveram um papel preponderante, até mesmo de tomar o poder, como aconteceu na América Latina dos anos 1960-1970. Alertou que “o famoso relatório Rockefeller reconheceu que as ditaduras militares oferecem aos Estados Unidos grandes vantagens que os compensam por sacrificar convicções democráticas”. (COMBLIN, 1979, p. 276-277, tradução nossa).

Não há dúvidas do que cita Comblin ao relacionar a política estadunidense com o surgimento de tais ditaduras militares. Sobre isso já há vasta pesquisa e material

bibliográfico¹⁰⁸. A relação vai se estabelecer por vantagens econômicas, especialmente, por estratégia geopolítica, já que se vivia o contexto da guerra fria. E, em tal contexto, a unidade das forças militares vai ocorrer na defesa do “perigo” comunista.

Para a América Latina, de maioria cristã, tal discurso foi muito bem aceito, uma vez que, o anticomunismo tem uma das matrizes no catolicismo, conforme nos afirma Rodrigo Patto Sá, ao dizer que “a Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal (desconsiderando, é claro, o vaticano como Estado efetivo) mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX” (2002, p. 18). Ou seja, torna-se uma espécie de luta sagrada contra o “demônio” ateu do comunismo. Comblin identificou esse segmento, por exemplo, no que representa o movimento Tradição, Família e Propriedade – TFP.

Dentro do contexto de fortalecimento do poder militar, a partir da sua capacidade de análise, refletiu sobre as possibilidades da revolução num período caracterizado por essa força. A estratégia dependeria de dois caminhos:

A primeira forma é militar. O que significa que um grupo militar nacionalista consegue eliminar o aparato militar local. [...] a segunda via é a civil. Para que um movimento civil alcance a maioria, é necessária uma campanha longa e perseverante. Você pode facilmente pensar que levará décadas, se você não encontrar uma personalidade carismática capaz de ganhar as massas. (COMBLIN, 1979, p.279).

Na avaliação que elaborou quando destacou a revolução no mundo dependente, a luta contra as ditaduras militares deveria surgir da própria esfera militar a partir do sentimento nacionalista, tendo em vista que os regimes analisados por ele, e, aqui citados, movem-se a partir dos interesses estadunidenses ou através de uma liderança civil, carismática, que contribua para a unidade contra tais governos ditatoriais. Foi taxativo no que se referiu à luta armada ao afirmar que, “toda a resistência armada contra o exército é perdida antecipadamente. Nada mais faz do que fortalecer a sua unidade. [...] No caso da América Latina, a experiência tem mostrado que é absolutamente impossível. (COMBLIN, 1979, p. 280, tradução nossa). Na conjuntura analisada por Comblin em meados da década de 1970, esta é a perspectiva que ele aponta para os países que vivem sob as ditaduras latino-americanas. No entanto, destacou exemplos que invalidam a generalização feita anteriormente, pois no Vietnã e na Argélia os

¹⁰⁸ Para citar alguns, ver: FICO, Carlos. O Grande Irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo. O Governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul). 1870-2001. Rio de Janeiro: Revan, 2003. COELHO, Pedro Motta Pinto. “Observações sobre a visão argentina da política internacional de 1945 até hoje”. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). Argentina: visões brasileiras. Brasília: IPRI/Fundação Alexandre Gusmão, 2000. CORRÊA, Marcos Sá. 1964, visto e comentado pela Casa Branca. Porto Alegre: L&PM, 1977. MOREL, Edmar. O golpe começou em Washington. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1965.

movimentos de libertação receberam apoio militar e técnico de países ou militares estrangeiros e tiveram êxito.

O fato é que, para Comblin, ao passo que as ditaduras foram se acomodando cada vez mais nas estruturas do poder, a violência vai se tornando institucionalizada. Citou o exemplo do Brasil, onde os militares tomaram o poder, não por garantia alguma da constituição, mas para governar, estabelecer estado de guerra e definir a violência como política de estado, garantida com amparo jurídico através do Ato Institucional nº 5.

A violência está representada na violência direta, sejam as torturas, assassinatos, prisões, sejam as mais diferentes formas de repressão social e de cerceamento da liberdade de expressão. Aproveitando-se da imagem que vai se constituindo no povo brasileiro sobre os políticos ou a política, quase sempre associados à corrupção, à desonestidade etc., os militares vão encontrando aí o vazio a ser preenchido. Nesse sentido, Comblin afirmou:

O elitismo do exército é baseado no descrédito dos políticos. Os políticos são demagogos, interessados, ineficazes, corruptos. Eles levaram a nação à ruína. [...] Os militares são o oposto dos políticos: são francos, sinceros, devotos, austeros, disciplinados, a vida deles é puro sacrifício. (1979, p. 282, tradução nossa).

É justamente da hierarquia e da disciplina, características do meio militar, que a verticalidade radical do comando impõe-se através da força e é cumprido com o mais alto rigor disciplinar: o poder total e absoluto. Na descrição de Comblin, “tudo isto é a essência do totalitarismo (1979, p. 284, tradução nossa). Daí, deriva a doutrina de segurança nacional, ou seja, tudo passa a ser segredo de estado como justificativa para a repressão secreta. Comblin tratou dessa questão, conforme já discutimos, no seu livro: *Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*.

Sobre a questão que envolve a conquista do poder num contexto de ditaduras militares, que Comblin denomina de totalitários e neofascistas, duas questões são analisadas: a via pacífica e a armada de transição ao socialismo, sob a ótica da esquerda e da direita.

Como já destacamos, além do mencionado teólogo circular pela América Latina em países como Brasil, Equador, Argentina, México, morou no Chile em dois momentos distintos, entre 1962-1965, e 1972-1980. Ou seja, observou de perto a relação de movimentos cristãos e o socialismo. Inclusive, esteve no Chile em fins do Governo Allende e pôde acompanhar o golpe militar que derrubou aquele líder socialista. Portanto, conhecia bem como se deu a ascensão do socialismo ao poder pela via pacífica.

Sendo assim, é a experiência do Chile em destaque, pois conhecia o suficiente dessa prática para confirmar a tese dos problemas característicos, gerados pelos governos populistas.

Estes sempre se pautam por negociações as quais cedem espaços para insatisfações à esquerda e à direita. Ele alegava que “globalmente, o governo Allende praticou uma política populista e teve o destino dos populismos latino-americanos”. (COMBLIN, 1979, p.295, tradução nossa). É claro que temos que associar às questões internas vividas no Chile a toda uma conjuntura vivida pela América Latina de então, cercada de golpes e ditaduras militares, estrategicamente, apoiadas pelos Estados Unidos, quando não promovida por estes.

Por conseguinte, compreendeu em outro momento, como impraticável, a transição ao socialismo por ambas as vias, seja de modo pacífico, seja de modo armado, tomando como base as experiências vivenciadas na Rússia e no Chile. Segundo ele, “na realidade, a via violenta para o socialismo é tão impraticável quanto a via pacífica”, afirmou (COMBLIN, 1979, p. 296, tradução nossa). No entanto, defendeu o que denominou revolução nacional como a possibilidade a ser utilizada em países subdesenvolvidos, conforme já anunciamos. As questões que envolvem a defesa da nação contra os interesses da metrópole, seria, para Comblin, um vetor capaz de unidade popular desde que estivesse ancorado nas tradições locais, gerando uma relação de identidade das massas com tal perspectiva. Já verificamos que, tanto Fernandes (2018), quanto Mariátegui (2011), convergem a esse respeito.

Outra questão abordada no contexto da conquista do poder: a tática de não-violência. Citando uma crítica de Engels a Duhring, afirmou que a primeira delas foi “a violência é a arma dos ricos. Os ricos sempre terão mais armas do que os pobres. (ENGELS *apud* COMBLIN, 1979, p. 301, tradução nossa). Nesse contexto, há uma defesa direta da não-violência. Comblin vai adiante ao mencionar estratégias tais que foram realizadas por Gandhi, de desobediência civil, além de destacar o caráter antipático dos movimentos violentos.

Para que não nos confundamos, é importante esclarecer que, evidentemente, a estratégia de Comblin não passa pelo uso da violência, muito embora reconheça suas necessidades em determinados momentos do processo. E isso porque os grupos dominantes quando se sentem ameaçados pelo poder popular reagem por meio da força. Mas, fica claro sua preferência por caminhos não ativos da violência, inclusive, defendendo a conquista de poder que se estabeleça nas pessoas, e não, necessariamente, em primeiro lugar, na chegada ao governo. Por essa razão, ao afirmar que “a culminância de uma revolução é a função de um poder contra o estado para eliminá-lo e controlá-lo”. (COMBLIN, 1979, p. 313, tradução nossa), ele procura enfatizar a importância anterior que caracteriza o projeto de construção do poder popular.

Mas, qual seria a análise de José Comblin sobre o papel da Igreja Católica em meio a esse universo de conquista e relação com o poder ou da necessidade revolucionária para

transformar e melhorar a condição de vida de milhões de pessoas que sofrem com a miséria, injustiças e a opressão?

Primeiro, já adianta que “o direito à revolução política aparece nos textos que serviram de base legal para a primeira grande revolução do mundo, a revolução dos Papas Gregorianos contra o Império Germânico”. (COMBLIN, 1979, p. 330, tradução nossa), e que a Octogesima Adveniens, alertava para a “responsabilidade política dos cristãos como coletiva e não simplesmente pessoal”. (COMBLIN, 1979, p. 318, tradução nossa). Ou seja, se houvesse alguma dúvida da Igreja e dos cristãos em relação às suas opções frente a um governo que massacra o povo, ou em favor do povo que sofre, não seria por falta de embasamento nos próprios documentos oficiais da Igreja que as suas decisões não pudessem sair a contento.

Segundo, na maioria das vezes a Igreja Católica tem se posicionado contrária a mudanças, e, de acordo com Comblin, “A grande maioria dos católicos e a tendência dominante na hierarquia rejeitam as mudanças revolucionárias”. (COMBLIN, 1979, p. 320, tradução nossa). Mas, a questão que se levanta é que ela deve ter um compromisso a serviço do povo, pelo menos quando esse é oprimido pelo Estado neofascista. Ou seja, na visão de Comblin (1979, p. 325), ao analisar a Igreja frente aos poderes neofascistas, ele afirma que tal regime é incompatível com a concepção de mundo cristão, especialmente, quando se tem conhecimento, para dizer o mínimo, das práticas de torturas e de assassinatos promovidos por tais poderes. Ficar neutra, ou criar um discurso de neutralidade é uma estratégia de apoio a quem está no poder. Ou seja, a própria tentativa de neutralidade demonstra que esta (neutralidade) inexistente, sobretudo, na política.

Portanto,

Nesta perspectiva, é necessário que a Igreja se volte sobre si mesma e examine sua linguagem, para ver onde ela se encontra, se é contra-revolucionária ou revolucionária. É impossível ser neutro. Exatamente de onde deduzimos que deve ser revolucionário é a impossibilidade de ser neutro. (COMBLIN, 1979, p. 399, tradução nossa).

Comblin destacou a importância de tomada de posição da Igreja em favor da revolução. Na sua perspectiva, isso não significava criar uma linguagem revolucionária de maneira explícita, pois pareceria artificial. Mas, na busca por decidir pelos próprios valores cristãos do bem comum e na busca por uma nova vida, não no contexto espiritual, mas aqui e agora, na concretude real daqueles que sofrem todo tipo de opressão, esta seria a revolução na perspectiva cristã.

4.3 A perspectiva teológica da liberdade em José Comblin.

O tema da liberdade tem caráter central no pensamento do padre e teólogo José Comblin, haja vista grande parte da sua produção destacar a questão. Neste trabalho, já mencionamos a liberdade como fator essencial para as revoluções, sobretudo conforme explicita a filósofa Hannah Arendt (2011).

No debate proposto por Comblin, os termos liberdade e libertação têm perspectivas diferentes, pois, ambas podem promover teologias distintas em seu alcance, tendo em vista que:

A teologia da liberdade fornece uma perspectiva mais ampla, evitando que a teologia da libertação seja vista como teologia circunstancial, que dura uma geração – ou o tempo de duração de determinada problemática social. (COMBLIN, 1996, p. 97).

Mas, destacamos a relação entre liberdade e libertação para reforçar o entendimento do universo combliniano, a fim de que a teologia da libertação se tornasse mais ampla, bem como apontar as suas contribuições ao campo do pensar/agir (n)um novo jeito de ser Igreja.

Comblin, na maioria das vezes, escrevia por solicitações, mas também usava essa sua habilidade como uma forma de contribuir para o debate em torno das transformações necessárias no meio Católico, especialmente, a partir da hierarquia. Na relação com a discussão sobre liberdade, encontra-se a Teologia da Libertação, na qual o teólogo, teve participação direta, desde os primeiros encontros, conforme nos apresenta:

Desde 1964 participei das reuniões do pequeno grupo do qual devia sair a Teologia da Libertação. O grupo reunia-se a cada ano numa cidade diferente. A primeira reunião foi em Cuernavaca, no centro Ivan Illich, [...]. A segunda foi em Petrópolis [...]. Depois foi em Montevidéu, na residência dos jesuítas, onde se achava Juan Luís Segundo. A quarta reunião foi em Santiago de Chile, na casa de Segundo Galilea. Depois, pararam. (MONTENEGRO, 2019, p. 176-177).

Pois bem, estive nas origens da Teologia da Libertação e contribuí para publicações sobre o tema em diferentes momentos. No início dos anos 1980, sentindo as ameaças da hierarquia católica cada vez mais frequentes, apresentou-se uma proposta de Leonardo Boff de ampla publicação, em 54 livros, para cobrir vários temas sobre a Teologia da Libertação.

Sobre esse momento, explica-nos Comblin:

Assumi dois títulos, Antropologia Cristã e O Espírito Santo e a libertação. Mais tarde tive que assumir também o tomo sobre as ideologias dominantes na atualidade. [...] Depois de 25 anos, 27 volumes tinham sido publicados. [...] Os meus foram dos primeiros. (MONTENEGRO, 2019, p. 179).

Completando as publicações sobre Teologia da Libertação, em 1996, publicou, a pedido da Editora Paulus, *Cristãos rumo ao século XXI: nova caminhada de libertação*.

Além das obras mencionadas, desenvolveu, por interesse próprio, uma série de estudos de pneumatologia, a partir de temas que não são abordados pela Teologia tradicional, mas que são base do cristianismo: ação, palavra, liberdade, povo, vida¹⁰⁹. Conforme mencionou:

Estes cinco temas seriam o ponto de partida de uma pneumatologia que não sei se Deus me dará o tempo de realizar. Até agora, publiquei, em 1982, O tempo da ação: ensaio sobre o Espírito na história, e, em 1986, saiu A força da palavra, ambos os livros editados pela Vozes. Em 1998, a Paulus publicou A Vocação para a liberdade. Estou trabalhando no quarto tomo sobre o povo de Deus. Depois, Deus dirá. (MONTENEGRO, 2019, p. 190).

Dando sequência, Comblin publicou pela Paulus, em 2007, *Vida: em busca da liberdade* e, em 2012, pela editora Nhanduti, *O Espírito Santo e a Tradição de Jesus*, sendo essas as obras que completam seus estudos de pneumatologia.

Assim, seja pelas abordagens anteriores e a partir da Teologia da Libertação, seja pelos estudos de pneumatologia que desenvolveu, a liberdade foi tema recorrente em sua análise. Isso significa dizer que a perspectiva da liberdade esteve presente no seu pensamento através dos livros publicados num período que compreende dos anos 1970 até as primeiras décadas do século XXI.

Além disso, destacamos o alcance das suas proposições a partir da rede de interação que vai se articular entre os países da América Latina e Europa, obtendo, como recorte, as discussões que se relacionavam sobre liberdade/libertação, publicadas em artigos por diferentes revistas. A razão para semelhante procedimento é que entendemos serem elas um campo significativo de análise, uma vez que:

Conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. (SIRINELLI *In*: RÉMOND, 2003, p. 249).

Dessa feita, podemos compreender o campo de atuação do pensamento e da perspectiva teológica de José Comblin, também a partir dos matizes que dialogam com o viés editorial das revistas em que os artigos são publicados, bem como com a rede de pensadores que congregam em tal espaço de produção.

¹⁰⁹ Foram publicados: O Tempo da Ação: ensaio sobre o Espírito e a história. Petrópolis: Vozes. 1982. A Força da Palavra. Petrópolis: Vozes. 1986. Vocação para a Liberdade. São Paulo: Paulus. 1998. O Povo de Deus. São Paulo: Paulus. 2002. A Vida: em busca da Liberdade. São Paulo: Paulus. 2007. O Espírito Santo e a Tradição de Jesus (Obra Póstuma). São Bernardo do Campo: Nhanduti. 2012.

É importante acrescentar que, num universo de mais de quatrocentos artigos publicados, separamos aqueles que citam, em seus títulos, e de forma direta, as expressões: liberdade ou libertação. Assim o fizemos por questão metodológica, já que seria impossível aqui dar conta de tal temática em toda a obra do autor. A estratégia, do ponto de vista metodológico que resolvemos utilizar, ajuda-nos, para que tenhamos uma espécie de síntese da temática em questão, abordada num percurso de mais de cinco décadas, ressaltando que nesta perspectiva específica, a delimitação é o tema liberdade.

Dosse (2009, p. 382), ao analisar a biografia de Sartre, escrita por Annie Cohen-Solal, descreveu como a autora buscou trabalhar a coerência na postura do intelectual engajada do seu biografado. E foi exatamente isso que tomamos como referência para destacar que, mesmo em tempos difíceis encontrados por Comblin no Brasil e no Chile dos quais apresentamos nos capítulos anteriores, sua postura de defesa da liberdade, seja pensando a estrutura interna da Igreja Católica, seja pensando o mundo além das estruturas eclesiais, esteve firme naquilo que defendia. Essa postura veio a custar-lhe a expulsão, respectivamente, do Brasil e do Chile pelas ditaduras desses países.

Sendo assim, além de apresentarmos como Comblin pensa o conceito de liberdade, veremos por onde circulou suas ideias e a partir de quais contextos. Para isso, teremos por referência a tabela em seguida:

Quadro 1 – Artigos de José Comblin sobre o tema Liberdade/Libertação.

TÍTULO	REVISTA	PAÍS	ANO
Libertad y libertades.	Socialización y libertad – Segunda Semana social de Chile	Santiago - Chile	1964
Socialización y libertad.	Socialización y libertad – Segunda Semana social de Chile	Santiago - Chile	1964
Le conflit de la liberté et de la charité.	Assemblées du Seigneur	Paris – França	1971
Interpretación no religiosa del Nuevo Testamento y Teología de la Liberación.	Publicaciones de IPLA	Quito/Bogotá Equador/Colômbia	1972
El tema de la liberación en Latinoamérica	Liberación Popular	Santiago - Chile	1972
Le thème de la libération dans la pensée chrétienne latino-américaine.	La Revue Nouvelle	Bruxelas - Bélgica	1972
Humanidad y Liberación de los Oprimidos	Revista Concilium	Espanha	1982
Paulo e a Mensagem de Liberdade.	Estudos Bíblicos – Ed. Vozes	Rio de Janeiro Brasil	1987
Théologie de la libération et marxisme.	Concordia	França	1987

Anunciar aos aprisionados a libertação.	Vida Pastoral – Ed. Paulinas	São Paulo Brasil	1997
Perplexidades de quem educa: a educação cristã forma para a liberdade?	Vida Pastoral – Ed. Paulinas	São Paulo Brasil	1998
Cristología en la teología pluralista de la liberación.	In: ASETT (Org.)	Quito - Equador	2007
Espiritualidad de la liberación y opción por los pobres.	Memoria del Encuentro Internacional	Quito – Equador	2010

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: MUGGLER, Monica Maria. Padre José Comblin: uma vida guiada pelo Espírito. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora. 2013.

Em 1964, Comblin publicou dois artigos na Revista chilena *Socialización y Libertad*; o primeiro, *Libertad y libertades*; o segundo, *Socialización y libertad*.

O período no Chile é marcado pelas eleições presidenciais que fez vitorioso o projeto de centro-direita, com Eduardo Frei do Partido Demócrata Cristiano - PDC, sobre o representante da esquerda chilena, reunida na Frente de Acción Popular – FRAP, Salvador Allende. Sobre tal período, relatou Comblin:

Cheguei em plena campanha eleitoral. Havia dois candidatos, Eduardo Frei e Salvador Allende, cada um encarnando um programa. [...] Naquela oportunidade, iniciei o diálogo com os comunistas, sobretudo com Volodia Teitelboim, que foi Senador e era do comitê central do Partido Comunista. (MONTENEGRO, 2019, p. 139).

Na verdade, Comblin chegou a Santiago de Chile em março de 1962 a convite do padre McGrath, decano da Faculdade de Teologia de Santiago para compor o corpo docente daquela instituição, para contrato de três anos. Justamente no contexto das eleições a que ele se referiu anteriormente.

A Revista *Socialización y Libertad* era o resultado das chamadas Semanas Sociais, que tinha como Presidente do Comitê Doutrinal Carlos Dominguez Casanueva, indicado pelo Cardeal Raúl Silva Henríquez. Comblin descreveu um episódio pessoal e inusitado com o Cardeal Silva, que o havia chamado e proibido de estar frequentando o Chile: “o senhor é um herege, e eu o proíbo de vir ao Chile!”. (MUGGLER, 2012, p. 68). A questão diz respeito ao fato de o Cardeal Silva ter sido chamado à atenção pelo Vaticano por abrigar hereges. Posteriormente, soube-se que se tratava de Comblin, o qual, quando do ocorrido (1965), já estava trabalhando no Brasil. No entanto, o teólogo precisava retornar ao Chile por aceitar assumir, durante aquele ano, a vaga deixada pelo padre Florêncio Hoffmann, que havia falecido num acidente (MUGGLER, 2012, p. 63).

Juntamente com Comblin, outros articulistas apresentam artigos na revista, dentre eles Ernesto Schiefelbein, que viria a ser Ministro da Educação e Prêmio Nacional de Educação no

Chile. Na ocasião, discutiu o tema *Participación Nacional en la Socialización* com o belga e professor de Sociologia da Universidade Católica do Chile, Armand Mattelart. Assim como Comblin, o professor Armand também sofreu perseguições da ditadura chilena. Foi conselheiro para políticas de comunicação do Governo Allende (1970-1973), sendo expulso do país, ainda em 1973. Na revista em questão, Mattelart escreveu sobre o *Diagnóstico de la Socialización en Chile y en América Latina*.

Foi na Revista *Assemblées du Seigneur*, fundada em 1929, pertencente à editora francesa Éditions du Cerf que, em 1971, Comblin publicou sobre *O conflito da liberdade e da caridade*. A referida revista era administrada pelos dominicanos e abordava questões filosóficas e religiosas.

Também na Europa, publicou um ano depois, *Le thème de la libération dans la pensée chrétienne latino-américaine (O tema da libertação no pensamento cristão latino-americano, tradução nossa)*, na revista belga *La Revue Nouvelle*. Fundada em 1945, a referida revista posicionava-se à esquerda em relação ao ambiente cristão belga, buscando contribuir para os debates da vida política e cultural daquele país. Tinham, na sua linha editorial, opiniões de autores que iam além dos temas tradicionais e seus campos para análise voltaram-se para a descolonização, guerra, educação, feminismo, partidos políticos, evolução do mundo cristão, para citar alguns.

Já na *Revista Concilium*, em que possuía frequentes publicações, publicou, em 1982, o artigo *Humanidad y Liberación de los Oprimidos (Humanidade e libertação dos oprimidos, tradução nossa)*. A Revista internacional *Concilium* foi fundada em 1965 no contexto pós Concílio Vaticano II, e tem, entre seus fundadores e primeiros autores, nomes como Johann-Baptist Metz, Yves Congar e Hans Küng. Sua linha editorial pautava-se no campo das novas realidades sociais e culturais, a partir de uma reflexão que se relacionava com a perspectiva do Concílio. Revista de amplo alcance internacional, visto que, num determinado momento, foi publicada em 11 diferentes línguas, tais como: francês, alemão, inglês, holandês, espanhol, português, italiano, polonês, japonês, sérvio e croata. Nessa Revista, Comblin publicou vários artigos, sendo o primeiro em 1969, sobre secularização, a partir de seus mitos, realidades e problemas. Em 2009, escreveu o último artigo sobre os Santos padres da América latina, o qual é dedicado aos trabalhos de diferentes personalidades, tais como: Dom Hélder Câmara, Dom Leônidas Proano, Dom Manuel Larraín, Dom Raul Siva, Dom Oscar Romero, dentre outros.

No Brasil, sobre o tema que delimitamos, publicou-o na *Revista Estudos Bíblicos*¹¹⁰: *Paulo e a Mensagem de Liberdade*, no ano de 1987 e, dez anos depois, na *Revista Vida Pastoral: Anunciar aos aprisionados a libertação*. Nessa, também, escreveu *Perplexidades de quem educa: a educação cristã forma para a liberdade?* no ano de 1998.

A Revista Estudos Bíblicos surgiu a partir de 1986 como anexo publicado da Revista Eclesiástica Brasileira e, em 1988, tornou-se independente, com publicação trimestral pela Editora Vozes. Sua vertente editorial primava por uma linguagem mais acessível e popular, à luz da experiência sócio-religiosa das Comunidades Eclesiais e do estudo da Palavra de Deus. Seus colaboradores representam diferentes grupos: católicos, luteranos, metodistas, batistas, presbiterianos e anglicanos. Nessa Revista, Comblin publicou cerca de 20 artigos sobre a temática bíblica.

A Revista Vida Pastoral era editada pela Paulus Editora e distribuída gratuitamente. Em suas publicações, encontramos cerca de 21 artigos escritos pelo teólogo, entre 1986 e 2009. Um deles nos interessa aqui. Trata-se de *Anunciar aos aprisionados a libertação*. Nele, o autor discutiu a questão carcerária no Brasil a partir da relação com o desejo e significado da liberdade, destacando que “em lugar nenhum a aspiração à liberdade é vivida com tanta intensidade quanto nas prisões”. (COMBLIN, 1997, p. 11).

Ele parte do anúncio de Jesus tendo como referência o cativo na Babilônia aos israelitas daquele tempo. Nesse trabalho, o articulista não se refere à dominação romana, mas à escravidão que os israelitas sofreram devido à corrupção da religião sob o controle de autoridades, sacerdotes, doutores da lei etc., a tal ponto que ele faz a seguinte reflexão: “Será que não há relação nenhuma entre o povo de Israel escravizado pelas suas elites e os presos que estão nas nossas prisões?”. (COMBLIN, 1997, p.01). Concentrou seus argumentos, para demonstrar tal relação a partir de sete pontos: os encarcerados por abuso de poder; o perdão; o perdão pela revisão das leis penais; a substituição por penas mais leves; a privatização da segurança e da justiça; legalismo e intolerância; por fim, a aspiração à liberdade.

Refere-se à liberdade, nesse contexto, como sendo privilégios de alguns; e, a sua negação, fruto de injustiça relacionada às mais diferentes situações sociais. Porém, destacou os próprios cativos como sujeitos de luta e esperança por libertação.

Em *Perplexidades de quem educa: a educação cristã forma para a liberdade?* articulou sua análise em quatro pontos: educação para a liberdade, educação pela autoridade, educação e diferença cultural e as aporias dos colégios. Buscou refletir uma educação para a liberdade,

¹¹⁰ Ver site do Instituto de Teologia Franciscano: www.itf.edu.br. Acesso em: 04 de jun. 2020.

centrada na perspectiva do agir. Para ele, a educação consistia na formação para o agir. Assim, compara as escolas públicas com as católicas e destaca que ambas trabalham, para ensinar ideias, mas não a fazer. Defendeu que, a liberdade é vocação cristã e que ela é o valor supremo do ser humano; portanto, o princípio maior da educação deverá ser a formação para a liberdade.

Tentamos apresentar, brevemente, alguns elementos que caracterizam a dimensão da produção do padre e teólogo belga, José Comblin, a partir do tema liberdade/libertação, bem como sua rede de trocas e diálogos. Se fôssemos discutir seus artigos em rede, num caráter geral, não seria possível aqui; contudo, o esquema que elaboramos e apresentaremos em seguida, dar-nos-á uma ideia:

Elaboração do autor. Fonte: MUGGLER, Monica Maria. Padre José Comblin: uma vida guiada pelo Espírito. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora. 2013.

Este esquema que delimitamos a partir de artigos publicados em revistas brasileiras e estrangeiras, excluindo os quase cem livros publicados, serve-nos, para que tenhamos uma fotografia das relações instituídas por Comblin. Entendo-as como um espaço de engajamento e debate sobre um novo jeito de ser Igreja.

Faz-nos perceber, assim, a dimensão da sua rede de produção intelectual, suas contribuições e por onde, predominantemente, seus estudos circularam e repercutiram.

4.4 José Comblin: reafirmação de uma perspectiva teológica da ação.

Se a expulsão de José Comblin do Chile teve relação com o livro que publicou sobre a ideologia de segurança nacional, seu retorno ao Brasil posteriormente a tal acontecimento, dentre as diferentes atividades que coordenou também foram marcadas por outras tantas publicações, dentre as quais, *O Tempo da Ação: ensaio sobre o Espírito e a História*, primeiro da série de seis livros das suas contribuições à Pneumatologia. Sobre este momento, explicou o seguinte:

Em 1982, comecei a publicação de uma obra que, a princípio, deve constar em cinco volumes. Cada um trata de um dos cinco temas fundamentais do cristianismo, que são tratados marginalmente ou sem relevo na teologia tradicional, embora sejam as bases do cristianismo e da vida cristã: ação, palavra, liberdade, povo, vida. (MONTENEGRO, 2019, p. 190).

Entre os cinco livros que compunham seu projeto de produção, acrescentou-se mais um: o *Espírito Santo e a tradição de Jesus*¹¹¹ (obra póstuma). Mas, o livro do qual mencionou ter começado ao ser publicado em 1982, é justamente o que tomamos como referência para analisar a perspectiva teológica que defendia no que concerne ao agir cristão no mundo. Sendo assim, o tema da revolução que analisou em dois volumes nos anos 1970, foi em certa medida revisitado em o tempo da ação.

Além de discutir os desafios do tempo presente nos idos do início dos anos 1980, analisou a perspectiva histórica do cristianismo ao longo de séculos a partir de um viés marcadamente identificado com a visão teológica das realidades terrestres. Quando mencionou o último grande desafio para os cristãos de então, referiu-se a formas específicas de ação que caracterizava tal desafio: a revolução. Sendo assim, reafirmou o debate sobre a relação entre revolução e cristianismo ao afirmar que, “a revolução nasceu e se desenvolveu na cristandade” (COMBLIN, 1982, p. 168), fato este que há muito já era um dos aspectos da sua divergência com Hannah Arendt.

Quando apresentou o movimento de influência cristã e que para ele havia sido a porta de entrada das revoluções europeias da era moderna, a Revolução Inglesa de 1640, afirmou sobre a indecisão ainda existente no vocabulário para se referir às revoluções da seguinte maneira: “quanto à revolução dos santos, a de 1640 na Inglaterra de Cromwell, era ainda, de maneira muito indiferenciada, reforma e revolução”. (1982, p. 269). A dubiedade do termo nas

¹¹¹ Sobre o livro que nos referimos: COMBLIN, José. *O Espírito Santo e a Tradição de Jesus*. (obra póstuma). São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012.

tentativas de definir um movimento revolucionário podem ser refletidos com a explicação de Arendt:

O fato de que a palavra revolução significasse originalmente restauração, ou seja, algo que para nós é seu exato contrário, não é simples curiosidade semântica. As revoluções dos séculos XVII e XVIII, que para nós aparentam dar todas as provas de um novo espírito, o espírito da modernidade, pretendiam ser restaurações (ARENDR, 2011, p. 73).

Certamente, quando Comblin destacou a Revolução Inglesa tendo em si imbuída de caráter reformador e revolucionário, estava se referindo ao seu propósito inicial restaurador e em nome da liberdade. Este último termo, conforme já discutimos, tornou-se uma das principais premissas das quais caracterizam uma revolução. Para Arendt (2011), as revoluções que de fato pela primeira vez merecem assim serem chamadas, a Independência do Estados Unidos e a Revolução Francesa, iniciaram como restaurações, mas durante o curso dos acontecimentos, tornaram-se revoluções pelos seus resultados. Acrescentando a esta análise da filósofa alemã e diferentemente dos eventos que marcaram os movimentos liderados por Munzer e Cromwell, José Comblin afirmou que, “é por ocasião da independência americana e da Revolução Francesa que a revolução se liberta da imaginação apocalíptica e se torna um fenômeno puramente histórico”. (1982, p. 270). Está presente aqui, um aspecto que até então não havia sido confrontado na relação entre as revoltas camponesas na Alemanha de Munzer e a Revolução Inglesa com a americana e francesa, ou seja, de que nas duas primeiras estiveram presentes o componente subjetivo, religioso, do advento do reino messiânico, ao passo que, nas duas últimas tal perspectiva esteve completamente ausente, sendo puramente histórica. No entanto, reafirmou que, “as revoluções sempre conservaram uma certa aura sagrada que lhes vem de suas origens”. (COMBLIN, 1982, p. 270).

Na sua análise que, também é cercada de certo tom irônico, o teólogo belga alertou para as impressões subjetivas que compõem as revoluções, seja por aqueles que as fazem ou que delas participam, uma vez que, “a revolução não responde à expectativa daqueles que as fazem: normalmente, gera decepções. Aliás, como já se disse, ela devora seus filhos”. (1982, p. 270). A expressão retirada do dramaturgo alemão, Georg Buchner¹¹², fazia referência as mortes dos líderes da Revolução Francesa, Danton e Robespierre, mortos na guilhotina da revolução que ambos foram protagonistas. Porém mesmo considerado o possível caráter decepcionante das revoluções, afirmava que não por isso se anulariam.

¹¹² Ver em: A morte de Danton. Clássicos de bolso. Trad. Mario da Silva. Rio de Janeiro: Tecnoprint S.A., 1993.

Entre o caráter imprevisível da revolução que mencionou ao se referir à francesa, considerou outro aspecto quando pensou a Revolução Russa de 1917, pois, nesta última, a revolução se tornou assunto de profissionais. Sendo assim, teceu a seguinte consideração: “para que haja revolução, é preciso que o grupo revolucionário profissional não seja mais que um instrumento a serviço de um povo revolucionário”. (1982, p. 271). Na perspectiva levantada pelo teólogo ao traçar algumas considerações entre as revoluções do século XVIII e a Revolução Bolchevique, destacou a ideia de lideranças ou revolucionários profissionais a partir da ideia de um dos principais líderes desta última. Seu tom aparentemente crítico sobre tal ideia se mostrou de fato, caso os profissionais da revolução não estivessem a serviço do povo e não fossem um instrumento de luta destes, pois se “é o grupo de técnicos da revolução que instrumentaliza forças populares, não se poderá falar em revolução”. (COMBLIN, 1982, p. 271). Dessa forma, considerava um dos aspectos que distinguia revolução e golpe de estado.

Além da participação popular como sujeitos autônomos, citada para diferenciar revolução e golpe, considerou outros aspectos para descrever uma revolução, dentre os quais a perspectiva de esperança que a procede, ação coletiva das massas e apresentou sua reflexão sobre o Estado, este, como etapa final da revolução. Para Comblin, a revolução “parte da esperança no advento de uma outra sociedade. Não são apenas vontade de mudar o governo ou o regime, mas sim toda a sociedade”. (1982, p. 272). Tendo este princípio, o teólogo estava apontando para o caráter messiânico cristão presente em tal perspectiva, e dessa forma, considerar mais uma relação entre as revoluções e o cristianismo. Sendo assim, destacou que, “a revolução quer a volta às origens, ao mundo tal como devia ser em virtude de suas origens”. (1982, p. 272). Mas, se é assim, percebemos em Comblin a revolução tal qual seu princípio etimológico, conforme já demonstramos, ou seja, como um movimento restaurador e de retorno a uma determinada ordem, tal qual, Koselleck (2006) e Arendt (2011), explicitaram.

Sobre o perfil coletivo das revoluções, afirmou:

Para que haja revolução, é preciso, de fato, que haja movimento popular, movimento das classes inferiores contra uma ordem estabelecida, uma ordem de privilégios mantida pelas classes dominantes. Se não houver uma ação coletiva das massas, não haverá revolução (COMBLIN, 1982, p. 272).

Ao tecer a luta coletiva das classes inferiores contra as classes dominantes, além do diálogo com categorias marxistas, está presente o aspecto que é eixo centralizador nas suas reflexões sobre as características da revolução - o povo enquanto sujeito a partir das suas ações coletivas que incidem nas transformações que reivindicam. E se a revolução, segundo a perspectiva do referido teólogo, tem como desembocar a formação de um Estado, pois descreveu que, “a história das revoluções tem sido, de fato, a história da formação do Estado”.

(1982, p. 273), a mesma precisava ser portadora da construção de um poder político de outra natureza que, confirme a representação do projeto libertador popular que a constituiu, ou seja, de transformação radical da sociedade.

Ao discutir a relação economia e revolução, criticou as análises que pautaram como impulso revolucionário a questão econômica, tendo no trabalho o ponto de inflexão à ação. Defendeu que, “não há relação alguma entre as revoluções e o nível de desenvolvimento econômico. As contradições do capitalismo tampouco produzem revoluções”. (COMBLIN, 1982, p. 275). Sendo assim, contrapõem-se as análises de perspectiva marxista, das quais apontam a exploração do homem nas relações de trabalho, dentre outros, como potencial revolucionário a partir da consciência de classe. Para justificar sua posição, José Comblin mencionou o processo revolucionário em países onde o capitalismo não estava em estágio avançado, era fraco, ou seja, China, Rússia e Nicarágua.

Referindo-se às revoluções do século XX, afirmou que, “a experiência mostra, no entanto, que os conflitos entre raças, entre etnias, entre línguas, entre povos, entre conquistadores e conquistados, país colonizador e país colonizado, aristocracias e povo, foram muito mais importantes”. (1982, p. 276). Dessa maneira, o teólogo reafirmou sua análise sobre o que considerava o caminho da unificação das massas para o processo revolucionário na América Latina, ou seja, as afinidades que compõem o povo latino-americano como colonizados, pois, estão em condições opostas à aristocracia oriunda da colonização. É a revolução nacional que, encontramos similaridades em Fernandes (2018), do qual nos alerta: “para que o nacionalismo possa assumir uma forma revolucionária e libertária, é preciso que a descolonização não tenha desaparecido da memória viva de todas as classes”. (2018, p. 91).

Além da perspectiva da revolução nacional da qual considerava, outro aspecto que fora defendido por Comblin desde a publicação de Teologia da Revolução, foi a tese de que as revoluções têm relação com o cristianismo, isso, naquela publicação, influenciado pelas ideias de Friedrich Heer. De tal maneira, em O Tempo da Ação, cerca de dez anos depois, reafirmou a mencionada relação, destacando-a entre os cristãos e as origens do socialismo. Para o teólogo, “ao longo da história do socialismo houve socialistas cristãos que consideraram o socialismo como uma aplicação concreta do cristianismo na história”. (COMBLIN, 1982, p. 278). As reflexões elaboradas por Comblin, tinham esta perspectiva de pensar o universo cristão em constante diálogo com o concretude do mundo real, do qual lhe conferia como característica de atuação em sua trajetória, a relação da teoria com a prática, com a ação. É bem verdade também que, na relação de forças sobre a paternidade das revoluções, o teólogo era estimulado a pensar

a partir do seu lugar social, e assim, como nos explica Certeau sobre a dupla função do lugar, para quem:

Levar a sério seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou edificante), nem a-tópica (sem pertinência). [...] instalando o discurso em um não-lugar, proíbe a história de falar da sociedade e da morte, quer dizer, proíbe-a de ser a história (CERTEAU, 2007, p. 77).

Pois bem, pensar e produzir conhecimento, tendo como referência seu lugar social, não é o que deslegitima a produção, mas sim, negá-lo ou criar um não-lugar. Ao refletir sobre a relação existente entre o cristianismo e a revolução, Comblin destacou como o primeiro impulsionou o segundo, e que, o afastamento entre os cristãos e os movimentos revolucionários, teriam ocorrido a partir da Revolução Francesa, quando, segundo o mesmo, até houve no início apoio do clero, pelo menos, até a ascensão dos jacobinos e a Igreja Católica se posicionar contrária à Constituição Civil do clero. Teria sido a partir de então que, haveria se manifestado o antagonismo entre os cristãos e a revolução. Para tanto, acrescentou onde se situava a oposição entre ambos, qual seja, a revolução como fruto dos ideais da modernidade de constituição de uma nova sociedade, em oposição, portanto, ao que se verificava na sociedade de então que tinha na Igreja Católica um dos seus pilares, tal qual denominou-se na França de *ancien régime*.

Na defesa dos que acusam de antirrevolucionária a natureza do cristianismo, José Comblin explicou tal perspectiva a partir do direito e da liberdade de existir. Para o teólogo, “na medida em que as revoluções contemporâneas se identificam com a modernidade, destroem a cristandade. Ao destruir a cristandade, impedem a Igreja e o cristianismo de exercer uma influência na sociedade”. (1982, p. 279). Sendo assim, estabeleceu-se um dos principais aspectos que fundamentava o antagonismo entre cristianismo e revolução, em que, segundo ele, seria legítimo a defesa da Igreja por seu direito de existir.

Outro fator a destacar, seriam os aspectos de igreja paralela que, para Comblin os movimentos revolucionários pareciam possuir e sua tendência de ter como fim, o Estado. Sobre o primeiro aspecto, considerava que os ideais da revolução se apresentavam com concepção de mundo e valores dos quais exigem inteira e incondicional lealdade e obediência, uma vez que, segundo o teólogo, “o caráter da Igreja paralela se manifesta em que os cristãos que entram nesses movimentos, rapidamente se desligam da Igreja que era sua. O movimento liberal foi, no século passado, um movimento que faz perder a fé”. (COMBLIN, 1982, p. 280). Isso não significa dizer que não considerava a reconciliação entre as Igrejas e a revolução, no entanto, quando esta última reconhecesse a liberdade religiosa e abandonasse seu viés anti-Igreja. Mas,

segundo o ponto de vista cristão, considerou ainda os aspectos positivos da revolução, tal como, a ação que a mesma exerce sobre o conjunto da sociedade, no sentido que, por alargar o campo da ação humana, a revolução oferece uma possibilidade de ação aos pobres.

Em contraposição à perspectiva da teologia cristã clássica, para quem, a ação humana não tem caráter transformador, ou seja, de acordo com tal teologia, “nada mais havia a esperar nesta terra. A ação só poderia servir para manter o mundo, não para mudá-lo”. (COMBLIN, 1982, p. 281). A ideia revolucionária rompe com tal visão estática, pois “a revolução mostra um mundo em marcha (COMBLIN, 1982, p. 282). De tal maneira, Comblin destacou que a ação aos pobres e conquistas dirigidas a estes, nunca foram verificadas em outros momentos que não foram com as revoluções, pois, “a idade das revoluções tem trazido aos pobres mais do que lhes deram outras idades”. (1982, p. 282). Ao fazer tal afirmação, não deixou de mencionar os limites destas conquistas populares quando se estabelece o Estado revolucionário, porém, enfatizando que, mesmo assim, a revolução permite avanços não vistos em outros momentos.

Sobre a questão do Estado, agregou à sua crítica da tendência totalitária, o aspecto de novidade inerente ao mesmo e de ser recurso dos pobres. Ao citar o exemplo do Estado revolucionário cubano, mencionou que o mesmo:

Fez incomparavelmente mais para elevar o nível de vida das massas, sua alimentação, educação, saúde, capacidade de ação do que tudo o que havia feito a Igreja e tudo o que a ela teria podido fazer durante séculos, com a pastoral e os instrumentos que dispunha. (COMBLIN, 1982, p. 284).

De tal maneira, além de reconhecer seus aspectos positivos nas reflexões que elaborou, o mesmo considerou que apenas um Estado forte pode gerar tais benefícios, no entanto, alertou para a linha tênue que separa o forte do totalitário. Além deste, acrescentou outros aspectos negativos a considerar sobre as revoluções, tais como: a constituição do eterno passado e a necessidade de militarização. Para Comblin, “a revolução elimina o presente porque se imobiliza. É um passado que se fixa; é preciso defender a revolução, consolidá-la, continuá-la”. (1982, p. 285). Sendo assim, nega-se a possibilidade do novo que não seja a revolução, pois o que está para além da mesma se configura em sua negação. Ainda de acordo com o que demonstrou o teólogo em suas análises, o terror tem sido sua tentação imediata advindo da sua necessidade de segurança permanente, sobretudo na luta constante oriunda da contrarrevolução, pois, “a militarização diante da ameaça exterior corresponde o terror diante da ameaça interior”. (COMBLIN, 1982, p. 285).

Diante destes aspectos, considerou os componentes da ação revolucionária, dentre eles, aqueles que defendia como sendo os capazes de provocar uma revolução a partir das fortes tensões de fundo da sociedade, dos quais: o processo de descolonização e independência

nacional, as questões étnicas e as atividades desenvolvidas por religiões oprimidas, como o Islã, mas sobretudo, afirmou que, “a ação das massas populares é um componente essencial de toda ação revolucionária”. (1982, p. 289). Neste sentido, salientou que as massas agem em situação limite, quando quaisquer soluções pacíficas se esgotaram, isto, conduzido pelo movimento revolucionário, pois, “os povos não se mexem se não forem conduzidos por um movimento revolucionário”. (1982, p. 289). No entanto, a dúvida que o teólogo apresentou dizia respeito ao discernimento das massas para se colocarem em movimento. Na ausência deste, o partido toma a frente do processo para conduzir o movimento e obrigar a participação popular, e portanto, sendo assim, poder-se-ia construir caminhos paralelos no processo revolucionário, qual seja, a exclusividade pela tomada do poder político por parte dos partidos revolucionários de um lado, e as aspirações de classe por outro.

De acordo com Comblin, “o partido revolucionário pode chegar, quando quer forçar a mão da história e desencadear uma revolução que não é a do povo em sua totalidade, a tratar as massas como simples forças a serem jogadas na batalha segundo as requisições da estratégia”. (1982, p. 291). Tal perspectiva desemboca num aspecto particular, motivo de constantes debates no campo religioso, do qual, inclusive, Comblin discorrera anos atrás em Teologia da Prática Revolucionária - a questão da violência revolucionária. Neste sentido, o teólogo buscou apresentar as considerações que legitimam o uso da força revolucionária, mas, contudo, também não negou seus excessos. Reafirmou como prioridade as mudanças necessárias pela via pacífica, mas, quando não possível, ponderou sobre a revolução e seus momentos de violência, posto no processo de conquista do poder pelas forças políticas em disputa.

Ainda em fins dos anos 1960, quando das suas notas sobre o texto base da II Conferência Episcopal da América Latina, Comblin não considerava a ação militar ao dizer que, “seria um erro pensar que uma insurreição militar seja o caminho. A ação militar é útil somente quando as Forças Armadas já foram desmoralizadas e não tem mais condição de resistir”. (FLORIDI, 1973, p. 317). Notemos que, sua negativa consiste na ação militar como princípio, não como processo, uma vez que, é necessário a força militar para manutenção da conquista devido ações contrarrevolucionárias. Por ser um ponto polêmico na Igreja, na mesma análise Comblin lembrou que, “a Igreja não condenou, mais aceitou a ação de força que fez a revolução de 1964 no Brasil, a tomada do poder pelo general De Gaulle na França em 1958, a tomada do poder pelo general Mobutu no Congo em 1985”. (FLORIDI, 1973, p. 317). Muito embora discordemos do uso do termo revolução para se referir ao golpe de 1964 no Brasil, pois o mesmo, inclusive, não se configura nem mesmo com os preceitos elencados pelo teólogo para definir uma revolução, e talvez, tenha sido uma estratégia para evitar um contraponto a

nomenclatura utilizada oficialmente naquele período. De fato, o que nos chamou a atenção foi sua crítica às posições incoerentes da Igreja Católica que, apoiou golpes de estado que tiveram na prática do uso da força e da violência, suas principais características.

Para o teólogo José Comblin, “em toda revolução há um momento de violência possível que é o da tomada do poder. Há sempre uma luta entre duas forças pelo poder político. A revolução é, portanto, análoga a uma guerra”. (1982, p. 292). Ao fazer a analogia com a guerra, lembrou as posições da Igreja Católica com as guerras desde meados do século XX, das quais não tiveram nenhum tipo de declaração eclesiástica condenando-as. De tal maneira, ao criticar a complacência da hierarquia católica com as guerras, desconstruiu os argumentos que se opunham ao processo revolucionário, especialmente no que concerne ao tema da violência. É bem verdade que, considerou a possibilidade tendenciosa de excessos praticados pela revolução que, em processo espiral de violência conduz muitas vezes a prática de violência do estado contra seu próprio povo.

A revolução tal qual se mostrou pela experiência vivida, não era unanimidade em José Comblin, mas também não o era por completo desconsiderada. Mantinha uma espécie de apoio crítico que, de certa maneira, era algo característico do referido teólogo. Muito embora defendesse, a partir das análises que fez sobre algumas experiências revolucionárias que, o capitalismo não tivera sido o agente principal de impulso para as mesmas, no projeto de revolução que considerava legítimo, assim o pensava para a superação do capitalismo. Refletindo sobre os anos 1980, destacava que o problema a ser resolvido naquele momento sobre a temática da revolução, seria a tarefa de conciliar a ação revolucionária com outras ações, tais como: a ação social, política e cultural. Para ele, a ação revolucionária pensada como atividade de profissionais, distinguia-se da ação social, pois, “a ação social é aquela que é conduzida pelos próprios pobres, no nível de sua percepção da realidade e de seus interesses, por meio de suas organizações, assistidas mas não dirigidas por um partido revolucionário”. (1982, p. 294). Sendo assim, destacou um dos aspectos conflitantes nos estudos e debates sobre as revoluções, ou seja, espontaneidade versus voluntarismo. Uma das referências nos estudos de Comblin para a Teologia da Revolução, Decouflé (1970), confirmou:

Reina no âmago da revolução em via de efetuar-se, uma disputa tão efêmera quanto mal formulada [...] entre os partidários da revolução espontânea que brotaria por si só do povo em situação revolucionária e os preconizadores da revolução voluntarista que seria o resultado de uma opção decisiva dos líderes revolucionários, no célebre momento propício em que tudo seria possível e quando a revolução ainda subterrânea poderia, atendendo à vontade deles, lançar-se na vitória ou na morte (DECOUFLÉ, 1970, p. 67).

Para tanto, as desconfianças sobre a ação social brotam do seu caráter imediatista das conquistas de melhores condições de trabalho e salariais, das quais não contribuem à etapa revolucionária, sendo assim, de perspectiva reformista. Para Burnier, “a classe operária, entregue à sua espontaneidade, é sempre reformista e nunca revolucionária”. (BURNIER apud COMBLIN, 1982, p. 294). De tal maneira, Comblin argumentava que, a luta de classes, neste sentido, não seria revolucionária. No entanto, destacava a importância da espontaneidade, característica da ação social, como um dos fatores de autenticidade dos processos revolucionários, uma vez que sem esta, a revolução torna-se estranha ao seu próprio povo.

O mesmo processo ocorre com relação a ação política, pois, a luta revolucionária que tira da inércia as camadas populares para ação política, de alguma forma, uma vez vitoriosa a revolução, a mesma em forma de estado, “depois da revolução, adia indefinidamente a instalação de instituições de participação”. (COMBLIN, 1982, p. 296). Isso ocorre devido a insegurança do movimento revolucionário na sua constante luta contra seus opositores, os contrarrevolucionários. O movimento acredita que, eleições livres poderiam desencadear no triunfo da burguesia, uma vez que, estes dispõem de mais recursos para participarem dos canais de fortalecimento do seu projeto político. Então, a revolução que acorda as massas ou que por elas são construídas, tendem a sofrer certo recrudescimento em detrimento da sua participação depois de alcançada o objetivo revolucionário, pois, em nome da defesa de tal projeto, os canais de participação política tendem a outras dinâmicas não participativas.

Por fim, outro elemento descrito por Comblin, é a ação cultural, ou seja, “a ação das classes populares para a libertação de seus valores culturais”. (1982, p. 296). Já mencionamos que, um dos aspectos considerados pelo referido teólogo do qual deveria ser levado em conta no processo revolucionário, seriam os valores culturais que caracterizam cada povo, lugar ou região. Para ele, as questões como: étnicas, religiosas, por exemplo, poderiam ser utilizadas como meio de unificação das lutas de um grupo oprimido contra os que lhes oprimem, tais como, dos povos indígenas e descendentes colonizados da América contra a herança opressora do colonizador. Mas, acrescentou que ainda existem desconfianças com os processos construídos a partir de tais perspectivas, uma vez que, possam se tornar não-revolucionários ou até mesmo contrarrevolucionários.

Ao apontar cada característica das ações que descrevemos, quais sejam: ação revolucionária, social, política e cultural, Comblin considerava que os desafios de então estavam justamente na conciliação de tais ações. Talvez, poderia ter acrescentado outro desafio, pensar e refletir sobre revolução ainda em tempos de ditadura, pois, no Brasil onde estava,

mesmo que o país caminhasse para o fim da ditadura, a mesma ainda estava em vigor no início dos anos 1980.

Os riscos das posturas adotadas por seguidores do catolicismo na América Latina contra as ditaduras, é citado pelo teólogo na obra que aqui utilizamos como referência: “precisamente no momento em que escrevo estas linhas, anuncia-se a morte de Mons. Oscar Romero, arcebispo de San Salvador, assassinado na hora da consagração da Eucaristia por ter enfrentado a violência de uma sociedade que se opõe com fúria à promoção dos pobres”. (1982, p. 99).

Joseph Comblin que, na América passou a ser chamado de José Comblin o no Nordeste brasileiro, simplesmente, padre Zé, compreendeu e enfrentou os riscos *por um novo jeito de ser Igreja*. Seja nas atividades práticas que desenvolveu, ou seja, na ação, sobretudo a partir de novos métodos de formação para seminaristas atuarem no campo ou nas periferias, da perspectiva protagonista que enxergava nos leigos e leigas, seja o teórico, teólogo da revolução, da liberdade que, tinha em suas análises um grau constante de criticidade em relação aos grupos que participou ou projetos que desenvolveu, nas análises e artigos elaborados à pedido, manteve-se firme nas convicções que lhes encaminharam durante sua trajetória na América Latina. Como padre, teólogo ou intelectual, mesmo que, em tempos de ditadura militar, rompeu com os paradigmas teológicos tradicionais e conservadores sustentados pela hierarquia católica, pois, como o mesmo afirmou, “o que nos interessa não é a teologia da história, mas a história, não é a teologia da ação, mas a ação”. (1982, p. 44).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como nos explicou Ginzburg (1989) a respeito do método criado por Morelli e suas aproximações com a personagem de Conan Doyle, Sherlock Holmes, tal qual um detetive em busca dos indícios no processo de investigação, a partir dos métodos conferidos à História percorremos e analisamos os sinais, rastros, as marcas das sandálias que pisaram no chão latino-americano pela presença e atuação de José Comblin.

Os estudos de trajetórias de vidas são desafiadores e em se tratando do contexto vivido pelo padre e teólogo belga, fazem-se ainda mais, pois, sejam os momentos experimentados no seu cotidiano ainda na Bélgica, este, marcado pelo período entre guerras e durante sua formação sacerdotal diretamente impactado pela Segunda Guerra Mundial, sejam aqueles marcados por sua presença na América Latina, precisam ser delimitados para que se tornem plausíveis. E assim o fizemos, tendo como perspectiva central sua trajetória e atuação teórico-prática por um novo jeito de Igreja em tempos de ditadura militar entre Brasil e Chile.

Para tanto, elaboramos um breve perfil contextualizando as experiências que antecederam o período da ditadura brasileira, o qual foi marcado pelo desenrolar da sua formação na Europa, suas primeiras passagens em terras brasileiras e chilenas, bem como as conexões da sua trajetória com a realização do Concílio Vaticano II. De tal maneira, desde o início, os resultados da pesquisa que se apresentam vão tecendo o objetivo posto no diálogo permanente entre a trajetória de José Comblin, suas ações por um novo jeito de ser Igreja e através do mesmo, a compreensão do contexto de então.

Se a pergunta inicial que compõe este trabalho dizia respeito aos fatores que levaram ao processo de expulsão e conseqüente impedimento de José Comblin continuar no Brasil a partir de 1972 e no Chile, a partir de 1980, buscamos as respostas problematizando o contexto, sua formação e o segmento católico ao qual se vinculou a partir de tal processo, que estava alinhado com as transformações da Igreja Católica do período, estas associadas a uma série acontecimentos, tais como, por exemplo, o Concílio Vaticano II, o pacto das catacumbas, as Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín e Puebla, dentre outros. As reflexões, decisões e os resultados que estes momentos proporcionaram, contribuíram para o desenvolvimento do denominado clero progressista o qual, em tempos de ditadura nos países latino-americanos se posicionam contra os governos ditatoriais, sobretudo no que concerne à defesa dos direitos humanos. Tal contextualização se faz necessária para que possamos compreender as respostas sobre os motivos que ocasionaram a expulsão do padre e teólogo José

Comblin de duas ditaduras, ou seja, a sua inegociável defesa por um novo jeito de ser Igreja que, em tempos de ditadura conflitava não apenas com a hierarquia Católica, causando-lhe divergências internas, mas sobretudo com mundo secular – os governos ditatoriais e seus aliados.

Um novo jeito de ser Igreja, em tempos de ditadura militar na América Latina, para José Comblin, significou uma atuação que tem referência nas comunidades primitivas as quais foram reafirmadas em Roma, paralelamente ao Concílio Vaticano II, através do pacto das catacumbas. Daí derivam a identificação com os pobres, injustiçados e oprimidos, a perspectiva da necessidade de organização coletiva que, desembocou numa outra decisão, a importância dos trabalhos de formação. Este último, bastante evidente na trajetória de José Comblin na América Latina, especialmente a partir da sua atuação em São Paulo com a JOC, o Seminário Rural de Talca no Chile, e no Nordeste brasileiro através do ITER, a experiência da Teologia da Enxada, o Seminário Rural e depois CFM, dentre outros. Este novo jeito de ser Igreja devido sua tomada de posição por um determinado grupo ou segmento social, ou seja, os pobres, homens e mulheres do campo, leigos e leigas, colocava-se também em contraposição ao poder clerical, ao poder de Roma, ao poder da hierarquia Católica.

Ter se mantido coerente a tais posições, evidenciou fatores inevitáveis para as rupturas que caracterizam as idas e vindas de José Comblin em sua trajetória entre o Brasil e o Chile. Isto, associado às ditaduras que marcaram os respectivos países, tornaram estes momentos ainda mais conturbados e tensos, culminando com o impedimento de permanecer nos referidos países. Com isso, sua trajetória é marcada pela defesa e atuação da transformação do catolicismo e da sociedade. Por uma Igreja mais identificada com valores cristãos, os quais, segundo os teólogos da libertação, relacionavam-se necessariamente mais com o Cristo que nasceu numa família pobre, da classe de carpinteiros e morreu como perseguido político e de um cristianismo que antes de se tornar religião oficial romana era proibido e perseguido. Portanto, em nada se relacionava com a opulência, o poder e o luxo, que fazia da Igreja Católica uma instituição cada vez mais distante do povo, da realidade do mundo que provocava miséria e injustiças e que, de tal maneira, colocava-se distante da mensagem original cristã.

Mas, contrapor-se à estrutura interna Católica, seja nas atividades de formador que desenvolveu, seja como teólogo e pensador – como foi o caso das suas notas sobre o documento base da II CELAM e seus livros, fizeram-no conhecer diretamente a artilharia dos grupos conservadores católicos como a TFP que, sobretudo, neste episódio do vazamento das suas notas, iniciou o processo de ataques contra a sua pessoa e as perseguições oriundas dos setores de investigação e informação da ditadura que depois culminou com sua expulsão do Brasil no

ano de 1972. Muito embora tenha sido impedido de entrar no Brasil quando voltava da Bélgica, utilizamos o termo expulsão, uma vez que, não havia motivos legais para o impedimento da sua estada no Brasil, que não fosse a decisão do alto escalão do governo ditador brasileiro de não mais aceitá-lo em solo brasileiro por considerá-lo subversivo, marxista e comunista, e assim, expulsá-lo do país. De tal maneira, também se procedeu no Chile, tendo como estopim para a expulsão a publicação do seu livro: *A Ideologia da Segurança Nacional*. É bem verdade que, desde os primeiros momentos do golpe que derrubou da presidência Salvador Allende, José Comblin teve que se afastar das aulas que ministrava na Universidade Católica do Chile em Santiago, passou a publicar com um nome fictício e atuou de maneira mais discreta em Talca. Porém, o expediente foi o mesmo que lhe ocorreu no Brasil, e, ao retornar em 1980 para o Chile, foi impedido de desembarcar e perdeu sua condição de visto permanente.

Analisar a trajetória de um padre e teólogo estrangeiro que, passou a maior parte da sua vida na América Latina e que por sua atuação aconteceu-lhe o inusitado de ter sido expulso por duas ditaduras, contribuiu para além dos fatores que caracterizam e tornaram enriquecedora sua vida, mas também nos fizeram compreender o contexto das ditaduras latino-americanas, bem como seus bastidores através das documentações produzidas pelos Centros de Informações que municavam o governo, investigavam e monitoravam cada passo daqueles considerados seus inimigos, suspeitos ou subversivos. Diz muito sobre o aparato repressivo estruturado pelo Estado contra seus cidadãos e aqueles que entraram no seu radar. Mas, assim como demonstra a trajetória de José Comblin em tempos de ditadura na América Latina, tais ações não foram completamente possíveis de calar ou frear as ações em contrário.

Daí porque compreender as características da sua perspectiva teológica também foi importante para identificarmos seu comportamento através das atividades práticas e intelectuais que desenvolveu ao longo da sua trajetória em análise. Pensando a partir dos marginalizados, buscou desenvolver ações que lhes conferissem autonomia. Para tanto, coordenou formações para padres, leigos e leigas, voltados para uma atuação no campo e nas periferias. É uma Teologia prática, da ação, conforme demonstrado em tais projetos, mas também posto no seu pensamento e de acordo com as publicações que lhe rendeu a perseguição de governos ditatoriais na América Latina, assim como, a oposição de conservadores Católicos.

Vimos que nas referidas acusações que sofreu, esteve a de ser marxista, de acordo com a documentação que apresentamos elaborada pelos Centros de Informações da ditadura brasileira que, em interrogatório, acusaram-lhe de em comunicação com um inimigo da ditadura, Dom Frágoso, utilizar expressões marxistas. Esta, foi uma das justificativas para a sua expulsão do Brasil. No entanto, foi possível perceber que José Comblin tinha uma relação de

concordâncias/discordâncias com o marxismo, ou pelo menos os que se colocavam numa posição mecanicista e ortodoxa. Sobre a questão da revolução, por exemplo, fez questão de destacar como as revoluções estavam mais associadas com a história do cristianismo do que com o marxismo. Comblin, em nome do cristianismo, disputou com os marxistas a paternidade/maternidade das revoluções. Ou seja, o referido teólogo elabora sua perspectiva de ação de um lugar próprio, que dialoga com categorias e o método marxista, mas sem estabelecer relação de dependência ou submissão com o mesmo. Compreende-o como aliado na luta pela transformação social. Ao narrar um diálogo que tivera acontecido entre ele e Gustavo Gutiérrez, descreveu:

Eu nunca tinha tido simpatia com o marxismo [...] Lembro-me de uma conversa que Gustavo Gutiérrez me recorda cada vez que nos encontramos [...] Deve ter sido em 1965 ou 1966 – e Gustavo perguntou-me o que pensava do marxismo. Eu disse que achava que era uma filosofia típica do século XIX. (MONTENEGRO, 2019, p. 182).

Muito embora sua resposta demonstre uma contundente crítica ao marxismo, ao analisar parte da sua obra no recorte que estabelecemos neste trabalho, isso não significou que se colocasse em oposição ao marxismo. As atividades que desenvolveu e suas publicações dialogam diretamente com a perspectiva marxista, sobretudo com autores que produziram análises que observaram certa perspectiva da religião, a partir do que produziram neste sentido, Engels (1969, 1977), Bloch (1973, 2005) e Hill (1988), para quem existem relações entre o cristianismo e as revoluções. É uma análise da realidade que converge com a perspectiva materialista, tal qual realizava Comblin, ou seja, observar a realidade, compreendê-la e promover ações para a sua transformação, como demonstra as atividades que estiveram presentes em sua caminhada na América Latina.

Com isso, percebemos que, mesmo em tempos de ditaduras, José Comblin não abandonou sua defesa por uma nova sociedade e, sobretudo, o projeto *por um novo jeito de ser Igreja*, este, pautado na ação para a transformação – daí, portanto, sua crítica a hierarquia católica, a posição contra as ditaduras e a defesa dos direitos humanos e até mesmo a defesa pelo direito à revolução. Aí estão fortes características do seu novo jeito de ser Igreja. E isto, além de marcar suas trajetórias na América Latina entre os anos 1960 e 1980, foram condições essenciais para as constantes rupturas e recomeços que caracterizaram este período, pautado na atuação para a superação necessária pelas quais o ambiente católico deveria passar para que estivesse em consonância com a essência cristã e a promoção da autonomia popular, pois, conforme destacou, “a ação cristã consiste em uma conversão dos poderes em serviços” (COMBLIN, 1982, p. 379).

REFERÊNCIAS

A ESPERANÇA dos Pobres Vive: coletânea em homenagem aos 80 anos de José Comblin. São Paulo: Paulus, 2003.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o Sindicalismo Rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Editora Universitária: Editora oito de março, 2005.

AGGIO, Alberto. **Democracia e Socialismo**: a experiência chilena. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e política no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDERSON, Perry. **Considerações Sobre o Marxismo Ocidental**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BARROS, José D'assunção Barros. **O Campo da História**: especialidades e abordagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BARROS, José D'assunção Barros. **As Hipóteses nas Ciências Humanas**: aspectos metodológicos. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

BARROS, José D'assunção Barros. **O Projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BAUER, Caroline Silveira e GERTZ, René E. **Arquivos de Regimes Repressivos**: fontes sensíveis da História recente. IN: PISNKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina (Org.) **O Historiador e Suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

BEOZZO, José Oscar. **Pacto das Catacumbas**: por uma Igreja servidora e pobre. São Paulo, Paulinas, 2015.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue**. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1982.

BOFF, Leonardo. **A fé na periferia do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

BOFF, Leonardo. **Igreja, carisma e poder**: ensaios de eclesiologia militante. Petrópolis: Vozes, 1981.

BOFF, Leonardo. **Novas fronteiras da Igreja**: o futuro de um povo a caminho. Campinas, São Paulo: Verus Editora, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. V. 1. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005.

BLOCH, Ernst. **Thomas Münzer, teólogo da revolução**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1973.

BRUNEAU, Thomas C.. **Religião e Politização no Brasil: a Igreja e o regime autoritário**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

BURKE, Peter (org). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CÂMARA, D. Hélder. **Revolução Dentro da Paz**. São Paulo: Editora Sabiá, 1968.

CAPELATO, Maria Helena. **História do Tempo Presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo**. IN: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CASTRO, Marcos de. **64: Conflito Igreja x Estado**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. de Maria de Lourdes Menezes; 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHARLES, Carlos Roberto de Oliveira. **Comunidade segundo o Espírito: fraternidade e libertação. Uma aproximação pneumatológica entre Francisco de Assis e José Comblin**. Tese de doutorado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 250p. 2015.

COELHO, Fernando. **Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2004.

COELHO, Maria José H. e ROTTA, Vera (orgs.). **Livro dos Votos da Comissão de Anistia: verdade e reparação aos perseguidos políticos no Brasil**. Brasília: Instituto de Comunicação Estudos e Consultoria Primeiro Plano, 2013.

COMBLIN, José. **A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

COMBLIN, José. **A vida: em busca da liberdade**. São Paulo: Paulus, 2007.

COMBLIN, José. **Breve Curso de Teologia: Jesus Cristo e sua missão**. V. 1. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

COMBLIN, José. **O Tempo da Ação: ensaio sobre o Espírito e a História**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

- COMBLIN, José. **O Povo de Deus**. São Paulo: Paulus, 2002.
- COMBLIN, José. **Teologia da enxada**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
- COMBLIN, José. **Teologia Orgânica**: Teologia da Libertação, Teologia Neoconservadora e Teologia Liberal. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- COMBLIN, José. **Teologia de la Practica de la Revolucion**. Tomo II. Bilbao: Desclée de Browver, 1979.
- COMBLIN, José. **Teologia de la Revolucion**. Teoria. Bilbao: Desclée de Browver, 1973.
- COMBLIN, José. **Vocação Para a Liberdade**. São Paulo: Paulus, 1998.
- COTTIER, G.. **Cristãos e Marxistas**: diálogo com Roger Garaudy. São Paulo: Paz e Terra, 1968.
- COUTROT, Aline. **Religião e Política**. IN: RÉMOND, René (org). Por uma História Política. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- DARNTON, Robert. **Os Dentes Falsos de George Washington**: um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DREIFUSS, René A. **1964**: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- DECOUFLÉ, André. **Sociologia das Revoluções**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- ENGELS, Friedrich. **As Guerras Camponesas na Alemanha**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- FARGE, Arlette. **Lugares Para a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. **As Esquerdas no Brasil**; V. 3. Revolução e Democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. V. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org). **Usos e Abusos da História Oral**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FLORIDI, Ulisse Alessio. **O Radicalismo Católico Brasileiro**: para onde vai o catolicismo progressista no Brasil. São Paulo: Hora Presente, 1973.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GAUDIUM ET SPES: **Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II**; sobre a Igreja no mundo de hoje. II Edição. São Paulo: Edições Paulinas, 1966.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e História. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O Fio e os Rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Relações de Força**: História, Retórica, Prova. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate na trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

GUEDES NETO, Adauto. **Teologia da Enxada e Ditadura Militar**: relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

GUSTAVO GUTIÉRREZ. **A força histórica dos pobres**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

GUSTAVO GUTIÉRREZ. **Teologia da Libertação**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

HILL, Christopher. **O Eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOBBSAWM, Eric. **Revolucionários**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja na América Latina e no Caribe (1945-1995): o debate metodológico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

HOORNAERT, Eduardo (org.). **Novos Desafios para o Cristianismo: a contribuição de José Comblin**. São Paulo: Paulus, 2012.

KADT, Emanuel de. **Católicos Radicais no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003.

KAUTSKY, Karl. **A Origem do Cristianismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KAYSEL, André. **Nação e Revolução: a Teoria da Revolução em Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui**. 35º Encontro Anual da ANPOCS, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Alberto Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RIO, 2006.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAZEGA, Emmanuel e HIGGINS, Silvio Salej. **Redes Sociais e Estruturas Relacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

LEVILLAIN, Philippe. **Os protagonistas: da biografia**. IN: RÉMOND, René (org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

LOERO, Teresa Donoso. **Historia de los Cristianos por el Socialismo en Chile**. Santiago: Editorial Vaitea, 1976.

LORIGA, Sabina. **O Pequeno X: da biografia à História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LÖWY, Michael. **A Guerra do Deuses: religião e política na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LÖWY, Michael. **A Teoria da Revolução no Jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LÖWY, Michael. **Cristianismo da Libertação e Marxismo**. IN: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do Marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

LÖWY, Michael. **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Expressão Popular e Perseu Abramo, 2016.

LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação**: religião e política na América Latina. São Paulo: Editora Perseu Abramo e Expressão Popular, 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MALATIAN, Teresa. **Cartas**: narrador, registro e arquivo. IN: PISNKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina (Org.) **O Historiador e Suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARX, Karl e ENGELS, Friedirch. **A Ideologia Alemã**: Feuerbach, a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2ª Edição revista. São Paulo. Editora Boi Tempo, 2010.

MIKUSZKA, Gelson Luiz. **O discípulo missionário na perspectiva de José Comblin**: implicações para uma paróquia missionária. Tese (Doutorado em Teologia) - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 319p., 2016.

MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo**: 1921-1981. São Paulo: IMPRES, 1981.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Travessias**: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990). Recife: CEPE, 2019.

MUGGLER, Monica Maria. **Padre José Comblin**: uma vida guiada pelo Espírito. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012.

OTTAVIANI, Edelcio Serafim e FREZZATO, Anderson. **Teologia a marteladas**. Paralellus, Recife, v. 9, n. 22, p. 597-61, set./dez. 2018.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre**: um vitoriano nos trópicos. São Paulo: UNESP, 2005.

PLEKHANOV, Guiogui Valentinovitch. **O Papel do Indivíduo na História**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PISNKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

PISNKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina (Org.) **O Historiador e Suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

- RÉMOND, René (org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **A Análise do Arquivo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- SADER, Emir. **Democracia e Ditadura Chilena**. São Paulo: Editora Braziliense, 1984.
- SAMARA, Enil de Mesquita e TUPY, Ismênia S. Silveira T.. **História e Documento e Metodologia de Pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. **Padre José Comblin e a Ditadura Militar: religião, discursos e práticas cristãs nos anos de chumbo (1968-1972)**. 2014. 181 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- SAPPIA, Caroline. **Le Collège pour l'Amérique latine de Louvain et son ancrage au Brésil: outil d'un projet d'Église, 1953-1983**. Tese. UCLouvain, Louvain, 2013.
- SERBIN, Kenneth P.. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SERBIN, Kenneth P.. **Padres, Celibato e Conflito Social: uma História da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SERVAT, Joseph. **Em missão ao Nordeste do Brasil (1964-2002): nos tempos de Dom Hélder Câmara**. Recife. Gráfica Dom Bosco, 2006.
- SCHMIDT, Benito Bisso. **Em Busca da Terra da Promissão: a história de dois líderes socialistas**. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.
- SCHMIDT, Benito Bisso. **Flavio Koutzii: biografia de um militante revolucionário de 1943 a 1984**. Porto Alegre: Libretos, 2017.
- SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. *IN: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- SCHMIDT, Benito Bisso (org). **O Biográfico: perspectivas interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- SHALL, Richard. **O Cristianismo e a Revolução Social**. Trad. Aureliano Lino Pires. São Paulo: União Cristã de Estudantes do Brasil, 1953.
- SILVA, Eduardo. **Dom Obá II d`África, o príncipe do povo: vida tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da Igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, Repressão e Memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: Editora UFPE, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. IN: RÉMOND, René (org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Juventude Católica**: o novo discurso da Teologia da Libertação. São Carlos, EduFScar, 2012.

SOUZA, Alzirinha Rocha de. Do Recife a Medellín: aspectos históricos e pastorais. São Paulo: REVER: **Revista de Estudos da Religião**, V. 18, nº 02 (35-45), maio/agosto, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/38969>. Acesso em: 13 de março de 2021.

SOUZA, Alzirinha Rocha de. Análise da ação humana a partir do pensamento de José Comblin. **Revista Paralellus**, Recife, v. 6, n. 11, Especial José Comblin, p. 9-18, 2015.

SOUZA, Flávio Fernando de. Articulações entre o mundo urbano e a evangelização hoje. **Revista Teologia**. P. 97-110, 2016. Disponível em: www.intranet.redeclaretiano.edu.br. Acesso em: 01 jun. 2021.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. 7ª Ed. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

STACCONI, Giuseppe. **7 temas de Teologia da Libertação**. Pastoral Universitária da Arquidiocese de Olinda e Recife, 1982.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Antenova, 1975.

TELLES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boi Tempo, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro (org.). **1964**: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

TURSI, Carlo e FRENCKEN, Geraldo (org). **Mantenham as lâmpadas acesas**: revisitando o caminho, recriando a caminhada. Fortaleza: UFC, 2008.

VALENTINI, Demétrio. **Revisitar o Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulinas, 2011.

WINN, Peter. **A Revolução Chilena**. Trad. Magdala Lopes. São Paulo: editora UNESP, 2010.

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Recife.
 - Acervo do DOPS-PE.

- Arquivo Nacional: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, SIAN – Rio de Janeiro.
 - Acervo dos Centro de Informações.

- Centro de Documentação e Pesquisa José Comblin, UNICAP – Recife.
 - Pasta: Comblin no Chile: Cristhianos por el Socialismo; Talca: Seminario de campesinos; Vicaría de la Solidaridad; Seguridad Nacional.
 - Pasta e material digitalizado no site: Cartas.
 - Pasta: Documento Comblin.

- Biblioteca Nacional de Chile.
 - Acervo: Revista Socialización y libertad.

- Memorial Raimundo Nonato de Queiroz – Baieux, PB.
 - Acervo pessoal de Raimundo Nonato de Queiroz: cartas enviadas e recebidas.
 - Ata do Centro de Formação Missionária.

- Memorial Padre Ibiapina – Solânea, PB.

- Fundación Documentación y Archivo de La Vicaría de La Solidaridad – Chile.
 - Acervo: Boletín Vicaría de la Solidaridad.

- CEPEdoc – Recife.
 - Acervo CEPE.
 - Instituto Dom Hélder Câmara, IDHeC.

- Ministério da Justiça.
 - Comissão Nacional da Verdade.
 - Caravanas da Anistia.
 - Comissão de Anistia.

FONTES

CORRESPONDÊNCIAS

BATISTA, João. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. Solânea, 28 abr 1972. Arquivo Pessoal, Comunidade do Discípulo Amado, Abreu e Lima – PE.

BATISTA, João. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. Solânea, 10 maio 1972. Arquivo Pessoal, Comunidade do Discípulo Amado, Abreu e Lima – PE.

BATISTA, João. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. João Pessoa, 15 ago. 1980. Arquivo Pessoal, Comunidade do Discípulo Amado, Abreu e Lima – PE.

CAMPOS, Dom Paulo de Tarso. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. São Paulo, 18 mar. 1958. Centro de Pesquisa e Documentação José Combin, UNICAP. Acesso em: 05 jun. 2021.

CARTA CIRCULAR. [Correspondência]. Destinatário: Comunidades do Nordeste brasileiro. Tacaimbó, 08 ago. 1980. Arquivo Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB.

CARVALHEIRA, Dom Marcelo. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. Recife, 04 abril 1972. Centro de Pesquisa e Documentação José Combin, UNICAP. Acesso em: 22 out. 2020.

CARVALHEIRA, Dom Marcelo. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. Recife, 31 maio 1978. Centro de Pesquisa e Documentação José Combin, UNICAP. Acesso em: 22 out. 2020.

COMBLIN, José. [Correspondência]. Destinatário: Raimundo Nonato de Queiroz. Bruxelas, 16 abril, 1972. Arquivo Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB.

COMBLIN, José. [Correspondência]. Destinatário: Raimundo Nonato de Queiroz. Talca, 02 abril, 1979. Arquivo Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB.

COMBLIN, José. [Correspondência]. Destinatário: Raimundo Nonato de Queiroz. Talca, 15 jul. 1979. Arquivo Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB.

COMBLIN, José. [Correspondência]. Destinatário: Raimundo Nonato de Queiroz. Talca, 02 dez. 1981. Arquivo Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB.

COMBLIN, José. [Correspondência]. Destinatário: Raimundo Nonato de Queiroz. Talca, 17 dez. 1981. Arquivo Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB.

COMBLIN, José. [Correspondência]. Destinatário: Raimundo Nonato de Queiroz. Talca, 10 jun. 1982. Arquivo Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB.

COMBLIN, José. [Correspondência]. Destinatário: Raimundo Nonato de Queiroz. Bruxelas, 16 out. 1985. Arquivo Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB.

GORGULHO, Frei. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. São Paulo, 07 abr. 1972. Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, UNICAP. Acesso em: 04 dez. 2020.

MEDINA, Jorge. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. Roma, 20 nov. 1962. Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, UNICAP. Acesso em: 04 dez. 2020.

MONTE, Dom Nivaldo. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. Natal, 25 abr. 1972. Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, UNICAP. Acesso em: 04 dez. 2020.

MCGRATH, Monsenhor Marcos. [Correspondência]. Destinatário: Fernand van Steenberghe. Santiago, 09 nov. 1960. Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, UNICAP. Acesso em: 04 dez. 2020.

PERRE, Vander. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. Louvain, 01 a 03 jun. 1964. Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, UNICAP. Acesso em: 04 dez. 2020.

PERRE, Vander. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. Louvain, 23 jun. 1964. Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, UNICAP. Acesso em: 04 dez. 2020.

PIRES, Dom José Maria. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. João Pessoa, 04 de jul. 1968. Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, UNICAP. Acesso em: 04 dez. 2020.

PIRES, Dom José Maria. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. João Pessoa, 09 de jun. 1968. Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, UNICAP. Acesso em: 04 dez. 2020.

PIRES, Dom José Maria. [Correspondência]. Destinatário: Presidente da Câmara Municipal do Recife. João Pessoa. 1968. Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, UNICAP. Acesso em: 04 dez. 2020.

PIRES, Dom José Maria. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. João Pessoa, 01 abr. 1972. Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, UNICAP. Acesso em: 04 dez. 2020.

PIRES, Dom José Maria. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. João Pessoa, 27 jul. 1973. Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, UNICAP. Acesso em: 04 dez. 2020.

PIRES, Dom José Maria. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. João Pessoa, 31 jul. 1973. Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, UNICAP. Acesso em: 04 dez. 2020.

PIRES, Dom José Maria. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. João Pessoa, 04 ago. 1977. Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, UNICAP. Acesso em: 04 dez. 2020.

PIRES, Dom José Maria. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. João Pessoa, 02 nov. 1977. Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, UNICAP. Acesso em: 04 dez. 2020.

PIRES, Dom José Maria. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. João Pessoa, 16 out. 1978. Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, UNICAP. Acesso em: 04 dez. 2020.

PIRES, Dom José Maria. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. João Pessoa, 16 abr. 1979. Centro de Pesquisa e Documentação José Combin, UNICAP. Acesso em: 04 dez. 2020.

PIRES, Dom José Maria. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. João Pessoa, 23 ago. 1979. Centro de Pesquisa e Documentação José Combin, UNICAP. Acesso em: 04 dez. 2020.

QUEIROZ, Raimundo Nonato de. [Correspondência]. Destinatário: padre Joseph Servat. Tacaimbó, 13 out. 1971. Arquivo Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB.

QUEIROZ, Raimundo Nonato de. [Correspondência]. Destinatário: Membros da ACR. Tacaimbó, 13 out. 1971. Arquivo Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB.

QUEIROZ, Raimundo Nonato de. [Correspondência]. Destinatário: Carlos Leite Barros. Tacaimbó, 10 mar. 1973. Arquivo Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB.

QUEIROZ, Raimundo Nonato de. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. Serra Redonda, 25 jun. 1984. Arquivo Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB.

SANTO. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. São Paulo, 08 out. 1959. Centro de Pesquisa e Documentação José Combin, UNICAP. Acesso em: 03 jul. 2021.

SANTIAGO, Alfredo Silva. [Correspondência]. Destinatário: Leo Josef Suenens. Santiago, 16 out. 1961. Centro de Pesquisa e Documentação José Combin, UNICAP. Acesso em: 03 jul. 2021.

SANTIAGO, Alfredo Silva. [Correspondência]. Destinatário: Efrem Forni. Santiago, 17 out. 1961. Centro de Pesquisa e Documentação José Combin, UNICAP. Acesso em: 03 jul. 2021.

SALVADOR, Frei Enoque. [Correspondência]. Destinatário: padre Joseph Servat. Tacaimbó, 04 out. 1971. Acervo Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB.

VIAL, Agustín. [Correspondência]. Destinatário: José Comblin. Talca, 01 jul. 1981. Centro de Pesquisa e Documentação José Combin, UNICAP. Acesso em: 22 out. 2020.

JORNAIS

- Diário de Pernambuco:

PADRE AO LADO DE COMBLIN: DOCUMENTO NÃO É SUBVERSIVO. Diário de Pernambuco, 20 de Junho de 1968.

DEPUTADOS ACHAM MANIFESTO DE COMBLIN NÃO TEM CARÁTER SUBVERSIVO. Diário de Pernambuco, 19 de Junho de 1968.

FREIRA É PRESA NA PARAÍBA, 05 de janeiro de 1980.

COMBLIN EXPLICA NOVA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA. Diário de Pernambuco, 24 de maio de 1981.

- Jornal do Commercio:

DEPUTADO PEDE SAÍDA DE COMBLIN, Jornal do Comércio, 19 de Junho de 1968.

EM TORNO DO “DOCUMENTO”. FREYRE, Jornal do Comércio, 23 de junho de 1968.

MONSENHOR CARVALHEIRA DEFENDE PADRE BELGA QUE WANDENKOLK ACUSA. Jornal do Comércio, 12 de junho de 1968.

COMBLIN JÁ COMPARADO AO LÍDER GUERRILHEIRO LEVITA CAMILO TORRES. Jornal do Comércio, 22 de junho de 1968.

- Diário da Noite:

COMBLIN RECEBE APOIO DE PADRES DO NORDESTE. Diário da Noite, 23 de setembro de 1968.

- Diário de Bauru:

PADRE DIZ QUE BRASILEIRO PERDEU O HÁBITO DE PENSAR. Diário de Bauru, 04 de abril de 1972.

- Jornal do Brasil:

COMBLIN VOLTA MAS NÃO FALA. Jornal do Brasil, 23 maio 1980.

PADRE COMBLIN É DETIDO 7 HORAS NO RECIFE POR TER NOME NO COMPUTADOR DO DPF. Jornal do Brasil, Políca: 1º caderno, p. 04, 12 de novembro de 1983.

- Jornal da Paraíba:

POPULAÇÃO E PADRE DE SERRA REDONDA DESCONHECEM GUERRILHA E ATACAM UDR. Jornal da Paraíba, 29 de janeiro de 1988.

- Le Soir:

POURQUOI L'ABBÉ COMBLIN A-T-IL ÉTÉ EXPULSÉ DU BRÉSIL? Le Soir, 28 de março de 1972.

- La Cité:

BRÉSIL: LE CERCLE VICIEUX DE LA PEUR, La Cité, 29 de março de 1972.

- Le Devoir:

LETTRES AU DEVOIR: COMMENT J'AI DÛ QUITTER LE BRÉSIL, Le Devoir, 08 de maio de 1972.

- Marcha:

EL EXÍLIO DE UN TEÓLOGO, Marcha, 04 de agosto de 1972.

REVISTAS

- **O Cruzeiro:**

Padre Comblin prega: revolução na América Latina. Revista O cruzeiro, p. 127, 29 de junho de 1968.

- **Revista Mensaje:**

Medellín: problemas de interpretación, nº 222, 1973.

La Doctrina de la Seguridad Nacional, nº 247, 1976.

Las fuerzas armadas y el cristianismo en algunos países de América Latina, nº 259, 1977.

Iglesia y Derechos Humanos, nº 262, 1977.

- **Revista Veja:**

Cautelosa volta: padre Comblin retorna e quer ficar no país, 03 de Junho de 1981.

Enxadas da Fé: seminaristas fazem a sua formação na lavoura, nº 839, 03 de outubro de 1984.

ARQUIVOS DE REGIMES REPRESSIVOS

- Prontuário de Joseph Jules Comblin no DOPS-PE, nº 18.209.
- Prontuário de José Comblin no MJ – Departamento da Polícia Federal, nº 33.
- Centro de Informações da Aeronáutica. Fundo: BR_DFANBSB_VAZ.
- Centro de Informações do Exterior e Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Fundo: BR DFANBSB Z4.
- Centro de Informações do Exterior. Fundo: : BR DFANBSB IE.
- Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça/Polícia Federal.
Fundo: BR RJANRIO TT.0.MCP,AVU.94-Dossiê.
Fundo: BR DFANBSB ZD.
- Serviço Nacional de Informações – Fundo: BR DFANBSB V8.
- Informação sobre: Francisco das Chagas Rodrigues. SIAN - Fundo: BR_DFANBSB_V8.
- Fundo: DPN.PES.107/198p. Comblin – Joseph Jules Brasseur/Padre.
- Relatórios policiais.
- Ofícios e informes policiais.

- Inquéritos de Investigação Sumária.
- Pedidos de Busca e Apreensão.
- Interrogatórios.
- Telegramas.
- Histórico do padre José Comblin elaborado pelos Centros de Informações.